

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**TERRITÓRIOS EM DISPUTA:
OS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA E A CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NA MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA**

Laila Thomaz Sandroni

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TERRITÓRIOS EM DISPUTA:
OS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA E A CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NA MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA**

LAILA THOMAZ SANDRONI

Sob a Orientação da Professora
Maria José Teixeira Carneiro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Outubro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S219 Sandroni, Laila Thomaz, 1986-
 Territórios em disputa: os Tupinambá de Olivença e
a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica no
Sul da Bahia. / Laila Thomaz Sandroni. - 2018.
 212 f.

 Orientadora: Maria José Teixeira Carneiro.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, 2018.

 1. conservação da biodiversidade. 2. narrativas
ambientais. 3. povos indígenas. I. Teixeira Carneiro,
Maria José, 1950-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Desenvolvimento Agricultura e
Sociedade III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

LAILA THOMAZ SANDRONI

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 02/10/2018.



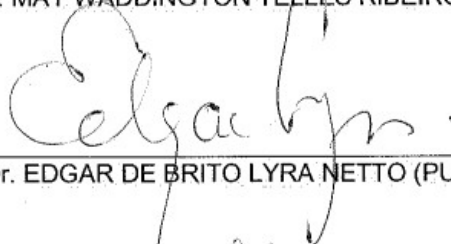
Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. MAY WADDINGTON TELLES RIBEIRO (UFSB)



Prof. Dr. EDGAR DE BRITO LYRA NETTO (PUC – RJ)



Prof. Dr. ANDRÉ DUMANS GUEDES (UFF)



Prof. Dr. CLEYTON HENRIQUE GERHARDT (UFRJ)

Foi o índio que inventou a inteligência

João Gouveia Pankararu

*Essas ambigüidades, redundâncias e deficiências
lembram aquelas que o doutor Franz Kuhn
atribui a certa enciclopédia chinesa intitulada
Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos.*

*Em suas remotas páginas consta
que os animais se dividem em:*

- (a) pertencentes ao Imperador*
- (b) embalsamados*
- (c) amestrados*
- (d) leitões*
- (e) sereias*
- (f) fabulosos*
- (g) cães soltos*
- (h) incluídos nesta classificação*
- (i) que se agitam como loucos*
- (j) inumeráveis*
- (k) desenhados com um finíssimo pincel de pêlo de camelo*
- (l) etcétera*
- (m) que acabam de quebrar o vaso*
- (n) que de longe parecem moscas*

Jorge Luis Borges

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um longo percurso habitado por experiências, encontros e relações com pessoas, lugares e sistemas de vida na mata, assim como pela relação solitária mas também afetiva com livros e artigos. Estes dois lados do trabalho estão muito mais igualmente presentes em sua construção do que o discurso acadêmico exigido de uma tese deixa transparecer. Este percurso, portanto, não teria sido possível sem o apoio e diálogo com diversas pessoas.

Gostaria, neste sentido, de agradecer primeiramente a todo o povo Tupinambá de Olivença, em especial Jaborandy e Curupaty Tupinambá de quem a amizade e a vontade de colaborar com esta pesquisa foram fundamentais, inclusive abrindo suas casas e corações para minha estadia e pela preocupação com a minha integridade na circulação em um território em disputa. Além deles, agradeço aos caciques Joel Braz Pataxó e Valdelice Tupinambá, por quem nutro grande apreço e admiração pela luta e dignidade. Agradeço também aos caciques Tupinambá Valdenilson, Renildo, Acauã, Ramon e Babau pela confiança, atenção e por abrirem as portas das suas aldeias. Agradeço também às lideranças Rosilene, Gildete e Everaldo que tiveram uma participação fundamental neste trabalho, bem como todos os outros indígenas que se dispuseram a participar. Agradeço também aos ex-integrantes do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia que se propuseram a dialogar comigo sobre a atuação da instituição na região e me facilitaram sempre que possível o acesso a documentos e registros dos projetos para a conservação da biodiversidade propostos. Da mesma forma agradeço a abertura dos gestores da Reserva Biológica de Una e do Refúgio da Vida Silvestre de Una para a realização da pesquisa.

Um especial agradecimento a minha orientadora Maria José Carneiro pela generosidade e sabedoria na relação de ofício e afeto construída ao longo destes quase dez anos em que trabalhamos juntas. Agradeço profundamente sua paciência em tornar mais humildes minhas manias de grandeza e a leitura severa, mas sempre muito generosa, de todos os meus textos, desde a iniciação científica a cada linha desta tese. Obrigada por ser a melhor mestra que uma jovem cientista, verdinha como eu na minha chegada ao CPDA em 2009, poderia ter. Obrigada ainda pelos ambientes de trocas desprovidos de hierarquia que você estabeleceu no grupo de pesquisa 'Ciência, Natureza, Informação e Saberes' que me ajudaram a compreender os pontos fortes e fracos de minhas perspectivas. Agradeço também pela abertura crítica à novas ideias e formulações, sempre transigindo, sem se ater a uma única maneira de fazer as coisas, por vezes difícil de encontrar no ambiente acadêmico.

Gostaria de lembrar e agradecer também ao saudoso Hector Alimonda, lamentando sua ausência. Hector sempre foi um entusiasta do meu tema de pesquisa e, da sua maneira extremamente doce, me apresentou o campo da Ecologia Política. Suas contribuições, a partir das experiências compartilhadas nas aulas no CPDA, na prática docente na Rural em Seropédica e na atividade que realizamos juntos no território Tupinambá, tiveram uma importância decisiva no escopo deste trabalho. Além de Hector, gostaria de reconhecer a contribuição fundamental de todo o ambiente acadêmico do CPDA, marcado pelas aberturas à interlocução e troca entre os alunos e professores. Em

especial agradeco pela interlocução com professores como Claudia Job Schmidt e Andrey Cordeiro Ferreira, e também pelo franco e amoroso diálogo nos seminários de doutorado com Veruska Prado, Valdênio Menezes, Carla Morsch e Felipe Prado. Ainda no que diz respeito à dimensão institucional deste trabalho, agradeço ao CNPq pela oportunidade de financiamento desta pesquisa e desagrado à FAPERJ pelas enormes dificuldades impostas ao trabalho mediante o não pagamento da bolsa FAPERJ nota 10, que de estímulo e premiação ao bom desempenho acadêmico passou a empecilho à continuidade da pesquisa.

Agradeço a minha família, de sangue e estendida, sem a qual a realização deste trabalho não teria sido possível. Agradeço ao meu pai pelo apoio financeiro, emocional e intelectual incondicional em todos os momentos, à minha mãe pela força e carinho, à minha irmã pelo estímulo e demonstração sensível e cotidiana de fé em mim e no meu trabalho e ao meu irmão pelos livros, conversas afetuosas e contribuições valiosas. Às amigas maravilhosas Isaura Bredariol, Jade Prata, Luisa Sobral, Clarisse Kalume, Carolina Real, Rafaela Sardinha, Rejane Souza e Ana Carolina Carracena pela inspiração, ouvidos e comentários de encorajamento ou simplesmente por serem, de fato, mulheres incríveis presentes na minha vida. À Giselle Dantas pelo cuidado atento e carinhoso aos aspectos emocionais envolvidos na construção de um trabalho como esse.

Por último, mas de maneira nenhuma menos importante, gostaria de agradecer ao meu companheiro de aventuras Bruno Tarin por compartilhar comigo seus laços de amizade e respeito aos Tupinambá, pelos incríveis percursos que realizamos junto aos indígenas no Nordeste, pelas horas e mais horas de conversas sérias e fiadas sobre os temas deste trabalho, pela compreensão nas horas de desalento, pelo incentivo e flexibilidade nos momentos mais criativos, por acompanhar cada uma das idas e vindas do processo de construção desta tese, pelos comentários e revisões valiosas, mas, sobretudo por escolher caminhar ao meu lado pelas estradas tranquilas e também pelas pedregosas desta vida, entendendo que, como dizem os Tupinambá: só pé que não anda não dá topada.

RESUMO

SANDRONI, Laila Thomaz. **Territórios em disputa: os Tupinambá de Olivença e a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica no Sul da Bahia**. 2018. 212 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

A conservação da biodiversidade é um tema premente na atualidade, cuja elaboração encerra uma grande variedade de enfoques e perspectivas sobre os melhores caminhos para alcançá-la. Neste trabalho procura-se reconhecer algumas dimensões das relações entre saber e poder que atravessam a temática da conservação da biodiversidade, especialmente questões relativas à inclusão/exclusão de populações residentes em Áreas Protegidas ou seu entorno. Partindo de um referencial foucaultiano e da Ecologia Política, são analisados neste trabalho os processos históricos de constituição de diferentes temas inter-relacionados: a conservação da biodiversidade; as emergências étnicas no nordeste indígena; e as lutas por território no rural brasileiro contemporâneo, procurando reconhecer as ligações entre as formas de legitimação dos discursos e ações. Com base nestas elaborações de mais amplo escopo realiza-se a análise de narrativas ambientais em um contexto territorial específico, a fim de reconhecer aproximações e distanciamentos concretas entre diferentes contra-discursos sobre a conservação da biodiversidade. O recorte geográfico desta pesquisa é conformado pelas áreas delimitadas administrativamente pelo Estado brasileiro como Terra Indígena Tupinambá de Olivença, e como Reserva Biológica de Una (REBIO UNA) e Refúgio da Vida Silvestre de Una (REVIS UNA), ambas Unidades de Conservação (UCs) Federais. Ao explorar em mais detalhe a produção destes territórios, gradualmente abrimos o escopo da sua dimensão administrativa. No caso da TI, seguindo as trajetórias territoriais indígenas, procuramos reconhecer as ações no presente, e atualizações do passado, que fazem parte do processo de emergência étnica Tupinambá de Olivença. Já no caso das UCs, atentamos para as articulações e legitimações sociais que embasaram a instalação destas Áreas Protegidas, bem como outras ações para a conservação, destacando o papel da ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) e instituições parceiras neste processo. Dado o descortino do contexto territorial, são apresentadas as causas e soluções propostas para o problema compartilhado da degradação da biodiversidade em duas narrativas ambientais as quais chamamos de ‘indígena’ e ‘ambientalista’. Quanto aos indígenas, são abordados aspectos relativos à emergência étnica dos Tupinambá de Olivença, sendo as retomadas e as lutas pela demarcação centrais na constituição de práticas e discursos atrelados a essa narrativa. Já o conjunto de materiais discursivos que conformam a narrativa ambientalista ressalta-se o caráter científico das justificativas e formas de legitimação de soluções próximas ao que se estabeleceu como ‘paradigma biorregional’. Embora tenha sido possível reconhecer uma alteridade assimétrica entre as narrativas, salientamos que ambas desafiam perspectivas dominantes e alheias à uma sensibilidade

ambiental sobre a gestão da terra e dos recursos naturais, mesmo que em diferentes medidas e de diferentes formas.

Palavras-chave: Conservação da Biodiversidade, Emergência Étnicas, Territorialidades.

ABSTRACT

SANDRONI, Laila Thomaz. **Territories at stake: Tupinambá de Olivença indigenous land and biodiversity conservation in the Atlantic Rainforest in Southern Bahia**. 2018. 212 p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

Biodiversity conservation is currently an important topic of debate and its elaboration contains a wide range of approaches and perspectives on the best ways to achieve it. In this thesis we seek to recognize some dimensions of the relations between knowledge and power that cross the theme of biodiversity conservation, especially in issues related to the inclusion / exclusion of populations living in and around Protected Areas. Operating through Foucauldian tools and from the perspectives of Political Ecology, we seek to understand the historical processes of constitution of different interrelated themes: biodiversity conservation; indigenous emergencies in northeastern Brazil; and the struggles for territory in contemporary Latin America, trying to recognize the links between the forms of legitimation of discourses and the practices. Based on these elaborations, we carry out an analysis of environmental narratives in a specific territorial context, in order to recognize concrete approximations and distances between different discourses on biodiversity conservation. The geographic settings of this research is conformed by the areas administratively delimited by the Brazilian State as Tupinambá Indigenous Land of Olivença, and two Protected Areas, the Una Biological Reserve (REBIO UNA) and the Una Wildlife Refuge (REVIS UNA), both Federal Conservation Units. By exploring in more detail the production of these territories, we gradually open the scope from the perspective of its administrative dimension. In the case of the indigenous land, following the indigenous territorial trajectories, we try to recognize the actions in the present, and updates of the past, that are part of the Tupinambá de Olivença ethnic emergency process. In the case of PAs, we focus on the articulations and social legitimation that underpinned the installation of these conservation territories as well as other actions for conservation, highlighting the role of the NGO Institute of Socio-environmental Studies of the South of Bahia (IESB) and partner institutions in this process. Accompanying authors of Political Ecology, we present the causes and solutions proposed for the shared problem of the degradation of biodiversity in two environmental narratives, which we will call 'indigenous' and 'environmental'. Regarding the indigenous narrative, aspects related to the ethnic emergence of the Tupinambá of Olivença are addressed, and the central of 'retakes' and struggles for demarcation in the constitution of practices and discourses linked to the 'protection of nature'. On the other hand, the set of discursive materials that conform the environmental narrative highlights the scientific character of the justifications and forms of legitimation of the proposed solutions, in its relations to what has been established as a 'bioregional paradigm'. Although it has been possible to recognize an asymmetrical otherness between the narratives, we emphasize that both challenge dominant perspectives that lack an

environmental sensitivity on the management of land and natural resources, even if in different measures and in different ways.

Key Words: Biodiversity Conservation; Ethnic Emergencies; Territorialities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da TI Tupinambá de Olivença, REBIO Una e REVIS Una.....	6
Figura 2 - Mapa Povos Indígenas no Nordeste.....	43
Figura 3 - Estudante Indígena.....	62
Figura 4 - Delimitação Oficial da TI Tupinambá de Olivença.....	88
Figura 5 - Concentração para Caminhada Tupinambá na Praça Central de Olivença.....	91
Figura 6 - Divisão da TI por Comunidades.....	103
Figura 7 - Mapa Recorte Geográfico.....	107
Figura 8 - Mapa Corredor Central da Mata Atlântica.....	116
Figura 9 - Corredor Una-Lontras-Baixão.....	121
Figura 10 - Proposta de UCs no Sul da Bahia.....	128
Figura 11 - Roça de Mandioca Multada no Mamão.....	157
Figura 12 - Roça de Banana Multada na Serra do Padeiro.....	158
Figura 13 - Área de ‘Madeira Grossa’ na Serra do Padeiro.....	159
Figura 14 - Área de Mata na Aldeia Tamandaré.....	164
Figura 15 - Área Devastada pela Extração de Areia Próxima à Aldeia Tucum.....	167
Figura 16 - Roça Consorciada em Área de Restinga na Aldeia Itapoã.....	180

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia;
AMDL	Associação Mico-Leão-Dourado;
ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista;
AP	Área Protegida;
APA	Área de Proteção Ambiental;
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais;
BINGO	Big International Non-Governmental Organizations;
CABRUCÁ	Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia
CABS	Centro para Pesquisa Aplicada à Biodiversidade;
CCA	Corredor Central da Amazônia;
CCMA	Corredor Central da Mata Atlântica;
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica;
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira;
CEPF	Critical Ecosystem Partnership Fund;
CI	Conservation International;
CIMI	Conselho Indigenista Missionário;
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito;
DECRG	Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial;
DOU	Diário Oficial da União;
EIA	Estudo de Impacto Ambiental;
ENEI	Encontro Nacional de Estudantes Indígenas;
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza;
FEEMA	Fundação Estadual do Meio Ambiente;
FUNAI	Fundação Nacional do Índio;
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza;
GT	Grupo Técnico ou Grupo de Trabalho;
IBA	Important Birdlife Areas;
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

	Renováveis;
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia;
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia;
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas;
ISA	Instituto SocioAmbiental;
IUCN	International Union for Conservation of Nature;
JWPT	Jersey Wildlife Preservation Trust;
KBA	Key Biodiversity Areas;
MJ	Ministério da Justiça;
MMA	Ministério do Meio Ambiente;
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra;
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental;
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos;
PARNA Lontras	Parque Nacional de Serra das Lontras;
PCE	Projeto Corredores Ecológicos;
PCI	Ponto de Cultura Indígena;
PESC	Parque Estadual da Serra do Conduru;
PFICCMA	Programa de Fortalecimento Institucional do Corredor Central da Mata Atlântica;
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;
PNMP	Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal;
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

PPG7	Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil;
PROBIO	Projeto de Conservação Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira;
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação;
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
REBIO	Reserva Biológica;
REBIO UNA	Reserva Biológica de Una;
RESEX	Reserva Extrativista;
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre;
REVIS UNA	Refúgio da Vida Silvestre de Una;
RFT	Rain Forest Trust;
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
RL	Reserva Legal;
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural;
SAPIS	Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social;
SAVE	Sociedade para Conservação das Aves do Brasil;
SIG	Sistema de Informações Geográficas;
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
SPI	Serviço de Proteção aos Índios;
STJ	Superior Tribunal de Justiça;
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta;
TI	Terra Indígena;
TNC	The Nature Conservancy;
TQ	Terra Quilombola;
UC	Unidade de Conservação;
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz;
UFBA	Universidade Federal da Bahia;
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais;
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas;

UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura;
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional;
WWF	World Wide Fund for Nature;

CONVENÇÕES

Os trechos em aspas simples indicam conceitos e formulações de outros autores acessados e categorias nativas dos interlocutores da pesquisa, sejam eles indígenas ou não. Os trechos em *itálico* indicam termos em idioma estrangeiro ou são utilizados para dar realce a determinados termos ou sentenças. As aspas duplas, quando não indicam citações diretas, indicam metáforas, analogias, ironias etc. Palavras ou sentenças dentro de travessões indicam comentários ou adendos realizados diretamente no corpo do texto principal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: UMA QUESTÃO AMBIENTAL GLOBAL.....	16
1.1 Relativo Consenso e Diversidade Paradigmática.....	16
1.2 Natureza Selvagem, Paisagens Extraordinárias e Conservação-Fortaleza.....	18
1.3 Da Natureza Selvagem à Biodiversidade: Conservação de Habitats <i>in Situ</i>	20
1.4 Emergência do Socioambientalismo e a Conservação Participativa.....	24
1.5 Incorporação Seletiva da Crítica? Emergência do Paradigma Biorregional.....	32
1.6 Problemas na Polarização do Debate.....	36
2 EMERGÊNCIAS ÉTNICAS NO NORDESTE BRASILEIRO: RETOMADAS E ONTOLOGIAS POLÍTICAS.....	42
2.1 A Presença Indígena no Nordeste.....	42
2.2 O Paradigma da Aculturação e sua Constituição Histórica.....	45
2.3 Emergências Étnicas.....	48
2.4 Contato, Produção de Diferença e Retomada.....	55
3 TERRA, TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS INDÍGENAS NO NORDESTE.....	64
3.1 Indígenas no Nordeste e Mobilizações no Rural Brasileiro Contemporâneo.....	64
3.2 Concepções de Território.....	65
3.3 ‘Virada Territorial’ e suas Condições de Possibilidade.....	67
3.4 Lutas por - Terra e Território: Continuidades e Descontinuidades.....	70
3.5 A questão das Categorias Fixas e a (Re)Diversificação dos Territórios.....	75
3.6 Sobreposições entre UCs e TIs na Mata Atlântica.....	78
4 A TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA.....	86
4.1 O Recorte Geográfico: Territorialidades do Estado.....	86
4.2 A TI Tupinambá de Olivença: Retomada da Terra e da Cultura.....	87
4.2.1 O Aldeamento Jesuítico e o Massacre do Cururupe.....	89
4.2.2 Cacau, Coronéis e Terra Medida.....	91
4.2.3 Semente que se Esconde.....	95
4.2.4 Emergência Étnica Tupinambá de Olivença.....	96
4.2.5 A Multiplicidade do Território Tupinambá de Olivença.....	101
4.3 Entre UCs e Corredores: Ações para a Conservação da Biodiversidade.....	106
4.3.1 A Reserva do Mico-Leão.....	108
4.3.2 IESB e o Ambientalismo no Sul da Bahia.....	110
4.3.3 Uma Nova Escala: o Corredor Central da Mata Atlântica.....	113

4.3.4 Um Corredor Dentro do Corredor: O Complexo Una-Lontras.....	120
4.3.5 Conectividade da Paisagem: RPPNs no Sul da Bahia.....	122
4.3.6 Ampliação da REBIO e Implementação do Refúgio da Vida Silvestre de Una.....	126
4.4 Relações Possíveis entre as duas Territorializações.....	131
5 NARRATIVAS AMBIENTAIS ENTRE INDÍGENAS E AMBIENTALISTAS: PROBLEMAS COMUNS, DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	133
5.1 Mapeando Narrativas Ambientais.....	133
5.2 Ambientalistas no Corredor: Isolamento como Causa e Conectividade como Solução	138
5.2.1 Solução I: Ações nas Áreas Antrópicas.....	141
5.2.2 Solução II: Manutenção e Estímulo da Cabruca – Cacau como Identidade Regional	146
5.2.3 Solução III: Ampliação da Rede de UCs.....	148
5.2.4 Soluções Cruzadas: coerência dos discursos.....	154
5.3 Territórios Indígenas de Conservação: Se é Sustento não é Desmatamento.....	156
5.3.1 Solução I: Demarcação Efetiva da TI.....	165
5.3.2 Solução II: Retomada como Forma de Preservação.....	172
5.3.3 Solução III: Alternativas para Geração de Renda e Seminários Educativos.....	175
5.3.4 Legitimações Cruzadas: Circulação de Saberes.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189
ANEXOS.....	202

INTRODUÇÃO

A crise ambiental está cada vez mais presente no cotidiano das sociedades contemporâneas, seja enquanto discurso – na construção de uma agenda consolidada para o aquecimento global; nas discussões e propagandas sobre a escassez da água; nos mais variados simpósios e seminários sobre energia limpa, etc – seja enquanto prática – na convivência de um número enorme de pessoas com lixo tóxico; no crescimento das marés em áreas muito próximas ao nível do mar; na destruição completa de áreas florestadas e habitadas por populações tradicionais para dar lugar a monoculturas, etc. Ao longo dos últimos 30 vimos uma degradação do meio ambiente a níveis muito mais acelerados do que em qualquer outro período da história e junto a isso houve uma consolidação das questões ambientais enquanto problemas sociais a serem resolvidos (BECK, 2010). Dentre as formulações mais prementes relativas à chamada crise ambiental, a problemática da conservação da biodiversidade é uma das que se coloca com maior força, sobretudo no Brasil, país tropical megabiodiverso. Constituiu-se, portanto, no âmbitos internacional e nacional, um amplo campo de disputas permeado pela resistência aos processos de degradação da biodiversidade.

Entre os diferentes grupos que reconhecem a importância da discussão sobre o tema e da realização de ações voltadas para a conservação da biodiversidade encontramos uma enorme miríade de atores, entre pesquisadores, ativistas voluntários, órgãos estatais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas, entre outros, preocupados, cada um a sua maneira, em gerar práticas capazes de constituir um ambiente propício para a manutenção e regeneração dos mais variados ecossistemas. Dessa forma, a discussão sobre os melhores caminhos para a conservação, no campo onde há um relativo consenso da necessidade de conservá-la, é permeada por uma grande variedade de discursos e práticas. Os debates sobre este tema correspondem a um ambiente onde diferentes discursos com diferentes consequências políticas e ideológicas procuram se colocar e se sobrepor. Assim como em qualquer outra esfera de discussões, nos debates sobre a conservação da biodiversidade, o discurso é um elemento do poder, um objeto de disputa, e não apenas um instrumento de disputa por poder (FOUCAULT, 1996). De acordo com Foucault (1975, p. 30) as relações entre saber e poder são inextricáveis:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

A problematização aqui apresentada está, assim, fundamentada em um olhar voltado para os processos e as lutas que atravessam a constituição de saberes-poderes sobre a

conservação da biodiversidade. Neste contexto, a ciência, ou melhor, as disciplinas científicas possuem um papel central nos regimes de verificação no que diz respeito à esta e outras questões ambientais. A consolidação histórica de um conjunto de clivagens específicas estabelece aquilo que Foucault chama de ‘regime de verificação’, ou seja, formas de saber e de articular a compreensão das relações entre as coisas – dentre elas, os homens e a natureza – no sentido de manejar alguma determinada arte de reger o controle das condutas (FOUCAULT, 2008). Ainda de acordo com o autor, o movimento ecológico questiona ao mesmo tempo em que corrobora os regimes de verificação das Ciências Biológicas, pois, por um lado, rechaça a garantia da tecnologia como aquela que iria resolver o problema da degradação e, por outro, corrobora-se a partir de um discurso de verdade próprio das Ciências Naturais (FOUCAULT, 2004). Por exemplo, possui bastante força nas discussões sobre a conservação a vertente fundamentada na ideia proveniente da ecologia científica de ‘equilíbrio natural’, cuja harmonia é quebrada pela ação humana¹. Este regime de verificação conforma alicerces e condições de possibilidade de uma série de discursos e enunciados que percorreremos neste trabalho, como a preferência pela instalação de Unidades de Conservação restritivas. Entretanto, o cenário analisado faz com que precisemos recorrer a uma análise mais pormenorizada, já que há uma relativa incorporação das críticas realizadas, sobretudo por ativistas e cientistas sociais, neste mesmo ambiente discursivo, principalmente após a década de 1990, que Foucault não viveu. A principal crítica relativa aos caminhos para conservação tomados até então, e ecoada sobretudo na RIO 92, se relaciona, de maneira geral, à falta de acuidade da perspectiva que focaliza apenas as dinâmicas das plantas e dos animais em abarcar heterogeneidades sociais e culturais, bem como a capacidade de efetivação dos objetivos de conservação da biodiversidade partindo da inclusão das populações e do bem-estar social como aliados. Isto não quer dizer que a Ciência tenha perdido seu espaço de legitimação de ações para a conservação mas que as formas de exercício de poder que derivam dessa legitimidade são hoje atravessadas por diversos discursos, ganhando altíssimo grau de complexidade.

Para nos relacionarmos com a multiplicidade presente nos debates acerca da conservação da biodiversidade reconhece-se que o conhecimento científico, enquanto discurso privilegiado em termos de legitimidade social para a tomada de decisões, assim como qualquer outro conhecimento, não se produz no vazio, já que ciência e tecnologia são agentes políticos imbricados a uma determinada cultura (JASANOFF, 2004). Seguimos, desta maneira, o ‘idioma da coprodução’, ou seja, partimos da ideia de que conhecimento, cultura e política são elementos que não podem ser compreendidos separadamente, estão em relação de ‘coprodução’. Dessa forma, as maneiras através das quais nós conhecemos e representamos o mundo são inseparáveis das maneiras que escolhemos para viver neste mundo (JASANOFF, 2004). Os conhecimentos – entre eles o conhecimento científico – sobre o que é e como deve ser a conservação da biodiversidade são, portanto, saberes social e historicamente produzidos.

A inquietação em relação às diferentes visões sobre os melhores caminhos para a conservação da biodiversidade e o papel das diferentes epistemologias dos saberes científicos neste âmbito foi o ponto de partida da estruturação de pesquisas anteriores desta autora. Esta tese, portanto, é uma continuidade e tentativa de superação de lacunas da dissertação de mestrado, cujo objetivo foi realizar uma espécie de “estado da arte” da visão das Ciências Sociais brasileiras sobre a conservação da biodiversidade. Um dos resultados mais prementes da dissertação foi a identificação de uma defesa generalizada por parte dos cientistas sociais – ou de cientistas que publicam em periódicos das Ciências Sociais² – da inclusão dos

¹ Esta vertente e suas oposições serão discutidas no Capítulo I deste trabalho

chamados ‘povos e comunidades tradicionais’³ ou, de forma mais geral, das populações locais, nos processos de conservação da biodiversidade, num evidente diálogo e contraposição a uma visão focada na fiscalização e restrição do acesso como melhor caminho para a conservação. Este descortino geral do debate permitiu perceber diversos pontos em disputa sobre a conservação da biodiversidade, e a relação destas disputas com as epistemologias das Ciências Sociais e Naturais, embora tenhamos ficado restritos ao discurso científico. Ao fim da pesquisa de mestrado, dado o envolvimento intenso com leituras e discussões de autores ligados ao campo temático que ficou conhecido como *Science and Technology Studies*, minha tendência era dar continuidade no doutorado com a realização de análises acerca das formulações das diferentes disciplinas sobre a questão da conservação da biodiversidade, em suas dimensões político-epistemológicas. O primeiro desenho de projeto de doutorado tinha como objetivo analisar o discurso produzido pela Geografia sobre a conservação da biodiversidade, onde os enunciados assumem contornos particulares devido ao caráter híbrido desta disciplina ao mesmo tempo ‘natural’ e ‘social’. Entretanto, ao me aproximar de práticas discursivas não científicas sobre a conservação e aprofundar os questionamentos sobre a preponderância do saber científico, a pesquisa mudou de rumo. Na releitura da dissertação reconheci que os próprios argumentos dos autores das Ciências Sociais sobre o tema impulsionavam para a necessidade de olhar para outros tipos de saber e outras visões, devido à defesa da importância da incorporação dos ditos ‘conhecimentos tradicionais’ e/ou locais para que projetos de conservação da biodiversidade fossem bem sucedidos. Conectando este objetivo a experiências anteriores de diálogo com populações residentes no interior ou entorno de áreas Protegidas fui estimulada a refletir mais profundamente sobre as formas de compreensão destas populações sobre a conservação e as problemáticas que ensejam conflitos entre estas e as APs, já que, estas se reconhecem, em muitos casos como as principais interessadas em conservar.

Esta releitura do trabalho anterior e rearticulação de experiências junto a comunidades lindeiras a APs foi realizada em um período de intensa relação com populações e movimentos indígenas no Nordeste permeado por intensos debates com lideranças e caciques sobre a visão deles sobre a conservação. Aos poucos, foi ficando cada vez mais clara a importância que a temática da conservação tinha para estes movimentos: lideranças Tupinambá, por exemplo, enunciam o início de seu processo de emergência étnica como “antes de tudo uma luta pelo meio ambiente”. Tive contato também com casos gritantes de injustiça provocados pela presença de UCs restritivas como o conflito do Parque Nacional Monte Pascoal com os Pataxó de Barra Velha, onde a aldeia chegou a ser cercada com arame farpado e os indígenas ficaram restritos a uma área de solo arenoso no qual eles não conseguiam praticar agricultura gerando uma situação de fortíssima insegurança alimentar. Além disso, comecei a reconhecer entre as aldeias indígenas uma série de práticas voltadas para a conservação ancoradas no contexto político-cultural específico destes povos. Saltava aos olhos a profusão de elaborações teóricas e práticas realizadas pelos indígenas que apresentavam uma perspectiva profunda sobre a conservação sobre a qual não conseguia identificar discursos de grande amplitude e circulação. Animais antes mantidos em cativeiro por fazendeiros correndo soltos

² De acordo com os resultados de pesquisa, apesar do levantamento ter sido realizado apenas em periódicos das áreas de Antropologia; Ciência Política e Sociologia segundo a classificação da QUALIS CAPES, diversos dos autores dos artigos tinham formações em outras áreas como biologia, psicologia, história ou geografia, demonstrando o caráter interdisciplinar da temática. Entretanto, o enfoque social, voltado para a diversidade social e cultural das populações estava presente de maneira geral e não apenas nos artigos escritos por cientistas sociais com uma formação mais tradicional.

³ Este termo é referenciado em grande parte da literatura em Ciências Sociais sobre o tema da conservação da biodiversidade como principal sujeito político da conservação (SANDRONI, 2012).

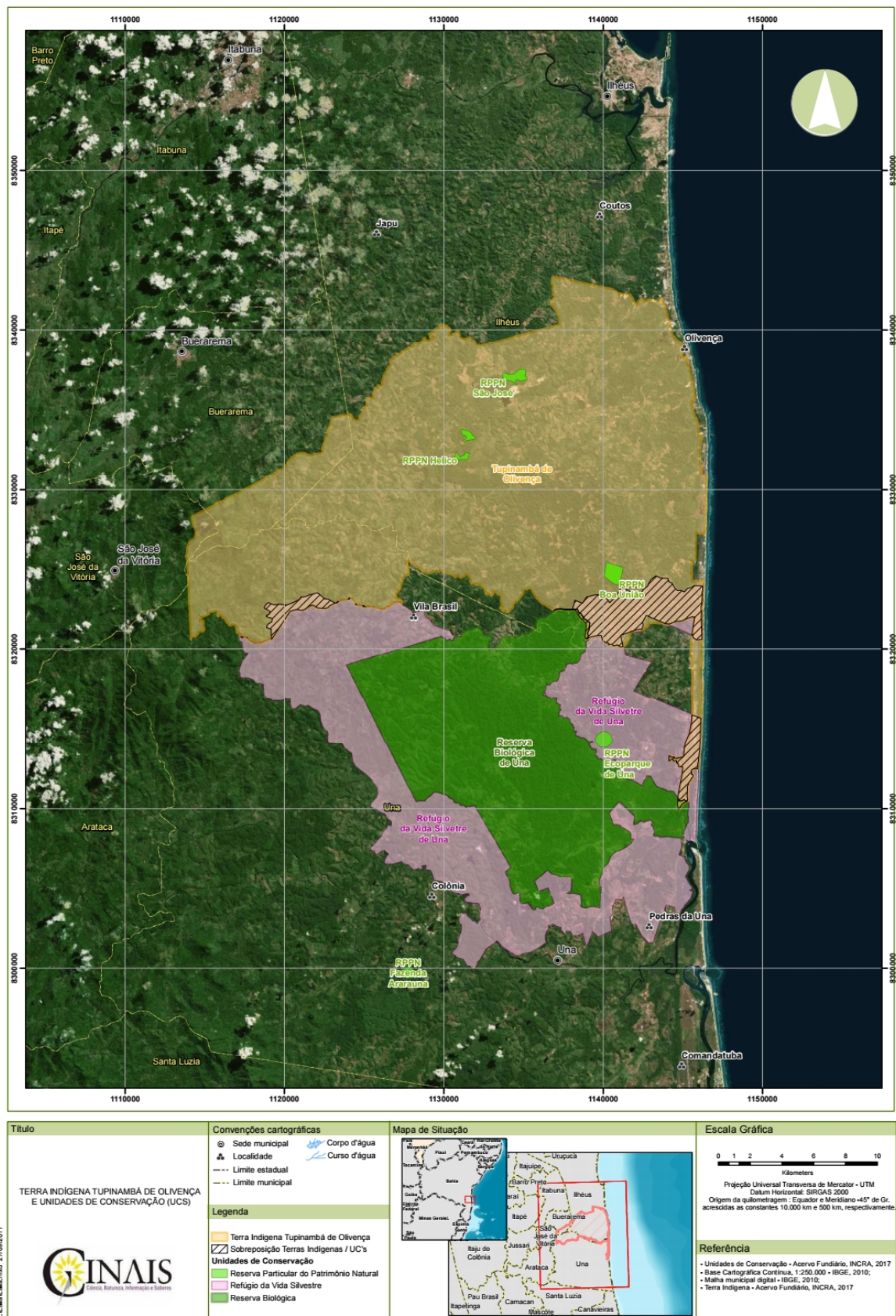
à beira do Rio São Francisco considerados pelos indígenas Xokó como símbolos de sua própria libertação; áreas inteiras de retomadas sendo zeladas por pelos Karapotó Plaki-ô, Tupinambá entre outros para que “a mata volte a crescer”; os Kariri-Xocó que optaram por não cultivar a área que lhes foi designada pelo Estado para deixar a mata crescer como condição para a preservação do mistério do ouricuri; a relação intensa dos Pankararu com o monte do cruzeiro; os plantios dos Pataxó em meio a mata e relação respeitosa e permeada por regras destes com caça de animais silvestres; etc. Em um contexto de debates onde a maior legitimidade do conhecimento científico parece continuar prevalecendo, estas práticas e perspectivas sobre a conservação enfrentam dificuldades em ganhar espaço nas arenas de disputas ambientais em torno do tema, em escala global, nacional e local. Reconhecemos, assim, como uma possibilidade mais instigante de aprofundamento dos trabalhos anteriores a realização de uma pesquisa onde estivesse também presente a visão dos tão falados ‘povos e comunidades tradicionais’ enfrentando o desafio de fazer dialogar discursos dotados de condições de possibilidade e positividade totalmente diferenciadas, ou seja, que não focasse apenas no discurso científico. Este trabalho representa, assim, uma inflexão em minha trajetória de pesquisa, que estava muito profundamente ancorada nos Science and Technology Studies até este momento, sendo necessário realizar um deslocamento para adicionar novas camadas em relação à análise dos discursos científicos sobre a questão ambiental enquanto discursos socialmente constituídos.

A questão é que, mesmo no caso das ciências Sociais onde há uma defesa da ‘inclusão das populações locais ou tradicionais’, estes povos seguem aparecendo mais como objeto do que como sujeito. Ou seja, a inflexão aqui proposta é resultado do contato com as experiências dos povos indígenas no Nordeste mas também da identificação de lacunas na produção em Ciências Sociais sobre o tema, já que o desafio prático de se realizar uma articulação entre conhecimentos científicos e locais ou tradicionais, preconizada na literatura acadêmica como uma grande panaceia para conservação carecem de maiores aprofundamentos. Acompanhamos, neste sentido, o desconforto manifesto por Gerhardt (2016) no posfácio ao seu livro, dedicado à análise das controvérsias entre pesquisadores acerca de conflitos em Áreas Protegidas. O autor reconhece que mesmo nos ambientes onde há uma defesa declarada da importância da participação dos chamados povos e comunidades tradicionais nas Áreas Protegidas há uma dificuldade enorme em fazer acontecer um diálogo. A dinâmica do debate acadêmico e da construção de evidências para comprovar as características das populações tradicionais como preservadoras ou degradadoras da biodiversidade corroboram em grande medida o discurso científico como mais legítimo do que a voz das próprias comunidades, mesmo quando se defende este tipo de conhecimento. Esta auto-legitimação do discurso se aprofunda na medida em que dentro deste ambiente as posições não tomam status de posição política, mas de verdade científica baseada em evidências. A questão continua sendo uma definição – externa – de quem são estas populações e, inclusive, como deveriam agir. Procuramos, assim neste trabalho encarar, na medida do possível, o desafio de colocar em diálogo diferentes formas de saber, reconhecendo as interdições discursivas e práticas impostas pelo processo de tradução e pelos limites desta produção, que se trata de tese de doutorado acadêmica em Ciências Sociais. Tendo em mente este desafio, optamos por focar as disputas discursivas sobre a conservação da biodiversidade em um recorte territorial específico. Desta forma, seria possível olhar para as manifestações das relações saber-poder, identificando e se relacionando inclusive com a perspectiva de ativistas ambientalistas e sujeitos que poderiam ser compreendidos como parte desta flexível categoria ‘povos e comunidades tradicionais’, presente de maneira reiterada nos discursos sobre a conservação, especialmente no Brasil. Estava claro que seria preciso olhar para um

contexto material, já que uma das características mais fundamentais dos conhecimentos tradicionais é seu caráter não homogêneo e não universalizante. Definimos, dessa maneira, como objetivo de pesquisa a identificação de similaridades e diferenças entre tipos diferentes de ‘contra-discursos’ (FOUCAULT, 1982) voltados para a conservação da biodiversidade, em um determinado contexto territorial. Foucault (2008) sugere que ao invés de olhar para o poder para reconhecer o que lhe é desviante, que centremos nossa atenção sobre o que é considerado como desviante reconhecendo a construção histórica daquele elemento enquanto desvio, para a partir daí olhar de maneira não naturalizada para as formas de exercício do poder. Este movimento pode nos auxiliar a reconhecer como potencialmente transformável aquilo que se coloca como polo de emanção do poder.

Optamos por ancorar esta proposta no recorte geográfico conformados pelas áreas delimitadas administrativamente pelo Estado brasileiro como Terra Indígena Tupinambá de Olivença (TI), através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e como Reserva Biológica de Una (REBIO UNA) e Refúgio da Vida Silvestre de Una (REVIS UNA), ambas Unidades de Conservação (UCs) Federais, atualmente geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As duas UCs e a TI em questão estão localizadas na microrregião chamada Sul da Bahia, entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. A presença de tipos diversos de ações para a conservação da biodiversidade, a variedade geomorfológica, ecossistêmica e cultural da região, e a especificidade dos Tupinambá de Olivença enquanto povo indígena no Nordeste, apontam para um contexto rico para aportar questões relativas as diferentes visões sobre a conservação da biodiversidade. A Terra Indígena Tupinambá de Olivença é fruto de um intenso processo político-cultural de emergência étnica ocorrido a partir de fins da década de 1990 e início dos anos 2000. A população local, passou a pleitear de maneira contundente a sua etnicidade e o direito ao território, sendo reconhecida oficialmente pela FUNAI como povo indígena em 2002. A partir daí seguiram os trâmites para a delimitação da TI, cujo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 2009, constando 47.376 hectares de terra. Esta demarcação oficialmente reconhecida, entretanto, nunca foi homologada pelo Ministério da Justiça (MJ) não possuindo, assim, efetividade legal. Já a REBIO UNA, foi implementada pelo extinto Instituto Brasileiro de Florestas (IBDF) no início da década de 1980 com 11.400 hectares, como parte de um paradigma de conservação característico da época, fundamentada na preservação de uma espécie bandeira, no caso, o mico-leão-da-cara-dourada. A REBIO foi redelimitada através do ICMBio em 2007 dotando-a de 18.715,06 hectares, processo acompanhado da criação de uma nova UC, o REVIS UNA, com 23.262,09 hectares, localizada no entorno da REBIO, funcionando como uma espécie de zona de amortecimento para possíveis impactos. Além destas UCs, há ainda a presença de Reservas Particulares de Proteção ao Patrimônio Natural (RPPNs) criadas com o intuito de apoiar a efetividade das UCs estatais. A REBIO está colada ao sul da área delimitada como TI e o REVIS está em relação de sobreposição com determinadas porções da TI, e há uma relativa concomitância entre os processos de implementação destas unidades administrativas através da FUNAI e do ICMBio. Importante salientar que o Estado realiza ações diversas sobre estas áreas, inclusive através de órgãos dotados de visões diferenciadas sobre as melhores formas de gestão e políticas prioritárias para a região. Os atores locais, por sua vez, tensionam estas diferentes formas de ação do Estado, corroborando-as e questionando-as de acordo com seus interesses e visões de mundo. Tratam-se, portanto, conforme evocado no título deste trabalho, de ‘territórios em disputa’ com os quais iremos nos relacionar a partir da chave da conservação da biodiversidade.

Figura 1 - Mapa da TI Tupinambá de Olivença, REBIO Una e REVIS Una



Fonte: Laboratório CINAIS. Georreferenciamento: Laila Sandroni e Antonio Sales

Este recorte foi elencado a partir de experiências realizadas junto a povos indígenas no Nordeste externas à atividades estritamente acadêmicas. Estive na TI Tupinambá de Olivença pela primeira vez em 2012, quando fui convidada, a fazer parte de um projeto financiado pelo edital ‘Interações Estéticas’ da FUNARTE, que tinha como intuito criar espaços de interação entre artistas contemporâneos e artistas populares ligados aos Pontos de Cultura. No âmbito deste projeto realizamos uma Cartografia Afetiva junto aos Tupinambá de Olivença, em parceria com o Ponto de Cultura Esperança da Terra, gerenciado pela ONG Thydewa. Encontro que deu origem a um sítio na web⁴ (www.tupivivo.org) que se propõe como uma tradução possível da vida e luta Tupinambá. Para a realização do site passamos dois períodos de cerca de dois meses na TI, realizando a partir de conversas e entrevistas audiovisuais um processo de reconhecimento de formas de organização cultural, política e social das comunidades. Este primeiro contato foi muito intenso e responsável pela construção de amizades e do desejo de continuar a realizar projetos junto aos Tupinambá de Olivença. Dois anos mais tarde, em 2014, a equipe da Cartografia Afetiva foi convidada a produzir, enquanto ‘técnicos indigenistas’, o ‘diagnóstico participativo’ para a instalação dos Pontos de Cultura Indígena (PCIs), em oito povos indígenas no Nordeste⁵. Este trabalho deu origem a outro sítio web⁶ e um livro impresso⁷ sob o nome ‘Percursos Cartográficos: movimentos indígenas no Nordeste’, lançados em 2015, onde entrelaçamos diversos tipos de linguagem para acompanhar as relações que, em cada uma das comunidades, poderiam fortalecer ou enfraquecer o seu PCI. A esta altura já havia ingressado no processo de doutoramento e estava começando a delinear as questões de pesquisa que guiarão o presente trabalho. Nesta ocasião estive pela primeira vez na aldeia Pataxó de Barra Velha no Extremo Sul da Bahia, onde as discussões acerca das relações conflituosas entre indígenas e Unidades de Conservação da Mata Atlântica apareceram como um forte ponto de enfraquecimento do PCI. A partir deste momento me chamou especial atenção a complexidade das relações entre ações para a conservação da biodiversidade e os povos indígenas do Nordeste, cuja articulação política e formas de vida possuem características específicas em relação aos povos indígenas de outras regiões do país, entre as quais destacam-se os processos de emergência étnica, as retomadas e a dinamicidade da etnicidade. Interessava-me particularmente a forma como estes povos incorporavam seletivamente determinadas categorias e formas de enunciação do discurso ambiental e da conservação, no bojo da afirmação de si enquanto indígenas, em cenários de conflito, sobretudo no Sul e Extremo Sul da Bahia, onde estão localizados alguns dos maiores fragmentos florestais de Mata Atlântica ainda preservados de toda a região Nordeste. As noções de conservação da biodiversidade e sustentabilidade estavam sendo articuladas à práticas que são reconhecidas como parte das culturas indígenas, bem como eram utilizadas como uma forma de legitimar essas práticas e culturas perante o Estado e a sociedade. Foi também neste período que comecei a conversar mais profundamente com os Tupinambá de Olivença sobre a perspectiva deles sobre a ‘reserva’⁸ e a reconhecer os contornos específicos da problemática da relação dos índios com as Áreas Protegidas naquele contexto. Os

⁴ Esta Cartografia circulou bastante dentro e fora do território Tupinambá. Os cartazes produzidos enquanto versão física do conteúdo virtual são encontrados por vários cantos do vasto território. O site teve grande circulação e levamos este trabalho a diversos ambientes, sobretudo nas universidades, em aulas, seminários, congressos nacionais e internacionais.

⁵ Pankararu (PE); Kariri-Xocó (AL); Xocó (SE); Karapotó Plaki-ô (AL); Tupinambá de Olivença (BA); Pataxó de Barra Velha (BA); Pataxó da Aldeia Dois Irmãos (BA); Pataxó HãHãHãe (BA).

⁶ Disponível em: < <http://www.mensagensdaterra.org/percursos-cartograficos/> >. Este trabalho também teve boa circulação gerando uma série de convites para aulas em curso de graduação e pós-graduação.

⁷ Disponível em: < http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/LIVRO-PERCURSOS-CARTOGRAFICOS-FINAL_web.pdf >. Acesso: 03/12/2017.

Tupinambá de Olivença demonstravam naquele momento bastante apreensão em relação ao ICMBio, sobretudo devido a multas conferidas aos indígenas pelo órgão ambiental. Este cenário mostrava-se como uma materialização da narrativa sobre a conservação da biodiversidade que reconhece a fiscalização como um instrumento central na implementação de políticas para a conservação, amplamente criticada por cientistas sociais⁸. O caso dos conflitos entre os Pataxó de Barra Velha e a gestão do Parque Nacional Monte Pascoal é emblemático: são mais de 30 anos entre conflitos e tentativas de acordo e pacificação. Devido às situações extremas de impasse vividas ali e à continuidade do conflito, este caso conta com uma abordagem ampla de pesquisadores de diversas áreas. Desta maneira, optei por realizar o trabalho junto aos Tupinambá de Olivença, com quem eu possuía relações mais estreitas e de mais longo prazo, e onde não haviam estudos específicos sobre a relação entre este povo indígena e a conservação da biodiversidade.

A opção por realizar esta pesquisa junto ao povo indígena Tupinambá trouxe desafios específicos colocados pela mobilização e presença indígena no Nordeste brasileiro na contemporaneidade. Os povos indígenas no Nordeste estão inseridos em um contexto particular de invisibilidade em relação a outros povos indígenas. Permanece presente hoje uma narrativa segundo a qual as populações indígenas na porção costeira do país foram ‘extintas’ durante o processo de colonização, o que contrasta com a crescente expansão demográfica e das demandas territoriais protagonizadas por estes povos, principalmente nos últimos 30 anos. Importante ressaltar que estes povos possuem abundantes espaços políticos, sociais, culturais e econômicos de trocas materiais e imateriais entre si, e possuem em comum o histórico de intensos fluxos de diversas ordens com outros grupos sociais, o que reafirma a constituição de uma identidade comum entre os indígenas no Nordeste atual. A questão da etnicidade emerge, neste sentido, como mais um campo de disputas. Neste contexto, os indígenas no Nordeste, entre eles os Tupinambá de Olivença, atualizam seu passado e afirmam sua etnicidade no presente. Contudo, segue sendo utilizado contra eles o argumento de que não seriam ‘índios de verdade’, o que tem implicações diretas nas aberturas e fechamentos em relação à atuação de instituições voltadas para a conservação da biodiversidade. É rara a implementação na Mata Atlântica de projetos de cunho socioambiental para a conservação da biodiversidade em interlocução com povos indígenas, por exemplo. Neste sentido, uma análise sobre as disputas em torno da conservação em TIs no Nordeste, precisa levar em conta as formas de organização social política e cultural destes povos, que embasam as suas concepções sobre conservação da biodiversidade, inclusive em termos das disputas territoriais em curso. Um outro desafio relativo à opção por incorporar a perspectiva dos Tupinambá sobre a conservação da biodiversidade diz respeito ao fato de que esta nomenclatura não é recorrente entre os indígenas. Outras formas de enunciação são muito mais recorrentes nas categorias como ‘preservação das florestas’; ‘proteção das matas’; ‘manter nossas nascentes’; ‘deixar os bichos voltar’; etc são muito mais recorrentes. Entretanto, a opção por ancorar a presente análise, o título deste trabalho e toda orientação da pesquisa na formulação ‘conservação da biodiversidade’ se fundamenta na aspiração de reconhecer esta perspectiva como parte do debate global atual. Esta escolha método-epistemológica se aproxima inclusive da necessidade expressa por caciques e lideranças Tupinambá de ‘mostrar ao mundo que os índios preservam’, o que possui consequências em

⁸ Entre os indígenas é recorrente a nomeação das UCs, tanto a REBIO UNA, quanto o REVIS UNA, como ‘reserva’, retornaremos a esta questão na análise a ser realizada ao longo dos Capítulos III, IV e V.

⁹ Este debate será esclarecido ao longo do primeiro Capítulo onde será realizado um mapeamento dos principais pontos de disputa sobre a conservação da biodiversidade.

termos da legitimação política e social do movimento no contexto de disputas por terra e por autodefinição acima mencionados.

Em janeiro de 2016 voltamos à TI a convite do vice-cacique da aldeia Tamandaré para realizarmos, através da metodologia da cartografia afetiva, uma oficina para os integrantes da recém criada Associação da comunidade. Aproveitando a oportunidade, realizamos nesta visita uma atividade de campo com a turma de graduação ‘Licenciatura em Educação no Campo’ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a qual estava realizando prática de docência junto ao professor Hector Alimonda do CPDA. Nesta ocasião, conversei com os Tupinambá de Olivença, com quem tenho maior contato e amizade, sobre questões como a relação entre os indígenas e a preservação, conflitos com Unidades de Conservação no Sul da Bahia, o que eles achavam sobre a crise ambiental, etc. Já em junho de 2016, após redesenhar o projeto de pesquisa da tese, estive na TI Tupinambá de Olivença com o intuito específico de reconhecer junto aos indígenas se as questões de pesquisa que me mobilizavam naquele momento faziam sentido para eles. Neste primeiro percurso no território Tupinambá de Olivença especificamente voltado para a articulação desta tese, realizei cinco reuniões com lideranças do movimento indígena para apresentar minha proposta de pesquisa e incorporar suas sugestões. Expliquei que, em linhas gerais, gostaria de abordar a perspectiva indígena sobre a ‘proteção da natureza’¹⁰ e as formas através das quais os Tupinambá de Olivença se organizavam no sentido de realizar ações no território para contribuir com a manutenção e regeneração das matas, proteção das nascentes, proliferação de animais, etc. A recepção da proposta foi excelente: todas as lideranças mostraram grande interesse na realização da pesquisa, justificado pela confiança gerada pelas relações que já tínhamos, bem como pela importância desta temática para o movimento Tupinambá de Olivença. Foi recorrente entre as lideranças a compreensão de que um trabalho como esse poderia ajudar a publicizar o ‘outro lado das retomadas’¹¹, usualmente identificadas por ‘fazendeiros’, entre outros agentes contrários a demarcação efetiva da TI, como ‘roubo’ ou ‘invasão’ de terras. As trocas de impressões com as lideranças fizeram emergir enquanto questão de pesquisa o processo de mudanças nas paisagens a partir das retomadas, nos termos da ‘compatibilização das agendas’ apontada por Tallbear (2014). Seguindo as recomendações da autora, procuramos neste trabalho apostar na co-construção de saberes e práticas a partir de uma possível conjugação de nossas concepções e objetivos com os do movimento indígena Tupinambá de Olivença, especialmente das lideranças e caciques com quem nos relacionamos diretamente. A análise das transformações territoriais ocorridas no bojo das retomadas conforma, assim, a base tanto para a construção do ponto de vista indígena apresentado ao longo do trabalho, quanto para a legitimação da luta Tupinambá de Olivença pela homologação da TI.

Foi também neste primeiro percurso pela TI, para realização específica desta pesquisa, que a atuação da ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) apareceu como um elemento central para abordar perspectivas e práticas para a conservação da biodiversidade desenvolvidas nas áreas da TI e das UCs que lhe são contíguas e/ou sobrepostas. Entrei em contato com a atuação do IESB naquela região através de uma visita ao Ecoparque de Una, o qual foi apontado por indígenas como a única parte da ‘reserva’ onde

¹⁰ Posteriormente compreendi que utilizei estas palavras e não a expressão conservação da biodiversidade, pois estas eram muito mais amplamente utilizadas pelos indígenas ao mencionar este assunto, baseando-me em experiências anteriores à realização da presente pesquisa. Este ponto relativo a forma de nomear as práticas que geram manutenção e/ou regeneração de sistemas florestais será abordado no Capítulo III e V.

¹¹ A palavra ‘retomada’ é usualmente utilizada para denominar o processo de ocupação de terras com fins de recuperação de territórios que, na compreensão dos indígenas, teriam lhes sido roubados no passado. Faremos ao longo deste trabalho uma análise mais aprofundada deste complexo termo político-cultural no contexto das populações indígenas no Nordeste e especificamente entre os Tupinambá de Olivença.

havia atividades voltadas para o público em geral. Em termos administrativos, o Ecoparque é uma RPPN contígua a REBIO implementada em 1998 e gerida até 2013 pelo IESB, e contava com um circuito de ecoturismo aberto à visitação. Entretanto, quando cheguei à sede do Ecoparque em 2016, este se encontrava fechado e um antigo funcionário me informou que a sua gestão havia sido transferida do IESB para a Cidadelle, uma das principais construtoras e agentes da especulação imobiliária na costa sul ilheense. Intrigada com esta organização da gestão e com o desenrolar dos acontecimentos, procurei a antiga gestão a fim de entender a atuação do Instituto na região, assim como a relação entre este e as UCs de nível federal ali estabelecidas oficialmente. Através de uma antiga página em uma rede social consegui entrar em contato com um integrante da instituição que me esclareceu a atuação do IESB e os principais projetos da instituição. Este interlocutor me ofereceu os contatos de outros integrantes da instituição e, neste momento, identifiquei que este seria o principal polo para a observação do discurso ambientalista na região. Pude reconhecer, com base nas conversas com ex-integrantes e nos materiais publicados pela instituição, que o IESB e organizações parceiras tiveram forte influência no processo de redelimitação da REBIO e delimitação do REVIS, bem como representavam o principal polo de atuação explicitamente voltada para a conservação da biodiversidade no recorte geográfico proposto.

A partir da aceitação por parte dos indígenas do projeto e da escolha do IESB como foco da perspectiva ambientalista, reconhecemos enquanto objetivo de pesquisa realizar uma correlação entre as narrativas ambientais de indígenas e ambientalistas sobre a conservação da biodiversidade, enquanto polos de gestação de contra-discursos dotados de similaridades e diferenças. Desta forma, comecei a delimitar as questões de entrevista (ANEXOS I e II) e elencar os possíveis entrevistados entre indígenas e integrantes do IESB. No caso da ONG, realizamos contato com todos os ex-integrantes do IESB que estavam conectados a projetos especificamente voltados a região de Una, e realizamos entrevistas com todos aqueles que se dispuseram a responder, totalizando 8 entrevistas presenciais ou via internet. Contamos ainda, com entrevistas com o gestor da REBIO e a gestora da REVIS na sede do IBAMA localizada no Centro de Ilhéus. Já o escopo dos entrevistados entre os indígenas aparecia como um problema de pesquisa mais complexo, já que a TI abriga cerca de 5 mil indígenas¹², que habitam mais de 20 ‘comunidades tradicionais’¹³ espalhadas na enorme amplitude e heterogeneidade da TI Tupinambá de Olivença. A presente pesquisa procura incorporar esta diversidade: as bases empíricas da constituição da narrativa indígena sobre a conservação da biodiversidade neste trabalho são provenientes do diálogo com indígenas de diversas ‘aldeias’¹⁴. Apesar de dialogarmos com a Antropologia em diversos sentidos, nosso objetivo, como ficará claro no decorrer da pesquisa, não foi precisamente realizar uma etnografia. Nosso instituto se aproxima mais da abordagem de diferentes narrativas e discursos nas disputas saber-poder sobre os caminhos para a conservação da biodiversidade, em um contexto geográfico relativamente amplo que abarca as relações da TI com as UCs. Sabemos que todo recorte possui seus limites e arbitrariedades, dessa forma, optou-se pela ampliação do escopo dos entrevistados e comunidades visitadas a fim de incorporar, na medida do possível, a diversidade de discursos atrelados a contextos de ação diferenciados, já que as

¹² Um questionamento em relação à demografia indígena na TI será realizada no Capítulo IV.

¹³ Esta é uma das principais formas de enunciação utilizada pelos indígenas Tupinambá de Olivença para se referenciar às diversas formas de agrupamento indígena, sobretudo quando estão dialogando com interlocutores externos. Esta questão será especificada no Capítulo III.

¹⁴ O significado deste termo e a dinamicidade da constituição e desmantelamento das localidades nos contextos territoriais indígenas no Nordeste alinhado às dinâmicas da retomada serão melhor analisadas ao longo desta tese.

comunidades se organizam de diversas maneiras, privilegiando a pluralidade de visões. O diálogo se deu prioritariamente com caciques e lideranças, pois este trabalho se apresenta principalmente como uma interação com o movimento indígena Tupinambá de Olivença e a constituição de enunciados por estes atores possui especificidades devido à sua articulação com esferas de discussão mais amplas como, por exemplo, o movimento indígena a nível nacional e regional e espaços de discussão sobre a temática ambiental.

Lidar com a heterogeneidade deste enorme território material e imaterial composto pelas aldeias espalhadas pela TI, foi um enorme desafio, portanto, faz-se necessário esclarecer a escolha das localidades que foram mais centrais na constituição desta pesquisa. O universo de pesquisa integra principalmente sete aldeias, a saber: a Vila de Olivença, Itapoã, Tamandaré, Tucum, Acuípe de Baixo, Mamão e Serra do Padeiro. As características centrais de cada uma destas comunidades, sua distribuição no território e formas de organização serão melhor descritas posteriormente, limito-me aqui, portanto, em justificar a eleição destas localidades para a pesquisa. A vila de Olivença foi minha porta de entrada ao território em todas as vezes que estive ali, ficando sempre hospedada na casa de uma liderança jovem indígena com quem construí forte laço de amizade. A Vila de Olivença possui uma centralidade simbólica e material no território, entre outros motivos, por ser um centro de circulação de indígenas de várias aldeias da TI, sendo muitas vezes referenciadas por indígenas como ‘aldeia mãe’. Já as aldeias Itapoã e Tamandaré são aquelas que conheço há mais tempo e nas quais me dediquei a elaborar, junto aos indígenas, ideias e concepções sobre a transformação da paisagem através das retomadas. A aldeia Tucum foi indicada para compor este cenário devido às articulações do cacique com movimentos ambientalistas consolidados, tais como a “Teia dos Povos”, responsável, entre outras atividades, pelas jornadas de agroecologia da Bahia. Já as aldeias do Mamão, Acuípe e Serra do Padeiro são aquelas que estão, pelo menos em parte, localizadas em área de sobreposição com o REVIS UNA e onde estavam ocorrendo conflitos com o ICMBio e com a polícia ambiental devido a multas aplicadas aos indígenas. Estes foram os principais focos de pesquisa durante os percursos pelo território. Além da supracitada permanência de cerca de um mês quando foram realizadas a primeira entrevista com um integrante do IESB e 11 entrevistas com indígenas destas aldeias, realizei outras duas permanências de cerca de um mês em dezembro de 2016 e em junho de 2017, durante as quais realizei mais 10 entrevistas com indígenas e 4 entrevistas presenciais com ex-integrantes do IESB e as 2 entrevistas com os gestores da REBIO e do REVIS. Estas permanências foram permeadas por conversas não estruturadas sobre os assuntos da pesquisa e pela observação participante. Tive, ainda, a oportunidade de retornar às comunidades já visitadas em janeiro de 2018 para atualizar os processos observados e reiterar meu compromisso com as lideranças. Na ocasião, realizei mais uma entrevista com um integrante do IESB de atuação mais especificamente voltada para a área socioambiental, com quem não tinha tido a oportunidade de conversar anteriormente.

Durante esses percursos visitei de maneira pontual mais quatro aldeias. Estas visitas não fizeram parte de uma escolha criteriosa mas da necessidade de abertura à interpelações de diversas ordens. A cacique da aldeia Itapoã me convidou, por exemplo, a participar de uma reunião na aldeia de Serra Negra, porque ela queria me mostrar o ‘estrago’ provocado pelos areais que ficam no caminho para aquela comunidade. Da mesma forma, o cacique do Acuípe de Baixo quis me levar a conhecer outras aldeias sobre seu cacicado como o Cajueiro e a Lagoa do Mabaço, para, segundo ele, mostrar ‘a simplicidade das famílias e a beleza do lugar’. Destaca-se, ainda, a participação em uma reunião ocorrida na aldeia Jahiry que reuniu caciques e lideranças de mais de dez comunidades para discutir a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental realizado por empresa de consultoria ambiental contratada pela Empresa

de Logística e Empreendimento S.A., responsável pela obra de ampliação da BR 101 no trecho da Bahia. A obra tinha em 2017 a previsão de ser realizada durante os anos de 2018 e 2019, correndo à oeste da TI, próximo à área das Serras. Neste momento, colhi importantes informações sobre o que é reconhecido como ameaça ambiental por grande parte das lideranças indígenas, sendo que com algumas delas já tinha conversado mais detidamente e com outras não. Houve ali um diálogo específico sobre os problemas ambientais mais frequentes na TI, o que me deu argumentos complementares sobre as causas reconhecidas pelos indígenas para o problema da degradação ambiental. Além desta discussão, ao fim desta reunião, fui interpelada pelo cacique da aldeia do Maruim que, ao saber de meu projeto de pesquisa, quis falar comigo sobre o intenso processo de desmatamento que estava ocorrendo na região de sua aldeia. Todo este percurso tinha o intuito de se relacionar com a variedade de ambientes de convivência com a Mata Atlântica, bem como as diversas visões dos indígenas sobre a conservação, mas o foco específico estava, ainda assim, voltado para as comunidades supracitadas a fim de gerar um material passível de sistematização posterior, segundo os critérios de definição do objeto de pesquisa e das restrições de tempo e recursos para circulação na TI.

Em termos metodológicos reconhecemos na disciplina chamada ‘Ecologia Política’ um caminho para ancorar a operacionalização dos conceitos foucaultianos. Autores como Formo (2010), Bixler (2013) procuram realizar um enraizamento da concepção epistemológica foucaultiana para contextos particulares de conflitos socioambientais, reconhecendo a variada gama de atores e discursos em disputa em cada contexto territorial. Esta recente disciplina compreende o ‘ambiente’ ou ‘meio ambiente’¹⁵ como uma arena onde diferentes atores sociais com capacidades assimétricas de exercício do poder competem por acesso e controle à recursos naturais (VACCARO et al, 2013). Utilizamos como base de formulação de questões desta pesquisa esta perspectiva sobre o campo da conservação da biodiversidade como uma arena de debates extremamente complexa e diversa, permeada por diferentes atores, dotados de diferentes capacidades de atuação em relação com os outros, que se desenvolve em um contexto histórico de intensa transformação de ecossistemas terrestres e marítimos (ADAMS; HUTTON, 2007). Os diferentes atores possuem acesso diferenciado a ferramentas de exercício do poder, desde os mais óbvios, como a violência e a coerção compulsória até o poder discursivo de definir o que deveria ser compreendido como conservação e degradação, suas causas e soluções. Holmes (2009) aponta que, no contexto de Áreas Protegidas, as populações locais, as ONGs os gestores, por exemplo, possuem diferentes capacidades de influenciar o comportamento dos outros, bem como de afirmar e manter suas próprias práticas. Materializam-se, assim, nos territórios formas múltiplas de disputas em torno da conservação da biodiversidade, gerando um debate mais complexo do que as soluções universais propostas nas narrativas globais sobre a conservação dão a entender.

Baseando-nos nos pressuposto teórico-metodológicos apresentados, elaboramos os seguintes objetivos de pesquisa:

- Realizar um descortino do processo de formulação da conservação da biodiversidade como objeto de saber e, portanto, de relações de poder;
- Identificar clivagens discursivas que baseiam as elaborações sobre a conservação da biodiversidade;
- Pontuar características das disputas em torno da etnicidade e das emergências étnicas no Nordeste indígena contemporâneo que pautam as especificidades das disputas

¹⁵ No original: *environment*.

sobre a conservação da biodiversidade no contexto territorial em foco na Mata Atlântica no Sul da Bahia;

- Reconhecer processos de transformação nas paisagens a partir da construção de novos territórios existenciais e materiais no caso dos indígenas, a partir dos processos de retomada;
- Estabelecer correlações entre o deslocamento nos debates sobre a conservação da biodiversidade no sentido da inclusão das populações tradicionais e a ampliação das ‘lutas por território’, especialmente entre os povos indígenas no Nordeste;
- Identificar as principais causas e soluções para o problema da degradação da biodiversidade na visão de indígenas e ambientalistas;
- Apontar aproximações e distanciamentos entre as narrativas ambientais de indígenas e ambientalistas no contexto territorial em foco na pesquisa.

Tendo estes objetivos como horizonte, a presente tese se estrutura da seguinte maneira. No primeiro Capítulo, procuraremos reconhecer a historicidade da emergência da ideia de conservação da biodiversidade como problema ambiental global. Através de um mapeamento não exaustivo de pontos prementes nos debates nacionais e globais sobre a conservação da biodiversidade ao longo do tempo, apresentaremos características de quatro modelos de práticas, discursos e formas de planejamento que tornaram-se paradigmáticos, a saber: a ‘conservação fortaleza’; a conservação baseada na Biologia da Conservação; o socioambientalismo; e o paradigma biorregional. Em cada modelo buscamos delinear o processo social de formulação de posições acerca de pontos-chave desta pesquisa como o processo de implementação de Áreas Protegidas e a inclusão/exclusão das populações locais em projetos de conservação da biodiversidade. Como conclusão ao Capítulo I, realizaremos uma discussão da constituição de uma polarização no debate sobre a conservação, a partir da emergência do paradigma socioambiental. Apontaremos algumas limitações desta perspectiva dicotomizante sobre a arena de disputas, a fim de abrir espaço para reconhecer que as narrativas ambientais e as ações dos atores nos territórios podem não se encaixar nesta visão.

No segundo Capítulo iremos discutir alguns aspectos específicos colocados pela mobilização e presença indígena no Nordeste brasileiro na contemporaneidade, procurando angariar ferramentas que possam auxiliar na abordagem das formas de organização social, política e cultural destes povos que embasam as relações destes com seus territórios e, por conseguinte, suas elaborações acerca da conservação ambiental. Em primeiro lugar, apresentaremos características da consolidação da invisibilidade relativa atual destas populações em seu caráter étnico, através do que foi chamado de ‘paradigma da aculturação’. Em seguida realizaremos uma elaboração acerca dos processos crescentes de mobilização indígena no Nordeste brasileiro aos quais chamamos de emergências étnicas destacando seu caráter histórico, dinâmico, pluridimensional e de questionamento frontal ao referido paradigma da aculturação. Sublinharemos que os indígenas no Nordeste produziram e seguem produzindo processos e territórios de alteridade e heterogeneidade a partir de múltiplos encontros, e não a partir do isolamento. Por fim, indicaremos formas de atuação estratégica e política dos movimentos indígenas no Nordeste em três frentes inter-relacionadas: a disputa institucional, a ação direta, sobretudo a prática das retomadas, e a disputa pelo conhecimento.

No terceiro Capítulo realizaremos uma elaboração acerca dos limites e possibilidades analíticas do quadro teórico atrelado à identificação de um processo de deslocamento nas mobilizações no rural latino americano que vem sendo chamado de ‘virada territorial’. Demonstraremos a expansão nos últimos 30 anos de demandas por parte de povos indígenas e quilombolas, entre outros povos tradicionais, baseadas na categoria território, apontando

algumas condições de possibilidade desta. Procuramos, neste sentido, reconhecer as interconexões entre as formas de enunciação acadêmicas e a maneira como se engendram as lutas por território. Após este descortino geral das bases de constituição da ‘virada territorial’, identificamos que a clivagem baseada nos binômios terra-trabalho e território-cultura possui uma dimensão historicamente constituída, bem como que as chamadas lutas por território possuem tanto continuidades, quanto descontinuidades em relação às lutas por terra, tomando exemplos das lutas indígenas no Nordeste. Em seguida, procuraremos argumentar que, em adição à lutas pela manutenção de territórios, os movimentos indígenas no Nordeste realizam, sobretudo através das retomadas, um intenso e vivo processo de (re)diversificação de paisagens naturais e culturais, em constante transformação, fundamental para compreendermos a relação destes povos com a questão da conservação da biodiversidade. Como fechamento deste Capítulo e abertura para o próximo faremos uma discussão sobre a questão da sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, especialmente na Mata Atlântica no Sul da Bahia, problemática que aciona pontos de intersecção entre os debates sobre indígenas no Nordeste e sobre a conservação da biodiversidade em relação à inclusão/exclusão de populações locais.

No quarto Capítulo nos dedicaremos à apresentação mais detida do contexto territorial em foco nesta tese. Partiremos do recorte espacial efetivado pelo Estado na delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e na implementação das Unidades de Conservação Reserva Biológica de Una e Refúgio da Vida Silvestre de Una. Ao explorar em mais detalhe a conformação destes territórios gradualmente abrimos o escopo da perspectiva de suas dimensões puramente administrativas-políticas e apresentaremos alguns processos históricos que operaram como condições de possibilidade para a organização socioespacial atual. No caso da TI, seguindo as trajetórias territoriais indígenas, procuraremos reconhecer as ações no presente, e atualizações do passado, que fazem parte do processo de emergência étnica Tupinambá de Olivença. Já no caso das UCs atentaremos para as articulações e legitimações sociais que embasaram a instalação destas Áreas Protegidas, bem como outras ações para a conservação da biodiversidade na região, como a implementação de RPPNs e de corredores da biodiversidade, destacando o papel da ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) neste processo.

No quinto e último Capítulo, acompanhando autores de inspiração foucaultiana da Ecologia Política, lançaremos mão da análise de narrativas ambientais para sistematizar causas e soluções propostas para o problema da degradação da biodiversidade por dois coletivos aos quais chamaremos de ‘indígenas’ e ‘ambientalistas’. Apresentaremos ali a metodologia utilizada para o levantamento e apresentação das narrativas. Quanto aos indígenas, abordaremos, particularmente, a perspectiva ancorada no movimento indígena em íntima relação com a emergência étnica dos Tupinambá de Olivença, sendo as retomadas e as lutas pela demarcação centrais na constituição de práticas e discursos atrelados a essa narrativa. Já o conjunto de materiais discursivos que conformam a narrativa ambientalista está atrelado à atuação do IESB e parceiros, devido ao seu papel sem paralelo no Sul da Bahia e sua capacidade de influência nas tomadas de decisão, inclusive no tocante à implementação de UCs. Indicamos as bases de elaboração para as causas da degradação ambiental e três soluções para o problema compartilhado para cada uma das narrativas, apontando aproximações e afastamentos entre elas. Através de um universo heterogêneo de materiais e meios de discurso procuraremos trazer ao diálogo narrativas que possuem diferenças consideráveis em termos de linguagem, forma de circulação e legitimidade social.

O ponto de partida que perpassa a elaboração de todo este trabalho é a vontade de realizar uma discussão sobre os critérios de legitimação, das formas de classificação, das

estratégias para fazer valer pontos de vista, dentro de determinados regimes de verificação, que atravessam os diversos temas inter-relacionados por esta pesquisa. Nos direcionamos no sentido de reconhecer os enunciados que conferem positividade ou legitimidade a este ou aquele significado de palavras como ‘índio’; ‘conservação’; ‘desmatamento’ etc. Conforme aponta Ferreira (2013), todo conhecimento tem um conteúdo filosófico político que tem que ser levado em conta sob risco de reificação, intencional ou não, de formas de dominação neles contidos. Neste sentido, procuramos aqui aprofundar a análise dos conteúdos no que diz respeito ao discurso voltado para a conservação da biodiversidade. Não é – nem poderia ser – nosso objetivo realizar por completo esta tarefa. Entretanto, olhar para a produção de práticas e discursos sobre a “degradação” e/ou “conservação” colocando em foco as bases e conteúdos epistemológicos contidos em cada posição pode nos ajudar a melhor compreender formas de exercício do poder.

CAPÍTULO I

1 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: UMA QUESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

1.1 Relativo Consenso e Diversidade Paradigmática

A necessidade de preservar, proteger ou conservar o que resta da biodiversidade do planeta vêm se apresentando como relativo consenso nos últimos 30 anos, gerando uma miríade de práticas e discursos que procuram reconhecer as causas para o problema da degradação dos ecossistemas e apontar possíveis soluções. Nesse contexto, de aceitação social globalmente compartilhada sobre a necessidade de conservar a biodiversidade, abre-se um acalorado e multifacetado debate sobre os melhores meios para alcançar tal objetivo, palco de intensas disputas nos campos acadêmico, estatal e dos movimentos sociais. Tendo como referência o pensamento foucaultiano, procuramos, neste Capítulo, delinear alguns contornos do processo histórico de emergência da ‘conservação da biodiversidade’ como objeto de saber e, portanto, espaço de relações de poder. Com isso, buscamos reconhecer nos debates ambientais nacionais e globais sobre a conservação da biodiversidade pontos que nos auxiliem a abordar as disputas em torno dessa questão na região composta pela TI Tupinambá de Olivença e as UCs REBIO e REVIS de Una, foco privilegiado deste trabalho. Avaliamos ser importante balizar a historicidade da ‘carreira de sucesso’¹⁶ da ideia de conservação da biodiversidade como problema ambiental. Nos permitimos, neste sentido, realizar aqui uma articulação dos enunciados produzidos em diferentes escalas. Procuramos construir pontes entre as elaborações sobre a conservação da biodiversidade em escala nacional e global, já que a construção desta agenda esteve ligada com a consolidação de um movimento ambientalista com fortes articulações transnacionais. Seguindo Pádua (2002), buscamos não incorrer no erro de interpretar esta interconexão como uma ‘importação’ de ideários de conservação produzidos, na verdade, em países desenvolvidos. Procuramos, ao contrário, reconhecer que processos de articulação discursiva nacionais e globais retroalimentam-se. É inegável que, no Brasil, esta temática possui um peso particular devido à importância do recorte geográfico reconhecido internacionalmente como o estado nacional brasileiro na amostragem global de biomas e espécies. Por ser um país com dimensões continentais que se estende em sentido Norte-Sul e possui grande parte de sua extensão em zonas quentes e chuvosas, ambiente propício para a variação de espécies, e por abarcar uma multiplicidade de atores sociais que se ocupam da temática, as experiências brasileiras exercem um papel de destaque nos debates voltados para a conservação a nível internacional. Importante notar que não é nosso objetivo produzir um mapeamento exaustivo da variada gama de discussões relativas à conservação da biodiversidade mas, sim, realizar um descortino geral de temas que estão em pauta nos discursos e práticas dos atores nos territórios em foco neste trabalho. Em

¹⁶ Para acesso, Cf. Hannigan (2009).

especial observamos as relações entre Áreas Protegidas (APs)¹⁷ e a inclusão/exclusão das populações locais nos projetos de conservação. Conforme ficará claro no decorrer deste trabalho, procuramos lançar mão de uma perspectiva territorial, inclusive por se tratarem as Áreas Protegidas, por definição, de projetos de conservação de base espacializada.

Este Capítulo é, em certa medida, um aprofundamento e rearticulação condensada da dissertação de mestrado da autora¹⁸. Naquela ocasião, foi realizado um mapeamento da produção relacionada ao tema da conservação da biodiversidade em periódicos brasileiros registrados na Capes nas subáreas Antropologia/Arqueologia, Sociologia e Ciências Políticas. Voltamos ali nosso olhar especificamente para os enunciados produzidos pelo discurso científico das disciplinas reconhecidas como Ciências Sociais no Brasil, a fim de identificar as contribuições destas ao ambiente discursivo sobre a conservação. Entretanto, não é nosso objetivo aqui, como foi em parte na pesquisa de mestrado, analisar especificamente a formação do ambiente estritamente acadêmico de discussões sobre a conservação biodiversidade nas Ciências Sociais, como, por exemplo, discutir processos de institucionalização de disciplinas voltadas para a questão ambiental no Brasil¹⁹. Nosso interesse particular é realizar um desdobramento do olhar voltado para a constituição do discurso científico para reconhecer as formas como este foi socialmente produzido, ao mesmo tempo em que teve um forte impacto nos processos de circulação social de discursos e práticas para a conservação da biodiversidade. Acompanhando o ‘idioma da coprodução’ (JASANOFF, 2004), desenvolvemos neste trabalho uma visão contextualizada do conhecimento científico, incorporando críticas ao objetivismo científico desenvolvidas no âmbito dos chamados *Science and Technology Studies*. Esta perspectiva pode nos auxiliar a questionar a autoconstrução da ciência como conhecimento mais pertinente ou legítimo do que os outros. Como veremos, esta pode ser uma estratégia analítica particularmente interessante na medida em que um dos pontos de debate mais prementes sobre a biodiversidade é a afirmação e/ou questionamento da legitimidade do conhecimento científico como base para a tomada de decisões, sobretudo no que diz respeito ao planejamento e gestão de projetos de conservação.

Ao longo do processo histórico de constituição e consolidação da biodiversidade como algo a ser conservado, diferentes modelos de práticas, discursos e formas de planejamento tornaram-se preponderantes ou, poderíamos dizer, paradigmáticos. Neste sentido, apresentamos a partir da próxima seção algumas das principais características de quatro modelos de conservação da biodiversidade. O primeiro diz respeito à inauguração da questão da conservação da natureza fundamentada na implementação de Áreas Protegidas restritivas,

¹⁷ Utilizaremos neste Capítulo, preferencialmente, esta denominação por ser este o termo mais recorrente no âmbito internacional para referenciar áreas voltadas para a conservação da biodiversidade dotadas de algum tipo de restrição do uso dos recursos naturais. Entretanto, a nomenclatura mais utilizada no Brasil nos últimos anos é Unidades de Conservação (UCs), assim quando couber utilizaremos também essa designação.

¹⁸ Ao contrário da proposta da pesquisa anterior, não nos dedicaremos neste trabalho à realização de um ‘estado da arte’ sobre a conservação da biodiversidade mas, sim, a uma articulação sobre dimensões específicas do debate que ecoam ou são desafiadas pelas narrativas ambientais dos indígenas Tupinambá de Olivença e ambientalistas que articularam as principais ações para conservação nas áreas das UCs e adjacências. Desta maneira, diversos temas de destaque na dissertação, como a questão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou a questão da responsabilidade ambiental das empresas, não serão analisados aqui já que não configuram questões de peso nos territórios em foco. Para mais sobre estes e outros pontos de debate que envolvem a conservação da biodiversidade Cf. Sandroni, (2012) e; Carneiro; Sandroni (2016).

¹⁹ Para algumas considerações sobre estes processos no campo das Ciências Sociais Cf. Portilho; Lima (2001); Ferreira (2004); Sandroni (2012).

que se pode nomear de ‘conservação-fortaleza’; em seguida identificamos o modelo relacionado à cientifização do discurso marcado pela entrada em cena do conceito de biodiversidade; após esse momento, apresentamos o paradigma autointitulado, principalmente no Brasil, de ‘socioambientalista’, constituído a partir da crítica a injustiças sociais provocadas pela conservação restritiva; por fim, expomos as principais características do paradigma bioregional, que busca a incorporação de críticas elaboradas no âmbito do socioambientalismo e o alinhamento de objetivos de conservação e desenvolvimento. Importante salientar que os novos paradigmas de conservação que vão sendo formulados ao longo do tempo, embora estejam atrelados a um momento histórico específico, não suplantam os anteriores. Entendemos aqui por paradigmas as formas ou modelos dotados de uma capacidade maior de circulação e influência durante um determinado período e não como uma formulação ideal, mais próxima ao real, que desbancaria a anterior tornando-a inócua e obsoleta²⁰. Desta maneira, cada nova forma de afirmar a delimitação de caminhos mais adequados para a conservação da biodiversidade reelabora a anterior que permanece enquanto parte do espectro de possibilidades, mesmo que diminua seu grau de legitimidade social. Apesar de identificarmos uma sucessão histórica, na prática, os paradigmas de conservação se sobrepõem e se combinam de diferentes formas em locais e períodos específicos. Isto incorre, inclusive, em uma certa sobreposição das periodizações utilizadas: em diversos momentos avançamos e retornamos no tempo, na medida em que as bases de formulação dos diferentes paradigmas possuem entrecruzamentos ou remontam a períodos anteriores ao de sua difusão mais ampliada. Notamos ainda que estes discursos de grande alcance e circulação estão sempre em constante embate com a enorme mobilidade social, cultural e ecológica dos territórios.

Ao fim do Capítulo, fazemos uma discussão sobre um ponto de inflexão no histórico apresentado que nos parece particularmente importante aos objetivos de pesquisa. Procuramos argumentar que a emergência do paradigma socioambiental incorreu em uma polarização do debate sobre a conservação: a partir da década de 1990, sobretudo no Brasil, houve a constituição de uma clivagem entre o campo das práticas e dos discursos acerca da conservação da biodiversidade em dois polos considerados como mutuamente excludentes, a saber: o ‘preservacionismo’ e o ‘socioambientalismo’. Apontamos algumas limitações desta perspectiva dicotomizante sobre a arena de disputas em torno da conservação da biodiversidade, a fim de abrir espaço para reconhecer que as narrativas ambientais e as ações dos atores nos territórios podem não se encaixar nesta visão simplificada da questão.

1.2 Natureza Selvagem, Paisagens Extraordinárias e Conservação-Fortaleza

Embora em sua formulação atual a questão da conservação da biodiversidade seja bastante recente, remontam ao século XIX as bases ideológicas que possibilitaram as primeiras ações voltadas para a proteção da natureza que continuam a ser utilizadas até os dias de hoje, sobretudo a criação de Áreas Protegidas. Durante a segunda metade do século XIX, formulações da questão ecológica relacionadas à ‘proteção da natureza’, ou ao menos de porções específicas do que era compreendido como natureza, se desenvolveram em diversas partes do mundo. A Ecologia, ciência nascida em meados do século XIX, fez parte deste processo de constituição dos fundamentos dos discursos da conservação, ao apresentar uma preocupação em estudar o equilíbrio existente nos ambientes naturais e como ocorrem

²⁰ Nos distanciamos da concepção de paradigma proposta por Thomas Kuhn tanto por não ficarmos restritos ao âmbito científico, quanto por não nos basearmos numa ‘universalidade’ do paradigma em seu período de vigência. Para mais sobre o conceito Kuhniano de paradigma Cf. Kuhn (2009).

processos de desequilíbrio²¹ (PORTILHO; LIMA, 2001). Além disso, estas ações estavam ancoradas, principalmente, na produção de um novo imaginário em relação à natureza que passa de elemento a ser domado e conquistado a local exótico a ser preservado, inspirado no bucolismo e na valorização de uma visão idílica da natureza preconizada pelo romantismo. Neste sentido, a tradição de criação de parques ancorava-se em grande medida na concepção de ‘patrimônio natural’ (FRANCO, 2013). As paisagens são ressignificadas e elementos destas, sobretudo determinadas espécies de animais, tornam-se símbolos de uma natureza ‘pré-humana’. Neste período, a palavra mais utilizada em inglês para designar este ente a ser protegido não era ‘*nature*’ mas ‘*wilderness*’²², signo que remonta a uma natureza selvagem, indomada, apartada de tudo aquilo que é humano. Como materialização deste ideário de valorização da *wilderness* frente ao cotidiano conturbado da vida urbana, na qual encontravam-se emersas um número cada vez mais crescente de pessoas, foram criadas as primeiras APs.

O primeiro parque nacional do mundo, citado exaustivamente nos históricos sobre a questão da conservação da biodiversidade, foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872 no norte dos Estados Unidos. Vaccaro et al (2013) reconhecem o modelo de Yellowstone como o primeiro paradigma global de conservação da natureza, chamando-o de ‘*fortress conservation*’ ou ‘conservação-fortaleza’. Este modelo baseia-se na proteção de paisagens naturais espetaculares para usufruto e gozo estético da humanidade, através da visitação por parte de amantes da natureza, restringindo o acesso e uso dos recursos naturais ao mínimo possível. Importante notar que a criação de APs, já naquele período, ancoravam-se em métodos de enunciação e atuação que permanecem válidos até os dias de hoje como, por exemplo, ações voltadas para salvar da extinção determinadas espécies carismáticas de especial beleza ou apelo afetivo como aves e mamíferos considerados bonitos, árvores grandiosas e plantas com flores notáveis²³. Em uma outra vertente complementar, em 1914 a Suíça estabeleceu a primeira Área Protegida para fins especificamente científicos, local onde seria possível realizar coletas e análises de espécies da fauna e flora sem a interferência humana (MILANO, 2001). Inaugura-se, assim, mais um modelo da conservação-fortaleza, voltada menos para a proteção de paisagens incríveis para gozo humano e mais para a preservação de habitats para aprofundamento do saber científico. Esta tradição será traduzida no Brasil através das Reservas Biológicas.

Desta forma, já na primeira metade do século XX, a delimitação de APs passa a ser a principal estratégia para a conservação em escala global (ADAMS, 2004). Neste período institucionalizaram-se as primeiras APs do Brasil. Em 1937, foi criado o primeiro Parque

²¹ Importante notar, entretanto, que o intuito da ecologia em seu processo de institucionalização e consolidação como disciplina era explicar, e não denunciar, os desequilíbrios observados.

²² Em português algumas expressões utilizadas para designar a noção de *wilderness* são: mata virgem, mata primária, natureza selvagem. Entretanto, a noção mais amplamente utilizada no debate crítico à conservação da biodiversidade é a noção de ‘natureza intocada’ que ganhou ampla divulgação, principalmente, no meio acadêmico de Ciências Sociais, mas não apenas, a partir do livro intitulado ‘O Mito Moderno da Natureza Intocada’ (DIEGUES, 1996). Contudo, pode-se argumentar que esta expressão estaria mais próxima a outra expressão largamente utilizada em inglês: ‘*pristine nature*’.

²³ Esta concepção transformou-se mas manteve-se ao longo do tempo com a consolidação da perspectiva voltada para a conservação da biodiversidade. Apesar de incorporarem uma nova perspectiva sobre a necessidade da preservação da diversidade biológica de uma maneira mais ampla, a utilização de espécies carismáticas como espécies bandeira ou mesmo como base para a delimitação de Áreas Protegidas continuou sendo um fator importante, sobretudo até a década de 1990. Como veremos, este é o caso da REBIO de Una cuja delimitação teve íntima relação com a presença do mico leão da cara dourada.

brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia e em 1939 dois outros parques foram estabelecidos, a saber, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu, claramente inspirados em Yellowstone (MITTERMEIER et al, 2005). Entretanto, ao contrário dos EUA, onde os primeiros Parques se localizavam em áreas pouco modificados pelo processo de colonização, no Brasil priorizou-se áreas ameaçadas justamente pelo avanço da ocupação (NUNES et al, 2011): todos os três primeiros parques estão situados na Mata Atlântica, bioma de maior visibilidade e já naquela época com elevadíssimo grau de devastação. Em comum com os EUA, ressalta-se a concepção de Parque utilizada, fundamentada na manutenção de paisagens extraordinárias para que essas pudessem ser desfrutadas pelos humanos através da visitação, o que proporcionaria lazer e contato com a natureza. Importante notar que, neste período, os órgãos estatais responsáveis pelos Parques não dispunham de meios de restringir, de maneira coercitiva, o acesso aos recursos naturais por parte das populações locais e, por isso, no Brasil, nos primeiros anos, quase não são registrados casos de relação tensa com populações residentes nestas áreas. Afinal, muitos destes parques contavam apenas com o decreto de sua criação, sendo pouca sua efetividade. Como veremos, esta relação relativamente “não conflituosa” irá se modificar ao longo do tempo.

O contexto político da criação das primeiras APs oficiais do Brasil era o varguismo, momento histórico da passagem de um país eminentemente rural para o início da instalação de polos mais pujantes urbano-industriais (NUNES et al, 2011). Neste período, o Brasil passa aos poucos a uma posição na qual a preservação da natureza selvagem, para gozo daqueles que com ela perderam o contato – populações urbanas – passava a fazer sentido. Outra marca do varguismo era o forte nacionalismo, havendo portanto uma ligação entre a implementação destas áreas e a conformação de uma imagem nacional positiva fundamentada na noção de patrimônio histórico e natural. Este é o caso do Parque Nacional Histórico Monte Pascoal²⁴, criado em 1943 como ‘monumento nacional’ na chamada ‘costa do descobrimento’ no Extremo sul da Bahia, que tinha como objetivos “rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos” (CARVALHO, 2009, p. 508). Vaccaro et al (2013) argumentam que a conservação em seus primeiros passos, na consolidação da conservação-fortaleza, esteve intimamente imbricada ao Estado Nacional moderno, ao ser uma das estratégias de controle por parte do Estado do chamado ‘território nacional’. Os primeiros Parques do país na Era Vargas certamente fazem parte deste processo, alcançando ao mesmo tempo um controle mais intenso sobre territórios específicos, bem como utilizando paisagens ‘tipicamente brasileiras’ na formação da identidade nacional. Fundamental notar que, desde o início da emergência da questão da conservação da natureza, o Estado é o principal ator de efetivação – quando não possui o monopólio – de políticas para a conservação de base espacial.

1.3 Da Natureza Selvagem à Biodiversidade: Conservação de Habitats *in Situ*

Dos anos 1950 em diante, a partir de uma articulação progressiva de um ‘ambientalismo científico’, começa a ocorrer um deslocamento na forma de compreensão da questão da proteção ambiental ou da conservação da natureza (FOSTER, 2000). Até este período, como vimos, havia ações voltadas para a conservação, inclusive de grande porte e escala global, contudo, não estava ainda no centro destas ações uma concepção sobre a variação genética e das espécies. O conceito de conservação da biodiversidade ainda não existia, e a questão da degradação ambiental em seu sentido mais amplo e não relativo a um

²⁴ Parque situado em área de sobreposição em relação a áreas consideradas pelos indígenas Pataxó como parte de seu território, o que causou inúmeros conflitos, como veremos brevemente no Capítulo III deste trabalho.

local ou paisagem específicos não havia se tornado um problema social a ser resolvido, o que só ocorre a partir de meados da década de 60. Aos poucos governos, organizações e sociedade civil passaram a enxergar o processo de degradação ambiental como um alvo necessário de políticas e ações capazes de mitigar seus efeitos nefastos, gerando um consenso de que “algo deveria ser feito”²⁵. Neste contexto, a criação de APs ganha novo folego e dimensão. Podemos tomar como exemplos do início desta inflexão a realização, em 1962, da primeira conferência mundial sobre Parques Nacionais nos Estados Unidos e a criação, no Brasil, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 1967. Este último tinha como objetivo aplicar o novo código florestal e era encarregado de gerir as APs brasileiras (NUNES et al, 2011).

Durante a década de 1970 vê-se a passagem da necessidade de preservar a ‘natureza’ em seu estado ‘puro’ e ‘selvagem’ – *wilderness* – reconhecida em áreas particularmente admiráveis, para a necessidade de preservar ‘ecossistemas’ de todos os tipos. Um dos principais argumentos utilizados na época era de que a destruição de habitats não estudados poderia incorrer no risco de que substâncias, tão importantes quanto à penicilina, desaparecessem antes de serem descobertas pela ciência (BENJAMIN, 1993). O avanço da química e da biotecnologia, bem como suas promessas de descobertas valiosas à humanidade no futuro, tornou a questão ainda mais premente²⁶. Cada vez mais biólogos e ativistas passam a defender a conservação, não apenas de espécies carismáticas mas de toda a diversidade biológica, *in situ*, argumentando que o inventário de espécies em jardins botânicos, museus ou zoológicos não seria suficiente, nem em termos puramente utilitários, pois a interação entre as espécies guardam também informações relevantes (MILANO, 2001). Um consenso crescente vai se formando de que é preciso conservar os ecossistemas em sua integridade, fazendo crescer exponencialmente a importância das APs de proteção integral como forma de preservação mais adequada. Destaca-se que após a Segunda Guerra Mundial viu-se um aumento expressivo, em termos globais, no número de espaços voltados para a conservação, o que continuou a suceder durante as décadas subsequentes (ADAMS; HUTTON, 2007).

O deslocamento na formulação da questão da ‘proteção da natureza’, que passa a focar nos ecossistemas, na biotecnologia e no afastamento de uma visão puramente idílica da natureza, esteve fortemente ancorada na cientifização do debate. A popularização da questão fundamentou-se, principalmente, na ação de cientistas naturais, em especial biólogos, que denunciaram a degradação ambiental a partir do resultado de suas pesquisas (ALONSO; COSTA, 2002). No bojo da escalada da cientifização da conservação que, aos poucos foi se consolidando de maneira intensa e extensa, institucionalizou-se uma nova disciplina na área das ciências da vida que autointitulou-se Biologia da Conservação, na qual foi cunhada a noção de ‘biodiversidade’. Na visão dos pioneiros dessa disciplina, a biodiversidade não foi feita pela ‘humanidade’, portanto, ela não está a serviço desta. Nasce aqui uma perspectiva que aos poucos se distancia da noção de patrimônio, muito centrada no direito que a humanidade tem de usufruir de espaços naturais, procurando transferir direitos para a própria natureza. Há, entretanto, uma continuidade entre os preservacionistas do século XIX e

²⁵ São marcos desta inflexão científica, que embasou a emergência da questão ambiental como a conhecemos hoje, livros que alertavam para os perigos da ação humana como o *The Silent Spring* de Rachel Carson (1969) e *The Population Bomb* de Paul Ehrlich (1968).

²⁶ O debate sobre a propriedade intelectual e a biotecnologia é um dos pontos centrais na arena de disputas global sobre a biodiversidade desde a década de 1980, permanecendo como pauta central até hoje. Entretanto, não iremos nos aprofundar aqui neste ponto, já que questões como o conhecimento tradicional atrelado ao uso de espécies específicas ou a biopirataria não apareceram como temas importantes na situação em foco na presente pesquisa. Para análises sobre estes temas Cf., por exemplo, *Geopolítica da Biodiversidade* (ALBAGLI, 1998) e *Dimensões Humanas da Biodiversidade* (BECKER; GARAY, 2006)

primeira metade do século XX e os biólogos da conservação: a atribuição de um valor intrínseco à natureza “baseado mais em uma sensibilidade estética e em um sentimento de empatia pela diversidade da vida do que em um saber científico inquestionável.” (FRANCO, 2013, p. 42). Tornava-se, assim, necessário cunhar um termo capaz de articular politicamente a ‘diversidade da vida’. Oficialmente o termo biodiversidade foi utilizado pela primeira vez em evento organizado em Washington em 1986, intitulado ‘*National Forum on BioDiversity*’, que gerou uma publicação sob o nome ‘*Biodiversity*’ divulgada em 1988²⁷ (FRANCO, 2013). Destacamos que não há um consenso científico sobre o termo ‘biodiversidade’, todavia, a categoria adquire um peso político relevante, reconhecido amplamente pelos biólogos da conservação que o utilizam para a composição de denúncias e planejamento de ações. Pode-se afirmar que o conceito foi criado por ter ‘mais apelo’ para o público e a mídia (GIRARD; VARGAS, 2008). Esta definição, por ser suficientemente geral, tornou-se a mais funcional politicamente, sendo capaz de aproximar gestores de Áreas Protegidas, cientistas e ativistas da conservação. A constituição da ideia através desta palavra foi tão bem sucedida que esta passou a ser, em menos de 30 anos, sem sombra de dúvidas, a principal forma de enunciação da questão.

Ao cunhar o termo e realizar a denúncia do processo de sua degradação, a Biologia da Conservação nasce, portanto, em relação de coprodução com a crise global da biodiversidade, baseada na afirmação política por parte destes cientistas-ativistas de que o processo de extinção das espécies em curso, a partir do século XX, ocorre em uma escala muito maior do que ocorreria através do processo da evolução, sendo a causa disto a ação humana²⁸. Em suma, a questão científica e a questão política da conservação da biodiversidade coemergem. Mene, Soulé & Reed (2006), expoentes do processo de constituição da disciplina e fundadores da ‘*Society for Conservation Biology*’ criada em 1985, chamam a Biologia da Conservação de uma ‘disciplina voltada para uma missão’²⁹, ou seja, que a emergência deste campo do conhecimento orientou-se mais pela realização de ações para planejamento e gestão da conservação do que pela diferenciação teórico-metodológica em relação a outros campos da Biologia. Segundo os autores, os cientistas da recém nascida disciplina ‘pegaram emprestados’ métodos e teorias das ciências biológicas já estabelecidas para alcançar um ‘objetivo coerente’: “proteger e perpetuar a diversidade biológica do planeta” (MENE et al, 2006, p. 631). Soulé (1985) define a disciplina como ‘orientada pela crise’ tendo como objetivo providenciar princípios e ferramentas necessárias para garantir a conservação frente a um ‘processo catastrófico em curso’. Desta forma, no contexto de aceitação social de uma crise que vai ganhando atenção política crescente, propulsionada em grande parte pelos cientistas, a Biologia da Conservação se afirma como o ambiente discursivo legítimo para a elaboração de soluções para este problema. Instrumentos de gestão e de seleção de áreas voltadas para a conservação vão sendo cunhados como, por exemplo, critérios de definição do grau de variação, endemismo e ameaças a determinadas espécies. A primeira lista de espécies ameaçadas foi divulgada em 1973, e revisada em 1989, passando a fazer parte do livro

²⁷ Interessante notar que todos os autores da publicação, e muito provavelmente a grande maioria dos participantes do fórum, eram homens brancos norte-americanos. Com este comentário, busca-se aqui somente reconhecer um elemento social fundante na formação deste conjunto de ideias.

²⁸ Fundamental salientar que na maior parte das articulações dos biólogos da conservação sobre a extinção acelerada das espécies a ‘ação humana’ ou ‘os humanos’ aparecem como uma entidade monolítica. É justamente este ponto uma das principais bases da crítica de movimentos e Ciências Sociais ao paradigma da conservação *in situ* da biodiversidade.

²⁹ No original: *Mission-Driven Discipline*.

vermelho das espécies ameaçadas em nível global organizado pela *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN), uma entre as primeiras grandes organizações internacionais voltadas para a conservação.

Durante este período, a cientificação da proteção ambiental e o crescimento do número de APs ocorria também no Brasil. De acordo com Mittermeier et al (2005), entre meados da década de 1970 até o início dos anos 1990, o Brasil foi o país tropical com maior investimento na criação de APs, num esforço comparável ao realizado em países desenvolvidos. Segundo os autores, até 1970, o Brasil contava com 14 Parques Nacionais, sendo apenas um deles na Amazônia e nenhum no Pantanal. Já entre 1974 e 1989 foram criados 22 Parques, 20 Reservas Biológicas e 25 Estações Ecológicas. Observa-se que este processo de grande alcance de instalação de APs foi pela primeira vez guiado pelo reconhecimento cientificamente validado sobre áreas prioritárias para a conservação, fundamentadas naquele momento nos conceitos de ‘refúgios do pleistoceno’ e ‘centros de endemismo’. Isto é, o processo de ampliação da quantidade e abrangência das APs no Brasil esteve ligado à consolidação de um conjunto de profissionais acadêmicos ligados à conservação, frequentemente, os próprios cientistas da Biologia da Conservação (MITTERMEIER et al, 2005). Cabe destacar que os primatas e os primatólogos foram atores fundamentais na constituição da Biologia da Conservação e da conservação da biodiversidade no Brasil. As pesquisas sobre o comportamento e alimentação dos primatas, realizadas na década de 1970, tiveram um papel central em colocar a Mata Atlântica em pauta na conservação internacional, gerando um fluxo importante de recursos da WWF (MITTERMEIER et al, 1982). Dentre os primatas, os micos têm uma centralidade singular. Foram constituídas, durante os anos 80, três Reservas Biológicas e uma estação ecológica especialmente voltadas para a preservação de espécies deste primata, sendo uma delas a REBIO Una, a única desta leva implementada na região Nordeste do país.

Se em meados da década de 1980 a disciplina da Biologia da Conservação se consolidou, durante os anos 1990 ela se difundiu amplamente. Diversos centros de pesquisa³⁰ e periódicos foram criados ao redor do mundo e foram publicados os principais manuais da disciplina (FRANCO, 2013). Neste contexto, as formas de pensar desta disciplina passam a embasar, cada vez mais, tomadas de decisão e ações voltadas para a conservação. Cabe destacar, neste sentido, que grande parte da atuação política dos biólogos da conservação era voltada para a criação de APs o mais restritivas possível e também cobrindo a maior quantidade viável de área. Isto porque a correlação de determinação mais presente da Biologia da Conservação, sobretudo nesta fase inicial, é que quanto maior a área do habitat, maior o número de espécies protegidas. Isso vem da tradição da biogeografia de ilhas, emergente na década de 1960, que atualiza ao mesmo tempo em que fundamenta o processo de consolidação da Biologia da Conservação. A teoria da biogeografia de ilhas, a partir da análise da variação de espécies em ilhas oceânicas, formulou a ideia de que quanto maior a ilha e quanto mais próxima ao continente ela for, maior o número de espécies. Devido ao alto grau de fragmentação no continente alguns biólogos propuseram a utilização deste referencial para analisar “ilhas” terrestres, ou seja, fragmentos de habitat que foram sendo isolados de outros pelo processo de degradação ambiental. A isso foi acrescentada a noção de que quanto mais restritiva a proteção, maiores as chances de manutenção da área total do fragmento. Conforme nos aponta Milano (2001, p. 23):

é reconhecido que são aquelas categorias de manejo ditas de proteção integral e uso indireto dos recursos naturais, por serem mais restritivas, que

³⁰ No Brasil, o primeiro programa de pós-graduação em Biologia da Conservação foi o criado na UFMG em 1988 em forte articulação com a questão do manejo de primatas (MITTERMEIER et al, 2005).

também garantem maior proteção às espécies raras, endêmicas ou ameaçadas e à integridade das amostras de ecossistemas nelas incluídas.

Seguindo essa visão, biólogos da conservação passam a defender a proteção integral como base para o planejamento, implementação e gestão de APs. Este é o fundamento de grande parte do que veio a se tornar um dispositivo político dominante para a conservação da biodiversidade. Esta perspectiva incorrerá em conflitos entre diferentes visões sobre a conservação da biodiversidade, sendo criticada por uma variedade de atores que irão alegar uma falta de reconhecimento das populações locais na equação da implementação de APs tanto no modelo mais antigo da ‘conservação fortaleza’, quanto nos modelos calcados na salvaguarda da biodiversidade e na Biologia da Conservação. A principal continuidade reconhecida pelos críticos aos dois primeiros modelos aqui apresentados é a adoção de APs que buscam restringir ao máximo o fluxo de pessoas, o que incide em uma série de limitações de uso e acesso aos recursos naturais, sobretudo por parte das populações, muitas vezes vulneráveis e dotadas de aspectos sociais e culturais específicos, que habitam os locais onde as APs se instalam. Em diversos casos estas são populações indígenas que habitavam estas áreas muito antes da instalação da AP.

1.4 Emergência do Socioambientalismo e a Conservação Participativa

Já a partir dos anos 1970, a questão dos impactos sociais da implementação de APs em populações locais começa a ser reconhecida em fóruns internacionais e a necessidade de que estas áreas tivessem componentes de inclusão econômica e social, principalmente das populações em seu entorno e interior, passam a fazer parte do debate sobre a conservação da natureza (ADAMS ; HUTTON, 2007). Por exemplo, em 1975, como resultado da assembleia geral da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) foi publicada uma resolução que afirmava que os Estados Nacionais não deveriam expulsar povos indígenas de suas áreas em nome da conservação da biodiversidade. Dessa maneira, no bojo da profusão de movimentos da contracultura nos EUA e do florescimento de um movimento ambientalista voltado para a compreensão da conexão entre problemas sociais e ambientais, bem como no fortalecimento de movimentos de populações autóctones no âmbito global, começaram a ser formuladas críticas ao modelo de conservação baseado na proteção integral presente tanto no paradigma da ‘conservação fortaleza’, quanto sua atualização cientificizada baseada na Biologia da Conservação.

Enquanto isso, o Brasil estava em plena ditadura militar e não houve aqui abertura democrática para consolidação de um movimento ambientalista forte e múltiplo. A questão dos problemas gerados pela conservação da biodiversidade de viés restritivo ainda passava longe das principais preocupações do ambientalismo brasileiro, em um contexto onde não havia espaço nem para a avaliação dos impactos ambientais e sociais das ações do Estado, principalmente dos mega empreendimentos³¹. Mesmo assim, organizações de cunho ambientalista começavam a se formar e movimentos de resistência se davam em meio à repressão dos militares. A realização em 1972 da 1ª Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, teve uma importância nesta articulação. Entretanto, no Brasil, poucas mudanças tanto institucionais, quanto em termos de pensamento ocorrem desde a implantação dos primeiros Parques Nacionais até a década de 1970³² (NUNES et al, 2011).

³¹ Por exemplo, a usina hidrelétrica de Itaipu foi construída sobre o salto das Sete Quedas, gerando resistência entre ambientalistas e moradores locais, que foram solenemente ignoradas pelo governo à época.

³² Uma exceção foi a criação em 1973 da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), primeiro órgão do executivo a nível nacional voltado especialmente para as questões ambientais.

É a partir dos anos 80, e com bem mais veemência nos anos 1990, que projetos para a conservação se diversificam, em conexão direta e profunda com o processo de democratização do país, iniciado com o fim do regime militar em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição de 1988, bem como com a realização de eleições presidenciais diretas em 1989. Especificamente em relação à conservação da natureza, a constituição de 1988 teve uma importância central, pois reconheceu explicitamente o direito a um ‘ambiente saudável’ e conferiu ao Ministério Público a responsabilidade de punir crimes ambientais e salvaguardar este direito difuso aos cidadãos brasileiros. No ano seguinte, foi criado o IBAMA que possibilitou a centralização na execução do Plano Nacional para o Meio Ambiente. A constituição de 1988 reconheceu também, explicitamente, os direitos culturais e territoriais de povos indígenas e quilombolas o que, por sua vez, irá se relacionar com o fortalecimento de uma nova perspectiva sobre a conservação da biodiversidade baseada na incorporação efetiva destas populações. Este momento coincide também com a declaração da primeira carta de Belém, resultado do Primeiro Congresso Internacional de Etnobiologia, na qual cientistas de diversas disciplinas expressaram publicamente sua preocupação com o desaparecimento de ecossistemas – em especial a Amazônia – em sua relação com a perturbação e destruição de culturas indígenas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a entrada em cena das ONGs como atores centrais, tornando-se polos de emanção de discursos, práticas e fluxos monetários para o financiamento de projetos, inclusive estatais, na conservação da biodiversidade. A nível global, as primeiras ONGs com foco na conservação ambiental foram fundadas nos países centrais já a partir da segunda metade do século XX, como por exemplo, a The Nature Conservancy (TNC) em 1951, o Worldwide Fund for Nature (WWF) em 1961. Estas instituições só se consolidaram, entretanto, enquanto agências transnacionais de grande porte a partir dos anos 1980, momento no qual uma nova leva de organizações de grande importância hoje, como a Conservation International (CI), foram fundadas. Já no Brasil, as primeiras ONGs, como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), foram estabelecidas durante a década de 1970, mas a maior parte das ONGs mais antigas que continuam tendo espaço no cenário do ambientalismo brasileiro foram criadas nos anos 1980, como a SOS Mata Atlântica, a Fundação Pró-Natureza (Funatura) e Fundação Biodiversitas.

Neste contexto, por um lado, ocorre a consolidação de um círculo de pessoas e ações em consonância com a Biologia da Conservação, ou seja, ancoradas na restrição do acesso aos recursos naturais e criação de APs o mais fechadas possível à circulação humana, à exceção da visitação turística controlada. Por outro, aos poucos, irá se formular uma outra perspectiva sobre a conservação da biodiversidade que se autointitula ‘socioambientalista’ e se coloca como uma contraposição à posição do modelo restritivo presente na Biologia da Conservação e na conservação-fortaleza, chamando-o de ‘conservacionista’ ou ‘preservacionista’. Santilli (2005), expoente da constituição desta inflexão no ambiente discursivo da conservação da biodiversidade no Brasil, aponta que tratava-se de alinhar as demandas por justiça social e por um meio ambiente saudável:

O socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como

justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental (SANTILLI, 2005, p. 14)

No mesmo sentido, Almeida & Cunha (2001) argumentam que, até os anos 1980, não apenas no Brasil como no mundo, a pobreza era vista como causa principal da degradação da terra e dos recursos hídricos. As populações pobres dos países de ‘terceiro mundo’, como amalgama indistinta, eram vistas como fonte de pressão sobre os ecossistemas devido à superpopulação. Entretanto:

A new paradigm gained strength in the late eighties, linking traditional and indigenous peoples and the environmental issues in a novel way. The ‘traditional population’ and ‘indigenous people’, according to the new paradigm, were neither the poor who unwittingly destroyed natural resources, nor passive victims of the progress. Instead, they started to appear in public discourse on world environmental problems as legitimate stakeholders, as actors endowed with significant knowledge on the natural environment and experienced with customary institutions which in many cases worked well in the past. (ALMEIDA; CUNHA, 2001, p. 79-80)

A década de 1980 representa, assim, um momento de reconfiguração profunda dos discursos e práticas sobre a conservação da natureza. Ao mesmo tempo em que se introduz o conceito de biodiversidade e ocorre um processo intenso de cientificação do discurso ancorado na Biologia da Conservação, reorienta-se toda a forma de se compreender a questão a partir de uma perspectiva ancorada na justiça social. Começa a se constituir, então, uma nova arena de disputas em torno da conservação da biodiversidade que apontava para uma polarização entre aqueles que acreditavam numa perspectiva restritiva sobre a conservação e os que procuravam alinhar objetivos de sustentabilidade social e cultural aos de conservação ambiental.

A constituição desta nova posição socioambiental esteve amplamente ancorada na prática cada vez mais ativa de movimentos pelos direitos de populações indígenas ao redor do mundo que vão se conectando, embora de forma irregular e contraditória, à emergente temática ambiental, entre outros movimentos ambientalistas de base comunitária. Por exemplo, o movimento Chipko, liderado por Vandana Shiva na Índia, no qual mulheres amarravam-se em árvores para frear as ações de madeireiras, foi pioneiro no âmbito mundial do que mais tarde foi reconhecido por Martinez-Alier (2011) como ecologismo dos pobres. Já no Brasil, os chamados ‘empates’ e a luta dos seringueiros na floresta amazônica capitaneada por Chico Mendes³³, que resultou na posterior construção da Aliança dos Povos da Floresta, articulando organizações nacionais e internacionais, com indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outras populações tradicionais, é considerada por alguns autores como a pedra filosofal do socioambientalismo brasileiro (SANTILLI, 2005; ALMEIDA; CUNHA, 2001). Surge ali o conceito de Reserva Extrativista (RESEX), uma área de biodiversidade protegida capaz de abarcar dimensões sociais e econômicas, visando um ‘casamento entre conservação ambiental e reforma agrária’ (SANTILLI, 2005). Outro marco do socioambientalismo brasileiro, nos anos 1980, é o grande encontro ocorrido em 1989 em Altamira. Naquela ocasião, ambientalistas, indígenas e outros povos tradicionais alinharam-se na luta contra a construção da usina hidrelétrica de Kararaô no rio Xingu, gerando uma bem sucedida frente de resistência ao projeto, fazendo com que o mesmo não fosse implementado, ao menos não naquele

³³ Em 1988 Chico Mendes recebeu o Prêmio ‘Global 500’ das Nações Unidas voltado para defensores de destaque do meio ambiente.

momento³⁴. Uma miríade complexa de atores aos poucos costura um outro discurso sobre a conservação da biodiversidade a fim de disputar o programa que havia sido desenhado a partir da cientificação do paradigma da conservação fortaleça através das Ciências Naturais.

Nos debates internacionais sobre a conservação da biodiversidade, nos anos 1980, o foco dos grandes polos de produção de discurso e práticas, como a UNESCO e a IUCN, passa a estar cada vez mais voltado para uma conservação da biodiversidade ancorada mais na ‘sustentabilidade’ das populações, do que na redução de danos da adoção de práticas restritivas (ADAMS; HUTTON, 2007). Esta perspectiva fundamentou ações e fluxos de financiamento de diversas agências de peso internacional como a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que deram apoio a projetos experimentais de conservação da biodiversidade de base comunitária no Sul Global, inclusive no Brasil³⁵. Importante notar que o apoio internacional a projetos de conservação ambiental baseados na sustentabilidade das populações em diversas partes do mundo coincide, historicamente, com a constituição do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizado oficialmente pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland. Neste, define-se a noção como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (BRUNTLAND, 1987, p. 46), incorporando definitivamente nos debates sobre sustentabilidade ambiental a necessidade de compatibilizar a conservação com objetivos de crescimento econômico e equidade social (VACCARO et al, 2013).

Esta nova perspectiva, que internacionalmente recebe nomes como ‘conservação participativa’ ou ‘conservação de base comunitária’, ancorou-se na crítica de que, durante a maior parte do século XX, a conservação da biodiversidade foi materializada pelo controle estatal e burocrático do acesso aos recursos naturais em áreas de proteção ambiental. Esta perspectiva restritiva esteve, em muitos casos, ancorada no reconhecimento das ações das populações locais como ameaças para a conservação da biodiversidade. O discurso que apresenta a atuação de populações locais, em geral pobres e diretamente relacionadas ao uso dos recursos naturais, como uma ameaça para a conservação ambiental alcançou difusão com o artigo de grande circulação de Garrett Hardin intitulado “A tragédia dos comuns” (1968). No artigo, o autor descreve o processo através do qual, em sua perspectiva, a utilização comum dos recursos naturais tende necessariamente ao seu eventual esgotamento. Grande parte dos críticos a Hardin eram cientistas sociais que tinham sido ‘chamados ao tema’ da conservação da biodiversidade devido à ocorrência de diversos casos de injustiça social ligados ao processo de implementação e consolidação de políticas de conservação. Não por acaso, um dos principais temas tratados pelos cientistas sociais neste âmbito girou em torno das lutas de poder e interesse entre os diversos atores envolvidos na conservação da biodiversidade (BUSCHER; WOLMER, 2007)³⁶. Ao entrar na temática, as Ciências Sociais³⁷

³⁴ O projeto da usina foi retomado em 2012 sobre o nome Belo Monte e apesar da continuidade dos movimentos de resistência acabou sendo implementado, com ligeiras alterações em relação ao projeto original.

³⁵ A ONG mais atuante na região em foco neste trabalho, o IESB, teve esta agência como um dos financiadores mais expressivos de suas ações durante os anos 90 e início dos 2000.

³⁶ A presente pesquisa não deixa de ser um trabalho que se encaixa nesta seara de produção de conhecimento em Ciências Sociais sobre a conservação, que procura reconhecer as relações de poder que perpassam projetos de conservação.

³⁷ Importante notar que estamos utilizando aqui esta unidade Ciências Sociais para designar uma articulação preponderante entre os cientistas que se reconhecem como parte desta unidade. É recorrente entre os analistas do ingresso das Ciências Sociais na temática ambiental a identificação de uma preeminência neste domínio do saber da defesa da inclusão das populações locais em projetos para a conservação e o reconhecimento das relações de

preocuparam-se em olhar para a desigualdade de poder inerente às políticas para a conservação da biodiversidade. Diversos cientistas e movimentos sociais dedicaram-se a denunciar o fato de que, na maior parte dos processos de implementação de políticas deste tipo nos quatro cantos do globo, atores externos tinham maior capacidade de gerir o acesso aos recursos e tomar decisões do que as populações locais (VACCARO et al, 2013).

A constituição desta crítica no Brasil acionava um léxico particular. A principal questão que mobilizou este debate entre cientistas sociais brasileiros foi a crítica à visão restritiva de conservação da biodiversidade que tem dificuldades em se relacionar com as necessidades das populações que habitam as Áreas Protegidas ou seu entorno (SANDRONI; CARNEIRO, 2016). Argumenta-se reiteradamente que a ênfase na exclusão da população local dos processos de conservação ambiental não só gera injustiças, como compromete a eficácia dos objetivos de preservação. Tal visão restritiva é reconhecida como calcada na oposição entre natureza e sociedade, efetivando-se, normalmente, na preferência pelo modelo de proteção integral na produção de políticas públicas para a conservação da biodiversidade³⁸. Em contraposição, sugere-se o reconhecimento da heterogeneidade social, econômica e cultural dos grupos sociais locais, reiterando-se a importância da participação de determinados grupos, sobretudo das ‘populações tradicionais’, entre elas, as populações indígenas, no desenvolvimento de práticas sustentáveis³⁹. A formulação destes enunciados foi influenciada pela obra de Antonio Carlos Diegues intitulada “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (1996). Para Diegues, as populações que habitam os diferentes biomas os enxergam como espaços vividos, por elas modificados, sem necessariamente causar prejuízos aos ecossistemas. Deste ponto de vista, a ação humana, dependendo do modo de organização social e cultural das populações, pode manter a integridade dos ecossistemas ou até mesmo ajudar a aumentar a biodiversidade.

Já no âmbito internacional este debate manifestou-se numa crítica à noção de ‘*wilderness*’, utilizada como um valor positivo em si e base de ações para a conservação da biodiversidade, ignorando que muitas áreas tidas como ‘selvagens’ são habitadas e foram transformadas por populações humanas. Na perspectiva dos ecologistas políticos, entre outros cientistas sociais críticos à conservação restritiva, a *wilderness* não é um reflexo da natureza em si, mas um construto criado através da expulsão e expropriação de populações locais com o objetivo de criar Áreas Protegidas (ADAMS; HUTTON, 2007). Infere-se daí que há outras formas de relação com o ambiente que podem, inclusive, ter um papel expressivo da diversificação dos ambientes:

cada vez mais tem sido reconhecido que muito da biodiversidade que nós temos como esperança conservar, é na verdade, o resultado de longa duração da interação entre pessoas e natureza. É uma ecologia cultural, segundo Ian D. Rotherham (2014), produto do ambiente, da história e da tradição. As paisagens ao nosso redor são “ecoculturais” e não “naturais” e o reconhecimento desse fato representa a chave para a compreensão da biodiversidade contemporânea e um grande desafio para ideias de conservação e sustentabilidade no futuro. (NODARI et al, 2016, p. 13)

poder imbricadas a estes. Entretanto, dentro deste campo, há divergências relativas às visões sobre a conservação, que não cabe aqui observar. Para uma reflexão mais aprofundada sobre as divergências internas às Ciências Sociais Cf. Sandroni (2012)

³⁸ Cf., por exemplo, Arruda (1999), Loureiro; Cunha (2008), Almudi; Kalikoski (2009) e Dumora (2006).

³⁹ Nessa mesma direção, Carneiro & Danton (2011) observam que a discussão sobre a sustentabilidade intrínseca às técnicas agrícolas das populações tradicionais polariza o debate nas Ciências Sociais brasileiras sobre o papel da agricultura na conservação da biodiversidade.

Cientistas, principalmente provenientes das Ciências Sociais, mas não apenas, procuraram chamar atenção para a diversidade de valores e motivações que informam a prática econômica e a maneira como os grupos sociais se relacionam com o meio (WALDMAN, 2006). A separação cartesiana entre natureza e cultura é reconhecida, assim, apenas como um traço de uma cultura específica e não uma condição ontológica da humanidade. Neste contexto, a antropologia ganha um papel de destaque, enquanto ambiente discursivo científico no qual são reconhecidas e analisadas diferentes formas humanas de entendimento e relação com o mundo natural. Desta maneira, a antropologia encontrou eco nos movimentos sociais que pleiteavam ter uma outra relação com a natureza que estavam sendo pouco ou nada valorizadas, e vice-versa.

Neste contexto, acadêmicos e movimentos sociais – tanto ambientalistas, quanto indígenas – passaram a argumentar sobre a existência de uma substancial base de interesses em comum entre projetos de conservação da biodiversidade e populações indígenas que pleiteiam o acesso e/ou manutenção de seus territórios (ADAMS; HUTTON, 2007). Nesta visão, a atuação do movimento indígena reorientou a forma de articulação do debate como um todo na direção da dimensão da igualdade social de uma maneira mais geral, fundamentando-se em uma perspectiva baseada em direitos, não só de povos indígenas, como também de outras populações marginalizadas:

Rights-based thinking had influenced debate about conservation more broadly through consideration of global poverty. Ideas about the social dimensions of conservation policy changed in the 1990's in response to the new international agenda for the elimination of poverty, reflected in the Millenium Development Goals. (ADAMS; HUTTON, 2007, p. 164)

É inegável que existiu nas escalas global e nacional, uma retroalimentação entre o debate sobre a relação entre pessoas e Áreas Protegidas e o debate sobre os direitos territoriais de populações culturalmente distintas, ensejando uma inovação no discurso sobre a conservação da biodiversidade que esteve ligado ao fortalecimento das populações locais entre outros movimentos sociais fundamentados na identidade e no multiculturalismo.

Outra crítica reiterada no processo de emergência do paradigma socioambiental direcionava-se, especificamente, às bases científicas das tomadas de decisão. Um dos problemas apontados por Diegues (2008) do processo de cientificação do debate é que muitos destes cientistas mesmo reconhecendo-se como ‘ativistas’, e tendo se tornado membros de ONGs para a conservação, continuam a reconhecer sua opinião como ‘objetiva’, apontando para si como os únicos legítimos definidores da agenda de conservação da biodiversidade. Nesta perspectiva, a agenda seria compartilhada com as populações locais apenas na medida e nos cenários em que estas apoiem os compromissos já previamente definidos pelos cientistas. Confrontando esta visão, o ‘conhecimento tradicional’ é valorizado como um ambiente discursivo que gera soluções sustentáveis, em contraposição ao conhecimento científico, apontado como um dos responsáveis pela crise ambiental. A legitimidade universal da ciência perante os outros diversos tipos de conhecimento é questionada (CASTELLI; WILKINSON, 2002). Revela-se assim, uma discordância em relação à política ambiental vigente sustentada primordialmente na fiscalização e na punição da população local e na utilização de critérios de definição de áreas prioritárias fundamentados na Biologia da Conservação. Defende-se a utilização de conhecimentos tradicionais para a elaboração de um manejo responsável dos recursos naturais, e pleiteia-se que ele seja colocado em diálogo com o conhecimento científico de maneira a gerar uma construção interativa e participativa de gestão de APs (CUNHA, 2003; ALMUDI; KALIKOSKI, 2009; SILVA, 2009).

O paradigma socioambiental ou participativo fortaleceu-se – como o ambientalismo em geral – nos anos 1990. Isto ocorreu, principalmente, depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO-92). Na década de 1990, sob os efeitos da RIO-92, também conhecida como RIO-92, as críticas ao modelo restritivo se intensificaram, abrindo espaço para a proposição de alternativas, em resposta à mobilização da sociedade brasileira e à reorientação do debate no cenário internacional. Neste contexto, passou-se a dar cada vez maior ênfase à incorporação das populações locais nos processos de conservação ambiental (ARRUDA, 1999; TEIXEIRA, 2005). Para Santilli (2005), a conferência gerou um ambiente para encontros onde foram firmadas novas alianças entre movimentos sociais e ambientalistas, sobretudo no âmbito do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Outro resultado importante desta conferência foi a construção de documentos que refletiam na incorporação mais efetiva do desenvolvimento sustentável e a dimensão humana da conservação, entre eles, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que o Brasil assina em 1994⁴⁰. A CDB coloca que os valores da biodiversidade⁴¹ têm de ser repartidos com as populações locais, e explicita a importância das populações indígenas e seus conhecimentos para a conservação. Isto é, a RIO-92 afetou de modo intenso todo o debate sobre ambientalismo e conservação da biodiversidade e diversos autores reconhecem que é partir daí que a conservação participativa, inclusiva ou comunitária, passa a ser o paradigma dominante para a conservação da biodiversidade globalmente. Na década de 1990, os atores presentes na arena ambiental cresceram em número e diversidade e surge uma segunda geração de ONGs mais numerosas e diversas, como o Instituto SocioAmbiental (ISA), o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)⁴². É também neste período que grandes ONGs internacionais, como o WWF e a CI, passam a ter escritórios no Brasil. Além disso, há uma participação crescente também das mídias, universidades e empresas, onde a sociedade brasileira de forma mais ampla passa a ter maior articulação em relação à temática. Isto é, ao longo da década de 1990, complexifica-se tremendamente o cenário dos debates sobre a conservação da biodiversidade. No bojo deste processo, as abordagens sustentáveis e/ou comunitárias vão sendo incorporadas, ao menos em parte, inclusive por aqueles que pleiteavam uma perspectiva mais restritiva sobre a conservação, tornando-se preponderante. Foi neste contexto que diferentes organizações ambientalistas internacionais, como por exemplo a WWF, começam a desenvolver programas baseados no que chamam de *Community Based Natural Resource Management* – Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (VACCARO et al, 2013).

Importante fazer a ressalva de que embora na ordem discursiva a perspectiva inclusiva e participativa tenha sido incorporada de maneira digamos dominante, no âmbito local a implementação da participação tem tomado diversas formas e significados, nem sempre democráticos (BIXLER et al, 2015). De acordo com Adams & Hutton (2007), há uma

⁴⁰ Entre 1998 e 2002 houve a realização de um levantamento de áreas prioritárias para a conservação como parte das obrigações colocadas pela CDB. Este processo movimentou o cenário ambientalista e gerou diálogos entre ONGs, cientistas e Estado. Entre os resultados destas ações está um CD-ROM produzido pelo IESB financiado pelo Ministério do Meio Ambiente e agências internacionais, no qual constam diversos artigos em Ecologia e Biologia da Conservação sobre a mata atlântica no sul da Bahia.

⁴¹ A definição de biodiversidade proposta na CDB é a mais recorrentemente utilizada até hoje, abrangendo três níveis: diversidade de espécies, diversidade genética e diversidade de ecossistemas.

⁴² O IESB, por exemplo, foi fundado em 1994 fazendo parte desta leva de ONGs.

incorporação seletiva do paradigma da conservação comunitária, na qual algumas das estratégias mais recorrentes utilizadas por estados e ONGs para lidar com a questão das populações locais foram as seguintes: utilização das Áreas Protegidas como recurso através do turismo gerando renda para as populações locais; pagamento por serviços ambientais; projetos de desenvolvimento sustentável nas áreas de amortecimento. Entretanto, apontam os autores, estas partes dos projetos de conservação contam com recursos, via de regra, muito mais escassos do que os previstos quando do planejamento da implementação das APs e conformam, tendencialmente, um conjunto de questões secundárias em relação ao planejamento e determinação de recursos para gestão das áreas núcleo, de acesso restrito.

Esta perspectiva se alinha à crítica realizada por autores que fizeram parte do movimento ‘socioambientalista’ nas Ciências Sociais brasileiras à atuação das chamadas *Big International Non-Governmental Organizations* (BINGOs), no Sul Global. Por ter um maior poder de barganha e influência sobre grandes agências de financiamento internacionais, as BINGOs passam a dispor de um volume de recursos muito maior do que qualquer outra entidade não estatal dedicada a questões ambientais, e através destes procuram influenciar ações para conservação a nível global a partir de suas perspectivas. Para Diegues (2008), as ações destas organizações são ancoradas no que chama de preservacionismo e no valor dado ao conhecimento científico das ciências naturais. Isto poderia ser evidenciado pelo grande volume de recursos alocados por estas organizações na implementação de APs restritivas e os escassos recursos para projetos de conservação através do uso sustentável dos recursos como, por exemplo, Reservas Extrativistas. Lauriola (2003), ao analisar dados dos orçamentos dos principais grandes programas internacionais para conservação da biodiversidade no Brasil entre 1993 e 2003, reconhece que a conservação da biodiversidade sem a presença humana recebeu cerca de 23 vezes mais apoio financeiro do que planos de conservação voltados para populações locais e mais especificamente povos indígenas, demonstrando a preferência dos grandes financiadores globais da conservação da biodiversidade por este tipo de atuação. Este investimento das ONGs internacionais gerou um fortalecimento de grupos locais chamados por Lauriola de ‘conservacionistas duros’.

A década de 2000 aponta para um aprofundamento da polarização do debate e de uma maior consolidação da posição socioambientalista. Por exemplo, em 2000, a IUCN criou uma câmara temática para tratar especificamente da questão das populações indígenas e locais, equidade e Áreas Protegidas; em 2003 diversos representantes de povos indígenas participaram em peso pela primeira vez da Conferência Mundial de Parques; e reuniões entre lideranças indígenas e grandes ONGs conservacionistas ocorreram ao redor do mundo. No Brasil, diversas instâncias de discussão sobre este tema foram se proliferando. Em 2005 foi realizado, o primeiro Seminário brasileiro sobre Áreas Protegidas e inclusão social (SAPIS), reunindo acadêmicos, gestores e representantes de movimentos sociais voltados para a tentativa de compatibilização dos temas da conservação e da inclusão social, permanecendo como um espaço de referência nestas discussões até hoje. Destaca-se ainda, neste período, a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. A implementação da nova legislação é considerada por cientistas sociais brasileiros como uma importante aproximação em relação a um paradigma socioambiental, visto que contava com todo um rol de categorias de Unidades de Conservação que permitem, ou mesmo estimulam, a compatibilização com objetivos de bem-estar social, chamadas de UCs de uso sustentável. São exemplos de UCs deste tipo as Reservas Extrativistas, tais quais propostas pelo movimentos dos seringueiros liderado por Chico Mendes, as áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs), baseada na experiência de Mamirauá na Amazônia. Cabe ainda destacar a criação do Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade em 2007, autarquia especializada na implementação e gestão de APs, separando do IBAMA todos os encargos relativos à conservação de base espacial no âmbito nacional. Entre 2000 e 2010 foram delimitadas 137 UCs federais⁴³, numa enxurrada de novas Áreas Protegidas no Brasil⁴⁴. Isto sem contar a ampliação de áreas já estabelecidas anteriormente a implementação de UCs nos âmbitos estadual e municipal, o que passou a ser uma possibilidade concreta a partir do SNUC.

1.5 Incorporação Seletiva da Crítica? Emergência do Paradigma Biorregional

A enxurrada de críticas à conservação restritiva constituídas no bojo da emergência do paradigma socioambientalista coincidiu com uma reorientação político-epistemológica no campo da Biologia da Conservação. No final da década de 1990, biólogos da conservação começaram a reelaborar as bases da biogeografia de ilhas, apontando para necessidade de se pensar estrategicamente sobre as outras formas de ocupação e uso do solo no entorno das ilhas de biodiversidade. O reconhecimento da perda de efetividade na conservação provocado pelo isolamento dos fragmentos protegidos, trouxe à cena a ideia de que seria imperativo que a conservação fosse pensada para além das fronteiras das APs. Ressalta-se que o reconhecimento desta inflexão como um deslocamento ‘paradigmático’ nas formas de atuação da Biologia da Conservação não é um consenso científico. Aponta-se aqui para esta passagem no sentido de observar as transformações nos discursos políticos mais proeminentes e projetos concretos para a conservação. Reiteramos que os paradigmas aos quais nos referimos aqui estão relacionados a discursos concorrentes, sendo que como resultado desta disputa determinados enunciados alcançam maior circulação nos sucessivos momentos históricos, o que não significa que suplantem completamente outros discursos concorrentes. Partindo desta perspectiva, é possível perceber que, neste período, vão surgindo propostas em Biologia da Conservação que procuram dar conta tanto da questão da necessidade de conexão entre os fragmentos de biodiversidade, quanto da inevitabilidade crescentemente consensual de compatibilizar os objetivos de conservação com a ocupação humana. Começa a se consolidar, assim, um paradigma ‘biorregional’ que preconiza uma conservação na ‘escala da paisagem’⁴⁵, através do advento da ecologia da paisagem. Este paradigma fundamentou-se em um entrecruzamento entre a Geografia e a Biologia da Conservação, que procurou incorporar no planejamento da conservação da biodiversidade o estudo das inter-relações do homem com seu espaço de vida aplicado à ‘solução de problemas ambientais’ (METZGER, 2001). O primeiro conceito de grande alcance a nível global que tinha como base uma escala para além das APs foi a noção de Reserva da Biosfera criada pela UNESCO na década de 1970. Em poucas palavras, esta foi uma tentativa de contemplar diversas possibilidades de ocupação e desenvolvimento alinhadas à conservação da biodiversidade. Este conceito foi incorporado pioneiramente no Brasil em projetos de planejamento e gestão para a Mata Atlântica, a partir da criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) em 1991. Já a nível global, destaca-se a realização, em 1997, do encontro intitulado “As Áreas Protegidas no Século XXI:

⁴³ Fonte sítio Unidades de Conservação no Brasil, do Instituto Socio Ambiental. Disponível em: < <https://uc.socioambiental.org/c%C3%B4mputos/brasil/per%C3%Adodo-presidencial> >. Acesso em: 21/04/2017.

⁴⁴ A ampliação da REBIO Una e a implementação do REVIS Una, ocorridas em 2007, são parte deste processo.

⁴⁵ Note-se que esta noção de paisagem relacionada a escala utilizada pela Biologia da Conservação é bastante diferente da ideia que utilizamos para pensar as transformações na paisagem através da atuação e da compreensão de mundo de diferentes atores sociais nos Capítulos subsequentes. Os biólogos da conservação estão falando de uma ampliação de escala através de imagens de satélite, através da noção de ecologia da paisagem, já nós estaremos falando de paisagem no sentido da disciplina da Geografia, ou seja, como conceito capaz de unir as dimensões da materialidade visual e da percepção.

de Ilhas a Redes”, organizado pela comissão mundial de Áreas Protegidas da IUCN, onde as tônicas principais foram: modificar o enfoque das Áreas Protegidas de ilhas de isolamento humano para redes de conservação interligadas; a necessidade de capacitação dos responsáveis e articulação de novas formas de gestão e; a inclusão das populações locais na conservação (PELLIZZARO et al, 2015).

Se antes era praticamente uníssona na Biologia da Conservação a ideia de que a melhor estratégia seria criar ilhas de biodiversidade isoladas e protegidas da ação predatória da humanidade, a partir dos anos 2000, foi incorporada de maneira preponderante a preocupação com as dinâmicas sociais no interior e no entorno de Áreas Protegidas. Passam a figurar no debate internacional sobre a conservação da biodiversidade conceitos como ‘redes’ de Áreas Protegidas ligadas umas às outras por ‘corredores ecológicos’, formando ‘mosaicos’ de conservação (FERREIRA, 2004; VIVACQUA et al, 2009). No Brasil, neste período, a noção de conservação em rede se expandiu amplamente e foram implementados mosaicos em estados como o Rio de Janeiro e a Bahia – para falarmos apenas em Mata Atlântica. A própria promulgação do SNUC, que teve como intuito sistematizar e unificar as legislações já existentes acerca da conservação da biodiversidade no Brasil, é reconhecida como um grande avanço no sentido da incorporação do paradigma biorregional. Entre 2002 e 2014 serão implementados no Brasil grandes projetos de planejamento e gestão da conservação fundamentados na noção de corredor ecológico, ou corredor da biodiversidade.

A inflexão no sentido do planejamento biorregional e sua difusão esteve atrelada à popularização de novas tecnologias, sobretudo ao uso cada vez mais intensivo de softwares e ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), bem como de imagens de satélite, para a eleição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Desta forma, a nova concepção predominante sobre a conservação, fundamentada na ecologia da paisagem, esteve amplamente conectada à capacidade de coleta e sistematização de informações por meio de SIG (DIEGUES, 2008). Através da análise de mapeamentos de uso e ocupação do solo tornou-se possível realizar um planejamento de ações para a conservação da biodiversidade baseado em dados empíricos levantados com relativa presteza sobre as áreas mais ou menos florestadas, gerando um conhecimento técnico para embasar cientificamente os alvos e prioridades das ações para a conservação (ADAMS; HUTTON, 2007).

Neste contexto, foram criadas e se fortaleceram formas variadas de identificação de zonas importantes para a biodiversidade no planeta como, por exemplo, os *hotspots* definidos pela *Conservation International*⁴⁶. A partir deste processo, as grandes organizações transnacionais constituíram progressivamente uma legitimidade e poder de enunciação de enorme alcance na determinação de quem pode realizar, quais atividades e em quais locais, baseando-se em conhecimentos técnico-científicos. Estas decisões irão resultar muitas vezes em restrições ao acesso das pessoas que vivem nestes locais, o que é o caso da região em foco neste trabalho, como veremos mais adiante. Uma questão particularmente relevante é que esta forma de planejamento possui um poder discursivo robusto, na medida em que se fundamenta no desenvolvimento de protocolos replicáveis, conhecimento científico e análise técnica de dados quantificáveis, além da geração de mapas que especificam muito claramente zonas e alvos. Diante desse cenário, este tipo de articulação discursiva adquire forte legitimidade perante o Estado e agências de financiamento que operam justamente a partir deste tipo de

⁴⁶ Conceito introduzido pelo Biólogo Norman Myers e incorporado pela CI em 1989, e utilizado em ações de planejamento e gestão de recursos pela instituição até hoje. Os *hotspots* são áreas identificadas no planeta através da quantificação de espécies e análises de SIG que possuam muitas espécies endêmicas e estejam em uma situação de ameaça perante a ação humana. Para Mais informações Cf.: < <https://www.conservation.org/How/Pages/Hotspots.aspx> >. Acesso em: 05/09/2017

justificativas utilizando formas de reconhecimento da realidade que sejam ‘racionais’ e facilmente identificáveis. Baseando-se nestas ferramentas e nestes processos de tradução, as BINGOs possuem uma capacidade enorme de implementação e financiamento das atividades. Estas entidades em muito casos financiam atividades como, por exemplo, levantamentos e inventários de fauna e flora, para as quais os Estados nacionais não tem recursos disponíveis – mesmo porque a questão da conservação de sórito não é considerada prioritária nos países muito ricos em biodiversidade – fazendo com que estas ações de planejamento e gestão sejam realizadas de acordo com critérios e metodologias provenientes destas instituições. Em suma, em relação de coprodução com a transformação nas formas de legitimação discursiva houve um crescimento da envergadura e poder de alcance destas instituições que passaram, de fato, de ONGs para BINGOs, através de recursos provenientes, principalmente do Banco Mundial, da Fundação Ford, da USAID e posteriormente da União Europeia e do KFW, entre outras agência internacionais de financiamento.

Uma crítica realizada em relação a este meio de tomada de decisão é que, muitas vezes, as ações definidas desta forma passam muito longe das perspectivas das populações que habitam os territórios que serão atravessados por estas políticas para a conservação da biodiversidade que, por sua vez, organizam e sistematizam seu conhecimento sobre a paisagem de uma maneira muito mais atrelada à sua experiência vivida em seu contato direto com os elementos da paisagem, perspectiva à qual imagens de satélite dificilmente irão traduzir ou perceber. A identificação de áreas florestadas através de uma posição visual extremamente vertical e distanciada, tal qual aquela produzida por imagens de satélite, não são capazes de alcançar as dinâmicas sociais e as relações entre humanos e não-humanos nos territórios. Li (2007), ao analisar projetos voltados para conservação e desenvolvimento sustentável na região do Sulawesi central, na Indonésia, utiliza a base de articulação teórica das relações entre saber e poder de Foucault para compreender porque determinados temas como o desenvolvimento e conservação da biodiversidade tornam-se técnicos. Nesses estudos, a autora aponta que este processo obscurece complexidades fazendo com que os assuntos sejam despolitizados na medida em que são vistos como problemas técnicos a serem solucionados cientificamente por *experts*, ao invés de temas políticos onde diferentes atores possuem diferentes visões. A autora demonstra como, naquele contexto esta tecnologia de poder foi bastante efetiva em oferecer instrumentos de gestão para supressão do acesso das populações locais à terra, sobretudo as áreas mais férteis que foram transformadas em um Parque Nacional.

As interpretações acerca das consequências do estabelecimento do paradigma biorregional são díspares. Em primeiro lugar, é importante notar que esta abordagem não implica em um abandono da implementação de APs de proteção integral como solução fundamental para conter a degradação da biodiversidade, muito pelo contrário. A ideia seria ter um mosaico ou uma rede cuja base seriam justamente as áreas de proteção integral. Desta maneira, estas áreas estariam mais bem protegidas do chamado ‘efeito de borda’, principalmente através da implementação de outras categorias menos restritivas de Áreas Protegidas em seu entorno, bem como projetos de incentivo a atividades humanas de baixo impacto e usos sustentáveis da paisagem. Os paradigmas socioambiental e biorregional retroalimentaram-se, portanto, de maneira ambígua. Por um lado, advogados de uma conservação mais restritiva passaram a contemplar projetos de desenvolvimento sustentável no entorno de áreas restritas, confirmando a necessidade de envolvimento das populações locais, pelo menos em alguma medida. Por outro, neste mesmo processo, corroboram seu papel central no planejamento e gestão de projetos de conservação que, a partir daí, não poderiam prescindir dos mapeamentos e zoneamentos por eles propostos. Esta ambiguidade

fica clara, por exemplo, no reconhecimento, de certos defensores do socioambientalismo brasileiro como Almeida & Cunha (2001), do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) como o primeiro grande projeto socioambientalista do governo brasileiro. Ressalta-se que este projeto foi desenvolvido majoritariamente por biólogos da conservação e fundamentado em sua articulação teórica e conceitual em preceitos que poderíamos referir ao paradigma biorregional, desde sua concepção à sua implementação, realizando uma ampla defesa da extensão o mais abrangente possível das áreas de proteção integral (AYRES et al, 2005). Da mesma maneira, conceitos como mosaico e rede circulam amplamente na produção de enunciados de autopleiteados ‘socioambientalistas’, demonstrando a permeabilidade desta perspectiva. O paradigma biorregional, e a constituição de uma visão sobre a conservação na escala da paisagem, foi encarado por uns como uma nova possibilidade de aliança entre os ‘dois lados’ – sociambientalistas e preservacionistas – e por outros, como um movimento de retorno ao preservacionismo em meio às críticas a este modelo. Adams & Hutton apresentam da seguinte maneira a segunda posição:

In response to greater understanding of the biogeographic implications of isolation and small reserve size for the survival of species (especially under conditions of rapid climatic change), there has been an expansion of scale in conservation planning, with park systems being analysed at the landscape scale and in terms of global conservation priorities (e.g. Duffy 1997; Wolmer 2003; Fonseca et al. 2005). (ADAMS; HUTTON, 2007, p. 166)

No mesmo sentido, e em uma posição mais severa, Diegues (2008) reconhece a adoção da escala da paisagem, à qual ganha espaço e legitimação durante os anos 2000, não como uma incorporação da crítica socioambiental, ou como uma tentativa de compatibilização, mas como pressuposto científico para conservação em grande escala, “da qual desapareceriam as populações tradicionais e povos indígenas” (DIEGUES, 2008, p. 7). O paradigma biorregional é, para este autor, tão ou mais preservacionista do que a conservação com foco em APs isoladas e restritivas, na medida em que a ecologia da paisagem aparece como um instrumento de reafirmação da conservação-fortaleza ‘impermeável aos seus fracassos históricos em ambientes tropicais’.

À diferença dos autores que realizam críticas mais contundentes ao paradigma biorregional, partimos neste trabalho da compreensão de que o modelo da ecologia da paisagem se diferencia e representa uma reorientação do paradigma da ‘conservação-fortaleza’ mesmo porque se fundamenta em positivities e legitimidades diferentes da primeira. É certo que a incorporação da crítica é seletiva e que esta visão procura abertamente justificar a manutenção de áreas restritiva. Entretanto, esta nova formulação coloca de maneira clara a necessidade de alocar recursos para realizar projetos nas áreas de entorno, abrindo espaço, em situações concretas, para a conformação de alianças entre projetos de conservação e aspirações de populações locais, o que significa um avanço em termos de criação de condições de possibilidade⁴⁷ para projetos de conservação da biodiversidade mais democráticos. Contudo, o que se pode argumentar é que a conservação biorregional tem bastante dificuldade de administrar, como veremos, as disparidades de poder entre os diferentes grupos e as disputas por legitimidade que aparecem na escala local. Resumindo, poderíamos dizer que: por um lado, a conservação na escala da paisagem permite pensar um lugar para as populações humanas na conservação e sua relação com áreas de circulação limitada e acesso restrito aos recursos naturais, gerando espaços para articulação de projetos

⁴⁷ Foucault (2007) entende por condições de possibilidade o conjunto de condições históricas que tornam possível o aparecimento de determinadas formas de saber, de compreender o mundo, compartilhada socialmente através de enunciados reconhecidos como parte de uma unidade discursiva.

socioambientais onde antes havia quase nenhum espaço para tal; por outro, é uma forma de corroborar a legitimidade da ciência na eleição dos zoneamentos e na opção pela implementação de áreas de proteção integral, tendo limitações em incorporar as denúncias de que a implementação de APs deste tipo desprovidas de uma articulação com as populações locais gerou injustiças sociais em diversas partes do planeta. O paradigma biorregional pode, assim, ser acionado por atores dotados de perspectivas mais ou menos preservacionistas dependendo do contexto, existindo ali brechas para ações de cunho autoritário, mas também projetos fundamentados em preceitos de justiça social, cultural e ambiental.

1.6 Problemas na Polarização do Debate

As considerações realizadas até este momento, acerca do histórico de transformações nos paradigmas predominantes sobre a conservação da biodiversidade ao longo do tempo, foram nos oferecendo pistas para a constituição de uma visão complexa e multifacetada do debate, reconhecendo a sobreposição e disputa constante entre diferentes perspectivas. Reiteramos novamente que a emergência de um novo discurso dominante não suplanta, mas reorganiza o grau de influência e legitimidade do(s) anterior(es), rearranjando a topologia das disputas. Como vimos, a partir da emergência do paradigma socioambientalista, o debate sobre a conservação da biodiversidade tomou uma forma polarizada, cujo debate central tensionava, principalmente, o papel e as ações das populações locais em relação às Áreas Protegidas. Constituiu-se a partir daí uma grande divisão do campo, segundo a qual teríamos, de um lado, cientistas, gestores e movimentos pró-inclusão das populações locais – recorrentemente referenciados como socioambientalistas – e, de outro, cientistas, gestores e movimentos empenhados no alargamento da perspectiva da proteção integral, que se baseia no isolamento das Áreas Protegidas em relação à presença e ação humanas – usualmente reconhecidos como preservacionistas. Estas não são as únicas formas de enunciação das duas posições. Conforme nos aponta Gerhardt (2016), há uma miríade de palavras utilizadas para enunciar tal oposição no campo. Ao analisar os discursos de especialistas sobre conflitos em Áreas Protegidas no Brasil o autor reconheceu que os antagonismos mais presentes na perspectiva destes cientistas engajados na temática da conservação da biodiversidade são:

entre dois movimentos (conservacionismo x ecologismo; preservacionismo x conservacionismo; socioambientalismo x ambientalismo; movimento ecologista x movimento social) e dois personagens (cientistas sociais x cientistas naturais; antropólogos x biólogos; sociocêntricos x ecocêntricos; conservacionistas ou biocentristas x antropocentristas; conservacionistas pós-modernos x conservacionistas; naturalistas x culturalistas; antropólogos x biólogos da conservação; povos tradicionais x militantes ecologistas; sustentabilistas x desenvolvimentistas; desenvolvimentistas x ambientalistas; biolife x etnopeople; rodoviaristas x socioambientalistas (GERHARDT, 2016, p. 90)

O reconhecimento da existência destes dois polos esteve intimamente ligado à crescente compreensão da existência de um ‘fosso’ entre os cientistas naturais, que planejavam a conservação, e os cientistas sociais, que criticariam a implementação destas ações. Neste sentido, enquanto as Ciências Sociais integram a questão política como parte fundamental da análise de situações onde a conservação está em questão, as Ciências Naturais tendem a percebê-la como uma questão externa, que representa impedimentos para a ação efetiva da conservação (ADAMS; HUTTON, 2007). Holmes (2009) traduz esta polarização em duas posições gerais para a configuração e implementação de gestão de políticas públicas para a conservação: uma intitulada ‘cercas e multas’, fundamentada na restrição do acesso e

circulação de pessoas, e a outra ‘conservação comunitária’. Diegues, autor que, como vimos, teve um papel de grande proeminência na formulação do socioambientalismo brasileiro, define a oposição da seguinte maneira:

Enquanto o ecologismo preservacionista tem tendência a separar os aspectos sociais e ambientais, baseando sua estratégia na criação de parques sem gente, no controle demográfico, etc o ecologismo social afirma as interligações entre o meio ambiente e os problemas sociais (desemprego, migração, expansão do capital e a ameaça aos modos de vida de comunidades tradicionais, indígenas, etc) e os ambientes, propondo estratégias de envolvimento das comunidades locais rurais e urbanas na solução dos problemas socioambientais (DIEGUES, 2008, p. 3)

Do outro lado da trincheira, biólogos corroboram a implementação de Áreas Protegidas integrais cobrindo a maior quantidade de área possível com o acesso mais restritivo possível, independente da área localizada, como o único caminho que garantiria a preservação da biodiversidade. Milano (2001), por exemplo, aponta como uma falácia a eficácia dos modelos de manejo mais flexíveis à presença humana, já que a questão do desenvolvimento deveria ser pensada por especialistas em desenvolvimento, deixando a conservação aos conservacionistas. Milano ainda acusa os ‘socioambientalistas’ de só se manifestarem quando o que ameaça as populações é uma área protegida, não havendo a mesma reação no caso de grandes empreendimentos. Em escala global, cientistas e gestores se posicionaram de maneira frontalmente crítica aos sistemas participativos de gestão, defendendo um ‘autopleiteado’ conservacionismo explicitamente excludente, gerando um movimento global de atualização da conservação-fortaleza, que ficou conhecido como o ‘*back to the barriers movement*’ (HOLMES, 2009).

Para além de apontar os limites e possibilidades da eficácia dos discursos relativos a cada uma das posições, meu intuito aqui é analisar o próprio processo de consolidação destas visões como mutuamente excludentes e, especialmente, como definidoras de todo o campo de discussões sobre a conservação da biodiversidade. Neste sentido, Buscher & Wolmer (2007) apontam quatro principais dificuldades para o estabelecimento do diálogo entre os dois ‘lados’: 1) Os conservacionistas compreendem sua atuação como dotada de um regime de urgência, não havendo tempo para escutar e contemplar críticas sociais; 2) Cientistas sociais muita vezes se alinham à populações locais vistas como agentes de destruição ou pelo menos agente inócuos para a conservação pela maior parte dos conservacionistas; 3) Há uma incompatibilidade nos objetivos de pesquisa, bem como no que é compreendido como evidências e dados pelos cientistas sociais e naturais; 4) cada um dos grupos reconhece seu espaço como marginalizado na questão ambiental e o outro como privilegiado, gerando uma situação de disputa e constrangimento. As limitações ao diálogo colocadas pelos autores nos oferecem elementos proveitosos para refletir sobre o fato de que a polarização resulta, tanto de diferenças epistemológicas quanto políticas. Todavia, independente das dificuldades materiais da compatibilização dos discursos e do reconhecimento da existência de diferenças, a questão é que essa polarização, não dá conta da complexidade que os debates sobre esse tema assumiram, e a configuração de uma oposição maniqueísta é mais um efeito das disputas colocadas em jogo que de uma divisão real e incontestável dos discursos em dois lados diametralmente opostos, ou ‘antinomias dóxicas’ (GEHARDT, 2016).

Em primeiro lugar, conforme apontamos anteriormente não seria adequado considerar os ‘cientistas sociais’ como uma amálgama indistinta, tampouco os ‘cientistas naturais’. Por exemplo, em arenas políticas mais amplas, sobretudo no período de consolidação da temática ambiental enquanto pauta de mobilizações sociais, cientistas sociais se posicionaram de forma

a não contemplar perspectivas voltadas para as diferenças culturais e outras formas de relação com a natureza. No livro intitulado “Diálogos sobre Ecologia, Ciência e Política”, o organizador César Benjamin (1993), procurou realizar uma elaboração dos debates ocorridos em dois eventos científicos que reuniram cientistas de diversas áreas do mundo inteiro logo antes da realização da RIO 92. Ao invés de fazer uma transcrição literal das falas, o organizador optou por formar um diálogo imaginário entre dois personagens: de um lado um expositor hipotético ligado às Ciências Naturais e de outro um comentador cujas bases de pensamento seriam as Ciências Sociais. No Capítulo que discute a temática da biodiversidade, quem fala da importância dos direitos territoriais e conhecimentos indígenas para a conservação é o personagem ‘cientista natural’, enquanto o personagem ‘cientista social’ insiste em grande medida em defender a modernização, apoiando um discurso, ainda presente no espectro político progressista no Brasil, de que a conservação é um elemento utilizado pelos países ricos para continuar a relegar o Sul Global ao seu subdesenvolvimento, sendo os grandes empreendimentos industriais e o desenvolvimento a chave para a saída da pobreza.

Enquanto isso, diversos cientistas naturais engajados na temática da conservação colocam, inclusive explicitamente, principalmente a partir dos anos 1990, a necessidade de se alinhar a outras formas de conhecimento em prol de uma boa gestão da conservação, pleiteando inclusive a capacidade da Biologia da Conservação em fazê-lo. Neste contexto, surgiram subdisciplinas relacionadas a esta visão, como a etnobotânica. Além disso, há diversos biólogos da conservação que não reconhecem sua própria perspectiva como ‘preservacionista’. Franco (2013, p. 41), por exemplo, coloca que:

A biologia da conservação se tornou o grande fórum de debate sobre as questões relacionadas com a destruição de habitats e a extinção de espécies. Como, além de produzir conhecimentos, os praticantes da disciplina pretendem atuar no “mundo real”, a biologia da conservação acaba por se embrenhar no campo da ética, da filosofia, da economia e das ciências sociais. Ela amplia o âmbito das preocupações com a conservação, atribuindo “cidadania” a ecossistemas e espécies pouco carismáticos. Se mostra sensível às diferenças culturais e às necessidades dos mais variados grupos sociais.

A partir destas breves considerações podemos reconhecer que os dois polos discursivos concorrentes para a conservação da biodiversidade tomaram a forma de conjuntos aparentemente bem acabados de discurso que simplificam cenários complexos. Ambos os ‘lados’ são, em alguma medida, essencialistas pois conferem uma condição unívoca e descontextualizada, transcendente à uma miríade complexa de situações e atores inseridos em disputas diversas (GERHARDT, 2016). De acordo com estes discursos a questão aparece confinada a uma das duas gavetas, e as soluções propostas são homogeneizantes e parecem “lógicas”, mas frequentemente ignoram complexidades locais por partirem de pressupostos estabelecidos sobre o comportamento das pessoas e o funcionamento dos ecossistemas. Acompanhando Holmes (2009) poderíamos afirmar que a conservação das ‘cerças e multas’ parte do princípio de que paisagens naturais seriam necessariamente, mesmo que paulatinamente, degradadas pela ignorância das populações locais, desprovidas de educação e consciência ambiental ou pela potência destruidora de interesses econômicos locais ou não. Portanto, a solução lógica seria separar estes espaços material e simbolicamente da sociedade através de APs o mais restritivas possível. Em outro viés, a ‘conservação comunitária’, nascida das críticas ao modelo anterior, aponta que as comunidades locais possuem uma relação harmônica com a natureza e, portanto, a não inclusão destas populações nos projetos de conservação gera necessariamente oposição por parte destas populações, o que, por sua

vez, gera uma menor eficácia na adequada conservação da biodiversidade. A solução lógica seria o envolvimento comunitário que deveria assim ser aplicado em qualquer situação. Esta discussão polarizada frequentemente não reconhece as relações de poder entre Estado, cientistas, ativistas ambientalistas e comunidades locais enraizadas nos territórios, gerando visões ‘reducionistas’ que tendem a reconhecer uma das abordagens como a solução geral para a questão global da implementação de APs.

Segundo Holmes (2009), ambas as abordagens se colocam distantes da realidade por não se deixarem passar pelo escrutínio do ‘*fact checking*’, e não se orientarem pela forma como os processos se concretizam. Ao apoiar-se em casos particulares específicos e generalizar as conclusões cada uma das recomendações chegam a pressuposições que não foram de fato ‘testadas’. Acompanhamos a crítica de Holmes sobre a polarização do debate, mas realizamos uma ressalva em relação a este desdobramento tal qual apontado pelo autor. As relações de poder que se materializam em cada cenário particular, estão articuladas com a forma como se organiza a disputa discursiva a nível mais amplo. Isto é, os grandes paradigmas que se polarizam, atravessam e são atravessados pela maneira como se manifestam as relações saber-poder nas disputas em torno da conservação a nível local, já que os atores acionam os diferentes paradigmas para conferir legitimidade e aumentar sua capacidade de influência das práticas de outrem e manutenção ou transformação de suas próprias práticas. Não se trata, portanto, apenas de falta de ‘*fact checking*’. Acessar este recurso discursivo seria, em última instância, retornar a uma perspectiva sobre um conhecimento de fato objetivo – em relação a outros, subjetivos – capaz de ancorar-se numa leitura mais correta da realidade, partindo do princípio que o vetor do conhecimento vai do real ao ideal. Ora, este é justamente um dos princípios centrais aos quais questionamos ao constituir nossa análise, fundamentada nos processos históricos de formulação de discursos e clivagens discursivas e apoiando-nos no princípio de que todo conhecimento é localizado, é posicionado (HARAWAY, 1995). Trata-se de uma disputa política que é feita por dentro, inclusive, do conhecimento científico, na qual procura-se legitimar determinadas formas de saber e atuar em relação à conservação da biodiversidade. A defesa da inclusão das populações não pode ser vista como uma defesa “igualmente não testada” em relação à defesa da exclusão das mesmas. Não há “teste” que acabe com a polarização porque ela é política e situada, sempre há evidências empíricas para todos os gostos. Conforme nos aponta Gerhardt (2016, p. 310):

um aspecto problemático da exaustiva busca por evidências é a forte tendência da discussão se tornar deveras circular, visto sempre ser possível trazer indícios que contrariem uma ou outra premissa (geralmente disfarçada como tese) que se esconde por trás dessa busca.

Faz parte do regime de verificação e das relações de poder colocadas especificamente neste campo, a construção ativa de uma diferenciação em relação ao outro polo, alinhada à necessidade de autolegitimar sua posição e fazer valer a sua verdade, o que significa taxar o outro lado como falso ou equivocado. Neste contexto, o debate sobre a neutralidade ou isenção da ciência é bastante relevante, pois o grau de cientificidade dos argumentos, a objetividade e a isenção são armas discursivas importantes, taxando o “outro” lado como “político”, “enviesado” ou “ideológico”. A clivagem entre o caminho para a conservação da biodiversidade verdadeiramente efetivo e o falsamente difundido é a chave da produção de legitimação de um discurso como dominante, justificando as ações no sentido da restrição ou da inclusão das populações locais seja no debate acadêmico, seja no contexto de elaboração e implementação de políticas públicas para conservação da biodiversidade, seja na atuação de ONGs. Não se trata, portanto, apenas de uma simplificação do debate ou de um “equivoco”

metodológico: é uma estratégia de poder. Procuramos, assim, na medida do possível, fazer com que nossas análises destas disputas não sejam centradas num julgamento sobre a veracidade ou falsidade de tal polarização entre socioambientalistas e preservacionistas, mas na demonstração de que o acionamento da dualidade é parte intrínseca das disputas saber-poder neste campo. Situando-nos num espaço que se coloca o objetivo de ampliar ambientes de inclusão efetiva das populações e de constituição de alianças entre formas para contribuir com a justiça social, a diversidade cultural e a prosperidade ambiental, consideramos, que as tendências universalizantes precisam ser reconhecidas como facas de dois gumes: por um lado é onde se apoiam exercícios de poder, inclusive dos movimentos sociais; e, por outro, enquadram os processos em unidades preestabelecidas que podem engessar a capacidade de atuação dos movimentos. Em cada contexto, existem alianças e contraposições dinâmicas que se fazem e desfazem a todo momento, alinhando inclusive atores que estariam cada um de um lado da trincheira e opondo agonisticamente atores que poderiam ser vistos, a princípio, como pertencentes a um ‘mesmo lado’, embora a possibilidade de acesso ao dispositivo de clivagem seja constante. Por exemplo, durante o debate para a promulgação do SNUC, ‘preservacionistas’ e ‘socioambientalistas’ se alinharam para vetar a inclusão no texto final de uma definição explícita de ‘populações tradicionais’, embora tenham sido motivados por questões diferentes: os primeiros por considerarem a definição em pauta naquele momento excessivamente ampla e os segundos por a considerarem excessivamente restrita.

Desta forma, procuramos não incorrer em tendências universalizantes ao tratar do reconhecimento dos debates sobre a conservação da biodiversidade. Não temos como objetivo neste trabalho apresentar soluções infalíveis para o problema da degradação ambiental. Buscamos principalmente compreender o papel político que as possíveis soluções possuem, e reconhecer a existência delas enquanto materialidade discursiva. Buscamos ter cautela ao seguir este viés teórico, afinal reconhecer os debates sobre a conservação da biodiversidade como ‘controvérsias’, no limite, significa analisar os debates a partir de uma perspectiva distanciada na qual pode parecer que os dois lados concorrentes são análogos em termos éticos. Dessa forma, em nossa abordagem tentaremos ter em conta as injustiças materiais provocadas na vida de pessoas pela constituição discursiva de determinadas clivagens sobre a conservação da biodiversidade. A visão restritiva sobre a conservação provocou uma série de prejuízos a determinadas comunidades habitantes no interior ou entorno de UCs. Apesar de praticamente todo os discursos relativos a conservação da biodiversidade terem incorporado, pelo menos em alguma medida, uma preocupação com a inclusão social e cultural, grande parte das políticas de conservação continua a gerar situações percebidas pelas populações locais como injustiças, instaurando conflitos, no Brasil e no mundo. No “Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”⁴⁸ produzido por pesquisadores da FIOCRUZ são retratados centenas de casos de injustiças ambientais ligadas a problemas relativos a ‘políticas e legislações ambientais’. No mesmo sentido, figuram no “*Environmental Justice Atlas*” produzido por uma ampla rede de pesquisadores ligados à Ecologia Política, casos de ‘*biodiversity conservation conflicts*’⁴⁹ em números expressivos em todos os continentes, especialmente no Sul Global. John Aini, liderança indígena de Papua Nova Guiné, em trabalho realizado em colaboração com a antropóloga Paige West, aponta que os conflitos socioambientais envolvendo populações que habitam territórios oficialmente protegidos se reitera no século XXI:

More often than not, the questions asked by scientists derive from their interests and the agendas generated at the international levels of funding,

⁴⁸ Disponível em: < <https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/> >. Acesso em: 23/04/2017.

⁴⁹ Disponível em: < <https://ejatlas.org/> >. Acesso em: 23/04/2017.

governance, and trends in scholarly disciplines. While this produces important knowledge and drives new forms of knowledge making processes, it often alienates communities living in places with high levels of biological diversity. The very places where scientists work and where conservation scientists wish to have meaningful conservation impacts. (AINI; WEST, 2018)

Diante desse cenário, em nossa perspectiva, permanece pertinente olhar para um contexto específico onde estão em voga conflitos que atualizem a discussão sobre a inclusão ou exclusão das populações locais nos processos de conservação calcados na implementação e gestão de UCs, tendo em vista que estas são as ações mais prementes para a conservação no Brasil e a nível global. Levando em consideração as limitações da clivagem entre ‘preservacionismo’ e ‘socioambientalismo’ como definidora do campo e considerando-a como um efeito do regime de verificação que respalda as disputas sobre a conservação, mais do que como um dado de realidade, uma questão de pesquisa que nos parece pertinente, é perguntar porque essas clivagens existem, como elas são utilizadas como dispositivos e porque elas são consideradas suficientes ou insuficientes em cada arena específica de disputas. Nesse sentido, uma análise detalhada de uma situação concreta onde há presença de uma população dentro e no entorno de áreas de proteção integral, dotada de diversas especificidades, como é o caso dos Tupinambá enquanto povo indígena no Nordeste que habita a Mata Atlântica, pode ajudar lançar luz ao estado atual do debate.

Entretanto, antes de passarmos a análise do cenário concreto de produção das narrativas, torna-se necessário complementar o trabalho realizado até aqui de descortino sobre processos mais amplos acionados nos territórios em questão. Se neste primeiro Capítulo pudemos reconhecer as narrativas mais gerais sobre a conservação que irão embasar, principalmente, a narrativa ambientalista, procuraremos nos dois Capítulos seguintes elaborar algumas questões sobre os territórios indígenas no Nordeste em suas dimensões sociais, culturais e políticas que irão nos amparar na compreensão dos contornos da produção da perspectiva dos Tupinambá sobre a conservação. Fazemos a ressalva de que a articulação que se segue constitui-se em um exercício de diálogo e aproximação com um ambiente de construção do conhecimento com o qual tivemos contato mais intenso apenas nos últimos anos. Não teremos, portanto, uma base de articulação tão extensa quanto aquela acessada neste Capítulo, dificuldade que procuramos ultrapassar na medida do possível.

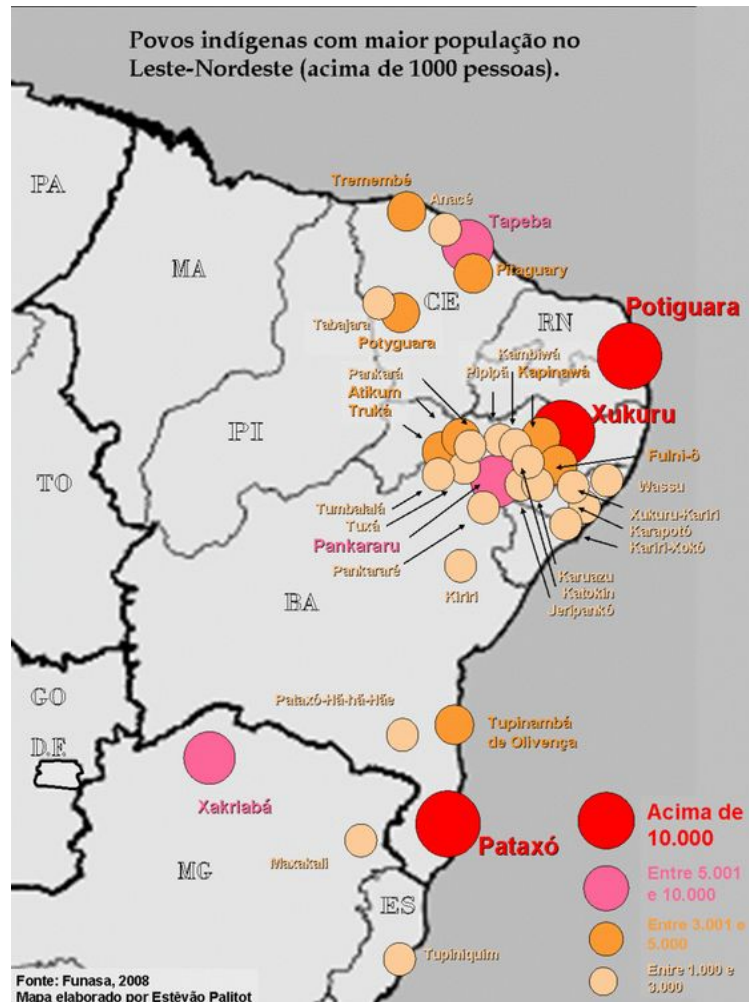
CAPÍTULO II

2 EMERGÊNCIAS ÉTNICAS NO NORDESTE BRASILEIRO: RETOMADAS E ONTOLOGIAS POLÍTICAS

2.1 A Presença Indígena no Nordeste

Os povos indígenas no Nordeste brasileiro são criadores de uma incomensurável potência em termos culturais, políticos e ambientais, plena de vitalidade. Estes povos, apesar de conformarem um conjunto extremamente heterogêneo, possuem em comum o fato de estarem situados na primeira área colonizada pelos europeus nas terras que hoje reconhecemos como Brasil. Devido a este longo histórico de contato marcado por opressões, resistências, negociações, incorporações, guerras e reversões, os índios no Nordeste estão inseridos em um contexto particular de desigualdade e preconceito em relação a outros povos indígenas e não indígenas. Uma característica marcante é a situação atual de extrema invisibilidade: boa parte da população brasileira, incluindo o meio acadêmico, ignora a existência de indígenas no Nordeste, e está ainda muito presente na atualidade um senso comum segundo o qual a presença indígena na porção costeira do país foi sumariamente dizimada até sua completa extinção, durante o processo de colonização.

Figura 2 - Mapa Povos Indígenas no Nordeste



Fonte: Wikinativa - Pankararu

O mapa acima (Figura 2)⁵⁰, apesar de estar relativamente defasado – por ter sido elaborado com dados de 2008 e figurar apenas áreas com população superior a 1000 habitantes indígenas autodeclarados e aldeados – ilustra espacialmente a presença indígena na região. Esta representação cartográfica nos mostra que a visão de que há um vazio demográfico indígena na região Nordeste é, no mínimo, questionável. Se trabalhamos com dados mais completos, fica ainda mais claro que não só há uma forte presença indígena no Nordeste, como esta população está passando por um processo de franca expansão demográfica. Por estarem fundamentados na metodologia da autodeclaração, os últimos dois censos brasileiros nos fornecem elementos interessantes para refletir sobre a situação atual dos indígenas na região. Desde 1991, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a adotar o autorreconhecimento como base para observação de características étnico-raciais da população, até o censo de 2000, o número de indígenas no Nordeste apresentou uma ampliação de 205%. Em 1991, cerca de 56 mil pessoas se autodeclararam

⁵⁰ O mapa utiliza como recorte a denominação Leste-Nordeste, pois esta foi a base de articulação para a criação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais (APOINME), fundada em 1990 com o objetivo de ser um canal de apoio a garantia dos direitos coletivos e constitucionais dos indígenas nestas áreas. Para maiores informações sobre a associação Cf. < <http://apoinme.blogspot.com/> >. Acesso em: 06/07/2017.

indígenas, já em 2000, mais de 170 mil indivíduos marcaram a categoria ‘indígena’ no quesito ‘raça/cor da pele’ (OLIVEIRA, 2011). De 2000 a 2010, o crescimento foi proporcionalmente menor mas continuou a ocorrer: no censo de 2010 cerca de 210 mil pessoas se autodeclararam indígenas nesta região administrativa (IBGE, 2012). Isto porque ainda não temos acesso aos dados produzidos em 2013, que provavelmente demonstrarão um crescimento ainda maior. As explicações fundamentadas em efeitos demográficos clássicos como crescimento vegetativo, aumento da expectativa de vida ou migração, não são capazes de se aproximar de crescimento tão expressivo. Tais dados, aludem, portanto, a um caráter dinâmico da etnicidade no Nordeste brasileiro contemporâneo que aponta para a necessidade de uma análise mais profunda das particularidades dos movimentos indígenas nesta região. É importante reconhecer ainda que os dados oficiais são realizados a partir do ponto de vista do Estado e podem não ser consonantes com o entendimento daqueles que “compõem” estes dados: a perspectiva do movimento indígena no Nordeste em sua intensa dinamicidade e atuação nem sempre é compatível com aquela que figura nos dados e delimitações oficiais⁵¹. Uma chave possível de leitura sobre este processo de expansão está na emergência das mobilizações indígenas atuais que, ao longo do século XX, e com mais intensidade nos últimos 30 anos, desencadearam um amplo e complexo campo de disputas ancoradas principalmente em demandas por reconhecimento étnico e territorial.

O objetivo deste capítulo é discutir alguns aspectos e desafios específicos colocados pela mobilização e presença indígena no Nordeste brasileiro na contemporaneidade, procurando angariar ferramentas teóricas que possam auxiliar na compreensão das formas de organização social, política e cultural destes grupos que embasam as relações destes com a paisagem de seus territórios. Esta reflexão nos auxilia a compreender elementos que compõem o contexto no qual se inserem os Tupinambá de Olivença, e sua perspectiva sobre a proteção da natureza a ser desenvolvida nos próximos Capítulos, posto que as relações dos indígenas com o território estão intimamente vinculadas com os processos de emergência étnica. Desta forma, este Capítulo pretende debruçar-se sobre um processo de escopo mais amplo do qual os Tupinambá de Olivença fazem parte. As elucubrações aqui apresentadas estão fundamentadas nas experiências vividas nas aldeias no Nordeste citadas na introdução deste trabalho, bem como numa aproximação às propostas de diversos pesquisadores brasileiros, em sua maioria antropólogos, que apontam para a especificidade da questão indígena no Nordeste. Pretendo assim, a partir das minhas experiências e das elaborações de outros autores, traçar um panorama de algumas questões em jogo nas articulações entre pesquisa e movimento no Nordeste indígena. Como nossa perspectiva neste trabalho está, em todo seu percurso, articulada às relações saber-poder, procuramos aqui focar nas formas como a questão indígena no Nordeste é enunciada, por indígenas e pesquisadores, prestando especial atenção ao questionamento e desmantelamento ativo da legitimidade da narrativa histórica da extinção dos indígenas no Nordeste, parte fundamental das mobilizações indígenas atuais na região.

Com este objetivo, em primeiro lugar, realizamos um descortino do processo continuado de colonização que reconheceu estes povos como extintos. Em seguida, apontamos algumas características dos recentes processos de ‘emergências étnicas’, esclarecendo a escolha deste termo para os fins deste trabalho. Em seguida, realizamos um aprofundamento da perspectiva sobre o contato e a mistura como espaço de produção de diferença, apontando algumas das estratégias do movimento indígena atual no Nordeste.

⁵¹ Trataremos mais profundamente desta discrepância mais adiante. Para uma elaboração ampliada sobre os efeitos das metodologias utilizadas nos levantamentos dos dados, inclusive no sentido de constituir a invisibilidade de determinados grupos, especialmente indígenas, Cf. Oliveira (2011, p.657-669).

2.2 O Paradigma da Aculturação e sua Constituição Histórica

Em primeiro lugar, nos parece necessário compreender o processo histórico de consolidação da supramencionada invisibilidade destas populações em seu caráter étnico, ou seja, a constituição histórica da narrativa colonial, segundo a qual os europeus teriam civilizado os indígenas de maneira irreversível. A história ‘oficial’ dos povos indígenas no Brasil, de uma maneira geral, é a história de sua conquista, de seu processo de extermínio e/ou aculturação que teria resultado em sua completa aniquilação. Especialmente no Nordeste, este discurso se coloca com peso, devido ao intenso processo de expansão colonial ocorrido ali desde o século XVI. Quinhentos anos depois, todos os grupos que não teriam sido exterminados pelo genocídio, teriam se tornado novos tipos culturais híbridos, como o ‘caboclo’ e o ‘sertanejo’ (RIBEIRO, 2006). Arruti (1995) argumenta que essa visão sobre o passado tem raízes em processos historicamente determinados pela constituição do Brasil, primeiro enquanto colônia depois enquanto nação. Este ponto de vista sobre o processo de constituição do Brasil se baseia no que aqui chamaremos de ‘paradigma da aculturação’⁵² ou ‘paradigma da extinção’, segundo o qual o contato das culturas indígenas em seu estado pré colonial com a cultura dominante e avassaladora do colonizador teria levado a um inevitável e irrefreável processo de supressão das culturas indígenas, através do extermínio, mas também de ‘mistura’ ou ‘miscigenação’. Esta forma de compreender o passado é parte fundamental do regime de verificação acerca dos indígenas no Brasil atual, o qual não pretendo mapear aqui em sua complexidade. Entretanto, podemos inferir que estão na base dos modos mais bem estabelecidos e recorrentes de legitimar verdades sobre estes povos, as clivagens dicotômicas entre índios e brancos – ou índios e negros⁵³ – e entre índios ‘de verdade’ e índios ‘aculturados’. Deste ponto de vista, só restariam ‘índios de verdade’ nas terras amazônicas, e em alguns outros locais mais remotos em outras regiões do país, onde a colonização haveria tomado um passo mais lento, preservando um maior isolamento desses povos.

Arruti (1995) demonstra através de uma análise histórica que, ao contrário do que normalmente se reconhece como verdade para o processo de colonização da região Nordeste, ou seja, um avanço progressivo e definitivo da fronteira agrícola colonial sob o formato de um arco completo, o processo de expansão ali, como alhures, se deu de forma irregular, sempre incompleta, múltipla e atravessada por um sem número de negociações, enfrentamentos e reversões⁵⁴. Da mesma forma, Porto Alegre (1998) oferece um número substantivo de exemplos de que a história dos indígenas no Nordeste foi permeada por uma série de revoltas, insurreições e conflitos ocorridos entre indígenas e outros extratos populacionais durante todo o período colonial. O acesso da historiografia a documentos do período colonial indicam uma miríade de atuações diferenciadas por parte dos indígenas que:

vão da fuga ao ataque, da negociação ao conflito, da acomodação à rebeldia. Rompendo o silêncio, as fontes inéditas mostram que a história indígena no Nordeste foi bastante complexa, tanto na colônia como no império, estando sujeita a fluxos e refluxos eivados de instabilidade. (PORTO ALEGRE, 1998, p. 15).

⁵² Outras designações já foram utilizadas. Carvalho (2011), por exemplo, fala em uma ‘ideologia do desaparecimento’.

⁵³ Para uma articulação sobre a construção histórica da separação entre indígenas e negros no Nordeste Brasileiro Cf. Arruti, 2001.

⁵⁴ Para uma análise mais detalhada das estratégias de colonização e das inúmeras idas e vindas deste processo entre os séculos XVI à XIX, Cf. Arruti (1995, p. 64-66).

Uma marca importante do período colonial é a experiência dos aldeamentos religiosos, implementados principalmente por jesuítas mas também por outras ordens religiosas como os capuchinhos, os beneditinos, os carmelitas e os franciscanos. Segundo Porto Alegre (1998) quase todos os grupos indígenas no Nordeste passaram por experiências deste tipo, que apresentavam uma grande variedade em termos das formas de organização e grau de autonomia dos indígenas – ritual, linguística, cultural, de trabalho, etc. Entretanto, durante os séculos XVIII e XIX as divergências quanto ao tratamento dos indígenas diminuíram brutalmente. Até aí haviam diversas visões sobre qual deveria ser o tratamento dado aos nativos, ou seja, haviam disputas entre diferentes segmentos da igreja, poderes locais e da coroa portuguesa sobre se estes deveriam de fato ser assimilados e, se sim, como. Já no Século XIX colocou-se de maneira mais evidente e perene o objetivo de incorporar os indígenas e apaziguar o conflito entre estes e aqueles engajados nos primeiros processos da ‘conquista’, baseados na guerra. “Transformar em ‘nacionais’ as populações indígenas significava finalmente acabar com todas as figuras de reserva, seja de terra ou de mão de obra, que então passam a estar livres para sua mercantilização.” (ARRUTI, 1995, p. 65). Neste período, a coroa portuguesa expulsou os jesuítas e colocou à frente do processo de constituição do Estado Nacional Marques de Pombal que atuou de maneira contundente no sentido de acachapar qualquer tipo de voz dissonante.

Após a proclamação da independência, e ainda mais com a proclamação da república, houve um aprofundamento desta perspectiva, já que toda e qualquer resistência à integração era vista como uma ‘ameaçava a unidade nacional’. Um elemento fundamental da ação estatal neste sentido foi a promulgação da Lei de Terras de 1850, que aboliu definitivamente as sesmarias, abrindo o mercado de terras no Brasil, bem como a declaração da extinção oficial da esmagadora maioria dos aldeamentos indígenas das províncias do Nordeste entre os anos de 1850 e 1870 (VALLE, 2011). É a partir daí que o argumento predominante para justificação e legitimação da expropriação indígena deixa de ser sua inferioridade primordial, sua não evangelização ou a extensão grandiosa demais de terras para poucas pessoas, argumentos centrais durante os 300 anos de colonização europeia direta. Neste período, passa a ser o centro da justificativa da usurpação a própria aculturação: as populações que não ‘aparentavam’ ser indígenas, ou não seguiam mais ‘realizando suas tradições’, não têm direito de acesso à titulação das áreas que ocupam. É esta clivagem entre índios ‘preservados x aculturados’ que irá justificar oficialmente a extinção dos aldeamentos nordestinos em meados do século XIX, não dando à população, que já não seria mais indígena, o direito sobre as terras. Algumas poucas famílias indígenas receberam lotes individuais para o trabalho mas, de uma maneira geral, as terras foram abertas à compra e venda por parte de outros extratos da sociedade.

Oliveira (1998) aponta que, além do Estado, a ciência teve um papel central na consolidação desta narrativa do poder, pois lacunas etnográficas e os silêncios da historiografia colaboraram para o processo histórico de colonização dos povos indígenas no Nordeste. Diríamos, assim, interpretando Oliveira a partir de uma fundamentação foucaultiana, que há uma interconexão entre as formas de interpretação sobre os indígenas no Nordeste e as relações de poder que atravessam essas populações na contemporaneidade. O paradigma da aculturação constitui, assim, o que poderíamos chamar de um ‘dispositivo’⁵⁵ de deslegitimação das múltiplas territorialidades atuais Tupinambá, Pataxó, Tumbalalá, Potiguara, Pankararu, Kariri-Xocó, Kiriri, etc que se manteve enquanto perspectiva amplamente dominante durante todo o século XX e que se reitera, enfrentando forte resistência, ainda hoje.

⁵⁵ Para mais informação Cf. Foucault (2010, p.246).

Segundo Ferreira (2013), mesmo vertentes teóricas da antropologia do século passado que colocaram a questão da mudança social como centro do debate a reconheciam como um estágio transitório específico, na medida em que haveria uma tendência geral de resolução dos conflitos e ‘reestabelecimento da ordem’ ou do ‘equilíbrio’. Neste enquadramento teórico, há apenas duas possibilidades: ou o retorno ao equilíbrio anterior, ‘estático’, ‘tradicional’; ou a extinção das formas de vida anteriores para dar lugar a formas de vida ‘civilizadas’. Neste ambiente teórico-metodológico, o conflito seria uma patologia, um desvio, e a tendência é que fosse mitigado ou subsumido assim que possível. Conforme resume o autor:

Apesar das múltiplas divergências (quanto aos métodos, objetos, modelos de referências e teses explicativas) nas duas grandes tradições científicas da antropologia – as organizadas a partir do conceito de cultura e aquelas organizadas a partir do conceito de sociedade – existe uma convergência, ou pelo menos uma cumplicidade, em torno de uma teleologia da ordem e de coordenadas de conhecimento conservadoras que levam à deslegitimação da luta, da guerra e da mudança social (tanto em seu estatuto teórico quanto político). (FERREIRA, 2013, p. 60)

A exclusão da mudança ou da transformação como algo inerentemente presente, e não transitório, em termos cognitivos, estéticos e culturais representou, neste sentido, um instrumento importantíssimo de marginalização e silenciamento de formas de resistência indígenas. Esta maneira de pensar foi uma das chaves para a negação do protagonismo e da subjetividade dos povos indígenas no Nordeste – e dos povos indígenas de uma maneira geral. Esta política do assujeitamento dos dominados aparece, inclusive, em teorias e práticas políticas que se compreendem como formas de luta contra a opressão destes povos, corroborando de maneira implícita com os próprios laços de dominação. Segundo Ferreira (2013), para que não incorramos no mesmo erro é preciso realizar um deslocamento de ótica, trazendo a mudança e o conflito para o centro da cena.

A despeito da predominância do paradigma da aculturação, foi a partir de meados do século XX que processos de reivindicação étnica irão começar ocorrer na região, embora ‘timidamente’ (CARVALHO, 2011). Começa a ser gestado um processo histórico paulatino de fortalecimento da contraposição a esta perspectiva, marcado pela resistência dos indígenas e conflitos. O primeiro povo a ser reconhecido no Nordeste, após a extinção dos aldeamentos durante o século XIX, foram os Fulni-ô, situados no município de Águas Belas no sertão pernambucano, onde foi instalado um posto do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1928. Já na década de 1950, havia dez etnias oficialmente reconhecidas no Nordeste (OLIVEIRA, 1998). Enquanto isso, os debates acadêmicos sobre os indígenas no Nordeste, ainda corroboravam em certa medida o diagnóstico da ‘extinção’. Até os anos 1950, grande parte dos estudos realizados junto a estes povos, estavam fundamentados na procura por remanescências, elementos de permanência de culturas pretéritas que poderiam compor uma compreensão mais ampla do folclore nacional, à exceção de pioneiros como Mario Mello e Carlos Estevão de Oliveira, antropólogos pernambucanos que desenvolveram interesse pela etnografia indígena no Nordeste (SECUNDINO, 2011). A partir do trabalho destes e outros autores bem como da ampliação de reivindicações étnicas, de maneira paulatina e concomitante com a insistência do ‘paradigma da aculturação’, o cenário da etnologia indígena no Nordeste do Brasil começa a mudar. Começam aí a serem realizadas pesquisas não mais voltadas para as reminiscências indígenas, mas para a “continuidade da identidade indígena apesar da mudança cultural” (GRUNEWALD, 2008, p. 20).

Nos anos 1960 e 70, vai sendo estabelecida uma crítica clara e bem fundamentada do ‘paradigma da aculturação’ a partir do foco nas relações de poder presentes no contato

(PORTO ALEGRE, 1998). Constitui-se, a partir daí, uma apreciação da concepção de etnicidade, que embasava o paradigma da aculturação, que vem questionar diretamente a existência de uma essência da identidade indígena, preconizando uma perspectiva dinâmica e de constante transformação para a cultura. Neste contexto, pode-se afirmar, destacam-se pesquisadores como Maria Rosário de Carvalho e João Pacheco de Oliveira, entre outros, que realizaram junto a alunos e colegas um trabalho ativo de constituição da etnologia indígena no Nordeste como campo de estudos e de articulação de formas de problematização capazes de lidar com cenários bastante distintos. Este deslocamento empírico-teórico amplia-se durante a década de 1980, quando o contínuo avanço da globalização chegou a um ponto no qual as previsões de completa homogeneização e integração na sociedade global foram desacreditadas. Ficou claro que esta homogeneização não só não se completaria jamais, como a insurgência de novos processos de diferenciação e constituição de novas identidades parecia cada vez mais intenso.

Neste mesmo período, um novo cenário indigenista nacional foi se compondo, no qual entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) passam a ocupar um espaço cada vez mais relevante no que tange os povos indígenas no Brasil. Neste contexto, as populações indígenas no Nordeste passam a ter uma maior articulação com instituições indigenistas de projeção nacional, participando de discussões em torno da constituinte. Um dos resultados disso foi a produção do Capítulo sobre os direitos indígenas na Carta de 1988 (título VIII, "Da Ordem Social", Capítulo VIII, "Dos Índios") que, naquela ocasião, representou um marco de inovações e avanços, especialmente em relação a Constituições anteriores, na garantia de direitos constitucionais aos povos originários. Daí em diante, as reivindicações territoriais por parte de povos indígenas no nordeste se ampliam. Segundo Porto Alegre (1998), em 1993, 43 áreas pertencentes a 23 povos diferentes estavam reconhecidas ou sendo pleiteadas. Hoje, segundo os dados disponíveis no sítio da FUNAI são 80 áreas indígenas reconhecidas, nas diversas etapas do processo de delimitação, entre terras tradicionalmente ocupadas e reservas indígenas, nos 9 estados da região administrativa reconhecida oficialmente como Nordeste⁵⁶. Importante notar que, possivelmente, este número é ainda maior já que não param de ocorrer novos pleitos na região, que não são imediatamente atendidos.

2.3 Emergências Étnicas

Oliveira (1998) aponta que a eclosão de conflitos e mobilizações de caráter étnico e, mais especificamente, indígena, no contexto atual do Nordeste gera, então, um aparente paradoxo: se os indígenas no Nordeste foram absolutamente aculturados, extintos, ou mesmo integrados à sociedade nacional, como explicar esta explosão demográfica e a crescente eclosão de lutas de povos que são pensados e se pensam como originários? Esta questão coloca toda uma nova série de pontos de reflexão e debates entre os pesquisadores que realizam pesquisas junto a estes povos que, de acordo com Grunewald (2008), contradiziam uma série de interpretações até então consolidadas. As palavras de Arruti (1995, p. 59) reforçam esse ponto:

Por surpreendente e mesmo incompreensível que seja à primeira vista o fato é que estamos assistindo a uma performática negação das expectativas que viciaram nosso olhar em perceber os grupos indígenas caminhando sempre sobre a linha reta que leva da fase áurea, anterior ao contato, para a de decadência, durante o contato e, finalmente para o indefectível desfecho que é a extinção .

⁵⁶ Não encontramos dados precisos disponíveis sobre o número de etnias.

Esta negação a qual se refere Arruti encontra respaldo em uma perspectiva dinâmica de etnicidade. A este respeito, coloca Ferreira:

as identidades e grupos étnicos são formas de organização social, não unidades biológicas ou culturais pré-determinadas. Isso significa que os grupos étnicos não são unidades sociais pré-históricas, pré-capitalistas ou primitivas, ao contrário, são formas de organização historicamente determinadas, que surgem, se transformam, eventualmente desaparecem e ressurgem. [...] A etnicidade não é um fenômeno exclusivamente cultural, mas é concebida aqui como uma construção histórica que remete aos fundamentos ecológicos, políticos e culturais. (2017, p. 198)

Quer dizer, a etnicidade, como elemento historicamente determinado, está alinhado a uma reorientação do olhar sobre o passado, sobre a história, que só pode ser feita a partir dos processos contemporâneos, partindo dos movimentos de hoje para buscar as condições de possibilidade para a produção da diferença. Isto coloca um desafio para os pesquisadores que se relacionam com estes povos que se veem impelidos não só a fazer uma análise histórica, mas de compreender a natureza histórica destes grupos. Neste contexto, questões e conceitos como a ‘autenticidade’, a ‘constituição de identidades’, a ‘etnogênese’, as ‘emergências indígenas’, o ‘ressurgimento étnico’, a extensão do significado de “ser e/ ou estar” indígena passam a constituir importantes problemas na realização de pesquisas junto a povos indígenas – especialmente no Nordeste. Antes de entrarmos numa análise de implicações da utilização de algumas destas categorias em nossa perspectiva, gostaríamos de realizar a ressalva de que não temos neste trabalho o objetivo específico de realizar um escrutínio do processo de gênese ou emergência étnica e/ou social em si, já que o foco desta pesquisa não é uma articulação acerca da ‘constituição’ ou ‘origem’ da identidade, movimento e/ou povo Tupinambá de Olivença. Nosso intuito ao discutir a questão da etnicidade no Nordeste contemporâneo, conforme dito anteriormente, é oferecer alguns elementos para contextualizar as relações saber-poder acerca da conservação da biodiversidade em territórios marcados por características específicas, relacionadas ao grau de invisibilidade destas populações, bem como aos processos de resistência material e cognitiva que estes povos realizam hoje. As relações entre os indígenas Tupinambá da TI de Olivença e a proteção da natureza, são amplamente atravessadas por estes processos, daí a necessidade de elaborar aqui, ao menos de maneira panorâmica, alguns elementos dos debates sobre a questão indígena no Nordeste.

Dentre estes conceitos, destaca-se a noção de ‘etnogênese’ como importante referência nas pesquisas a respeito de novas configurações sociais, de base étnica, no Nordeste. De forma resumida, qualificou-se como ‘etnogênese’ o ressurgimento, em regiões distintas, de grupos étnicos de variadas tradições culturais, que possuem em comum o fato de terem sido considerados extintos ou ‘definitivamente aculturados’ e que, em um determinado momento, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos (ROOSSENS, 1989; PÉREZ, 2001; BARTOLOMÉ, 2004). Em suma, a etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se, na visão deste conjunto de autores, ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. Bartolomé (2006) argumenta que os processos de etnogênese não são uma particularidade da contemporaneidade. Afinal, se entendida como um processo coletivo de constituição de alteridade de um grupo em relação ao outro, de produção de um novo sujeito coletivo previamente não existente, as etnogêneses remontam desde a passados longínquos, como por exemplo, de determinados grupos caçadores coletores que migravam para outras áreas, separando-se do grupo inicial, até processos atuais. O autor demonstra que diversos povos na

América Latina, que são considerados como originários, são constituídos por processos de fusão e/ou cisão com outros grupos. Na visão deste autor, a etnogênese, poderia ser traduzida como a ‘criação de uma etnia’ e, como dito, pressupõe que a etnicidade não é algo dado ou essencializado, mas um processo atravessado por diversas recriações e reconstituições. Neste sentido, a etnogênese pode ser reconhecida como “processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 43). O autor oferece um consistente rol de exemplos sobre processos de etnogênese em diversos locais da América Latina, desde o México, passando por Brasil, Chile, Venezuela, Colômbia e Argentina. Bartolomé inclusive, para exemplificar esses processos, cita justamente os indígenas no Nordeste Brasileiro que na sua visão “são produto dos aldeamentos jesuíticos nos quais diferentes grupos se fundiram” (2006, p. 42). Os traços comuns, nestes exemplos, são a qualificação destes grupos como aculturados, fundamentada naquilo que ele chama de ‘ideologia da miscigenação’, que teria aos poucos homogeneizado as culturas latino-americanas em nome de uma imagem síntese da cultura nacional. As contribuições de Bartolomé entre outros autores sobre a questão da etnogênese apresentam aspectos que perpassam grande parte dos processos de reivindicação étnica indígena no Nordeste atual: seu enraizamento histórico, o antiessencialismo cultural, o acionamento de memórias coletivas no sentido da ação conjunta, o reconhecimento do objetivo de dominação cognitiva implícito na conexão direta entre miscigenação e aculturação.

Além da ‘etnogênese’, outras noções também foram utilizados para tratar da questão indígena no Nordeste, trazendo diferentes aportes para o debate. Magalhães (2010), que realizou pesquisa junto aos Tupinambá de Olivença, nosso foco privilegiado de pesquisa, apresenta alguns pontos interessantes no que se refere a essa discussão. A pesquisadora ressalta que determinados termos utilizados para designar populações indígenas, que não são reconhecidas oficialmente desta forma pelo Estado, podem provocar reduções analíticas e, inclusive, gerar aberturas de significado que podem ser utilizados por atores interessados em frear seus movimentos. Desta forma, Magalhães sugere utilização do conceito de ‘sociogênese’ em sua pesquisa, ao invés de tratar da etnogênese dos Tupinambá de Olivença. Neste sentido, a autora aponta enquanto objetivo de pesquisa o mapeamento da “rede de relações sociais que tornou possível o início do movimento Tupinambá.” (MAGALHÃES, 2010, p. 17). Ao invés de analisar o ‘surgimento de uma identidade étnica’, seu intuito é reconhecer especificamente a constituição do movimento indígena atual e as motivações de alguns de seus personagens centrais. Desta forma, é deslocado o foco de sua pesquisa da constituição da identidade para a constituição do movimento, propondo-se a realização de uma articulação do contexto político e étnico – em sintonia com as perspectivas do próprio movimento sobre si mesmo.

Uma outra possibilidade de abordagem para o debate sobre a questão da ampliação dos movimentos indígenas no Nordeste é a utilização do conceito de ‘emergência’. Arruti (1995), por exemplo, fala sobre as emergências étnicas no Nordeste Indígena como um ‘fenômeno histórico regional’. Este fenômeno histórico seria, na perspectiva do autor “produto de embates e negociações entre concepções acadêmicas, projetos de Estado e motivações de grupos sociais em princípio alheios a tais concepções e projetos.” (ARRUTI, 1995, p. 84). Em nossa visão, a noção de emergência, nos parece trazer aportes para embasar uma perspectiva sobre o processo histórico de expansão de demandas por direitos, inclusive territoriais, com base identidades étnicas no Nordeste. Em primeiro lugar, a ideia de emergência, de forma geral, traz implícita a ideia da emergência de algo que estava submerso, portanto não extinto. Alinha-se neste sentido com a enunciação indígena que escutei diversas

vezes de lideranças, principalmente Tupinambá de Olivença e Pataxó, de que os indígenas não foram extintos mas, sim, ficaram na terra, como sementes que se escondem no solo durante a queimada e aguardam as cinzas se tornarem adubo para poder brotar. Em cada caso, cada território, cada povo, há um complexo e multifacetado processo de rearticulação do presente e do passado do qual participam diversos atores, em diálogo com os movimentos políticos de reivindicação da etnicidade e do território indígenas, que realizam juntos uma desconstrução da ideia de que o massacre e/ou a progressiva miscigenação teriam levado estes povos ao desaparecimento. Neste contexto, pode-se observar processos de transformação dos territórios materiais e imateriais, alavancados pela mudança na maneira como os atores locais entendem o território e agem sobre este, emergindo daí novas articulações nas relações de saber-poder, novas histórias e resistências com base na defesa de direitos.

Neste ponto, as articulações realizadas por Foucault, com base em suas leituras do método genealógico de Nietzsche, sobre o conceito de emergência podem nos auxiliar nas reflexões sobre a utilização desta noção para nos aproximarmos das especificidades da questão indígena no Nordeste. Segundo Foucault (2010), procurar a origem de um determinado fenômeno histórico é tratá-lo como um objeto em si a ser revelado, extirpando-o de todos os processos contingentes que participaram de sua formação, a fim de revelar uma essência última e imutável, “uma identidade primeira”. Esta perspectiva a-histórica, metafísica e essencialista da história, não é capaz de reconhecer que o trabalho do pesquisador não é revelar uma essência velada, escondida, dos fenômenos históricos, mas justamente reconhecer que as unidades estabelecidas historicamente são sempre contingenciais e mutáveis. A este respeito afirma Foucault (2010, p. 19, grifo nosso):

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos *começos*; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando o *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda.

Destacamos nesta passagem que a noção de começo entra em cena no plural. Esta articulação nos remete à questão de que ao longo do processo histórico não há apenas um começo mas, sim, múltiplas reorganizações dos estados das forças, das relações de poder. Ao tratarmos do caso dos povos indígenas no Nordeste, pode-se afirmar, que uma busca por um único começo de ‘identidade primeira’ falharia em se relacionar com os processos atuais e, no limite, não seria possível. Afinal, como viemos tratando, os movimentos indígenas atuais não pleiteiam pura e simplesmente uma espécie de retorno a uma identidade pretérita, tal como ela era no passado, mas uma atualização constante e presente de sua etnicidade que é atravessada por uma reconsideração da sua própria história a partir da vida atual e também do reconhecimento da constante transformação, conforme nos aponta uma jovem liderança Tupinambá de Olivença:

Muitos, durante muito tempo foi obrigado a se calar. Mas hoje nós buscamos essa memória, a forma como os nossos velhos viviam antigamente né? Os rituais, os cânticos... Algumas músicas a gente procura estar aprimorando. Porque toda cultura ela se modifica né? Nos tempos de hoje, lógico, nos estamos aí modificado e assim também nossa cultura se modificou. Aí

alguns dizem assim: ‘ah, mais eles não vivem mais a cultura de antigamente!’, mas assim, é claro! Se tudo mudou, o mundo mudou...⁵⁷

A concepção histórica de Foucault aponta para a importância de uma leitura que privilegie a transformação, as discontinuidades e rupturas como base da história, sempre permeada por começos que rearticulam o passado através de constantes emergências. As emergências caracterizam-se, assim, pela entrada em cena de forças que se distribuem pelas relações de poder, provocando uma nova topologia do poder. A ideia de emergência tal qual descrita por Foucault, leitor de Nietzsche, nos remete aos jogos de poder, já que “a emergência não repousa tranquila na metafísica da história, ela é um ‘não lugar’ definido constantemente pelos enfrentamentos e por acontecimentos singulares.” (MENDES, 2012, p. 77). Portanto, a partir dessa perspectiva, não há uma preocupação em se determinar um acontecimento específico como ponto privilegiado da história, o que se prioriza é perceber como, através de constantes disputas, rupturas e interstícios se dão emergências, ou seja, as formas singulares através das quais ocorre um acontecimento ou aparecimento, sem incorrer na armadilha de “naturalizar” os movimentos materiais da história ou buscar destinações que procurariam a sua aparição desde o primeiro momento, isto é, antecipações de sentidos (TARIN, 2017). A emergência se dá, assim, não pela revelação derradeira de um sentido dado a princípio, mas por um longo e contínuo processo de fazer-se valer dentro de condições muitas vezes desfavoráveis e em constante mutação.

Nessa chave de pensamento, ou seja, inspirado em Foucault, o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2015) utiliza a noção de emergência ao tratar da etnicidade negra e da eclosão e ampliação das lutas quilombolas no pacífico colombiano. Escobar aponta que a principal questão ao realizar pesquisas em consonância e apoio aos movimentos étnicos na América latina é “moverse hacia una sociología de las emergencias, que permita la ampliación del rango de conocimientos que podrían ser considerados alternativas convincentes.” (ESCOBAR, 2010, p. 38). Neste sentido, o autor, busca reconhecer as formas como a noção de *pallenques*, emergiu no pacífico colombiano transformando as possibilidades de atuação e organização social cultural e política naquela região. Em nosso caso, procuramos reconhecer que as emergências das etnicidades Tupinambá, Parkararu, Xokó, Tuxá, etc geraram uma realocação das formas de alteridade e de articulação das relações de saber-poder no Nordeste brasileiro.

Diante deste complexo cenário, reconhecer um determinado conjunto fechado de “causas” para os processos de emergências étnicas no Nordeste nos parece não dar conta das inúmeras dimensões destes processos. Nos parece incompleto, portanto, dizer que as emergências são uma consequência dos direitos salvaguardados aos indígenas na constituição de 1988, ou da abertura de diálogo com o Estado que resulta na atribuição de determinados benefícios sociais. Tampouco é razoável a perspectiva que reconhece as emergência étnicas como ‘puro pragmatismo’ onde a constituição de identidades étnicas estaria subordinada e/ou teria como fim somente legitimar a apropriação de determinadas porções de terra. Outra visão insuficiente é aquela apontada por Lara (2012) de que os indígenas no Nordeste seriam, pelo menos em sua grande maioria, “índios feitos pelos benefícios”. Nesta visão, propagada principalmente por atores contrários à causa indígena no Nordeste, a articulação da etnicidade estaria ligada à conquista de benefícios sociais reservados somente aos indígenas como, por exemplo, a saúde diferenciada, que em algumas situações tem condições específicas de vantagem em relação a saúde pública comum, ou o acesso facilitado à aposentadoria através da FUNAI. Estas interpretações causais, embora muitas vezes apontem para aspectos

⁵⁷ Entrevista realizada em 2013 por ocasião do projeto “Cartografia afetiva nas raízes das nuvens profundas”. Disponível em: < <http://www.tupivivo.org/1/> >. Acesso em: 08/02/2018.

presentes em processos de constituição da alteridade, não dão conta da grande pluralidade de dimensões atreladas às emergências étnicas no Nordeste. As diferenças entre os critérios que o tempo todo desafiam a ‘veracidade’ da indianidade dos povos indígenas no Nordeste e no Brasil, faz com que o movimento se prepare para articular argumentos em resposta para diversos contextos de alteridade, e para cada um dos critérios que os define como ‘falsos índios’. Aqui a interlocução se dá com vários atores, desde os fazendeiros, a pequenos proprietários contrários a demarcação da TI, pessoas da cidade e agentes do Estado.

Por sua vez, Alarcon (2013, p. 71-74) demonstra que opositores à demarcação da TI Tupinambá de Olivença reconheciam o processo de identificação étnica indígena como tendo origem nas ações de ‘agentes externos’. Isto é, para estes opositores não foram os índios que levaram a cabo a organização da mobilização indígena em suas feições atuais mas, sim, a ação da antropóloga, da assistente social, em suma, de alguém ‘de fora’ que colocou ‘essa ideia na cabeça deles’, que seriam, na verdade, agricultores e não indígenas. Esta perspectiva elabora justificativas para a consolidação do movimento Tupinambá atual, segundo Alarcon, em versões que variam entre o oportunismo e a coação. Apontar para as emergências étnicas no Nordeste como uma consequência direta de fatores externos é não reconhecer justamente o caráter de reorganização das relações de força colocadas neste processo, bem como os diversos elementos que compõem a proveniência destas emergências, processos atuais e passados atravessados por resistências e opressões. É certo que os processos de emergências étnicas não podem ser compreendidos de maneira desvinculada às aberturas legislativas, afinal estas não são alheias às lutas por aquilo que as lideranças chamam de garantia de direitos, necessariamente relacionados à ação do Estado. Da mesma maneira, as formas de articulação acadêmica realizada por pesquisadores junto a estes povos também fazem parte das emergências, como dito anteriormente. Neste ponto, pode-se observar que estas aberturas provenientes de outros espaços como o Estado e a Academia não definem mas compõem, o complexo quadro de condições de possibilidade das emergências étnicas.

A inversão alavancada por indígenas nos objetivos do SPI nos oferecem alguns elementos que reforçam esse ponto e auxiliam na reflexão sobre a complexa constituição das condições de possibilidade das emergências étnicas – compreendidas a partir de uma perspectiva relacional. Arruti (1995) aponta que o SPI, primeiro órgão indigenista do Brasil, criado em 1910, tinha um perfil de agência colonizadora e fez parte da transição que o Estado brasileiro operava na primeira república, do trabalho escravo para o trabalho livre. Um de seus intuitos era, assim, segundo o autor, “transformar o índio em pequeno produtor rural capaz de se sustentar e integrar ao mercado nacional de mão de obra.” (ARRUTI, 1995, p. 60). A agência estatal agia portanto, fundamentada na ideia de transitoriedade da etnicidade indígena, segundo a qual o modo de vida indígena seria um estado a ser superado em prol do desenvolvimento nacional. Em 1911, constitui-se no código civil a figura da tutela que vem afirmar a necessidade do Estado de controlar o processo de transição preconizado aos indígenas de maneira que este não ocorresse de forma ‘degenerada’. Neste sentido, não havia espaço para uma atuação incisiva do SPI no Nordeste, afinal, a região e sua população já estariam totalmente integradas à sociedade nacional. Dessa forma, no Nordeste, o SPI teve uma atuação que surpreendeu inclusive aos próprios funcionários da agência: ao invés de se apresentar nas aldeias, eles é que foram procurados pelos povos para serem convencidos da presença indígena naquela região. Em alguma medida, o tiro saiu pela culatra, pois se a intenção última do SPI era transformar os indígenas em trabalhadores rurais, este acabou tornando-se instrumento para o autoreconhecimento indígena por parte de populações que eram, naquele momento, reconhecidas, pelo Estado e parte da sociedade, como trabalhadores rurais. Os funcionários do órgão se viram assim obrigados a lidar com uma situação para eles

inesperada de reconhecer – ou deslegitimar o reconhecimento prévio – daquelas populações que se autopleiteavam indígenas. Neste contexto, a realização da prática do Toré, ritual realizado entre diversos povos indígenas no Nordeste⁵⁸, tornou-se, durante muitos anos, um importante elemento de legitimidade dos povos perante o Estado, sendo frequentemente compartilhado por pajés entre os diferentes povos (ARRUTI, 1995; CARVALHO, 2011). As articulações entre os povos são uma parte importante das emergências e as interlocuções se dão tanto no plano político, quanto no espiritual, mesmo porque estes estão imbricados. É neste sentido que Arruti (1995) reconhece o processo concomitante de eclosão de diversos pleitos territoriais como uma ‘rede de emergências étnicas’. A presença e a circulação de pajés que sabem o ‘segredo’ ou a ‘ciência’ e de caciques que se relacionam com o Estado são vistas, ambas, como fundamentais pelos participantes do movimento indígena para a sua própria sobrevivência. Carvalho (2011), também destaca a circulação de pajés, caciques e lideranças como um âmbito notável no sentido de continuidade e expansão das dimensões espirituais e históricas desses povos. Em suma, ao mesmo tempo, os caminhos da emergência étnica são espirituais mas também de lutas por direitos. As palavras de Arruti nos auxiliam a explicitar esse ponto:

os caminhos da emergência não se explicam em função de grandes contextos ou de mudanças no padrão de ação indigenista. Eles assumem significados próprios que recuperam imagens e relações esquecidas, produzem ritos, engendram mitos, elegem heróis, num intenso reencantamento do mundo. E esse reencantamento que tem força de explicação para aqueles que percorrem os caminhos da emergência. [...] Saímos, então, da mecânica, para entrarmos na poética da emergência (ARRUTI, 1995, p. 76)

Nesse sentido, na visão de Arruti, o histórico de implementação do posto indígena Fulni-ô de Águas Belas tem uma importância não só por chamar a atenção da Academia para a existência de um povo indígena no Nordeste, mas por se tratar do primeiro caso de emergência étnica na região, abrindo caminho para possibilidades até então desconhecidas, “servindo como ponto a partir do qual se estendem os fios que virão tecer a rede das emergências.” (ARRUTI, 1995, p. 72) O autor argumenta ainda que a intermediação com os órgãos do Estado, ocorrida neste primeiro caso, desencadeou outros processos de mediação que se consolidaram e se difundiram de maneira cada vez mais ampla ao longo das décadas subsequentes. Entretanto, novamente, insistimos que esta correlação entre as diversas etnias não se conforma apenas em termos da circulação de informações relativas aos caminhos administrativos e possibilidades de abertura para o reconhecimento de direitos por parte do Estado. A ação de circulação de pajés e lideranças no sentido de “levantar as aldeias”⁵⁹, ou seja, impulsionar em suas múltiplas dimensões o processo de emergência, é extremamente recorrente e relevante no Nordeste. Os Pankararu, por exemplo, têm uma importância central no contexto pernambucano e também regional o que é observado por Arruti (2001) e também confirmado por nossos percursos junto aos Pontos de Cultura Indígena no Nordeste. O respeito e a admiração aos rituais dos Praiá é generalizado entre os povos da região e pode-se constatar influências dos Pankararu nos processos de articulação cultural de outros povos. Os Pankararu frequentemente descrevem esta influência através da metáfora dos troncos e

⁵⁸ Entre os Tupinambá de Olivença o ritual de dança e cânticos é chamado de ‘Poranci’ ou ‘Porancim’.

⁵⁹ A menção à ideia de “levantar a aldeia” é recorrente em toantes dos rituais do Toré e do Poranci. Por exemplo, a culminância do toante/oração para a lua, entoado pelos Tupinambá de Olivença, geralmente no início de cada ritual versa: “Levanta essa aldeia levanta / com as forças de Deus./ Levanta essa aldeia levanta,/ olha Deus os filhos teus./ Levanta essa aldeia levanta,/ Levanta sem demorar./ Levanta essa aldeia levanta, / A aldeia Tupinambá.”.

ramificações. Os troncos velhos são responsáveis pelo contato mais direto com a ancestralidade, enquanto os mais novos estão mais distantes, porém são como pontas de rama de uma mesma árvore. Podem estar mais distante da raiz mas não deixam de ser parte da mesma planta⁶⁰.

Pode-se argumentar, portanto, que há todo um conjunto de fatores, de diversas ordens, que concorrem para a abertura de um espaço gradualmente maior para os processos de emergência étnica no Nordeste, entre eles: a instalação de órgãos especializados para ação indigenista – primeiro o SPI e depois a FUNAI; a entrada em cena de entidades indigenistas como o CIMI e a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), que tiveram um papel importante na ‘visibilização’ e na articulação de encontros entre os diferentes povos; o reconhecimento crescente e progressivo, da presença atual e ativa de populações indígenas no Nordeste, por parte de pesquisadores, bem como suas inflexões teóricas e organizações, destacando-se a ABA; inovações legislativas como as que constam na Constituição de 1988; conexão das organizações políticas e espirituais entre os indígenas; processos complexos de acionamento de memórias coletivas; a presentificação de rituais, artesanato, vestimentas, pinturas corporais etc. Reconhecemos aqui uma perspectiva que enxerga a imbricação entre a ação política e a cultura na composição das mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo, nos processos de emergências étnicas, sem a qual nos faltariam instrumentos para compreender as formas como se organizam e vivem estes povos. As palavras de Joel Braz Pataxó⁶¹, importante liderança no extremo sul da Bahia, nos fornecem elementos para refletir sobre esta articulação:

Eu analiso sempre as formas de resistência que os nossos antepassados resistiram pra continuar com o costume, com a língua, com a dança, as formas de se alimentar, a necessidade de ter a caça, de ter os mariscos, de ter o peixe, pra manter esse costume que também faz parte das formas de resistência da vida do índio.⁶²

Nessa mesma ocasião Joel também nos disse: “Os povos indígenas do Nordeste já tem por tradição lutar”. Estas enunciações de Joel, nos parecem, se alinhar a perspectiva, supracitada, que, nas emergências étnicas no Nordeste, cultura e ação política caminham lado a lado, se alimentando e transformando mutuamente. As resistências indígenas no Nordeste se colocam, portanto, como um campo de disputas materiais e imateriais nas quais os pleitos diretos por território são atravessados por um olhar da atualidade sobre o passado e sobre as diversas possibilidades de construção da diferença, da alteridade. A partir desse ponto buscaremos apresentar, e focar, em mais alguns argumentos que se distanciam do paradigma da aculturação, com intuito de fundamentar ainda mais nossas articulações sobre a dimensão complexa e multifacetada das emergências étnicas no Nordeste, bem como apontar algumas das práticas centrais do movimento indígena atual na região.

2.4 Contato, Produção de Diferença e Retomada

⁶⁰ Para uma descrição mais pormenorizada do par “troncos/pontas” e suas ramificações simbólicas Cf. Arruti, 1995, p.77-78.

⁶¹ Joel Braz é uma liderança proeminente da Frente de Luta e Resistência Pataxó e habita a TI Pataxó de Barra Velha. O caso desta liderança ganhou projeção nacional, quando foi submetido a cárcere privado em 2002, devido a um conflito ocorrido em uma retomada. Ele passou mais de 15 anos em prisão domiciliar, o que diminuiu muito sua capacidade de articulação enquanto liderança. Joel alegava perseguição por parte de fazendeiros e da empresa Veracel. Em agosto de 2017, ele foi finalmente absolvido pela Vara Única da Justiça Federal de Eunápolis em júri popular.

⁶² Entrevista concedida em agosto de 2014 por ocasião da realização do projeto “Percursos Cartográficos: Movimentos Indígenas no Nordeste”.

Reconhecendo as relações entre saber e poder na contemporaneidade, poderíamos dizer que uma das principais armas utilizadas contra os povos indígenas no Nordeste é a reiteração do ‘paradigma da aculturação’ e da visão dicotômica entre índios e não-índios por parte dos interessados em excluí-los. Isso incorre no reconhecimento de todos os povos que passaram processos de miscigenação como ‘misturados’ e, assim, como ‘não índios’, sendo este um modo, ainda, muito eficaz de deslegitimar a etnicidade indígena no Nordeste. Em matérias discursivas de diversas ordens, desde veículos midiáticos⁶³ até relatórios oficiais de comissão parlamentar de inquérito (CPI)⁶⁴, são veiculadas constantemente as noções de ‘supostos índios’ ou ‘falsos índios’ ao designar os grupos e lideranças indígenas no Nordeste, como uma maneira de desqualificar a luta pelo território. Pode-se afirmar que esta ligação direta entre mistura e aculturação ou extinção é resultado de uma visão que reconhece a homogeneização como o único horizonte possível de qualquer processo de interação entre diferentes. Parte-se da perspectiva de que o destino inelutável de qualquer encontro entre diferentes seria ou a sua fusão ou a composição de uma terceira via ocorrendo, no limite, o aniquilamento de um polo em nome do outro. Porém, esta perspectiva onde prevalece uma leitura da mistura enquanto processo homogenizador é questionada de forma pujante pelas emergências indígenas no Nordeste.

Os Tupinambá de Olivença, assim como os Potugiuara, os Pankararé, entre tantos outros, produziram e seguem produzindo processos e territórios de alteridade e heterogeneidade a partir de múltiplos encontros, e não a partir do isolamento, da falta de contato entre diferentes. A frase estampada na camisa de indígenas no Encontro Nacional de Estudantes Indígenas de 2017, realizado em Salvador, ilustra bem esta perspectiva. Lia-se no peito dos jovens indígenas: “Posso ser o que você é sem deixar de ser quem eu sou”. Esta elaboração nos apresenta que o contato e a mistura não se colocam, na visão destes indígenas, como processo de mútua exclusão, ou seja, a homogeneização não é o resultado do encontro – nem mesmo a nível individual. Os encontros não provocam necessariamente a homogeneização, podendo, inclusive, serem reconhecidos como agentes de produção de diferença. Nossos percursos junto aos territórios indígenas no Nordeste nos ofereceram exemplos diretos de processos de produção de diferença que se constituem justamente a partir de entrecruzamentos e sobreposições. O contato com as leis, o amplo domínio do português, inclusive em sua forma escrita e formal, por exemplo, são importantes instrumentos para a disputa dos territórios indígenas hoje, sobretudo em sua dimensão discursiva. O Pajé mais proeminente da Terra Indígena Kariri-Xokó, situada no município de Porto Real do Colégio em Alagoas, nos contou um caso interessante neste sentido⁶⁵. Certa vez, ele e outros articuladores do movimento indígena estiveram em Brasília com o intuito de pleitear a

⁶³ Alarcon (2013) demonstra que a ampla maioria das matérias jornalísticas publicadas sobre os Tupinambá de Olivença, sobretudo a nível local e regional, estavam alinhadas a frente contrária à demarcação, embora hajam também exemplos de reportagens perversas, neste sentido, em nível nacional. Alarcon destaca: “O Lâmpião Tupinambá”, publicada pela revista Época em 2009 e “A farra da antropologia oportunista”, publicada pela revista Veja em 2010.

⁶⁴ Refiro-me aqui ao famigerado relatório apresentado em Maio de 2017 produzido pelo deputado Nilson Leitão do PSDB, no contexto da abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito da FUNAI e do INCRA, para investigar “fraudes” nos processos de implementação de Terras Indígenas, entre elas a TI Tupinambá de Olivença, Assentamentos de Reforma Agrária e Territórios de remanescentes de Quilombos. Não cabe aqui realizar uma análise profunda do documento, mas cabe aqui mencionar o profundo grau de articulação de discursos de deslegitimação tanto dos indígenas, quanto dos pesquisadores relacionados a estes. Disponível em: < http://www.camara.leg.br/sileg/Prop_listaComissao.asp?codComissao=537931 >. Acesso em: 09/12/2017.

⁶⁵ Entrevista realizada em julho de 2014 por ocasião da realização do projeto “Percursos Cartográficos: Movimentos Indígenas no Nordeste”.

homologação definitiva de seu território⁶⁶. Segundo ele, os técnicos da FUNAI tentaram enganá-los com uma leitura equivocada da legislação, ao que o Pajé respondeu com uma leitura profunda das leis dizendo que eles estavam errados: “O secretário arregalou o olho, ficou assustado que eu sabia das coisas! Mas eu disse a ele: ‘aqui não é Yanomami não senhor!’”. Embora esta interpretação do Pajé sobre os Yanomami não seja absoluta e que ele os tenha usado somente como exemplo para fortalecer sua posição no momento da negociação⁶⁷, o que salta aos olhos nesta formulação é reconhecimento que a luta e defesa pelo território Kariri-Xokó são extremamente atravessadas por conhecimentos e práticas vindos do próprio contato e da mistura.

Fundamental deixar claro que apontar para as possibilidades de criação de diferença inclusive através da mistura não quer dizer que não haja hierarquias e processos de exercício do poder e de dominação, pelo contrário. Neste sentido, enquanto ferramenta teórica nos parece especialmente interessante a concepção de poder delineada por Foucault. Apoiando-se no autor compreende-se aqui o poder não como algo que se detém ou como um atributo exclusivo de um indivíduo ou grupo sobre outro grupo ou indivíduo. O poder só pode ser pensado como conjunto de múltiplas relações em diversas direções, enraizadas historicamente. Nas suas palavras: “o próprio termo ‘poder’ não faz mais que designar um campo de relações que tem que ser analisado por inteiro” (FOUCAULT, 2008, p. 258). Ao invés de reconhecer um polo como sujeito da ação de dominação – brancos – e outro como objeto passivo desta dominação – índios – reconhecemos um entrecruzamento não simétrico entre sujeitos ativos. Nesta perspectiva, o exercício do poder depende das ações de todas as partes envolvidas, já que são todas decisivamente dotadas de agência. Assim, ao invés de pensar em termos de um exercício de poder de uma parte sobre outra que apenas sofre as consequências da dominação – neste caso, a ‘aculturação’ – deslocamos o olhar para a interconexão entre dois sistemas de poder que se influenciam mutuamente, embora não da mesma forma ou na mesma intensidade⁶⁸. Neste sentido, colonizadores e colonizados são sujeitos políticos dotados de histórias qualitativamente diferenciadas mas valorativamente equivalentes. Esta visão se desprende de uma suposta passividade indígena e, portanto, do paradigma da aculturação. Acreditamos que partindo da perspectiva de influência mútua e assimétrica entre processos históricos dotados de suas respectivas formas de organização política em constante e simultânea transformação, pode-se melhor compreender o complexo sistema de inter-relações nos quais estão inseridos os indígenas no Nordeste brasileiro hoje,

⁶⁶ A homologação desta TI foi contemplada em 1993, embora os indígenas sigam na luta pela ampliação da área demarcada e pela manutenção de seus territórios.

⁶⁷ Os Yanomami têm uma forte articulação nos dias atuais, inclusive através da figura notória de Davi Kopenawa. A articulação com outras formas de conhecimento operada por estes indígenas e a produção de discursos que incorporam perspectivas ocidentais podem ser encontradas em Albert (2002).

⁶⁸ Os estudos pós-coloniais desenvolvidos na África e Ásia a partir das décadas de 1950 e 1960 foram de fundamental importância na construção de ferramentas teórico-metodológicas que partem de uma dupla perspectiva que olha não apenas para a força colonial, mas também para as formas de organização política locais e as diferentes maneiras como estas atuam perante os colonizadores. Georges Balandier (1993 [1955]) sugere a noção de ‘situação colonial’ constituída a partir do cruzamento entre dois, ou mais, processos históricos em constante transformação. A ideia de ‘situação’ abre espaço para a realização de estudos sobre contextos de colonização a partir de uma totalidade, incorporando a um só tempo as dimensões econômicas, políticas e raciais, pensando a reciprocidade entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada. Propõe assim um estudo dos ‘contatos entre as culturas’. A perspectiva da dupla história pode ser um instrumento de análises interessante para tratar das populações indígenas no Nordeste. Embora a colonização tenha ocorrido em outro período histórico no Brasil, a noção de situação colonial pode ser útil para superar a perspectiva da aculturação, pois ao invés de reconhecer a colonização como um processo de mão única, que levou a extinção destes povos, pode-se olhar para a readequação mútua entre colonizadores e colonizados a partir do contato e da mistura.

em especial os Tupinambá de Olivença. Esta concepção de poder alinha-se assim à ideia de emergência supracitada, já que a emergência étnica significa, neste sentido, uma reorganização do campo relacional de forças, da topologia do poder. Torna-se, assim, um caminho analítico frutífero, ao seguir esta visão sobre as relações de poder, considerar formas de atuação estratégica e política dos movimentos indígenas no Nordeste.

Seguindo esta trilha a palestra e sistematização realizada no CPDA⁶⁹ por Mario Ney Rodrigues Salvador, pesquisador indígena e liderança Terena do Mato Grosso do Sul, nos oferece interessantes aportes. Embora sua visão se fundamente, principalmente nos grupos Terena o mapeamento por ele realizado se relaciona materialmente com estratégias e formas de atuação de diversos dos movimento indígenas no Nordeste. Na ocasião, Salvador afirmou que as ações políticas atuais do movimento indígena estão articuladas em três frentes inter-relacionadas: a disputa institucional, a ação direta e a disputa pelo conhecimento. Conforme explicitado ao longo da discussão feita até aqui, a disputa institucional, de ampliação dos ambientes de diálogo com o Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito à demarcação de Terras Indígenas para usufruto destes povos, é um dos elementos centrais das mobilizações indígenas no Nordeste. A articulação junto a determinados órgãos do Estado, como a FUNAI, a luta pela educação diferenciada e o acesso à saúde são pautas de reivindicação que conformam bases de atuação destes movimentos. Além disso, lideranças indígenas no Nordeste promoveram, ao longo dos últimos anos, uma série de pautas junto a variadas entidades estatais, como secretarias de educação, cultura e saúde em nível estadual e municipal em busca de aliados para atendimento de demandas de suas comunidades. E isto caminha, necessariamente, junto aos processos de emergência e da articulação do passado e do presente cultural deste povos.

Já em termos de ação direta, uma tática fundamental e bastante complexa utilizada pelo movimento indígena no Nordeste – mas não só⁷⁰ – é a chamada retomada, que, em poucas palavras, significa a reapropriação de algo que eles compreendem que lhes foi usurpado. As retomadas se relacionam com aquilo que o movimento indígena chama de ‘autodemarcação’ e se exprimem, principalmente, na ocupação efetiva de terras escolhidas através de uma enorme variedade de critérios. Entre outros objetivos, as retomadas são utilizadas como forma de pressionar o governo pela homologação efetiva de Terras Indígenas (TIs), – como no caso dos Tupinambá de Olivença; como forma de constranger o Estado a redelimitar áreas já homologadas consideradas insuficientes – como no caso dos Pataxó HãHãHãe; como maneira de recuperar terras cedidas pelo Estado para criação de áreas muito restritivas de conservação da biodiversidade – como no caso das retomadas dos Pataxó de Barra Velha em áreas reconhecidas pelo Estado como pertencentes ao Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNMP); etc.

Contudo, as retomadas não se definem apenas pela ocupação efetiva da terra e tampouco somente pelos objetivos de ordem institucional expostos acima. Oliveira (2018) aponta que, embora as retomadas em alguns casos afirmem sua legitimidade nos atos e oficiais do Estado, sobretudo nas delimitações realizadas pela FUNAI, a sua inspiração não

⁶⁹ Debate realizado no dia 09 de novembro de 2017 que tinha como título “Produção Acadêmica e Militância Política: Diálogos Possíveis” com o intuito de realizar uma reflexão sobre a relação pesquisadores-militantes e militantes-pesquisadores. Divulgação do evento disponível em: < <https://www.facebook.com/events/2012850502322027/> >. Acesso em: 10/12/2017.

⁷⁰ Esta prática é também presente no movimento indígena em diversas partes do país, mas é mais intensamente ativa e entre os povos indígenas no Nordeste, embora esteja cada vez mais se alastrando por outras regiões. No dossier intitulado “*Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. The reframing of cultures and identities*” (OLIVEIRA, 2018) há casos de territorialização indígena baseadas em retomadas tanto no Nordeste, quanto em áreas do Centro-Oeste e Norte.

deriva destes atos. As retomadas extrapolam a esfera da negociação por direitos com o Estado, constituindo uma dimensão de autonomia dos movimentos indígenas e a construção de novas paisagens, neste sentido, possuem uma dimensão ontológica, posto que provocam reorganizações de territórios materiais e imateriais. Acompanho Alarcon (2013) quando coloca que as motivações das retomadas Tupinambá são de cunho mais amplo, do que pura e simplesmente realizar pressão sobre o Estado brasileiro no sentido da homologação da TI, embora este elemento tenha um peso. Mesmo porque, a demarcação da TI não é vista pelos indígenas como a solução dos seus problemas territoriais como demonstra, por exemplo, a preocupação de uma liderança da aldeia Tupinambá Tamandaré sobre a necessidade de construção de um processo organizativo mais profundo para que os indígenas possam de fato “viver em paz depois que a terra for realmente demarcada”⁷¹. Portanto, a pressão para a cumprimento do papel do Estado não pode ser vista como o único objetivo das retomadas. Segundo Alarcon (2013), pesquisadora com forte interlocução com indígenas Tupinambá da Serra do Padeiro, e verificadas por esta pesquisadora em diversas aldeias, há uma variada gama de motivações para as retomadas para além dos aspectos administrativos e econômicos. Entre elas, estão o controle e gestão do território geográfico e simbólico – inclusive em termos da preservação ambiental, a qual voltaremos mais adiante – e a vontade de se contrapor a injustiças cometidas no passado contra si mesmo ou contra ‘parentes’⁷². A autora argumenta que o processo de retomada poderia, assim, ser visto como um sistema de vida em construção, na medida em que é a base da constituição de um sistema econômico e cultural específico, com regras e formas de atuação que são gestadas neste contexto (ALARCON, 2013, p. 168). Faz parte deste processo a atualização de um passado e uma reconstrução da memória coletiva:

A consideração das lembranças gestadas pelos Tupinambá desvelou narrativas acerca dos processos de expropriação e resistência, bem como as principais formas por meio das quais tais experiências – ou, no caso dos mais jovens, os relatos a seu respeito – eram atualizadas nos discursos, em construções que articulavam um passado mais remoto às retomadas de terras já realizadas e ao presente, além de, é claro, atuarem na projeção de um futuro comum. (ALARCON, 2013, p. 9)

Isso significa que a retomada não é apenas uma reapropriação de um espaço geográfico passível de ser delimitado em hectares ou qualquer unidade de área, pois possui uma série de outras dimensões culturais, sociais, espirituais atreladas a ela. A retomada é o *locus* de produção de modos de vida, de articulação do movimento político, de consolidação de novas paisagens “naturais”, etc. Como colocam indígenas, no Nordeste, com quais tive a oportunidade de me relacionar, as retomadas são como ‘sementeiras da vida indígena’, onde se aglutinam lideranças e outros índios ativos no movimento, gerando um ambiente de florescimento cultural. É comum, por exemplo, que a primeira atividade de uma retomada seja a realização de um ritual. Inclusive, as retomadas, são um forte vetor de intercâmbio com outros povos indígenas que com frequência auxiliam seus ‘parentes’ na luta por seus territórios. Não é por acaso que alguns povos indígenas no Nordeste como por exemplo os Pataxó, utilizem a palavra retomada para se referir ao próprio processo continuado de emergência étnica de uma forma mais ampla. É recorrente que os Pataxó falem de maneira articulada em retomada da terra e da cultura. Inclusive o processo de rearticulação da língua

⁷¹ Entrevista realizada em janeiro de 2016 por ocasião da oficina de capacitação dos integrantes da Associação.

⁷² Forma comum de tratamento entre os indígenas. ‘Parente’ é um sinônimo para indígena, ou seja, todos os indígenas, não importando o povo ou etnia, são parentes entre si. A palavra é utilizada por indígenas de diversas etnias para designar tanto os membros do próprio grupo, como de outros.

Pataxó, foi reconhecido como a retomada da língua⁷³. Até meados de 2000, os Pataxó contavam apenas com o português como idioma, mas a partir daí lideranças e intelectuais Pataxó passaram a enunciar uma língua que articula signos de diversas das etnias que habitam o seu território, inclusive do período pré-colonização. Os processos de procura pelos ‘mais velhos’ e a escolha das palavras são permeadas por relações de afeto, parentesco, sonhos e premonições. Batizaram a língua de ‘Patxo-Hã’ que significa em português: língua do guerreiro. O Patxo-Hã é assim uma materialização da conjunção de elementos materiais e imateriais, da cultura e da ação política, da conexão entre retomada da terra e retomada da cultura.

Na esteira desta perspectiva, poderíamos reconhecer as retomadas como manifestações singulares daquilo que Arturo Escobar (2015) chamou de produção das novas ‘ontologias políticas’. A argumentação de Escobar vai no sentido de demonstrar que as lutas por território de populações como indígenas e quilombolas não são apenas pela sua demarcação, ou reconhecimento por parte do aparelho estatal, são também uma luta pela construção de outros modos de vida, algo que os povos indígenas no Nordeste estão produzindo de diversas maneiras em seus território, sejam eles retomadas ou não. Possuem, neste sentido, uma dimensão ontológica, pois se colocam para além dos processos continuados de colonização que procuram acachapar a sua capacidade de produção de diferença. Isto é, para Escobar, há uma ontologia positiva embutida nos processos de emergência, pois ao mesmo tempo em que abre as possibilidades para negar determinadas formas de trabalho e de cultura, estes movimentos estão afirmando e defendendo outros modos de vida. Estas estratégias políticas, majoritariamente negras e indígenas, seriam, segundo Escobar (2015), não uma concepção tradicionalista no sentido estrito e pejorativo do termo, mas estratégias de avanço, conectada aos movimentos ambientais contemporâneos, entendimentos múltiplos de futuro, manifestada em uma

utopía realista con relación a la gran multiplicidad de entramados humanos e naturales que tendremos que seguir cultivando los humanos de lugares específicos del planeta para promoverlas transiciones a ‘un mundo donde quedan muchos mundos’. (ESCOBAR, 2015, p. 95).

É importante ressaltar que, afirmar este papel ativo de produção de alteridade dentro das retomadas, não significa dizer que os indígenas no Nordeste estejam construindo um ambiente imune aos assédios do capital e/ou do Estado – que muitas vezes caminham juntos e se confundem. Seria um enorme equívoco considerar os processos de retomada, em seu sentido mais amplo, como um retorno a uma ‘condição de isolamento’ que, na realidade, está atrelada ao paradigma da aculturação. Há, portanto, um duplo movimento em curso: se, por um lado, nas mobilizações indígenas no Nordeste, e nas retomadas como principal forma de ação direta destas lutas, se expressam componentes potentes de produção de diferença, através de processos de apropriação seletiva, protagonismo indígena e constituição de autonomia; por outro, há aspectos de apropriação e captura que ocorrem justamente através da relação íntima com o aparelho de Estado e do capitalismo contemporâneo. Sem perder de vista este fio da navalha, no qual caminham estes movimentos, podemos compreender que a autodemarcação de seus territórios aliada à prática da retomada, tem a capacidade de colocar em movimento alternativas às maneiras de produzir e de se reproduzir da lógica capitalista de produção e das grandes propriedades privadas, chamadas, por exemplo, pelos Tupinambá de Olivença, de

⁷³ Formulação utilizada por lideranças Pataxó implicadas neste processo. Cf. Filme: Patxohã – Língua de Guerreiro (2017). Trailer disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=r_NUkur3dGs >. Acesso em 10/01/18.

‘terras medidas’⁷⁴. As retomadas funcionam como forma de se contrapor ao poderio de grandes donos de terra, os conhecidos latifundiários em suas diversas dimensões de exploração, física, cultural, simbólica, ambiental. Neste contexto, realizam-se processos de ressignificação de temas de diversas ordens – formas de organização do trabalho, práticas culturais, visões sobre a própria história, relação com o meio ambiente, etc – que nos remetem à terceira frente apontada pelo pesquisador Terena como base da articulação do movimento indígena atual: a disputa pelo conhecimento.

A disputa discursiva, como vimos, é uma parte fundamental das mobilizações indígenas atuais no Nordeste. As disputas materiais por território são acompanhadas por disputas imateriais de diversas ordens, que giram em sua maioria em torno da disputa sobre a verdade sobre a ‘indianidade’ no Brasil hoje. Faz parte da constituição das emergências étnicas um esforço conjunto entre movimentos e pesquisadores de produção de outros critérios de reconhecimento da alteridade, que não passem, necessariamente, pela existência contínua de um idioma ou dialeto próprio, pelo fenótipo ou pela originalidade essencial dos traços culturais – do qual, esta pesquisa inclusive, é parte. Há também uma ressignificação de documentos e inclusive obras antropológicas que não necessariamente tinham uma conexão com ações políticas, mas que são retomadas pelo movimento e por parceiros do movimento, entre pesquisadores, ONGs e outras entidades que apoiam a causa indígena no Nordeste.

As disputas de significados podem ser reconhecidas também na reiteração ativa por parte dos indígenas dos sentidos dados pelo movimento às palavras, e pela utilização de determinadas palavras para designar processos. As retomadas, por exemplo, são reiteradamente nomeadas por atores contrários à luta indígena como ‘invasão’ de terras, assim como o eram as ocupações de latifúndios improdutivos realizados por movimentos rurais, principalmente, durante as décadas de 1980 e 1990. Da mesma forma, o movimento indígena – não só no Nordeste mais a nível nacional também – trabalha resilientemente na utilização deste mesmo vocábulo ‘invasão’, não para designar as retomadas, mas para se referenciar à chegada dos portugueses na costa das áreas que hoje reconhecemos como Brasil. Trata-se da desconstrução de determinados conceitos para criar outros, como nos aponta Nazaré Pankararu, professora indígena da aldeia do Brejo dos Padres, localizada no município de Tacaratu no sertão pernambucano:

Muitos, porque veem no livro, que foi um autor famoso, considera que é certo. E a gente tem que ter conhecimento pra estar desconstruindo esse conceito e construindo outro. E conseguimos! (...) Nós buscamos sempre estar ampliando o material que nós recebemos do MEC com a nossa realidade. Sem deixar de trabalhar também o que o sistema cobra. O que a gente observa é que nossa responsabilidade é bem maior, porque além da gente buscar atender o que o MEC exige, a gente também quer atender às nossas necessidades.⁷⁵

São fundamentais neste processo, as lideranças que conformam o que se poderia chamar de uma ‘intelectualidade nativa’, com uma capacidade mais intensa de articular discursos produzidos pelos grupos e sobre os grupos. Desta forma, além da interconexão entre movimento e articulação teórico-acadêmica, há um esforço coletivo por parte dos indígenas em deslocar a centralidade do saber sobre suas vidas e mobilizações para uma agência mais efetiva dos próprios indígenas, o que se pode denominar de ‘protagonismo indígena’. Esse

⁷⁴ Sobre a ideia de terra medida, Cf. ‘Hoje só se vê terra medida’. Acesso: < <http://www.tupivivo.org/8/> > Vídeo.

⁷⁵ Entrevista realizada em julho de 2014 por ocasião da realização do projeto “Percursos Cartográficos: Movimentos Indígenas no Nordeste”. Disponível em: < <http://www.exodo.net/percursoscartograficos/2015/07/03/22/> >. Acesso em: 09/04/2017.

deslocamento vem ocorrendo, em boa parte, a partir do entendimento dos indígenas de que é necessário alinhar as suas práticas de luta e ação direta com a constituição de seu lugar enquanto narradores e protagonistas de suas histórias, tradições e culturas – ou, ao menos, da participação direta e reflexão crítica acerca dos conhecimentos produzidos por não-índios sobre eles. A imagem a seguir, veiculada por um estudante indígena Pataxó da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sintetiza esta perspectiva:

Como exemplos do que estamos tentando expor podemos citar a reunião organizada por indígenas da aldeia Serra do Padeiro no território Tupinambá de Olivença, onde os pesquisadores que realizam pesquisas na TI foram chamados a apresentar seus resultados e propostas para apreciação e críticas dos indígenas, bem como os pesquisadores indígenas apresentaram seus trabalhos. Outros exemplos são o alargamento da participação dentro da Academia de indígenas antropólogos, que constituem seus trabalhos não a partir de uma disjunção entre ativismo e pesquisa, mas sim, do aprofundamento de sua conexão com a vida e o movimento indígena e por isso se afirmam como indígenas antropólogos e não antropólogos indígenas, como Felipe Tuxá que está desenvolvendo projeto de doutorado em Antropologia pela UnB no qual analisa etnograficamente os antropólogos que realizam pesquisas junto a povos indígenas no Nordeste; diversos livros e atividades culturais

Figura 3 - Estudante Indígena



Não queremos
doutor em índio,
mas sim índios
doutores. Queremos
falar de nós mesmo,
sem necessitar de
porta voz.

Fonte: Publicação realizada em rede social

produzidos pelos próprios indígenas que colocam no centro da cena suas formas particulares de narrar as histórias e memórias, como o livro “Em Contos e Encontros” organizado por Jaborandy Tupinambá e Alessandra Mendes; o site de etnojornalismo “índios online”, onde são os indígenas veiculam matérias jornalísticas, como forma de narrar sua versão da história atual, que estaria sendo narrada apenas pela mídia tradicional que muitas vezes apoia narrativas que se contrapõem à causa indígena; a prioridade dada na maior parte das aldeias para incorporação de indígenas enquanto professores do ensino básico e médio como pilar essencial de uma educação diferenciada; entre muitos outros. Em especial destacamos o supracitado processo de constituição do Patxo-hã, onde os Pataxó negaram, em parte, o auxílio de linguistas, por compreender que este processo só poderia ser realizado a partir do ponto de vista e das formas de articular conhecimento deles próprios.

Resistir hoje, para estas populações, é também reescrever a própria história, é atualizar formas de ação e resistência do passado desconstruindo as formas e enunciados constituídos pelo continuado processo de colonização, ou seja, ao mesmo tempo reconstituir o que se conta sobre o que aconteceu no passado e disputar significados no presente – estes dois processos são inextrincáveis. Há uma dimensão de apropriação seletiva dos conhecimentos e tecnologias “brancas”, neste contexto de intenso contato, como parte deste processo de produção de novos territórios ontológicos. Ao mesmo tempo em que se relacionam intimamente com conhecimentos “externos”, articulam um processo de separação seletiva e de constituição de um protagonismo desta apropriação.

Oliveira (2018) aponta que as culturas e povos indígenas no Brasil contemporâneo – inclusive no Nordeste, mas não só – estão ligadas a processos de territorialização, definidos como uma reorganização social realizada na intersecção entre sujeitos e o espaço onde vivem, que implicam em:

1) a criação de novas unidades sociais e a emergência de identidades étnicas diferenciadoras; 2) a constituição de instrumentos normas políticas especializadas; 3) a redefinição do controle social sobre a terra, recursos naturais e o trabalho; 4) a reelaboração da cultura e sua relação com o passado. (OLIVEIRA, 2018, p. 5, tradução nossa)

Nesta passagem o autor toca em diversos dos aspectos centrais, que procuramos destacar até aqui nas lutas indígenas no Nordeste, que irão embasar nossa compreensão sobre a perspectiva Tupinambá de Olivença sobre os melhores caminhos para a ‘proteção da natureza’ ou a ‘conservação da biodiversidade’ em seu território. Procuramos reconhecer os desafios impostos pela escalada nas mobilizações indígenas nessa região às formas de organização social do espaço, do trabalho e da propriedade e a imbricação deste processo a um questionamento da legitimidade de construção do saber e dos critérios de definição de uma etnicidade, que está fundamentado na luta pelo protagonismo na constituição das narrativas sobre os indígenas pelos próprios indígenas no Nordeste brasileiro. Dentro deste contexto, angariamos ferramentas e lentes teóricas que se colocam para além do paradigma da extinção, ou da aculturação, reconhecendo a dinamicidade da etnicidade e apontando para a ampliação deste movimentos no Brasil contemporâneo ancorando-se no conceito de emergência étnica. As lutas destes povos pela aquisição e/ou recuperação de seus territórios – materiais e imateriais – são, assim, elementos chave para compreender os processos de transformação no qual eles estão envolvidos hoje. Afinal, as lutas por território afetam profunda e diretamente os costumes, as manifestações do conhecimento e as expressões de identidade (OLIVEIRA, 2018), elementos que não podem ser ignorados se estamos procurando realizar um descortino das formas de compreensão destes indígenas sobre sua relação com as matas e as possibilidades para a conservação. No próximo Capítulo buscaremos nos debruçar mais detalhadamente sobre este ponto.

CAPITULO III

3 TERRA, TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS INDÍGENAS NO NORDESTE

3.1 Indígenas no Nordeste e Mobilizações no Rural Brasileiro Contemporâneo

Buscamos, neste Capítulo, identificar elementos no debate que versa sobre características particulares das mobilizações por território no rural brasileiro contemporâneo que possam nos auxiliar a contextualizar a dimensão territorial das lutas indígenas no Nordeste. Procuramos reconhecer limites e possibilidades do quadro teórico do deslocamento social de mais amplo escopo identificado por autores latino-americanos e latino-americanistas como ‘virada territorial’ (OFFEN, 2003; ACSELRAD, 2010; STAVENHAGEM, 2005) para interpretação das emergências étnicas no Nordeste. Este debate se mostrou particularmente relevante para esta pesquisa, na medida em que a argumentação acerca da ‘virada territorial’ conecta a ascensão dos movimentos atrelados a demandas territoriais com a emergência da degradação ambiental como problema social a ser resolvido e, mais especificamente, com a consolidação de uma perspectiva de conservação da biodiversidade que leve em conta a inclusão das visões de mundo e conhecimentos das populações locais, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais. Pode-se, portanto, afirmar que a ‘virada territorial’ está relacionada ao processo anteriormente analisado e reconhecido como ‘emergência do paradigma socioambiental’, sobretudo no sentido de que ambas compõem uma parte importante do cenário no qual se desenvolvem os impasses atuais sobre os melhores caminhos para a conservação da biodiversidade.

Iniciamos este Capítulo com uma breve discussão sobre a noção de território, categoria polissêmica e em ampla circulação hoje, que possui entradas específicas nos movimentos sociais, Estado, pesquisadores acadêmicos e ONGs, dependendo das intenções discursivas, perspectivas epistemológicas, construções legais e político-administrativas. Buscamos explicitar a adoção neste trabalho de uma perspectiva relacional e multidimensional do território, ressaltando seu caráter historicamente constituído. Nosso intuito é delimitar uma concepção que nos auxilie a reconhecer constantes movimentos de territorialização ancorados tanto no espaço concreto, quanto nos processos coletivos e individuais de enunciação e compreensão sobre este, em consonância com a materialidade do discurso proposta por Foucault. Em seguida procuramos demonstrar que o avanço de demandas territoriais de povos indígenas e quilombolas, entre outros povos tradicionais, continua a ocorrer tornando atual a discussão sobre as formas como foi compreendido o processo nomeado por pesquisadores como ‘virada territorial’. Procuramos, neste sentido, reconhecer as interconexões entre as formas de enunciação acadêmicas e a maneira como se engendram as lutas por território ressaltando algumas condições de possibilidade destas mobilizações. Após este descortino geral das bases de constituição da ‘virada territorial’, identificamos o caráter historicamente constituído da clivagem baseada nos binômios terra-trabalho e território-cultura geralmente presentes nas identificações deste processo,

destacando que as chamadas que as lutas por território possuem tanto continuidades quanto descontinuidades em relação às lutas por terra, a partir de exemplos das lutas indígenas no Nordeste. Em seguida, buscamos reconhecer que as mobilizações étnicas no Nordeste indígena abarcam, não apenas a contenção da expansão de uma fronteira homogeneizante, ressaltada a partir de uma concepção de território como algo ‘permanente’, implícita em análises sobre as demandas territoriais, mas também um intenso e vivo processo de (re)diversificação de paisagens naturais e culturais. Por fim, realizamos uma discussão sobre a questão da sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, especialmente na Mata Atlântica no sul da Bahia. Esta temática aciona e coloca em movimento pontos de intersecção entre os debates sobre indígenas no Nordeste e sobre a conservação da biodiversidade em relação à inclusão/exclusão de populações locais.

3.2 Concepções de Território

Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar claro que não é nosso intuito aqui realizar um trabalho exaustivo de explanação dos argumentos e tampouco uma síntese das apropriações e operacionalizações no meio acadêmico do conceito de território. Busca-se aqui, prioritariamente, reconhecer algumas chaves de leitura e pontes que nos permitam melhor acessar dinâmicas envolvidas na produção e manutenção de territórios no rural brasileiro contemporâneo, sobretudo no que toca questões que podem se relacionar com os indígenas no Nordeste e a conservação da biodiversidade.

Haesbaert (2012) ao tratar das concepções de território, no universo acadêmico, salienta que cada disciplina tende a enfatizar determinados aspectos no esforço de delimitar sua abordagem:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade natureza), a ciência política enfatiza sua construção a partir das relações de poder, a economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto 'força produtiva'); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HASBAERT, 2012, p. 37)

Tendo este complexo cenário em vista, o autor realiza um esforço de mapeamento das principais perspectivas e suas respectivas ênfases, reconhecendo quatro concepções centrais, sendo as três primeiras de cunho materialista, ou seja, fundamentadas nas dimensões físico-materiais do território e uma quarta, minoritária e marginal, dirigida às dimensões ‘ideais’, ou imateriais, do território. Entre as perspectivas materialistas de território, Haesbaert (2012) destaca: as concepções naturalistas – voltadas para as dinâmicas de circulação e comportamento de animais, ou para as relações natureza e sociedade, sendo a base das perspectivas ecológicas sobre o território, inclusive na implementação de áreas protegidas; as concepções de base econômica – que identificam o território como área delimitada em função da disponibilidade de recursos voltados para a reprodução material de um determinado grupo; e as concepções jurídico-políticas – orientadas para o campo das questões administrativas e/ou políticas. Já a concepção idealista, seria aquela voltada para as dimensões simbólicas e culturais do território, ou seja, para as formas como os diferentes grupos dotam o território de significados. O próprio autor reconhece que esta exposição esquemática tem caráter analítico, já que a maior parte das literaturas contemporâneas em Geografia e Ciências Sociais propõe

perspectivas sobre o território partir de entrecruzamentos de diferentes concepções, propondo visões integradoras (HAESBAERT, 2007).

Outro ponto recorrentemente explicitado no debate contemporâneo sobre a noção de território é o reconhecimento de suas feições dinâmicas e historicamente constituídas. Albuquerque Júnior, autor de inspiração foucaultiana, em seu livro ‘A invenção do Nordeste’, analisa o processo que tornou possível a delimitação do Nordeste enquanto unidade geográfica e identitária e apresenta de maneira contundente a historicidade do processo de estabelecimento de delimitações ancoradas no espaço, seja esta uma região ou um território:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de sua perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35).

Por esse ângulo, o território não pode ser compreendido como um dado, como uma realidade preestabelecida e fixa. Aqui, pode-se afirmar, estamos próximos do que Haesbaert (2007; 2012) reconhece como ‘perspectiva relacional sobre o território’. Milton Santos (2005) argumentava, no início deste século, que compreender o território como um dado é apenas reproduzir o ideal de pureza dos conceitos que a modernidade tentou a todo custo passar, o que se mostrou absolutamente insustentável. Para Santos, “o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.” (SANTOS, 2005, p. 255) Note-se que o território habitado não evoca necessariamente um território que sempre foi habitado desta ou daquela forma, dotado de um caráter estático frente aos processos de transnacionalização. O território habitado é, na concepção do autor, espaço de criação de novas sinergias, que podem, ou não, se subjugam ou compatibilizar com as lógicas de expansão do capital contemporâneo, de delimitação por parte do Estado, etc. Desta forma, ao reconhecer um ‘retorno do território’, ancorado na vida e na luta das pessoas, apesar de elaborar mais profundamente uma perspectiva macropolítica, analisando os movimentos globais da economia e os fluxos do capital mundializado, Santos (2005) abre uma brecha para pensar o território como o espaço das relações entre relações, o espaço do poder, no supracitado sentido foucaultiano, como exercício e não propriedade.

Guattari e Rolnik (2013, p. 388) nos auxiliam a construir uma perspectiva sobre o território como espaço vivido, incorporando ainda outras dimensões imateriais, sensoriais, cognitivas:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de subjetivação de apropriação fechada em si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos cognitivos.

Nos alinhamos a essa perspectiva e buscaremos, aqui e em todo este trabalho, nos referir tanto à territórios físicos quanto existenciais, tanto a territórios materiais quanto imateriais, tanto a territórios experienciados quanto a territórios cognitivos ou ontológicos. Nesta trilha é possível ao invés de aderir a uma concepção de território atrelada apenas à delimitação de espaços físicos estabilizados, procurar, na medida do possível, acompanhar os constantes movimentos de territorialização ancorados tanto no espaço concreto, quanto nos processos coletivos e individuais de compreensão e ação sobre este.

3.3 ‘Virada Territorial’ e suas Condições de Possibilidade

A discussão sobre o reconhecimento de uma ‘virada’ no contexto das mobilizações no campo latino-americano não é totalmente recente, começando a ser desenvolvida a partir de fins da década de 1990. Autores como Offen (2003), Acselrad (2010) e Stavenhagem (2005), ao tratar de conflitos e movimentos rurais na América Latina identificaram um processo de transformação destes. De forma resumida, os autores constataam um deslocamento da luta pela terra, ou lutas camponesas, levadas a cabo pelos grandes movimentos sociais rurais das décadas de 1980 e 1990, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), para a luta pela demarcação de territórios, protagonizada sobretudo por populações indígenas e quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais. Passados cerca de vinte anos desta formulação ela ainda parece merecer atenção, primeiramente, na medida em que o avanço da categoria território como ‘categoria êmica’⁷⁶, ou seja, como instrumento discursivo de unidade nas lutas no rural latino americano, continua a ocorrer. Cresceu, especialmente nos últimos 30 anos, no Brasil e na América Latina o número de pleitos pela demarcação de Terras Indígenas e Quilombolas. Segundo dados do Instituto SocioAmbiental⁷⁷, são ao todo 717 TIs no Brasil nos diferentes estágios de delimitação – identificação, declaração e homologação. Ainda de acordo com estes dados, das 486 TIs homologadas, ou seja, que possuem efetivamente força de lei, 450 obtiveram esta homologação a partir da década de 1990. No caso específico do Nordeste, já aludimos anteriormente a dados de crescimento expressivo das reivindicações a partir dos anos 1980. Já os processos de demarcação de Terras Quilombolas (TQs), no Brasil, só teve um maior respaldo e reconhecimento oficial a partir da Constituição de 1988 e da criação da Fundação Cultural Palmares, instituição responsável pela certificação das comunidades remanescentes de quilombos. Vale ressaltar que, portanto, todos os 1513 processos de regularização fundiária de TQ abertos no INCRA datam dos últimos 30 anos.

Enquanto isso, o avanço da reforma agrária, ao menos no sentido estrito da desapropriação de latifúndios improdutivos para a implementação de assentamentos rurais, tendeu a um decréscimo, ainda em curso, como nos aponta este pesquisador articulado aos movimentos por reforma agrária:

enquanto no governo FHC [1995-2002] foram criados 538 mil assentamentos, no governo Lula foram 458 mil [2003-2011] e no governo Dilma [2011-2016] foram 128 mil. O mesmo se revela nos números de desapropriação de terras já que, no total, o governo Dilma desapropriou menos que o governo Sarney [1985-1990]. (ALENTEJANO, 2017, p. 33)⁷⁸

Alentejano argumenta que, durante os anos 1990 e a primeira metade dos anos 2000, a maior parte dos conflitos no rural brasileiro eram resultantes de ocupações de terra, evidenciando uma ofensiva do movimento social organizado que realizava reiteradamente ações diretas para pressionar os governos pela desapropriação de terras e realização de assentamentos rurais, num movimento fortemente ancorado na reforma agrária. Poderíamos inferir a partir destas reflexões que, embora o movimento de constituição de um espaço de lutas por território tenha se constituído na década de 1990, após a constituição de 1988, houve uma convivência intensa das duas formas de mobilização até o início dos anos 2000. Entretanto, durante os últimos 15 anos as demandas focadas no território acabaram ganhando uma maior

⁷⁶ Utilizo aqui este termo no mesmo sentido utilizado por Ferreira ao se referenciar à perspectiva que os indígenas possuem sobre a categoria ‘movimento’. Cf. Ferreira (2017, p.199)

⁷⁷ Dados disponíveis em: < <https://terrasindigenas.org.br/> >. Acesso em 13/01/2018.

⁷⁸ As datas de atuação de cada presidente foram adicionadas por esta autora a fim de facilitar o reconhecimento histórico dos processos.

proeminência. Ainda segundo Alentejano (2017), neste período, a maior parte dos conflitos por terra passou a ser resultante de processos envolvendo a expulsão de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. A isto pode-se acrescentar que os conflitos desenvolveram-se também, sendo este um ponto central, a partir de reivindicações de áreas consideradas por grupos étnicos como tendo lhes sido anteriormente usurpadas – em Tupinambá de Olivença, como em diversos outros povos indígenas no Nordeste, a expulsão e a subjugação remonta a um período bastante anterior ao atual. Voltaremos a este ponto adiante.

Partindo da constatação do arrefecimento, ao menos em termos numéricos e de atuação direta, das mobilizações explicitamente ancoradas na reforma agrária e do crescimento de reivindicações de protagonizadas por ‘povos tradicionais’, procuramos a partir deste ponto articular alguns dos significados deste deslocamento. Acompanhando Guedes (2013; 2015; 2016), reconhecemos a importância de realizar um aprofundamento sobre as interconexões entre as formas de enunciação acadêmicas e a maneira como se engendram os movimentos por território em termos de diferenciação e aproximação aos movimentos por terra, pois:

[...] o que está em jogo não são apenas mudanças ‘objetivas’ nestas demandas, mas também nas formas através das quais elas (e aqueles e aquilo a elas associadas) são formuladas, explicitadas e representadas pelos cientistas sociais – cujo papel, num caso como no outro, não pode ser deixado em segundo plano. (GUEDES, 2013, p. 44).

Prosseguindo em nosso propósito de ancorar a análise numa perspectiva foucaultiana sobre as relações entre processos de enunciação e práticas políticas, poderíamos inferir que há uma correlação entre a materialidade e a discursividade – que, justamente por isso, já é, em si, também dotada de materialidade – na constituição da virada territorial. Neste contexto, os cientistas sociais, por terem um grau específico de legitimidade no estabelecimento de clivagens e conceitos, sobretudo no que diz respeito aos movimentos sociais, tiveram um papel ativo na constituição do cenário de ampliação de lutas ancoradas numa concepção de território. Reconhecemos que há uma coprodução entre os movimentos por território e as elaborações sobre este conceito, na mesma medida em que a maneira como compreendemos o território constitui e é constituída pela maneira como agimos sobre ele. A oposição entre ‘terra’ e ‘território’ no ambiente das lutas no campo brasileiro estão, assim, articuladas à enunciação desta distinção, na qual os cientistas sociais possuem um papel de destaque.

Offen (2003), um dos principais expoentes da articulação acadêmica da ‘virada territorial’, parte do estudo de caso das reivindicações de comunidades negras no pacífico colombiano. O autor aponta que uma nova governança territorial está se formando, não só ali, mas em diversas partes da América Latina, que tenderia a se expandir nas próximas décadas. Tal governança variaria muito a depender das questões específicas de cada território mas, de uma maneira geral, envolveria a devolução administrativa de territórios a populações negras e indígenas que as reivindicam. Offen destaca que projetos de regularização de territórios étnicos foram implementados em diversos países como o Brasil, Equador, Nicarágua, Honduras, Panamá. Para o autor, a demarcação e titulação de terras coletivas marca uma forte diferença em relação a políticas públicas anteriores que se fundamentavam, basicamente, na negligência destes povos, no controle estatal das áreas e/ou na ampliação de terras, anteriormente reconhecidas como desocupadas ou devolutas, voltadas para ações de especulação ou ocupação por parte de atividades agroextrativistas.

Autores como Acseirad (2010) e Guedes (2013) reconhecem a importância da transformação na legislação tanto nas esferas nacionais, quanto no contexto dos acordos

internacionais, enquanto bases para a constituição, às quais poderíamos chamar aqui de condições de possibilidade, de pleitos por território por parte de povos indígenas entre outros ‘povos tradicionais’. Neste sentido, destaca-se, no âmbito internacional, a promulgação da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 (ACSELRAD, 2012). A maior parte dos 22 países que ratificam este documento, que foi assinado pelo Brasil em 2002, é de latino-americanos. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) assinada durante a RIO-92, por sua vez, teve também grande importância neste processo, por abarcar explicitamente a salvaguarda de territórios de sociedades tradicionais como estratégia para a conservação. O Brasil ratificou a CDB em 1998, incluindo-se em uma extensa lista de 168 países de todos os continentes. Já a onda de promulgação de novas constituições na América Latina a partir dos anos 1980 contemplou direitos étnicos, certamente em diferentes medidas. Às constituições promulgadas neste período somaram-se leis específicas de regularização de territórios étnicos como a lei 70/1993 promulgada na Colômbia garantindo às comunidades negras o direito à demarcação de territórios de usufruto coletivo (OFFEN, 2003). No Brasil, as principais aberturas legislativas se deram com a Constituição de 1988 e as legislações específicas concernentes à demarcação de TIs e TQs.

No contexto brasileiro, foram implementadas também aberturas legislativas relacionadas a demandas territoriais não necessariamente atreladas a identidades negras ou indígenas. O caso das RESEX fruto da luta dos seringueiros na Amazônia capitaneada por Chico Mendes durante os anos 1980 mencionado no Capítulo I é reconhecido como uma mobilização, bem sucedida, em torno de demandas territoriais, propondo uma correlação entre preservação ambiental e bem estar das populações (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Outros exemplos mais recentes de iniciativas no sentido de contemplar direitos de povos culturalmente diferenciados foram a implementação em 2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), um ano antes. Esta comissão e a política abarcam um número grande e crescente de comunidades que se reconhecem como tradicionais como, por exemplo, Castanheiros, Quebradeiras de Coco de Babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre muitos outros.

Outra condição de possibilidade, e em relação de coprodução à ascendência do conceito de território enquanto base de formulação de projetos políticos e de mobilização, é a realização das chamadas ‘cartografias sociais’, ou ‘mapeamentos participativos’. Estas, pode-se afirmar, estão articuladas ao deslocamento na topologia do poder atrelado a lutas que trazem para o centro da cena a perspectiva da diversidade, inclusive cultural. Neste sentido, a produção de mapas baseados no protagonismo dos povos que habitam os territórios que participam ativamente na constituição dos temas, questões e critérios nele retratados, tornou-se um instrumento relevante nas lutas territoriais, tanto no que diz respeito à pressão sobre o aparelho estatal e definição de critérios de gestão e demarcação de territórios oficialmente reconhecidos quanto à produção cultural e social de formas de territorialização. Neste contexto, as cartografias sociais são acionadas como dispositivos de legitimação de pleitos por território, sobretudo perante o Estado. Os mapas fazem circular, por dentro e por fora das comunidades, determinadas perspectivas que informam as concepções destas e de outros atores implicados, como ONGs, agências internacionais, diversos órgãos estatais sobre os territórios.

Mais um aspecto fundamental da virada territorial reconhecido por Offen (2003) é, justamente, a participação de outros atores para além dos próprios movimentos nas demandas por território como, por exemplo, as ONGs conservacionistas, as voltadas para os direitos humanos e agências internacionais – como o Banco Mundial que, inclusive, financiou diversos dos projetos de mapeamento e implementação da titulação de comunidades negras, por exemplo, no Brasil e na Colômbia. Na tentativa de responder porque estes atores se envolveram com as reivindicações territoriais, oferecendo-lhes espaço de atuação e visibilidade, Offen (2003, p. 50) coloca três pontos: 1) reconhecimento da importância dos conhecimentos locais e/ou tradicionais para a conservação ambiental. 2) reconhecimento da necessidade da participação da população local em processos de conservação. 3) transnacionalização e conexão em rede de movimentos indígenas e negros – através das ONGs, mas não só.

Podemos perceber, portanto, a partir dos apontamentos anteriores, que há uma conexão entre o que foi chamado de ‘virada territorial’ e o deslocamento dentro do ambientalismo na direção de uma perspectiva socioambientalista, apontada no Capítulo I desta trabalho. Como vimos, a consolidação de uma visão sobre a conservação da biodiversidade que levasse em conta, de forma fundamental as formas de organização social e práticas das populações implicadas em processos de conservação, esteve intimamente relacionada à valorização dos conhecimentos locais e da constituição das populações tradicionais como sujeitos políticos. Estes processos inovam percepções sobre a conservação da biodiversidade colocando em pauta a sociobiodiversidade e contribuindo para uma nova formação discursiva que integra natureza e sociedade, território e cultura. Os pleitos por território alimentaram-se do deslocamento ocorrido no ambientalismo que passou a se relacionar de maneira mais intensa com as questões sociais, a partir da década de 1980, colocando a necessidade de se reconhecer enquanto aspectos que caminham juntos à preservação ambiental e à justiça social (ACSERALD, 2010). Na esteira desse pensamento, pode-se argumentar que por um lado, o movimento ambiental incorporou perspectivas voltadas para a produção de territórios e, por outro os movimentos sociais e étnicos de base territorial tem, em grande parte, alavancado elementos relacionados à questão ambiental. Como vimos no Capítulo I, uma das facetas deste processo foi a procura pela articulação entre o bem estar de povos tradicionais, ou tribais, ou originários, e as lutas pela conservação da biodiversidade. Em diversos locais, passaram a ser incluídos a preservação de identidades étnicas e culturais, o reconhecimento de direitos territoriais comunitários e o uso coletivo dos recursos naturais como bases para a constituição de um desenvolvimento sustentável, sobretudo na América Latina. Este aspecto é particularmente relevante na medida em que diversos dos territórios pleiteados por comunidades negras e indígenas encontram-se em áreas de alto grau de preservação e de biodiversidade – como é o caso dos Tupinambá de Olivença.

3.4 Lutas por - Terra e Território: Continuidades e Descontinuidades

Dado o reconhecimento e a identificação de algumas condições de possibilidade da ampliação dos movimentos centrados em demandas territoriais por parte de povos indígenas entre outros povos tradicionais, procuramos, nesta sessão, examinar um pouco mais cautelosamente, um aspecto específico da elaboração acerca deste deslocamento nas mobilizações rurais no diapasão da ‘virada territorial’ a saber, os critérios de distinção em relação às demandas por terra, sendo as elaborações de Guedes (2013; 2015; 2016) particularmente interessantes neste sentido. O autor argumenta que, da forma como foi descrita por determinados autores, a distinção entre lutas por terra e por território pode obscurecer aspectos da luta pela terra. Para autores como Offen (2003) e Stavenhagem (2005),

enquanto a luta pela terra estaria centrada na distribuição e acesso aos meios de produção para os trabalhadores rurais, a luta por territórios buscaria a demarcação de áreas coletivas e tradicionalmente ocupadas, conjugando a demarcação das áreas com demandas por autogestão e autonomia. Ainda nesta concepção, enquanto as lutas camponesas estariam mais ligadas às demandas da ‘classe trabalhadora rural’ (OFFEN, 2003), ou seja, demandas por inserção produtiva e por direitos trabalhistas e de acesso a recursos econômicos, no segundo caso as demandas estariam ligadas ao componente étnico, fundamentadas num direito e respeito às diferenças culturais. Uma distinção fundamental entre terra e território, neste contexto, é que a terra seria compreendida como meio de produção ou recurso produtivo, enquanto o território abrangeria aspectos mais amplos, extrapolando elementos ligados ao trabalho em direção a vida em sua totalidade. Em suma, os territórios abarcariam a dimensão produtiva da terra relacionando-a com outros aspectos da vida dos povos e comunidades tradicionais que ocupam e produzem um território, tais como espiritualidade, relação específica com o meio ambiente, laços afetivos, memória, construção e manutenção de modos de vida não necessariamente ancorados na propriedade individual da terra, etc. Para Guedes, a distinção analítica baseada na ideia de que a luta pela terra estaria relacionada, se não única, ao menos primordialmente à dimensão produtiva, enquanto as lutas por território estariam relacionadas a uma perspectiva mais ampla, que subsumi a produção, contrasta com a questão de que as lutas por terra não são necessariamente encaradas como lutas voltadas somente para o alcance dos meios de produção pelos movimentos por terra e/ou pesquisadores alinhados.

Acompanhando Guedes, reconhecemos em lutas referenciadas como camponesas, aspectos imateriais que conectam as pessoas à terra, com frequência a uma terra especificamente, e não “toda e qualquer terra arável”, como aponta Stavenhagen (2005), ao descrever as características das lutas por terra. Estes aspectos muitas vezes fazem parte dos processos de mobilização, tanto no nível de articulação de base, quanto nos diálogos com o Estado. O que Guedes procura demonstrar ao questionar a constituição do binômio ‘terra-trabalho x território-cultura’ é que o reconhecimento de uma oposição predisposta nestas lutas possui também uma dimensão intrínseca às interpretações das Ciências Sociais sobre os processos de transformação nas lutas no rural brasileiro, e que: “tais escolhas e seleções são histórica e politicamente definidas – e, em certa medida e portanto, arbitrárias e contingentes.” (GUEDES, 2013, p. 69). O autor propõe-se, neste sentido, a realizar uma análise das práticas de construção da distinção ao invés de tomá-la como um dado, voltando seu interesse para o reconhecimento do papel desempenhado pelas construções científicas na própria constituição de realidades (GUEDES, 2015).

Partindo de uma articulação de base foucaultiana sobre este tema poderíamos inferir que cada disciplina científica em cada momento histórico – dito de outra forma, cada unidade discursiva – tem como pano de fundo um conjunto de ‘dizíveis’ e ‘não dizíveis’ que dá o escopo de análise e do reconhecimento de verdades, mesmo que de maneira implícita (FOUCAULT, 2010). Os intelectuais possuem, assim, um papel ativo na constituição do escopo de possíveis dizíveis e não dizíveis. Necessidades teóricas e políticas destacam determinados aspectos em relação a cada tema ao longo do tempo, ou seja, o enquadramento científico é sempre fruto do processo histórico. O que conforma uma unidade discursiva, não é, segundo Foucault (2009), nem um objeto predisposto, nem uma forma de enunciação comum, nem conceitos dotados de significados precisos, nem sua permanência em um conjunto de práticas. Pelo contrário, a unidade se estabelece nas trocas e relações de poder que se apresentam dentro dos ambientes discursivos que, histórica e socialmente reconhecem uma determinada unidade, que se ancora em palavras específicas. Na esteira deste pensamento é possível observar que hoje, nas Ciências Sociais, a categoria ‘povos

tradicionais' ganhou uma dimensão de grandes proporções, ocupando e/ou compartilhando espaços com outras categorias tais como 'camponês' ou 'agricultor familiar'. Ressalta-se que a depender da categoria utilizada são acionados conjuntos diferentes de dizíveis e não dizíveis. Neste caso, as dimensões relacionadas aos aspectos espirituais, de afeto, pertencimento, simbólicos tendem a se tornar ditos nas pesquisas que acionam as categoria 'povos indígenas; 'povos tradicionais'; quilombolas, o que não quer dizer que não estejam presentes ou não tenham sido trabalhadas analiticamente estas dimensões em populações 'camponesas'⁷⁹, por exemplo.

O argumento central de Guedes (2013; 2016), o qual acompanho, é que os elementos reconhecidos por autores como Stavenhagen e Offen como aspectos específicos da virada territorial, a saber, questionamentos dos regimes capitalistas de propriedade; histórico de ocupação como parte da memória coletiva do grupo; particularidades nos modos de vida, cultura e relação com a natureza; uso social do território, etc, podem ser identificados em lutas por terra. Acionando Hoffman, Guedes (2013) aponta que, portanto, a produção social e política da diferença é fator determinante na seleção dos aspectos a serem ressaltados em cada grupo. Nesta medida, as palavras e as coisas se co-constituem, se coproduzem, dentro de uma complexa rede de inter-relações. O vetor de cognição não vai do conhecimento à realidade ou da realidade ao conhecimento, elaboram-se mutuamente em contextos historicamente enraizados e necessariamente atravessados por relações de poder. Aproximando-se desta interpretação, de uma via de mão dupla, Guedes (2016, p. 28) argumenta:

se a demarcação de um "território" exige as "peculiaridades linguísticas, religiosas, tecnológicas e sociais" de que fala Almeida, não é porque o processo de mobilização política as "inventa" ex nihilo, a existência delas se esgotando e explicando pelo papel assumido nesse processo; nem tais "peculiaridades" são simplesmente reveladas e reconhecidas, seus traços e atributos (antes invisíveis ou invisibilizados) sendo enfim trazidos a público. Seguindo a argumentação de Oliveira Filho (1998, p. 65), poderíamos dizer que, no primeiro caso, estaríamos diante de uma postura caracterizada por um "instrumentalismo radical"; já no segundo, estaríamos diante de uma perspectiva "primordialista"

Desta forma, nos parece que a incorporação das considerações de Guedes, em nosso referencial teórico, é produtora, nos auxiliando para que não incorramos no risco de numa análise que reconheça as diferenças entre as lutas por terra e lutas por território como produtos da 'realidade em si', ou como divisões estanques e mutuamente excludentes. O processo histórico discursivo de constituição de enunciados que operam clivagens é um dos aspectos centrais da produção de práticas políticas. Neste processo a ciência possui um forte grau de legitimidade social na definição de critérios de diferenciação. Os cientistas sociais possuem, assim, um papel ativo na construção da diferença entre estas lutas, bem como na definição das identidades ou na defesa de uma conservação da biodiversidade mais inclusiva. Entretanto, ressalva-se que estes não são os únicos e nem necessariamente os principais agentes de consolidação destas clivagens. Afinal, embora os cientistas possuam alto grau de legitimidade, há também a atuação e linguagens do Estado, ONGs, ambientalistas, mas, sobretudo, há os próprios movimentos, que no caso dos indígenas no Nordeste estão, como vimos, junto com seu processo de territorialização, realizando um frontal questionamento sobre quem tem autoridade e protagonismo na formulação de discurso sobre si próprios.

⁷⁹ Autores como Mauro Almeida, Nazareth Wanderley e Lygia Sigaud realizaram pesquisas que tinham como foco central justamente temas neste diapasão como os modos de vida e os aspectos culturais em 'sociedades camponesas' e 'lutas pela reforma agrária'.

A realização do escrutínio do papel dos debates acadêmicos na consolidação de clivagens, bem como o reconhecimento da participação do conhecimento científico na consolidação destas diferenciações, não pode, assim, incorrer em um novo equívoco de inferir que a distinção seja “meramente” discursiva. Há embates em que movimentos de lutas por terra se chocaram com outras perspectivas sobre a gestão das áreas ocupadas por determinadas populações que se entendiam como protagonistas de lutas por território. Neste ponto, embora seja possível reconhecer uma fragilidade na exclusão mútua entre movimentos por terra e território, destacam-se dois elementos: 1) há materialidade no enunciado que aponta diferenças entre as lutas por terra e por território, quando integrantes destas lutas reconhecem alteridades entre si; 2) o próprio discurso é dotado de materialidade, portanto, a clivagem na medida em que é aceita socialmente, é acionada e possui eficácia política. Citamos aqui, mais uma vez, o exemplo emblemático da cisão entre os movimentos dos seringueiros capitaneados pelo Chico Mendes e os movimentos por reforma agrária naquele período. Havia um desacordo claro entre os seringueiros e integrantes do MST sobre o tamanho dos lotes de cada família. Baseando-se em uma perspectiva fundamentada na relação com os seringueiros e sua dispersão pela floresta, o movimento seringueiro colocava a necessidade de lotes que comportassem grandes fragmentos florestais de onde os seringueiros pudessem continuar a extrair a borracha. Já os integrantes do MST questionavam a necessidade de lotes tão grandes segundo a capacidade produtiva das famílias (ALMEIDA; CUNHA, 2001).

Entre os indígenas no Nordeste, o que observamos da forma de organização da TI Kariri-Xokó⁸⁰ se constitui um exemplo interessante. Segundo dados da SESAI de 2014 são cerca de 2000 indígenas vivendo em uma TI de cerca de 700 hectares, localizada no município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, na região do baixo São Francisco. A área, fruto da retomada de uma fazenda modelo para produção de algodão iniciada em 1978, foi homologada em 1993. Hoje, a maior parte dos indígenas habita uma das pontas da TI delimitada pelo Estado, mais próxima ao centro da cidade Porto Real do Colégio, e grande parte dos indígenas realiza atividades fora da TI, ocupando-se inclusive como mão de obra na malha urbanizada local. O restante da área da TI, por sua vez, foi aos poucos, após a retomada e homologação, voltando a ser coberta pela mata, como parte de um plano dos indígenas para retomar o espaço para o Ouricuri. Esta palavra designa, para os Kariri-Xokó, ao mesmo tempo o local, o ritual e o mistério do qual fazem parte. A cada duas semanas boa parte dos indígenas deslocam-se de suas casas de alvenaria próximas a cidade para se instalar durante o final de semana no Ouricuri, onde, nas palavras dos Kariri-Xokó, eles ‘vivem como seus antepassados’. Uma liderança indígena Kariri-Xokó nos explicou que aqueles que possuem a ‘cabeça chata’, ou seja, não conhecem os mistérios do Ouricuri, nunca irão entender porque eles fazem isso. Por isso, ele achava graça quando pessoas que ele próprio identificou como ‘agricultores familiares’ da luta pela reforma agrária na região não conseguiam entender porque os indígenas, apesar da situação de “pobreza” aparente das famílias, não utilizavam a área demarcada pelo Estado para plantar pimenta do reino ou tabaco, itens amplamente cultivados e de grande valor na região. Outro exemplo que podemos acionar é a contraposição da esmagadora maioria dos caciques Tupinambá de Olivença à proposta de homologação, que nunca chegou a ser oficializada, que ficou conhecida como ‘demarcação por ilhas’, segundo a qual utilizar-se-ia o levantamento fundiário que está sendo realizado na TI para reconhecer as áreas, ‘efetivamente’ ocupadas pelos indígenas, que seriam homologadas separadamente. Essa proposta foi apresentada como uma solução “rápida” para os conflitos na região. Contudo, todos os membros do movimento com os quais tive a oportunidade de discutir essa questão

⁸⁰ Na ocasião da realização do projeto ‘Percursos Cartográficos’.

apontaram que essa proposta seria uma ‘não solução’. Uma das justificativas, mais recorrentes, apontadas pelas lideranças do movimento indígena Tupinambá para tal, é que: ‘nós não queremos a terra só pra trabalhar, mas o nosso território todo’⁸¹.

Por outro lado, há situações onde as visões de lutas que poderiam ser identificadas como lutas por terra e território não só se compatibilizam como se retroalimentam. Dessa maneira, reiteramos aqui que a visão que coloca as lutas por terra e por território como dois processos de luta paralelos e mutuamente excludentes, e não como perspectivas sobre a mobilização dotadas de diferenças e aproximações, parece ter pouco lastro nas localidades e movimentos indígenas no Nordeste com os quais nos relacionamos. Por exemplo, a chefe de uma família pataxó que vive do plantio de hortaliças para venda na feira, se cadastrou como sem-terra, além de fazer parte do movimento indígena, porque “daí de um jeito ou de outro eu garanto que daqui eu não saio.”⁸² Outro exemplo é a articulação existente no sul da Bahia chamada ‘Três Pedrinhas’, conformada por uma frente unificada da qual participam indígenas, principalmente os Pataxó HãHãHãe, quilombolas e assentamentos sem-terra, demonstrando que, pelo menos em algum nível, existem possibilidades concretas de articulação direta entre essas lutas.

Na etnografia realizada por Lara (2012), entre os Tupinambá de Olivença, também encontramos elementos que apresentam continuidades e descontinuidades concomitantes no processo de diferenciação do movimento indígena em relação ao movimento por reforma agrária na região. Lara aponta que lideranças indígenas da região litorânea, com as quais teve contato, colocaram explicitamente que foi no processo de reconhecimento enquanto indígenas que eles passaram de uma luta pela terra para uma luta pelo território. Identifica ainda a trajetória de uma determinada liderança que participara no passado de lutas pela reforma agrária, alinhando-se a movimentos de desapropriação e distribuição de terras e hoje é cacique em uma aldeia no litoral. Na análise de Lara (2012) isto não significa que haja apenas uma ruptura que faz com que se passe à luta pelo território, há também aspectos de continuidade na medida em que os ‘objetivos’, segundo este cacique, seriam os mesmos:

Esse trânsito e comunicação dos significados de uma ‘luta’ originada pelos mesmos motivos pode ser percebido com clareza na primeira ‘retomada’ de terras da cacique Valdelice, na qual um grupo de pessoas, entre elas Neri, propôs que, antes de esperar a demarcação da TI, se podiam ocupar fazendas para começar um processo de reforma agrária, com o objetivo de garantir as terras para os indígenas. Isso aceleraria a ‘retomada do território’, numa tática que, depois, facilitaria a demarcação da terra porque as propriedades já estariam em mãos dos indígenas. (LARA, 2012, p. 97-98).

Acompanho Lara e, a partir de minhas observações entre os Tupinambá, confirmo sua perspectiva de que as lutas por terra geraram um contexto de articulação e um acúmulo de táticas e estratégias que atravessam até hoje as lutas por território. Interessante observar que o Sul da Bahia é a região do Estado com o maior número de assentamentos rurais e que a crise do cacau, da década de 1980, gerou uma condição de possibilidade fundamental para a emergência do movimento indígena Tupinambá contemporâneo, da qual nos ocuparemos em mais detalhe no próximo Capítulo, ensejando também uma série de ocupações de terra e desapropriações (FREITAS, 2017). De outra parte, a pesquisa de Lara (2012), identifica também descontinuidades nas relações entre os Tupinambá de Olivença com o assentamento Ipiranga vizinho à TI, ao qual infelizmente não pudemos visitar durante a pesquisa. O

⁸¹ Informação oral em junho de 2017 por ocasião do trabalho de campo desta pesquisa.

⁸² Informação oral por ocasião do projeto “percursos Cartográficos: Movimentos Indígenas no Nordeste” em setembro de 2014

assentamento Ipiranga foi implementado pelo INCRA em 1998, no início do processo de articulação do movimento Tupinambá de Olivença contemporâneo, e contou, inclusive, com famílias indígenas entre as 43 famílias assentadas nos cerca de 1300 hectares⁸³. Em entrevista concedida a Lara um jovem indígena assentado lhe contou que os não-indígenas ao enfrentarem problemas de adaptação, sobretudo dificuldades em produzir e/ou escoar a produção, abandonavam os lotes oferecidos em busca de outros locais – terras com maior capacidade produtiva, mais férteis ou de mais fácil acesso. Em outra direção os indígenas tendiam a permanecer nas terras, mesmo em caso de extremas dificuldades, já que aquele processo de assentamento significava para eles uma recuperação de algo perdido no passado, de terras a eles pertencentes. Estes exemplos nos ajudam a elaborar uma perspectiva sobre as lutas territoriais em suas descontinuidades em relação às lutas pela terra sem deixar de reconhecer que há também continuidades, não apenas devido à dimensão cultural presente e atrelada às lutas por terra, como também pelo contato direto entre estes movimentos, sobretudo entre lideranças e em termos de estratégias e práticas políticas.

De maneira resumida, o ponto que procuramos esclarecer aqui é que a pretensão universalizante de descrição e análise da composição de contextos, grupos ou lutas específicas, ou seja, heterogêneos e historicamente enraizados, podem implicar em simplificações, ao mesmo tempo em que embasam formas de atuação. Por um lado, a identificação de um grupo como parte de um processo dizível de mais amplo escopo – como a ‘virada territorial’ – aumenta oportunidades de formação de alianças, pois ao se reconhecerem como povos tradicionais estes se relacionam com toda uma variada gama de outros grupos que se nomeiam desta mesma forma, bem como ações do Estado, entre outras instituições, que partem desta categoria para suas ações. Por outro lado, a definição de conceitos delimitados por critérios muito bem definidos, ou seja, uma espécie de *checklist*, tende a atrelar movimentos e práticas a território físicos e existenciais ‘artificialmente’ fixos, dotados de dispositivos eficazes de exclusão mútua que podem inclusive frear possibilidades de convivência ou geração de alianças.

3.5 A questão das Categorias Fixas e a (Re)Diversificação dos Territórios

É importante salientar que as noções de ‘território’ tal qual concebidas por pesquisadores, não são as mesmas concebidas em ambientes discursivos atrelados ao Estado, que, por sua vez, não são as mesmas concebidas pelos movimentos: há um entrecruzamento entre as formas de saber que se distribui em um campo de disputas. Estas diferentes visões se aliam e/ou se enfrentam o tempo inteiro, acionado os diferentes graus de legitimidade que possuem. As discrepâncias entre as perspectivas sobre o território e a tendência de rigidez das unidades delimitadas pelo Estado, bem como um determinado modo de fazer ciência geram certa ordem de problemas específicos a serem enfrentados. O papel das cartografias sociais nas demandas por território, sobretudo na legitimação de pleitos territoriais específicos perante o Estado, nos parece oferecer elementos interessantes para elaborar esta questão.

As cartografias sociais são uma forma, como aponta Acselrad (2013), de utilizar ‘armas do inimigo’ pois os mapas, elementos discursivos de uniformização do mundo sem os quais não teria sido possível o processo de colonização, são dotados de novos significados. A partir de um deslocamento no protagonismo da confecção de temas e questões retratadas no mapa, as populações colonizadas articulam uma nova perspectiva sobre si próprias e suas

⁸³ Acesso ao painel de dados sobre os assentamentos da SI 05 – Bahia, do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=5&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1 >. Acesso em: 02/02/2018.

relações com outros atores sociais. Contudo, os mapas georreferenciados são conformados por uma linguagem que traz consigo uma série de pressupostos de padronização e elementos de mútua exclusão, possuindo limites e possibilidades específicos. Desta forma, assim como o mapeamento gera novas concepções sobre o território, ele é capaz de tornar relativamente mais rígidos conceitos e visões que possuem maior capacidade de adaptação e deslocamento. Os mapas são, assim, atravessados por lógicas de positividade por vezes muito diferentes das perspectivas locais, pois é um ambiente discursivo onde são tornados estáticos elementos que muitas vezes não o são, como fronteiras, formas de vida e até mesmo identidades. Assim, se, por um lado a elaboração de cartografias sociais gera instrumentos de grande efetividade no apoio a pleitos territoriais, por outro, incorre no risco de delimitar fronteiras estáticas em espaços muitas vezes compartilhados e/ou dinâmicos. Isto porque grande parte da atuação do Estado, assim como parte da ciência, se fundamentam em modos de ordenamento do mundo que tem na base de sua constituição a exclusão mútua e criteriosa de elementos dados como diferentes entre si (LATOURETTE, 1994). A rigidez dos processos de delimitação de fronteiras materiais e imateriais – por exemplo, entre o que é ou não é considerado TI ou TQ, entre quem é e quem não é indígena ou quilombola – gera separações baseadas em critérios enumeráveis e predispostos em territórios onde as diferenças não necessariamente se colocavam de maneira excludente.

Alguns exemplos que podemos reconhecer ao longo da trajetória junto a comunidades indígenas no Nordeste no ajudam a ilustrar este ponto. Entre os Tupinambá de Olivença os limites estabelecidos pelo Estado entre UC e TI, através do ICMBio e da FUNAI, delimitam fronteiras rígidas em locais até então vistos como um contínuo, dotados de inúmeras diferenciações, mas não necessariamente de delimitações fixas. A fala de um Tupinambá que vive no limite entre a TI de Olivença e a REBIO de Una, é emblemática neste sentido: “Se eles dizem que a fronteira da reserva é bem ali, então manda eles avisar pro tatu que não é pra passar pra fora da Reserva não.”⁸⁴ As fronteiras são, assim, a todo tempo questionadas, colocadas em cheque, reorientadas pelos indígenas. Uma liderança Kariri-Xocó nos disse que seu território é composto pelo o que ele chama de ‘horizonte circular’, isto é, tudo aquilo que de dentro da aldeia é possível alcançar com um golpe de vista, é território Kariri-Xocó, independente do que esteja registrado como TI para o Estado – embora compreenda que as possibilidades de ação fora da área oficialmente delimitada sejam menores. Em outro exemplo, mesmo tendo um determinado limite territorial reconhecido pelo Estado como TI, os Pataxó de Barra Velha continuam a realizar retomadas, em áreas de fazendeiros e áreas reconhecida pelo ICMBio como Parque Nacional, sendo toda a região amplamente referenciada como ‘nosso território’.

Tendo estes embates e contraposições em mente, realizamos uma ressalva: o questionamento demasiado contundente da rigidez de fronteiras e categorias pode ser um movimento politicamente complexo, mesmo a nível teórico-acadêmico. Afinal, o que estamos denominando de ‘categorias fixas’ são dispositivos acionados inclusive pelos movimentos sociais no sentido de sua autolegitimação – entendemos a esta dinâmica como próxima ao que Oliveira (2018) conceitua de ‘essencialismo estratégico’. O caminho da institucionalização tende a resvalar em questões da ordem das apresentadas acima, porém, ao mesmo tempo, o diálogo e reconhecimento com órgãos oficiais pode potencializar, em alguns casos, a garantia de espaços de vida para povos indígenas – e outros – ao assegurar áreas delimitadas, fronteiras e exclusões.

Esta elaboração acerca das aberturas e fechamentos concomitantes das formas de enunciação ancoradas em concepções fixas, nos parece levar a um desdobramento sobre a

⁸⁴ Entrevista concedida em julho de 2016 por ocasião desta pesquisa.

compreensão das características dos movimentos territoriais das lutas indígenas no Nordeste. Uma concepção sobre o território como algo ‘permanente’ está implícita em algumas das análises sobre as demandas territoriais. Autores como Little (2004) e Almeida (2008), ressaltam a capacidade destas lutas – inclusive maior do que a das mobilizações por terra – em resistir à expansão das novas fronteiras de acumulação capitalista, por exemplo, grandes projetos de mineração e produção monocultora através da lógica do agronegócio. Isto se daria porque, por ‘ocupar tradicionalmente’ estas terras, este povos já possuem estratégias de adaptação, manutenção e resistência conectadas àquele meio específico, contando com uma forma de organização menos permeável pelas lógicas do capital (ALMEIDA, 2008). Nesta perspectiva, os ‘povos tradicionais’ estariam em uma condição específica a qual privilegiaria a ‘manutenção’ de um determinado estado anterior das coisas, hoje ameaçado de ser irreversivelmente modificado pelo avanço local e contemporâneo do capital.

Entretanto, como é possível perceber a partir de elementos apontados no Capítulo anterior, em adição à manutenção de territórios tradicionalmente ocupados, diversos movimentos indígenas no Nordeste realizam uma múltipla e abrangente retomada da terra e da cultura. Estas mobilizações étnicas abarcam, assim, não apenas a contenção da expansão de uma fronteira homogeneizante ligada à acumulação capitalista, mas também um intenso e vivo processo de (re)diversificação de paisagens naturais e culturais em constante transformação. Isto se dá inclusive em espaços que seriam considerados como já abarcados pela lógica capitalista. Os Tupinambá, por exemplo, hoje retomam áreas anteriormente organizadas por lógicas de trabalho e produção capitalistas, sobretudo a monocultura do cacau. Da mesma forma, os Xokó, localizados no estado de Sergipe, eram trabalhadores de fazendas de arroz dirigidas por uma família de latifundiários e, ao se mobilizar para a demarcação do seu território na década de 1970, transformaram, no sentido de (re)diversificação, uma paisagem quase totalmente ora abarcada pela monocultura de base capitalista. Os indígenas converteram os campo monocultores de arroz em áreas de plantio múltiplo, passaram a criar os animais soltos e desfizeram a casa grande da Família Britto com toda a cautela, de modo que os tijolos pudessem ser utilizados na construção da nova aldeia⁸⁵. Já os Karapotó Plaki-ô, de Alagoas, poderiam ter sido reconhecidos por pesquisadores durante as décadas de 1970 e 1980 como boias-frias, por terem seu sustento baseado no trabalho em fazendas de monocultura de cana de açúcar para produção de álcool. Após as retomadas, poucos indígenas ainda trabalham nas grandes fazendas de cana de açúcar e grande parte dos habitantes da TI passou a ter sua principal fonte de renda na agricultura diversificada ou artesanato. Nas áreas por eles ocupadas porções foram escolhidas para deixar a mata crescer – como ocorre em outras retomadas indígenas no Nordeste – e o ritual do Ouricuri passou a ser realizado ali, relacionando-se com as práticas espirituais dos Kariri-Xokó.

No Nordeste, os processos de elaboração acerca da expropriação ocorrida no passado e de retomada dos que lhes foi usurpado são centrais nas articulações do movimento indígena no presente. Para diversos povos indígenas no Nordeste, como é o caso dos Tupinambá de Olivença, foco central desta pesquisa, a ‘terra medida’, a expropriação das terras, a tomada das roças em troca de cachaça ou dívida são elementos de um passado hoje evocado a fim de legitimar e justificar a luta pela demarcação. A potência das lutas por territórios indígenas no Nordeste está assim, na continuidade de uma capacidade de permanência mas, também, na capacidade de reorganizar e reconstituir novos territórios materiais e imateriais, questionando ao mesmo tempo a lógica de produção capitalista já presente no território, os legítimos atores para contar a história da ocupação, a possibilidade de produção de diferença, entre diversos outros elementos. As retomadas torcem de maneira contundente a perspectiva fundamentada

⁸⁵ Para mais informações sobre esta história Cf. Sandroni et al (2015)

numa vitimização dos povos indígenas: elas não são apenas resistência, são produção criativa de protagonismo indígena (OLIVEIRA, 2018), são processos de produção ativa de liberdade.

Desta maneira, a descrição das lutas territoriais como lutas pela ‘manutenção’ de territórios previamente estabelecidos contrasta em alguns pontos com o fato de que as emergências étnicas no Nordeste são muitas vezes citadas como casos exemplares da chamada virada territorial, como aponta Guedes:

os contrastes e as passagens envolvendo lutas por território e lutas por terra poderiam também ser ilustrados pelos processos de “etnogênese” (SIDER, 1976; BARTOLOMÉ, 2006) ou de “emergência étnica” (OLIVEIRA FILHO, 1998) através dos quais grupos, muitas vezes identificados no passado como “camponeses”, passam a reivindicar identidades específicas, reconhecendo-se e clamando por seu reconhecimento como quilombolas, geraizeiros, Tumbalalá ou faxinalenses (GUEDES, 2016, p. 24).

Existem algumas dificuldades em se articular estas emergências a alguns dos aspectos da literatura que tivemos acesso, sobre as lutas por território e a constituição dos povos e comunidades tradicionais enquanto sujeitos políticos, pois a perspectiva fundamentada na manutenção de um modo de vida “anterior” frente às transformações provocadas por empreendimentos capitalistas, pode deixar de fora aspectos das formas de organização e das bases de articulação das mobilizações indígenas no Nordeste hoje. Guedes (2013) coloca que um conceito de território fixo – por vezes associado à uma concepção de identidade igualmente fixa – apesar de ter como objetivo apoiar as lutas destes povos “inadvertidamente naturalizam o ‘enraizamento’ de tais grupos.” (GUEDES, 2013, p. 61).

É certo que a expansão de projetos de desenvolvimento alheios às lógicas indígenas de gestão territorial é parte constituinte dos contextos de diversos povos indígenas no Nordeste brasileiro. Ao longo dos próximos Capítulos reconheceremos, por exemplo, de forma mais atenta e pormenorizada a entrada de mineradoras de areia durante os últimos anos na TI Tupinambá de Olivença. Este e outros processos de avanço atual do capital se apresentam como ameaças presentes na perspectiva do movimento indígena Tupinambá de Olivença, entre outros movimentos indígenas no Nordeste. Mas há que se observar também a dimensão destas mobilizações que apresenta uma possibilidade de reorganização de territórios imateriais e materiais já anteriormente apropriadas pelo capital. Nesta direção, Oliveira (2018) argumenta que as retomadas implicam em movimentos profundos de revitalização cultural, reconfiguração política e social dos povos indígenas, pois são capazes de mobilizar ao mesmo tempo valores tradicionais e novas energias políticas e intelectuais de grande intensidade. O processo de luta territorial, transforma as paisagens, modos de vida e de acesso aos recursos naturais, de organização do trabalho, tornando-se assim um elemento sem o qual não é possível compreender a relação destes povos com o ambiente ou a questão da conservação da biodiversidade.

3.6 Sobreposições entre UCs e TIs na Mata Atlântica

As questões ora debatidas relativas à fronteiras, efetivação de demandas territoriais, afirmação da etnicidade indígena, possuem pontos de contato com os debates sobre a conservação da biodiversidade, sobretudo no contexto atual onde a posição predominante, nos projetos voltados para a conservação, é a da inclusão das populações locais, especialmente povos indígenas. As implementação e gestão de Unidades de Conservação, aparecem, neste contexto, como uma dimensão intrinsecamente territorializada dos projetos de conservação⁸⁶,

⁸⁶ Little (2004) chama a instalação de áreas protegidas de proteção integral de ‘preservacionismo territorializante’.

que concorre, conflita e se compatibiliza com formas de territorialização indígenas. Dessa forma, as situações de sobreposição entre UCs e TIs tensionam e operacionalizam diversos dos pontos nos quais tocamos, desde a relação entre as lutas por território e a ambientalização dos movimentos sociais, até a compreensão diferenciada dos diversos atores sobre organização social e cultural da paisagem e as implicações políticas e sociais da delimitação de fronteiras fixas. Cenários de sobreposição entre UCs e TIs tornam-se assim focos privilegiados de estudo para a compreensão tanto dos desafios socioambientais, quanto multiétnicos da atualidade (MIRAGLIA; MURRIETA, 2005). A existência concomitante de dois processos de territorialização por parte do Estado, baseados em valores, perspectivas e concepções diferentes, conformam parte dos conflitos atravessados pelas lutas territoriais em sua relação com a questão ambiental, mais especificamente a questão da conservação da biodiversidade.

Para refletir sobre as sobreposições é fundamental ter uma noção básica das regras através das quais o Estado atua no sentido da implementação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação atualmente. Segundo Oliveira (2018), a territorialidade atribuída a coletividades indígenas varia de acordo com os diferentes momentos históricos, que são dotados de conjunturas políticas e graus de rigidez do aparato legal específicos. Pode-se afirmar o mesmo para as Áreas Protegidas, que foram se modificando de forma bastante intensa ao longo dos anos, conforme visto no Capítulo I. No cenário atual, cada uma destas formas legais e administrativas possui procedimentos específicos de delimitação. O processo de implementação de uma TI é longo e complexo e inicia-se com o pleito pela demarcação, geralmente realizado pela própria comunidade. O primeiro passo legal é a realização de estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário realizados por grupos técnicos (GTs) da Funai, coordenados por antropólogos. Após conclusão dos trabalhos do GT, este deve apresentar relatório circunstanciado para aprovação da FUNAI. Uma vez aprovado pela FUNAI a localização da área sob demarcação, acompanhada de memorial descritivo e mapa, devem ser publicadas na sede da Prefeitura Municipal, bem como no Diário Oficial da União. Em seguida, cabe ao Ministério da Justiça declarar, mediante portaria, os limites da Terra Indígena e determinar sua demarcação. Esta deve, ainda, para ter efeito de lei, ser homologada por Decreto Presidencial (GODOY, 2016). Somente após a homologação a Funai deve proceder com o registro em cartório imobiliário e na Secretaria de Patrimônio da União, o que abre a possibilidade de ‘desintrusão’, ou seja, a retirada de habitantes não indígenas da TI mediante pagamento de indenização.

Já o processo de implementação de UCs se dá por decreto. O SNUC prevê que a criação de UCs deve ser baseada em estudos técnicos e consultas públicas, entretanto, não há exigências legais específicas de estágios obrigatórios anteriores à implementação análogos aos de implementação de uma TI. Embora na maioria dos casos haja um processo preliminar de articulação política, do qual faz parte a composição ou levantamento de estudos que justifiquem publicamente a UC⁸⁷, a sua criação depende diretamente de decreto presidencial, no caso de UCs federais. Logo após o decreto, pode começar a ser realizado, quando cabível, o processo de indenização e retirada de eventual população residente⁸⁸. Não a toa, por exemplo, alguns proprietários de terra da região de Olivença pressionaram ambientalistas para

⁸⁷ Como foi o caso da REBIO e do REVIS de Una, conforme veremos no próximo Capítulo. Entretanto, há situações em que a delimitação de UCs não passa por praticamente nenhum processo anterior de consulta, como foi o caso da UC estadual do Rio de Janeiro Parque Estadual dos Três Picos, cuja delimitação foi baseada tão somente num sobrevoo da área de helicóptero. Esta informação foi obtida em projeto de pesquisa anterior que tinha como objetivo reconhecer os conhecimentos acionados na implementação e formulação de políticas públicas para a conservação da biodiversidade.

serem incluídos na área da REBIO, o que poderia gerar um acesso relativamente mais rápido a indenizações do que se fossem incluídos na área da TI. Entretanto, é importante notar que o processo de indenização de pessoas residentes em UCs de proteção integral implementadas via de regra não ocorre – ou ocorre de maneira parcial. Por outro lado, a alteração ou supressão de uma UC só pode ser realizada por aprovação no congresso nacional (GODOY, 2016). Desta forma, se há uma UC em uma determinada área esta necessariamente possui respaldo legal ativo, enquanto a TI pode ter sido delimitada e reconhecida oficialmente e ao mesmo tempo não possuir força de lei. Isto gera uma posição de relativa vulnerabilidade jurídica aos indígenas, sobretudo no caso de TIs, que ainda aguardam homologação, sobrepostas a UCs, como é o caso da TI Tupinambá de Olivença. Isto é, a delimitação de fronteiras é complexificada pelas formas de atuação e implementação dos diferentes tipos de gestão por parte do Estado, que, por sua vez interferem na forma como as populações se apropriam ou questionam e disputam o estabelecimento destas fronteiras.

Joênia Wapixana, por exemplo, uma das primeiras advogadas indígenas no Brasil, atuante no caso do litígio relativo à sobreposição da TI Raposa - Serra do Sol com o Parque Nacional Monte Roraima, questiona a solução baseada no regime jurídico de dupla afetação da área sobreposta, pressupõe uma gestão compartilhada que compatibilize o acesso e uso dos recursos a objetivos de conservação da biodiversidade. Neste caso, que é o mais emblemático de sobreposição entre UCs e TIs no cenário nacional, o Parque foi decretado tendo toda a sua área dentro da TI que, apesar de ser um processo muito mais antigo, não havia sido ainda homologada. Neste contexto, os indígenas perceberam o Parque como mais uma tentativa de frear o processo de homologação da TI (LAURIOLA, 2003). O regime de dupla afetação adotado como solução, normalmente incorre na restrição das possibilidades de acesso e uso dos recursos naturais por parte dos indígenas. A este respeito Joênia afirma que a decisão da justiça não foi satisfatória e defende a precedência da TI sobre qualquer Unidade de Conservação:

para mim é clara a solução: a constituição já fala que são nulos, não produz nenhum efeito jurídico, os atos que incidem em Terra Indígena. Um ato é um decreto que cria um parque nacional, que cria uma reserva extrativista que disputa terra com os povos indígenas. Então uma Unidade de Conservação, ela tem uma natureza totalmente diferente porque ela tem aquela função de preservação que a gente fala que ela não permite a presença humana nas suas área nos seus limites, então ela tem a finalidade apenas de proteção, de preservar sem digamos assim o uso dos recursos naturais. Já as Terras Indígenas têm uma natureza de uso coletivo ela usa uma natureza de conservação, valorizados os manejos tradicionais dos povos indígenas. Os indígenas que moram eles fazem de uma forma tradicional o uso da terra, vivem da terra, vivem dos recursos naturais e por natureza já tem essa questão de conservação. Usa mas com respeito, repõe, deixa respirar direitinho. Então assim, não é conciliável. É conciliável o objetivo: porque a unidade de conservação ela tem a natureza de proteção a terra indígena também tem essa natureza de proteção, a única coisa que difere é a questão da presença humana. (...) para mim a solução é: o que vale é a Terra Indígena. Se a constituição, o maior regulamento jurídico nosso, diz que não produz efeitos jurídicos e é nulo, o que ele teria que fazer? Teria que ter revogado os decretos de criação. (Informação verbal)⁸⁹

⁸⁸ No caso de UCs de Proteção Integral nas quais não é permitida a existência de populações residentes como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.

⁸⁹ Entrevista realizada em setembro de 2017 em Salvador por ocasião do V Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas.

O embate legislativo que aparece na fala de Joênia possui assim dimensões políticas relativas ao entendimento de prioridades e prerrogativas. Órgãos ambientais como o ICMBio muitas vezes entendem que o decreto da UC, por ter força de lei, deve ser priorizado em relação à TI, principalmente quando ela não foi homologada. Já defensores da causa indígena como Joênia Wapixana entendem que o direito dos indígenas é constitucional e inviolável e que, portanto, o decreto de uma UC em área indígena é nulo legalmente. Há uma batalha ao mesmo tempo política e jurídica em curso, que coloca em xeque as próprias regras do jogo. Este debate não é exatamente recente e esteve em pauta em diversos momentos de discussão das legislações hoje em vigor. Por exemplo, durante os anos 90 no processo de discussão do texto do SNUC, promulgado em 2000, havia uma proposta de inclusão de uma categoria de UC voltada especificamente para povos indígenas, a então chamada Reserva Indígena de Recursos Naturais (FERREIRA, 2014). Segundo os articuladores desta proposta, ela foi inspirada na tentativa de solucionar casos antigos de conflito entre áreas protegidas e povos indígenas como o Monte Pascoal na Bahia e a ilha do bananal no Tocantins. A RIRN não foi incorporada ao texto final do SNUC, mas caso houvesse sido haveria uma reconfiguração das regras que poderia influenciar nas manifestações de incompatibilidade entre UCs e TIs. Procuramos aqui demonstrar que as disputas na configuração das regras legais e administrativas e seus resultados interferem nas formas como se desenvolvem os conflitos nos territórios. Ressalta-se neste ponto que recentemente houveram algumas tentativas de mitigação destes conflitos como, por exemplo, a constituição da Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais no ICMBio, criada em 2007 (MADEIRA et al, 2015). Outros exemplos são as iniciativas como as recomendações de inclusão da perspectiva dos indígenas no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a adoção de uma visão sobre conservação da biodiversidade na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Há muitas posições relativas à efetividade destas soluções, não sendo meu intuito aqui mapear elas em exaustão. Nosso objetivo aqui é destacar como as disputas a nível local, na materialidade dos territórios, são atravessadas pelas amarras e aberturas legais colocadas, que limitam e abrem possibilidades para as disputas pelo controle do uso e acesso dos recursos naturais. Busca-se aqui demonstrar como se relaciona esta problemática da sobreposição com dimensões das lutas por território, clivagens e posições identificadas em relação aos caminhos para a conservação da biodiversidade e as formas de organização social e política dos indígenas no Nordeste, ancorando as elaborações a serem realizadas nos próximos Capítulos. Em cada contexto, os contornos dos conflitos em áreas de sobreposição entre UCs e TIs se redefinem de acordo com processos dinâmicos de relação com territórios materiais e imateriais, com a presença mais ou menos conflituosa de concepções discrepantes sobre os melhores caminhos para a conservação da biodiversidade. Avaliamos, assim, como relevante apresentar algumas especificidades da intersecção destes dois temas na Mata Atlântica nordestina, para que possamos melhor acessar a relação dos Tupinambá de Olivença com a REBIO e o REVIS de Una.

Na Mata Atlântica os horizontes dos conflitos envolvendo sobreposições tendem a ser acirrados devido às extensões de terras restritas, o grau de degradação da mata avançado e a ocupação dos territórios baseada em atividades de alto impacto ambiental, gerando uma posição tendencialmente mais restritiva de alguns ambientalistas que propõem a necessidade da interdição completa de usos diretos de determinadas áreas, mesmo quando voltadas para a subsistência de famílias indígenas (RICARDO; MACEDO, 2004). Segundo levantamento realizado pelo ICMBio, entre 2013 e 2014, nas UCs de nível federal, no contexto nacional há mais UCs de proteção integral atravessadas por conflitos com populações tradicionais do que

sem este tipo de conflito e, embora em números absolutos o campeão de conflitos seja o bioma amazônico, a proporção dos casos de conflito em relação às áreas protegidas na Mata Atlântica é muito maior do que em todos os outros biomas (MADEIRA et al, 2015). Um aspecto a ser ressaltado quando se trata dos territórios que são, ou um dia foram, ocupados pela Mata Atlântica no Nordeste do Brasil é o acentuado e longo processo histórico de exploração, já que as terras férteis próximas à costa nordestina foram as primeiras áreas a serem intensamente modificadas pela colonização. De acordo com relatório produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (CUNHA; GUEDES, 2013), dentre as regiões com Mata Atlântica, o Nordeste é a que possui menos remanescentes desse bioma, além de ser a região que possui menor montante de dados sobre a localização e riqueza da biodiversidade da cobertura vegetal pré-colonização. Portanto, trataremos nos próximos Capítulos de disputas em torno da conservação da biodiversidade em um contexto em que a fragmentação da biodiversidade é a regra, e não a exceção. A situação de extrema degradação no Nordeste é fruto principalmente da produção monocultora, baseada em um duplo processo de exploração: da natureza e das pessoas. Os sucessivos momentos de expansão da monocultura foram responsáveis pelo uso intensivo e extensivo do solo, pela derrubada das matas, pela extinção de espécies, pelo genocídio e exploração do trabalho de homens e mulheres, principalmente negros e indígenas. Esse é o histórico geral de ocupação de praticamente toda a costa nordestina, mas cada território possui particularidades.

Provavelmente devido à presença de rios largos e mananciais, bem como pela resistência indígena, o Sul da Bahia é uma das duas regiões que possui os maiores fragmentos florestais de Mata Atlântica em toda a região Nordeste⁹⁰. Dessa maneira, o processo de fragmentação, que continua em curso, tem hoje como um de seus focos centrais justamente o Sul da Bahia. Segundo relatório publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento desse bioma cresceu cerca de 60% em 2016 e 2017 em relação ao biênio anterior, chegando ao processo de degradação mais intenso dos últimos dez anos (HIROTA; PONZONI, 2017). Nesse levantamento, a Bahia aparece como a unidade da federação líder em desmatamento, com uma alta de 207% em relação ao ano anterior, sendo o sul e extremo sul do estado os locais onde este processo mais avança. Apenas os municípios de Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Porto Seguro e Ilhéus são o *locus* de cerca de 30% do total do desmatamento do bioma Mata Atlântica no país. Interessante reconhecer que todos estes municípios possuem uma presença indígena forte: em Ilhéus e Belmonte os Tupinambá, e em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, os Pataxó. Grande parte das Terras Indígenas localizadas no sul e extremo sul baiano estão em áreas de alta densidade relativa de Mata Atlântica no contexto nordestino, que estão sendo gravemente ameaçados por atividades como o monocultivo do eucalipto e da pupunha, a mineração e a construção de grandes empreendimentos turísticos. Neste contexto, acirram-se as disputas sobre os melhores caminhos de frear estas intencionalidades de exploração da natureza que muitas vezes materializam-se em conflitos entre a implementação de UCs – principalmente as de proteção integral⁹¹ – e povos indígenas.

O caso mais emblemático de conflito entre indígenas e Áreas Protegidas na Mata Atlântica nordestina, bem como mais elaborado tanto em termos acadêmicos, quanto pelos indígenas, é a sobreposição entre a TI Pataxó de Barra Velha e o Parque Nacional e Histórico

⁹⁰ O outro grande fragmento florestal de Mata Atlântica no Nordeste está localizado na Serra do Conduru no estado de Pernambuco.

⁹¹ Ressalta-se que há relações de aliança entre a gestão de Unidades de Conservação de desenvolvimento sustentável e povos indígenas, como no caso dos Pataxó próximos a RESEX Canavieiras, no município homônimo.

do Monte Pascoal (PNMP)⁹². Ao realizar suas elaborações sobre as relações conflituosas com a ‘reserva’⁹³ os Tupinambá de Olivença, por exemplo, frequentemente se referenciam ao caso de Barra Velha para reiterar a injustiça provocada por agentes ambientais com indígenas. Desde o início das discussões sobre a delimitação do PNMC e da TI, que remontam à década de 1940, ocorreu uma série de confrontos devido à discrepância entre as visões do Estado e das populações locais sobre o território. Ao longo do tempo, essa contenda tomou diversas formas, mas nunca arrefeceu completamente (CARVALHO, 2009). Em 1980, foi realizado um acordo entre as partes, para a consolidação dos territórios oficiais delimitados pelo Estado brasileiro, tanto do PNMP quanto da TI Pataxó Barra Velha. Entretanto, muitos Pataxós ficaram insatisfeitos com o acordo e apontam que a área delimitada como TI é de “mussununga”, uma terra composta por bastante areia branca e, assim, pouco afeita ao plantio (SANDRONI et al., 2015). A despeito das discordâncias, a TI Pataxó Barra Velha foi homologada em 1991 e, dois anos após a delimitação da área indígena, agentes ambientais cercaram o local, impedindo a passagem dos indígenas para as áreas de mata, aumentando a fiscalização (ASSIS, 2012). Em fins da década de 1990, a insatisfação de indígenas Pataxó com a área delimitada impulsionou processos de retomada dentro da área reconhecida pelo Estado como Parque. Já foram realizadas numerosas tentativas de construção de acordos e gestão compartilhada da área, levando à diminuição dos confrontos diretos entre indígenas e órgãos ambientais. Nesse sentido, alguns indígenas foram incorporados a projetos ambientais e a pressão dos Pataxó alcançou-lhes a circulação e permanência em determinadas áreas do Parque, sobretudo para a coleta de materiais para o artesanato, atividade fundamental para a sustentabilidade econômica desta população. Contudo, impasse entre a área oficialmente conferida aos Pataxó e as necessidades do grupo perante os ideais de proteção integral permanece.

Assim como no caso de Raposa Serra do Sol, na visão de diversas lideranças Pataxó, a questão da conservação da biodiversidade colocava-se como mais um pretexto para a continuidade da perseguição que vinham vivendo ao longo dos séculos. Entretanto, à diferença do caso do Monte Roraima, onde a principal forma de discurso ambientalista se alinha à perspectiva da compatibilização, em Monte Pascoal, a defesa da proteção integral por parte dos órgãos ambientais passa por um questionamento da etnicidade Pataxó, ancorado no supramencionado ‘paradigma da aculturação’. A este respeito nos aponta Timmers (2004, p. 174), em volume publicado pelo ISA voltado especificamente para análise da questão das sobreposição, que:

do ponto de vista de muitos brancos, nos órgãos ambientais e na região, os Pataxó não passam de caboclos “aculturados”, astutos e preguiçosos, tentando aproveitar-se de seu estatuto de minoria para conseguir vantagens e explorar impunemente os recursos do PNMP.

Podemos perceber que questões relativas à situação de intensa expropriação dos indígenas no Nordeste, que identificam a pressão ambientalista como parte deste processo, e a questão da presença renitente do paradigma da aculturação se colocam como elementos fundamentais nos conflitos socioambientais relativos à conservação da biodiversidade na região.

⁹² Há outros casos de sobreposição no Sul e Extremo Sul da Bahia como os Parques Nacionais do Descobrimento e do Pau Brasil, todos em conflito com comunidades Pataxó, mas estes outros são resultado da nova leva de UCs implementadas após a promulgação do SNUC, enquanto o Parque do Monte Pascoal foi implementado durante o período da conservação-fortaleza, da primeira metade do século XX, tratando-se de um conflito mais antigo e arraigado.

⁹³ Forma como os indígenas Tupinambá de Olivença se referenciam às Áreas Protegidas que reconhecem interferir em seu território.

Os principais vetores do desmatamento nessa região continuam sendo ligados à expansão da fronteira agrícola monocultora, especialmente do eucalipto, já estabelecido no Norte do estado do Espírito Santo, conforme aponta o supracitado relatório da SOS Mata Atlântica. Entretanto, está presente nas disputas sobre conservação da biodiversidade na região um discurso que coloca os indígenas como agentes da degradação ambiental, do próprio desmatamento. Esse discurso é antigo, e permanece ativo, atravessando os territórios nos dias de hoje. Como exemplo atual podemos citar a matéria do programa ‘Globo Repórter’ veiculada no dia 21 de julho de 2017⁹⁴ que teve como temática os remanescentes da Mata Atlântica presentes no Sul do estado da Bahia, passando por UCs como o PNMC e o Parque Nacional Pau Brasil, ambos reconhecidos oficialmente pelo Estado como estando em relação de contiguidade ou sobreposição com TIs do povo Pataxó, e a REBIO UNA. Estávamos na aldeia Itapoã TI Tupinambá de Olivença quando esta reportagem foi veiculada e pudemos observar a grande surpresa e comoção entre os indígenas. No dia seguinte todos comentavam a matéria, indignados com a forma como os indígenas haviam sido retratados. O que mais lhes causava indignação era que a reportagem dava a entender que Parque estava sendo ameaçada pelo índio, principalmente os Pataxó de Barra Velha no Monte Pascoal. A extração e/ou coleta de madeira para a confecção do artesanato pelos Pataxó é o único vetor de desmatamento apresentado em todo o programa, ao passo que a voz dos indígenas sobre sua relação com a mata é silenciada. Neste sentido os Tupinambá de Olivença se solidarizam com seus ‘parentes’ e explicitaram particular repulsa ao fato dos Pataxós não terem tido espaço para se colocar e esclarecer que as ameaças às matas atingiam também a eles que ‘dependem da mata para o sustento’. Por outro lado, os únicos que aparecem em meio a Mata Atlântica dando sua opinião sobre suas formas de funcionamento e encantos são biólogos que realizam pesquisas respectivamente em cada UC. Curioso notar que estes biólogos figuram na reportagem sempre acompanhados por uma outra pessoa que conhece os caminhos na mata e sabe achar os bichos para que estes possam ser filmados. Não é dado a estes agentes nenhum peso discursivo no programa, que pouco ou quase nada falam nos vídeos. Estas pessoas foram reconhecidas pelos meus interlocutores Tupinambá como indígenas Pataxó e Tupinambá.

Este discurso que aponta os indígenas como ‘responsáveis pelo desmatamento’, reproduzido em meios de comunicação de circulação nacional, possui seus multiplicadores em nível regional no Sul e Extremo Sul da Bahia, entre eles, agentes do Estado, fazendeiros interessados na não demarcação de TIs e ONGs ambientalistas, entre outros, que, frequentemente, associam esta visão com uma dúvida em relação à etnicidade dos indígenas Pataxó e também Tupinambá de Olivença, chamados recorrentemente de ‘oportunistas’ e ‘proveitadores’ ou até ‘falsos índios’. Observamos que este é um forte vetor no enfraquecimento das possibilidades de aliança entre ações dos indígenas voltadas à conservação da biodiversidade e as políticas públicas ambientais. A perspectiva que salienta que a Mata Atlântica já foi por demais perturbada e que todo e qualquer nível de perturbação atual deve ser suprimido, mesmo quando relacionado ao uso dos recursos para o sustento de famílias indígenas, é outro dispositivo que freia estas possibilidades de comunicação. Desse embate, sai fortalecida a perspectiva restritiva de conservação da biodiversidade em nível local, materializando-se em inúmeros conflitos entre UCs de proteção integral e populações indígenas. Esse é o caso da relação dos indígenas da TI Tupinambá de Olivença com as UCs

⁹⁴ O programa pode ser assistido em: < <https://globoplay.globo.com/v/6025118/> > Acesso em: 25/07/2017. A matéria causou comoção e revolta em diversas comunidades indígenas no Sul da Bahia; portais independentes e redes sociais veicularam manifestações de repúdio ao programa, como, por exemplo, vídeos de Zeca Pataxó < <https://www.facebook.com/zeca.pataxo/videos/1408967822525179/> >; e Everaldo Pataxó < <https://www.youtube.com/watch?v=wYuOJdbgbo&feature=share> >.

em seu entorno, que, ao contrário do caso dos Pataxó, ainda não conta com pesquisas aprofundadas especificamente sobre este tema. Tendo este contexto em vista, procuraremos assim nos próximos Capítulos refletir sobre as diferentes narrativas em um contexto de sobreposição entre UC e TI a partir deste caso específico. Acreditamos que este trabalho pode nos auxiliar na abordagem das formas como se dão continuidades e descontinuidades entre a questão indígena e a questão da conservação da biodiversidade, especificamente na Mata Atlântica no Nordeste. Para tal, ressaltamos o papel das reflexões sobre as emergências étnicas e retomadas, bem como a perspectiva sobre a (re)diversificação dos territórios, como embasamento do enfoque desta pesquisa.

CAPÍTULO IV

4 A TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO SUL DA BAHIA

4.1 O Recorte Geográfico: Territorialidades do Estado

Optamos metodologicamente, neste Capítulo, por realizar um descortino do contexto geográfico onde são produzidas as narrativas ambientais a serem analisadas, partindo de recorte espacial efetivado especificamente pelo Estado. Este contexto é conformado por três unidades administrativas, a saber: a Terra Indígena Tupinambá de Olivença, delimitada através do órgão indigenista (FUNAI) e as Unidades de Conservação Reserva Biológica de Una e Refúgio da Vida Silvestre de Una, implementadas por órgãos ambientais federais – hoje ICMBio, anteriormente IBAMA e IBDF. Entretanto, como já vimos e veremos mais detalhadamente, as fronteiras que constam nos mapas oficiais são frequentemente questionadas ou afirmadas pelas dinâmicas realizadas pelos atores no território, materializando-se em uma complexa miríade de relações entre diferentes atores – indígenas, fazendeiros, pequenos proprietários rurais, assentados do MST, pequenos e grandes negócios voltados para o turismo, moradores urbanos, ONGs ambientalistas, etc. Destaca-se, desde já, que não se tratam de áreas isoladas mas, sim, de intenso fluxo, permeadas por uma série de movimentos que contradizem as restrições previstas em lei para uma TI – permanência e residência apenas de indígenas – e UCs de proteção integral – sem residência permanente⁹⁵. A TI não foi, ainda, homologada e a UC mais restritiva – REBIO – tem grande parte de sua área ocupada pela presença de atores humanos, em sua maioria fazendeiros e pequenos produtores rurais. Estamos assim, trabalhando com uma noção de território que segue uma tendência contemporânea, apontada no Capítulo anterior, cuja compreensão implica considerar múltiplas dimensões, materiais e imateriais, num escopo mais amplo do que o puramente administrativo. Este é utilizado, principalmente, como recorte geográfico inicial e pode ser observado no mapa da apresentado na Introdução deste trabalho (Figura 1), onde as áreas hachuradas representam áreas de sobreposição entre as UCs e a TI.

Partindo destes limites georreferenciados, realizamos uma síntese dos processos de territorialização institucional – delimitadas pelo Estado – retratados no mapa acima, ressaltando algumas características específicas destes processos. Ao explorá-los em mais detalhe, demonstrando as continuidades e descontinuidades que fazem parte de sua constituição, gradualmente abrimos o escopo da perspectiva sobre o território puramente administrativo, na medida em que apresentamos as idas e vindas que operaram como condições de possibilidade para a organização socioespacial atual. No caso da TI, seguindo as trajetórias territoriais indígenas, alargamos nossa perspectiva para além das territorializações

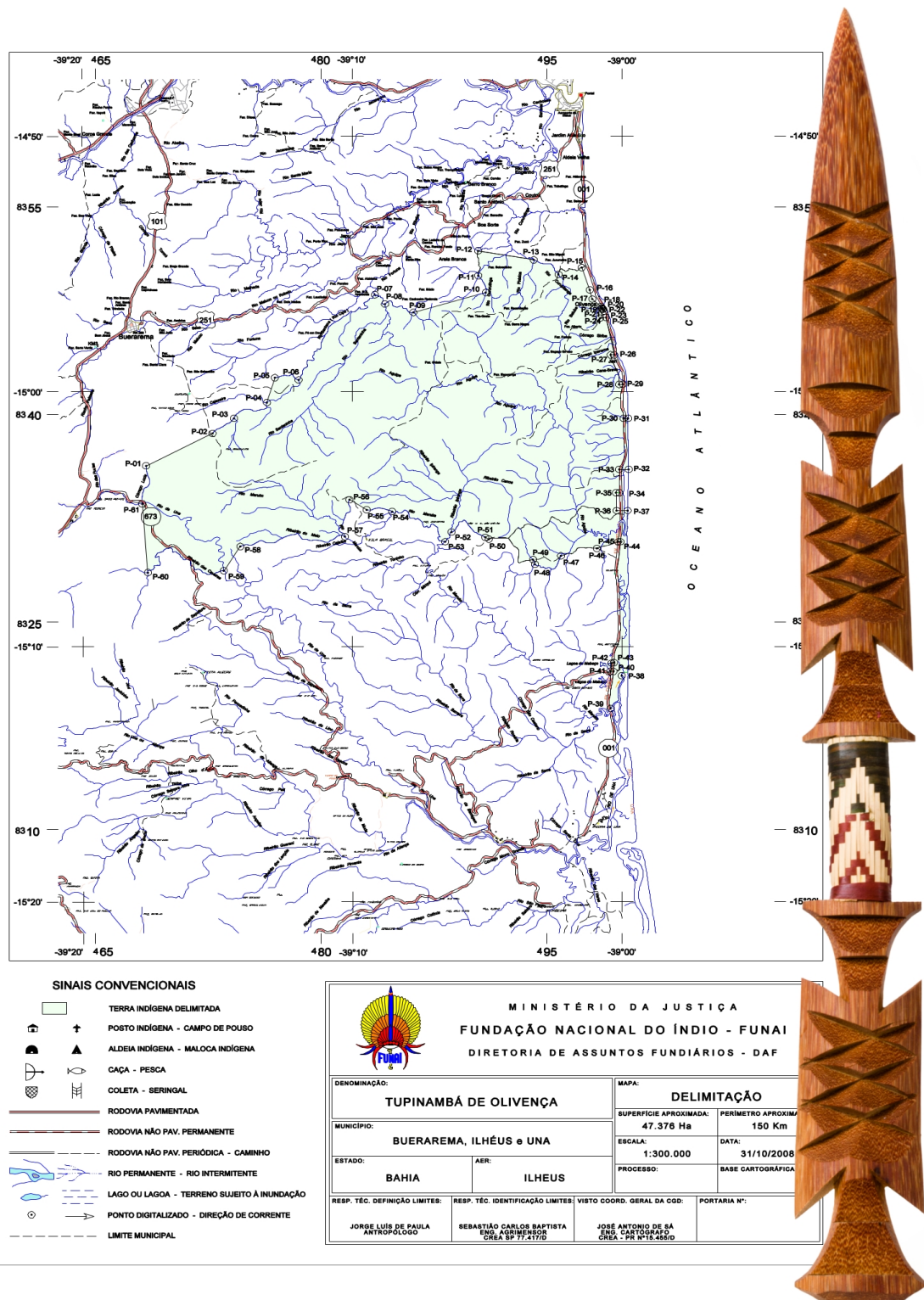
⁹⁵ O Refúgio da Vida Silvestre é uma categoria controversa pois, apesar de ser classificada como de ‘proteção integral’ pelo SNUC, permite a residência humana, voltaremos a este assunto mais adiante.

propostas pelo Estado brasileiro, a fim de reconhecer as ações no presente, e atualizações do passado, que fazem parte do processo de emergência étnica Tupinambá de Olivença. Já no caso da instalação das UCs, procuramos demonstrar as principais bases tanto em termos da produção de conhecimento relacionado as UCs, quanto em termos de articulação social para a suas constituições e legitimações sociais, destacando o papel da ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). Observamos os processos de diálogo da ONG com o Estado na implementação efetiva das UCs, bem como na elaboração de outras ações para a conservação da biodiversidade dentro e no entorno destas UCs. Descrevemos assim, também outras ações como a instalação de RPPNs e os projetos fundamentados na ideia de ‘corredor’. Estes aspectos subsidiarão nossa aproximação as dinâmicas em torno da conservação da biodiversidade e as análises das narrativas ambientais que serão tratadas no próximo Capítulo, bem como a escolha dos dois coletivos que representam o foco de nossa análise, a saber, os indígenas e os ambientalistas.

4.2 A TI Tupinambá de Olivença: Retomada da Terra e da Cultura

A TI Tupinambá de Olivença, na sua delimitação oficial reconhecida pelo Grupo de Trabalho responsável pelo estudo e confecção do mapa da TI de acordo com a FUNAI, está situada entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. Seu limite norte fica dez quilômetros ao sul do centro da cidade de Ilhéus, sendo seu limite sul a cerca de 20 quilômetros da sede do município de Una. No sentido leste-oeste, ela se estende da faixa litorânea, incluindo Olivença, distrito do município de Ilhéus próximo ao mar, até a região serrana onde estão situadas as serras do Serrote, das Trempes e do Padeiro.

Figura 4 - Delimitação Oficial da TI Tupinambá de Olivença



Fonte: www.tupivivo.org

Esta área em verde claro que reconhecemos no mapa (Figura 4) foi, e segue sendo, alvo de intensas disputas e processos diversos de des-re-territorialização. Os registros históricos daquela região mostram uma dinamicidade em sua constituição ao longo do tempo, variando em termos de contextos, identidades e fronteiras (LARA, 2012). Isto faz com que incorramos em riscos de simplificação ao remontarmos uma linearidade histórica. Entretanto, é frutífero, para a aproximação ao contexto atual, ressaltar alguns dos elementos mais fundamentais dos processos de territorialização dos indígenas ao longo dos anos. Importante relembrar, conforme ressaltado nos Capítulos anteriores, que a história é também um campo de lutas para os indígenas no Nordeste e, em particular, para os Tupinambá de Olivença, na medida em que houve processos históricos de ‘invisibilização’ e ‘silenciamento’ que foram e seguem sendo frontalmente questionados pelo movimento indígena e por pesquisadores em diálogo com este. Desta maneira, priorizamos aqui narrativas, formuladas por pesquisadores acadêmicos e pensadores indígenas, realizadas no contexto de retomada da cultura e da terra. Nosso intuito aqui não é, portanto, realizar uma análise histórica empírica e aprofundada sobre aquela porção territorial⁹⁶. Acompanhando Ubinger (2012, p. 44), busca-se prioritariamente “indicar aqueles eventos históricos, cuja descrição nos auxilia para entendermos a perspectiva dos Tupinambá contemporâneos.” Busca-se, ainda, reconhecer a maneira como estes eventos foram atualizados de maneira a constituir parte dos saberes utilizados na elaboração da delimitação oficial da TI.

Ressalta-se também que temos como foco específico eventos que conformam o contexto do posicionamento atual dos Tupinambá de Olivença em relação à conservação da biodiversidade, bem como os processos de disputa sobre as causas e soluções para a degradação ambiental, tendo sempre em conta que a perspectiva indígena sobre a paisagem está imbricada e em relação de retroalimentação com a emergência étnica. Conforme explicitado no Capítulo anterior a disputa territorial ali, como em outros locais, pode ser observada pelos elementos que constituem uma disputa ontológica, da qual faz parte uma reorientação do olhar sobre os processos de territorialização no presente e no passado. Por este motivo torna-se chave para o presente trabalho a exposição, mesmo que breve, da história local contada por pessoas do movimento Tupinambá de Olivença, bem como pesquisadores que com ele se relacionaram.

4.2.1 O Aldeamento Jesuítico e o Massacre do Cururupe

Segundo a historiadora Teresinha Marcis (2004), historiadora dedicada a reconstituição dos processos desenvolvidos na região de Olivença no período colonial, antes da chegada dos europeus, recorrentemente denominada pelos Tupinambá de Olivença como ‘invasão’, a região, que foi nomeada pelos colonos como São Jorge de Ilhéus, era habitada por diversos povos com culturas e formas de organização extremamente distintas, possuindo relações de aliança e conflito entre si. Os habitantes da região pertenciam a dois principais troncos linguísticos, o Tupi e o Macro-Jê, que, por sua vez, subdividiam-se em subgrupos, desenhando uma ampla diversidade que era também dotada de uma mobilidade bastante intensa – permeada pelas disputas territoriais com outros grupos. Ainda segundo a autora, a princípio “os novos ocupantes/invasores contavam com o apoio desses grupos tupis do litoral, com quem os europeus já mantinham relações de alianças e negociações desde o período da exploração do pau-brasil” (MARCIS, 2004, p. 26). Entretanto, na medida em que a colonização foi avançando os processos de invasão se tornaram cada vez mais violentos. A conhecida ‘batalha dos nadadores’ é o acontecimento deste período mais recorrentemente referenciado pela memória do movimento indígena Tupinambá nos dias de hoje. Tal batalha

⁹⁶ Para acesso a uma pesquisa neste sentido Cf. Marcis (2004).

referencia-se a uma investida brutal contra os indígenas comandada por Mem de Sá com o objetivo de reprimir revoltas que se estabeleciam no contexto dos engenhos de cana-de-açúcar instalados na região. O ‘massacre do Cururupe’, como denominado em algumas ocasiões pelo movimento indígena, é um dos acontecimentos do passado atualizado na grande caminhada Tupinambá, realizada todos os anos no mês de setembro, desde 2000. No portal virtual ‘índios online’⁹⁷ a caminhada do ano de 2010 foi descrita da seguinte maneira por uma indígena da aldeia Itapoã:

Neste dia lembramos dos nossos parentes que foram assassinados em 1559 a mando do então Governador Mem de Sá que para se vangloriar ainda mandou carta para Coroa de Portugal dizendo que o mar havia ficado vermelho com o sangue dos gentios (conhecida como Batalha dos Nadadores). Para nós lembrar datas como essas é motivo de tristeza, foram 1 léguas de corpos estendidos na praia (7 km)⁹⁸.

A caminhada percorre cerca de 7 quilômetros da vila de Olivença – geralmente inicia-se com um ato político e ritual – até o pontal do rio Cururupe – onde novas falas e orações são realizadas. Ressalta-se que as áreas do pontal e dos leitos do rio Cururupe estão fora da delimitação oficial da TI. Neste sentido, grande parte da caminhada, que reúne indígenas de todas as comunidades da TI Tupinambá de Olivença e de outras regiões, inclusive de outros povos, passa, assim, por “fora” da TI. Observa-se que esta área é uma parte significativa da territorialidade material e imaterial dos Tupinambá de Olivença, demonstrando, em um de seus aspectos, a supracitada dinamicidade das fronteiras de seu território. A concentração dos indígenas para a saída é feita em frente a igreja da praça central de Olivença (Figura 5), reminiscência do aldeamento jesuítico instalado ali, pelo menos desde 1640. A construção do edifício data do século XVIII e era o centro da “Aldeia dos Índios dos Padres” como era conhecido localmente o oficial aldeamento de Nossa Senhora da Escada (MARCIS, 2004).

⁹⁷ O índios online é, em sua própria descrição, “um portal de diálogo intercultural, que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação para vários povos indígenas e para a sociedade em forma geral.” Neste ambiente virtual integrantes de diversos povos indígenas postam matérias, imagens e vídeos abordando diversos aspectos das suas mobilizações e vidas cotidianas.” Disponível em: < www.indiosonline.net >. Acesso em 30/11/2017.

⁹⁸ Disponível em: < <http://www.indiosonline.net/preparacao-para-a-x-caminhada-do-povo-tupinamba-de-olivenca/> >. Acesso em: 30/11/2017.

Figura 5 - Concentração para Caminhada Tupinambá na Praça Central de Olivença



Fonte: Índios Online

Ainda segundo Marcis (2004), durante os séculos XVII e XVIII viveram no aldeamento indígenas de diversas etnias e localidades, sobretudo aqueles que resistiam à ordem colonial ou da escravidão em áreas de colonos. É controverso o número e a exata filiação dos grupos étnicos presentes no aldeamento mas as evidências apontam que grande parte dos indígenas eram do tronco linguístico Tupi. A instalação do aldeamento trouxe consigo a expansão da propriedade privada, naquele momento majoritariamente gerida pela própria Igreja. Em 1756, os jesuítas foram expulsos por uma reforma levada a cabo por Marques de Pombal num esforço da Coroa Portuguesa em recuperar o controle sobre a colônia, na medida em que o poderio dos jesuítas tinha passado a ser percebido como uma ameaça (MAGALHÃES, 2010). Neste contexto, os índios foram oficialmente reconhecidos pelos Estado como “libertos”. Em 1758, a Aldeia de Nossa Senhora da Escada foi elevada administrativamente pelo Estado brasileiro à condição de “vila de índios”, recebendo o nome de Vila Nova de Olivença (MARCIS, 2004). Resumidamente estas são as bases do que irá constituir, naquela região, o momento posterior, de fins do século XIX ao início do século XX descrito na próxima, reconhecido atualmente pelos indígenas Tupinambá de Olivença como o principal período de usurpação de suas terras.

4.2.2 Cacau, Coronéis e Terra Medida

Durante o século XIX o cacau aos poucos substituiu a cana-de-açúcar como principal cultivar desenvolvido através da monocultura para exportação na região de Ilhéus (MAGALHÃES, 2010). A princípio, a região de Olivença não foi o principal foco desta expansão, algo que irá mudar em fins daquele século devido a uma conjunção de fatores que

deram margem para um intenso processo de expropriação das terras que irá se aprofundar nas primeiras décadas do século XX. Alarcon (2013, p. 36), aponta para a importância do reconhecimento oficial por parte do Estado da “extinção” dos indígenas na região, através de decreto provincial de 1875, o que autorizou a alienação de suas terras. Em compatibilidade com a extinção dos aldeamentos, que afetou toda a região Nordeste, como vimos anteriormente, a nível federal e estadual, novas legislações – como a lei de terras, de 1851 – estimularam a compra e a venda das chamadas “terras devolutas”, num cenário em que quase nenhum dos habitantes das áreas rurais no Sul da Bahia tinha como comprovar posse legítima, gerando uma corrida por terras e uma nova expansão da fronteira agrícola. Ainda segundo Alarcon (2013 Apud FALCÓN, 2010), entre 1898 e 1930 mais de 68% dos processos de compra de terras devolutas ocorreram no Sul da Bahia. As terras eram compradas a valores irrisórios, o que não fazia com que o acesso a terra fosse mais amplo, pelo contrário. Apesar de se pagar pouco apenas quem tinha acesso a algum dinheiro e, principalmente, à informação de como realizar os procedimentos burocráticos de compra e venda de terras lograva alcançar a posse legal. O Estado estimulava, assim, a chegada de imigrantes na região, muitos deles provindos de regiões onde as secas eram constantes como o interior dos Estados de Sergipe e Alagoas e mesmo do Norte do estado da Bahia (MAGALHÃES, 2010). Este período compõe o processo de formação social e econômica de uma forma de poder extremamente presente no Nordeste brasileiro, sobretudo na região cacaueira, que ficou conhecido como coronelismo⁹⁹. A este respeito, coloca Viegas (2007, p. 246)¹⁰⁰:

Nesse contexto, a questão fundiária era indissociável do sistema social e político que veio a ser conhecido por ‘coronelismo’. A palavra descreve um regime social que promovia uma relação promíscua entre o poder social e o político, e o uso da violência por uma espécie de polícia privada, cujos membros eram vulgarmente conhecidos como ‘jagunços’. Eles serviam ao ‘coronel’, título conseguido pela acumulação de bens fundiários e prestígio social e de redes de influência política que alcançavam instâncias governamentais nacionais.

Nas duas primeiras décadas do século XX este processo se aprofundou com o avanço da produção e do valor do cacau no mercado internacional, fortalecendo o poderio dos coronéis¹⁰¹, que muitas vezes tinham uma relação ambígua com a população. Neste período, destaca-se na memória indígena Tupinambá de Olivença a figura de Nonato do Amaral, filho de um coronel não-índio com uma índia de Olivença que teve uma grande importância local. O personagem aparece de diversas maneiras nas memórias dos indígenas hoje, por vezes sendo visto como liderança indígena, por vezes sendo apontado como coronel sanguinário. Nesse sentido pode-se argumentar que Nonato do Amaral se, por um lado, tinha herdado o título e as terras do pai e agia como coronel em diversas situações, por outro se contrapunha à penetração de outros coronéis no território e à implementação direta dos interesses da elite política de Ilhéus. Há inclusive um episódio, hoje, referenciado por pesquisadores e indígenas

⁹⁹ Para acesso a este debate Cf. Nunes Leal, 1976.

¹⁰⁰ Suzana Viegas foi responsável pela primeira etnografia de fôlego realizada entre os Tupinambá de Olivença contemporâneos. Seu trabalho teve importância fundamental no reconhecimento étnico oficial e na confecção do Relatório Circunstanciado de Delimitação da TI.

¹⁰¹ O contexto sociopolítico deste período é cenário de diversos romances de Jorge Amado como, por exemplo, a célebre novela “Tocaia Grande”. Nestas narrativas é possível perceber de perto, dado o realismo afetivo das narrativas do autor, o caráter ambíguo dos coronéis e as imbricações de seu poder em questões relativas ao pertencimento e ao parentesco, como o compadrio.

como a hecatombe de Olivença¹⁰², onde Nonato teria conduzido o assassinato de líderes brancos que estavam tentando impor sua influência política sobre Olivença.

Em termos historiográficos, no caso de Olivença, é certo que o processo de constituição dos latifúndios e do poderio dos coronéis se deu através de intensos processos de expropriação das terras de indígenas. A produção do cacau teve seu apogeu nas décadas de 1930 e 1940, período marcado pela consolidação de Ilhéus como um dos principais centros internacionais de produção deste cultivar e também pelo consequente crescimento da especulação fundiária em Olivença. Observamos que o reconhecimento desta expropriação das terras, na maior parte dos casos feita de forma violenta, é uma das principais razões para o entendimento atual de que essas terras pertenciam aos indígenas antepassados e, por consequência, deveriam pertencer aos indígenas contemporâneos. Afinal, estes foram usurpados de sua 'riqueza maior, que é a terra'¹⁰³. Magalhães (2010, p. 33), também reconheceu esta perspectiva em seu trabalho de campo:

De fato, o auge da produção do cacau e de sua importância para a economia nacional é lembrado pela população local, nos dias de hoje, a partir dos assassinatos e roubos de terra de forma escusa, isto é, da apropriação ilegal daquele território pelos novos migrantes. Atos realizados contra seus verdadeiros donos, os caboclos ou índios.

Um ancião, liderança da aldeia Tupã, situada na porção costeira do território, explica o processo e as estratégias de expropriação das terras dos indígenas da seguinte forma:

Essa história dos índios ficar sem essa força da terra, é porque eles não tinham um bom conhecimento, os índio de antigamente não tinham aquela leitura, não conhecia. Então chegava um dono de loja, chegava em Olivença, botava um negocinho, e ali eles pegava a vender, aqueles negocinho, e os índio pegava a comprar. Aí quando chegava aquele tempo que eles iam prestar conta, os índio não tinham dinheiro, aí eles chegavam e diziam: 'Bom você não tem o dinheiro pra me pagar, então eu vou ficar com essa roça que você tem aí.' Aí eles já aceitavam, mas não tinha documento, não passava documento, aí eles entravam ali e dali eles iam criando, porque eles tinham poder. Aí eles iam fazendo crescendo aquela roça, fazendo a pastaria, quando pensava que não, dizia: 'Isso aqui é meu! E aqui ninguém entra mais!' Aí o índio ia pra onde? Aí só tinha que se afastar. Chegou um tempo de não ter mais aquela quantidade de índio, que eles fizeram com que os índio corre, se afastar do lugar que morava. Então a situação foi essa. E aí foram se espalhando, cada vez mais chegando gente, e foram crescendo a medição. E hoje, você só vê terra medida! E os índio se afastaram porque não tinha mais como eles entrar prali porque se entrasse eles ficavam ameaçando: 'Você não entra aqui, se você entrar aqui eu vou botar você na cadeia, se não vou fazer uma bravura com você.' E aí os índio saíam fora. Foi assim que começou os índios se afastando do lugar que moravam. Hoje tem índio, mas tão tudo esparramado. Hoje tem Tupinambá em São Paulo, tem Tupinambá no Rio, tem Tupinambá em tudo quanto é canto. Porque eles ficaram sem as terras deles através disso aí.¹⁰⁴

Este processo gerou uma dispersão dos indígenas pela região – e por outros locais do Brasil, como aponta o ancião – e uma redução dos espaços onde estes indígenas de fato

¹⁰² Para descrição pormenorizada deste acontecimento Cf. Marcis (2004)

¹⁰³ Formulação recorrentemente utilizada por lideranças Tupinambá de Olivença em discursos públicos.

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 2012 por ocasião do projeto “Cartografia Afetiva: Nas raízes das nuvens profundas e disponível em: < <http://www.tupivivo.org/8/> >. Acesso em: 17/03/2017.

tinham autonomia sobre a gestão do território. Os então chamados caboclos foram sendo, aos poucos, confinados a espaços rodeados por pequenas e grandes fazendas geridas por migrantes que se utilizaram de diversas estratégias para o controle das terras. Desde a grilagem e a dívida até a direta usurpação das terras. Muitos indígenas permaneceram na região mas a partir desse ponto trabalhando dentro das fazendas, enquanto outros se estabeleceram às margens das terras mais férteis ou emigraram.

Neste contexto, o município de Ilhéus perpetrou uma iniciativa de construir uma ponte sobre o Rio Cururupe, entre Ilhéus e Olivença, com o propósito de permitir a comunicação permanente de carros entre a cidade e a vila. Com a construção da ponte, as terras litorâneas passariam a dar lugar a casas de veraneio dos coronéis gerando uma dispersão ainda maior da população habitante destas áreas, um tanto menos férteis do que a porção interiorana da TI. Essa situação foi agravada pelo ditame de uma lei municipal que proibiu a construção de casas de taipa e palha no povoado de Olivença, aprofundando os supracitados processos de expropriação. Foi neste período de intensas transformações na organização socioespacial e na paisagem que, em 1928, um ‘caboclo’ da região de Olivença conhecido como Marcelino¹⁰⁵ liderou, junto a alguns companheiros, uma revolta contra a construção da ponte que, segundo os indígenas de hoje, tinha como objetivo contrapor-se a todo o projeto de desenvolvimento alinhado a ela. Os embates duraram quase dez anos, marcados por perseguições, torturas, revoltas e prisões. A última notícia oficial que se tem sobre o ‘Caboclo Marcelino’ é de sua prisão em 1937, não se sabendo qual foi o seu destino a partir daí¹⁰⁶. Dentre as diversas proezas de Marcelino destacam-se três aspectos na narrativa contemporânea: o seu conhecimento profundo da mata que o permitia circular amplamente pelo território – por exemplo, as áreas de esconderijo do mártir por vezes são apontadas como critério para delimitação da TI; a defesa de sua integridade, inclusive física, por parte dos habitantes dos locais que o escondiam e protegiam. Os três aspectos aparecem, de certa forma, na fala de um jovem indígena morador da Vila de Olivença:

Marcelino a gente reconhece até que ele foi muito mais inteligente do que todos aqueles que lutavam contra ele, eram mais de cinquenta praças, que na época eram os policiais que vinham atrás dele. Eram dois três carros que chegavam de Ilhéus sempre, tentando pegar Marcelino e não conseguia pegar, porque? Porque dentro do espaço em que ele morava ele sabia muito bem onde ele pisava, ele sabia para que caminho ele ia, ele conhecia muito bem as pessoas, as pessoas apoiavam ele.¹⁰⁷

Marcelino e o período de sua atuação conformam o outro período histórico mais referenciado pelos indígenas na caminhada, além do supracitado massacre do Cururupe. Dessa maneira, a caminhada recebe o nome ‘Caminhada Tupinambá em homenagem aos mártires do massacre do Cururupe e caboclo Marcelino’. O caminho até a foz do rio corresponde assim, simbolicamente, também à uma memória relativa à contraposição em relação à construção da ponte. Além disso, desde 2008, durante a realização dos preparativos para a caminhada é realizado, quase todos os anos, um seminário intitulado ‘Seminário Índio Caboclo Marcelino’. Idealizado e organizado por um indígena Tupinambá professor de

¹⁰⁵ Para mais sobre o Caboclo Marcelino e sua história Cf. Lara (2012, p.46-53), Alarcon (2013, p.39-42), Magalhães (2010, p.20) e < <http://www.tupivivo.org/3/> >. Acesso em: 17/03/2017.

¹⁰⁶ Existem diversas versões sobre o que aconteceu, alguns indígenas afirmam que ele foi preso e morto pelos policiais, outros que ele foi exilado no Rio de Janeiro, enquanto outros afirmam ainda que ele continua vivo em espírito dentro das matas da TI.

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 2012 por ocasião do projeto “Cartografia Afetiva: Nas raízes das nuvens profundas”. Disponível em: < <http://www.tupivivo.org/3/> >. Acesso em: 17/03/2017.

história na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e promovido por instituições parceiras. Segundo consta em blog confeccionado para a divulgação do evento em 2015¹⁰⁸, a proposta do Seminário é:

ampliar, aprofundar e contribuir com a discussão sobre a história, memória, cultura e lutas (passadas e atuais) dos povos indígenas do Sul da Bahia, mas também de outros lugares, no Brasil e na América Latina. Desejamos contribuir com a luta contra a criminalização, atentados e racismo que vivencia a população indígena brasileira e latino-americana na luta pelo território ancestral e reconhecimento/alteridade étnico.

Ressalta-se a enorme importância da atualização de memórias relativas ao período do início do século XX para os Tupinambá de Olivença contemporâneos.

4.2.3 Semente que se Esconde

Já o período posterior, entre as décadas de 1930 até a década de 1980, é pouco referenciado nas pesquisas sobre a região (ALARCON, 2013). Na perspectiva desta pesquisadora, que realizou o seu trabalho entre os indígenas da Serra do Padeiro, isto ocorre devido à falta de condições para o que, em minhas palavras, chamaria de emergência étnica, como parte de uma estratégia que opta pelo silenciamento para não desaparecer¹⁰⁹:

As investidas dos não-índios haviam recrudescido, os Tupinambá estavam invisíveis para além das fronteiras regionais e tiveram de pôr em prática intrincadas estratégias para não perder seu território de todo. Nesse período, os indígenas da aldeia a que dedico esta pesquisa sentiam-se, em suas palavras, ‘com a Serra do Padeiro nas costas’. Imagem eloquente: 50 anos sustentando, com o próprio corpo, o centro de uma aldeia sob ataque. Décadas se passariam até que houvesse novamente condições mínimas que lhes permitissem se reorganizar para exigir da sociedade envolvente seus direitos historicamente violados. (ALARCON, 2013, p. 44)

Uma interpretação recorrente entre os indígenas de diversas porções do território sobre este período específico é a necessidade de se calar para sobreviver. Esta visão também aparece nas falas dos indígenas se referenciando a outros períodos mas é reiterada a noção de que este momento foi o seu ápice. Isto se deveria pelo o trauma causado pelas perseguições anteriores que fizeram com que os indígenas ficassem com medo e, portanto, quietos. Conforme coloca um jovem indígena, habitante de uma aldeia fruto de retomada próxima à vila de Olivença: “Ser Tupinambá é pertencer a um povo, a uma etnia que se calou para não morrer, para não ser dizimado. O nosso povo foi obrigado a se calar.”¹¹⁰ Ao longo destes 50 anos, o cacau teve diversos ciclos de prosperidade e declínio, de acordo com as flutuações dos preços das amêndoas no mercado internacional, com as condições climáticas, com a presença ou ausência de pragas, entre outros problemas relacionados à lavoura e sua distribuição. Entretanto, manteve-se presente o forte poderio dos coronéis do cacau a despeito dos ciclos de maior ou menor rentabilidade. Boa parte deste poderio fundamentava-se na ajuda do Estado, sobretudo em épocas de menor valor da amêndoa ou menor produção. Marcam, assim, os meados do século XX a institucionalização do auxílio estatal aos produtores de cacau. Dentre

¹⁰⁸ Disponível em < <http://seminariocaboclomarcelino.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 09/01/2018.

¹⁰⁹ Importante notar que o silenciamento aparece como uma estratégia na interpretação atual do movimento indígena sobre este período, no qual o próprio movimento não se colocava como uma opção. Desta forma, podemos inferir que há uma condição histórica colocada, já que toda memória é historicamente enraizada.

¹¹⁰ Entrevista concedida em 2012 por ocasião do projeto “Cartografia Afetiva: Nas raízes das nuvens profundas” Disponível em: < <http://www.tupivivo.org/6/> >. Acesso em: 2/03/2017.

as medidas para este apoio destacam-se a criação do Instituto de Cacau da Bahia, a nível estadual, em 1931 e, sobretudo, da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a nível federal, em 1957 (MAGALHÃES, 2010), que possui até hoje forte presença na região, tendo sede no centro da cidade de Ilhéus. Lara (2012) reconhece em sua etnografia que a memória dos Tupinambá de Olivença sobre a década de 1980 é uma memória de um período negativo, em que o confinamento dos indígenas tinha atingido o seu pico e que as terras estavam cada vez mais nas mãos de não-indios. Os indígenas sofriam forte preconceito, sendo tachados de “preguiçosos” e “ignorantes”. Por outro lado, nesta época a produção cacaueira foi mais profundamente impactada do que em qualquer período anterior, tanto pelo alastramento de uma praga conhecida como vassoura-de-bruxa¹¹¹, quanto por outros fatores como a queda do preço do cacau no mercado internacional devido à concorrência com a produção de países africanos como Gana e Costa do Marfim, além de mudanças nas condições climáticas. Neste período a região cacaueira do Sul da Bahia chegou a contar com uma massa de cerca de 300 mil desempregados (FREITAS, 2017).

A crise no cacau foi acompanhada por uma intensificação do processo de desmatamento. A maior parte do cacau na região era plantado no sistema de cabruca, que consiste na manutenção de parte da vegetação originária da Mata Atlântica, sobretudo das árvores mais altas para aproveitar o sombreamento que proporcionam – condição na qual o cacau se desenvolve mais abundantemente. Desta maneira, enquanto a expressiva rentabilidade do cacau se manteve, apenas os estratos florestais mais próximos ao solo foram substituídos e de forma descontínua, mantendo-se a Mata Atlântica em seu entorno. O cacau plantado em cabruca permitia uma certa preservação da biodiversidade na paisagem e uma circulação dos animais, inclusive muito valorizada por atores locais e regionais ligados à questão da conservação da biodiversidade, como veremos adiante. Entretanto, sem a produtividade do cacau os fazendeiros optaram por se sustentar economicamente através da atividade madeireira, retirando árvores de grande porte de áreas de mata não cultivadas mas também da cabruca. Conforme reconhece Ubinger (2012, p. 133), durante as décadas de 1980 e 1990:

Muitos fazendeiros saíram das terras, mas realizaram desmatamentos na procura de se salvar economicamente pela venda de madeiras e outros recursos naturais, além de empreendimentos de turismo nas terras litorâneas. Por isso, a convicção de que quem destrói a terra, ‘não mora aqui’.

4.2.4 Emergência Étnica Tupinambá de Olivença

Este contexto de crise no cacau gerou um intenso processo de pauperização da população local, bem como um forte êxodo rural. É nesse momento que começam a se organizar movimentos de melhoria da qualidade de vida desta população, extremamente precária, que iriam se tornar algumas das condições de possibilidade da emergência étnica Tupinambá de Olivença. Conforme nos aponta Magalhães (2010, p. 33-34):

Neste contexto, a estratégia de intervenção encontrada por parte de diversas entidades de Coaraci (*município baiano*), instituições religiosas, culturais e políticas, notadamente a FASE, instalada em Itabuna, foi a assessoria organizativa aos sindicatos e entidades de trabalhadores, no sentido de negociar com os proprietários melhores salários e condições de trabalho, proporcionar novas alternativas de fontes de renda para as famílias residentes no meio rural, e a criação de um programa de alfabetização de adultos. A história do movimento Tupinambá tem início neste contexto.

¹¹¹ Os Tupinambá de Olivença foram chamados em jornais de circulação local, alinhados à perspectiva dos fazendeiros e descendentes de coronéis, justamente com o nome desta praga.

A atuação de determinadas pessoas, sobretudo mulheres, na alfabetização em comunidades rurais, onde hoje está delimitada a TI, teve um papel fundamental na emergência de um movimento indígena mais amplo e bem consolidado na região¹¹². Através desta atuação, enraizada no dia a dia de diversas comunidades, começou a ser gestada uma atualização da etnicidade no território. Além de alfabetizar as pessoas, estas professoras passaram a discutir com elas questões relacionadas ao direito ao território e à memória e cultura indígenas. Ademais, durante a década de 1980, o movimento indígena estava ganhando força e vigor no Extremo Sul da Bahia, destacando-se os movimentos de negociação sobre as fronteiras oficiais da TI Pataxó de Barra Velha e do levante Pataxó em Coroa Vermelha, nos municípios de Porto Seguro, Prado e Itamaraju. Já neste momento houveram algumas movimentações de habitantes da região de Olivença relacionados ao pleito por reconhecimento da presença indígena na região. O caso mais recorrentemente narrado pelos indígenas é a ida de um dos anciões do povo, junto a um dos parceiros de Marcelino conhecido como Duca Liberato, a Brasília, por volta de 1985, para manifestar ao Estado brasileiro a necessidade de identificação da presença indígena na região sul de Ilhéus. Com a Constituição de 1988, abriu-se uma brecha legislativa para que as solicitações dos Tupinambá de Olivença – e de outros povos – fossem ouvidas e pudessem ter respaldo na letra da lei.

Na década de 1990, o movimento identificado como indígena começou a ganhar corpo e força, embora, naquele momento, concorria com outras formas de ação política e organizativa, como frentes para melhoria na saúde, organizações pela reforma agrária, inclusive o MST, e organizações para melhoria na produção agrícola e seu escoamento. A partir daí, houve uma escalada nas lutas pela demarcação do território Tupinambá de Olivença, baseada em um processo de retomada da terra e da cultura. Em 1998 ocorreu a formação de um grupo de professores – em sua maioria mulheres – indígenas Tupinambá de Olivença com o intuito de inserir a perspectiva da educação diferenciada. Neste contexto diversos outros atores começaram a participar dos processos de articulação política que atravessam o território, como pesquisadores, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Associação Nacional Indigenista (ANAI) e a própria FUNAI. Estas entidades vem apoiar e confirmar as atuações de algumas lideranças que estavam realizando um trabalho capilar de reconhecimento da presença indígena.

As articulações se fortaleceram quando das (des)comemorações dos 500 anos do descobrimento que reuniu, em 22 de abril de 2000 em Santa Cruz de Cabrália, diversos povos indígenas do Brasil, sobretudo do Sul e Extremo Sul da Bahia. Este evento contou com a presença de indígenas de Olivença que participaram, coletivamente, de um ato público do movimento indígena. O movimento “Brasil outros 500” contou com a presença de indígenas de mais de 200 etnias e o apoio de 150 organismos ligados à causa¹¹³. Segundo Magalhães (2010, p. 98), a participação neste evento, “constituiu um marco propulsor de todas as mobilizações posteriores, promovidas pelos diferentes grupos político territoriais que compõem os Tupinambá.” Nesta ocasião, os Tupinambá lançaram uma carta pública onde lia-se:

Nós representantes legítimos da comunidade indígena Tupinambá de Olivença, queremos falar, cantar, dançar, celebrar a vida em memória dos nossos antepassados e da resistência de cada um e cada uma hoje. Estamos vivendo graças a sabedoria e coragem de nossos pais que para garantir a

¹¹² Para uma análise do papel das lideranças alfabetizadoras no início da reorganização indígena em Olivença durante a década de 1990 Cf. Magalhães, 2010 – Capítulo I.

¹¹³ Fonte: < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/115528/indios-organizam-protestos-contr-500-anos-de-brasil> >. Acesso em: 05/07/2016.

sobrevivência foram entrando mata a dentro e com ‘dor de parto’ negaram-se a si mesmo para sobreviver a tão cruel e sangrenta civilização vinda da Europa com o intuito de transformar o paraíso litorâneo de Olivença em área de lazer para os turistas. Como as praias representavam pouca área, ocuparam as terras de nossos pais, construindo grandes fazendas, tendo o índio como mão de obra barata e intrusos. Queremos a terra que por herança é nossa. Terra e as condições de poder nela trabalhar, possibilitar aos nossos filhos e filhas e a geração futura um ensino promocional, que leve em conta a nossa cultura, a preservação da mata e os cuidados com os rios que são nossas referências. (VIEGAS, 2007, p. 322)

Cerca de um ano após a divulgação desta carta, em 2001, os Tupinambá de Olivença organizaram a primeira caminhada. Em 2002 os Tupinambá foram oficialmente reconhecidos como indígenas pela FUNAI¹¹⁴ e, em 2003, iniciaram-se os estudos preliminares para a demarcação da TI Tupinambá de Olivença. O relatório preliminar foi entregue à FUNAI em 2005. Entretanto, diversas idas e vindas, negociações e revisões permearam este processo, considerado como extremamente moroso pelos indígenas. Os prazos definidos para o processo foram, e continuam sendo, sistematicamente descumpridos. Finalmente, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da TI foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 2009, constando 47.376 hectares de área. Ressalta-se que esta demarcação permanece pendente e a TI nunca completou seu processo de homologação. Importante ainda salientar que, de maneira concomitante a este processo, o turismo passa a ser um agente muito intenso de penetração de populações não indígenas na região, sobretudo na porção costeira da delimitação geográfica da TI. Observamos que os indígenas não tem ingerência sobre quase a totalidade dos empreendimentos turísticos, sendo incorporados nestes apenas como mão de obra barata, excetuando-se a renda proveniente da venda de artesanato.

Diante da morosidade do Estado, a principal estratégia utilizada pelos Tupinambá de Olivença é a ‘retomada’, estratégia política e ontológica, apresentada nos Capítulos anteriores. As primeiras retomadas na TI Tupinambá de Olivença ocorreram em 2004 na Serra do Padeiro sob a liderança de cacique Babau, nesta ocasião foram retomadas duas fazendas contíguas (MAGALHÃES, 2010). Como isto ocorreu antes da divulgação do mapa de delimitação oficial por parte da FUNAI, a ação gerou discussões, fundamentalmente por que os antropólogos à frente do Grupo de Trabalho composto para a elaboração do RCID se colocaram contra este tipo de ação direta (ALARCON, 2013). Em 2006, ocorreu a primeira retomada sob a liderança da cacique Valdelice, na fazenda Limoeiro na porção central do território, na região de Sapucaieira. A partir daí outras lideranças se fortaleceram, sobretudo no ensejo dos processos de retomada que ocorreram subsequentemente, cujo número e força cresceu inegavelmente depois de 2007. Estes anos de meados da década de 2000 são lembrados hoje com nostalgia por integrantes do movimento indígena que reconhecem este período como uma época extremamente ativa e forte para o histórico da luta Tupinambá de Olivença¹¹⁵. Os primeiros anos da década de 2010, sobretudo os anos de 2011 e 2012, foram de intensa disputa por terras e diversas novas retomadas e reintegrações de posse aconteceram, bem como a prisão de diversas lideranças, como do próprio cacique Babau e da cacique Valdelice. Nestes anos houve reintegrações de posse na Serra do Padeiro, na região

¹¹⁴ Importante observar que o Brasil ainda não havia subscrito a convenção 169 da OIT que coloca a autoidentificação e reconhecimento por seus pares como critério central no reconhecimento de grupos étnicos.

¹¹⁵ Para uma histórico de atividades realizadas no período, de 2004 a 2008, entre retomadas e encontros, Cf. Magalhães, 2010, p.98-102.

do Acuípe e também nas porções centrais do território. Em 2013 a Força Nacional e a Polícia Federal foram enviadas com o objetivo de “evitar o confronto”, realizando pedidos de reintegração de posse. Em 2014 diante do acirramento dos conflitos o governo federal enviou o Exército para “ocupar” o território, gerando um forte contexto de opressão, como resultado, neste período, as retomadas arrefeceram. Entidades sensíveis à causa indígena denunciaram naquele momento diversas atividades abusivas por parte das tropas¹¹⁶.

Hoje, as retomadas mais antigas, em geral, consolidaram-se em aldeias e possuem uma dinâmica mais estável e raramente são alvo de processos de reintegração de posse, como é o caso das aldeias Tucum e Itapoã. Entretanto, retomadas mais recentes seguem sendo alvo de conflitos e o “empurra e puxa” entre fazendeiros e indígenas continua extremamente presente no cotidiano do território. Durante o ano de 2016 uma tentativa de frear o processo de demarcação da área foi perpetrado através de um mandado de segurança, visando inviabilizar a homologação da TI em definitivo. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou, por unanimidade, o mandado que impedia o Ministério da Justiça (MJ) de assinar a efetiva homologação, em mais uma vitória do movimento comemorada em ritual com a presença de mais de cem indígenas em frente a Esplanada dos Ministérios¹¹⁷. Até o momento de finalização desta tese, a situação da homologação efetiva da TI estava ainda paralisada, poucas retomadas estavam em curso e um certo torpor generalizado se espalhava pelo território devido aos diversos ataques ao movimento indígena – no âmbito específico do território Tupinambá, mas também a nível nacional¹¹⁸. Os processos de retomada são extremamente intensos e dinâmicos e não há dados precisos sobre o percentual da TI em posse dos indígenas. Contudo, algumas lideranças reconhecem haver cerca de 60 a 70% da área delimitada oficialmente pelo Estado como TI sob efetiva gestão indígena. Isto se deu tanto através da herança de pequenas áreas, quanto através de retomadas. Estava em curso um levantamento sendo realizado pela FUNAI de reconhecimento destas áreas que, apesar de bastante adiantado, ainda não havia sido finalizado.

As intencões de paralisação da delimitação são perpetradas pelos diversos atores contrários ao processo de demarcação. Acompanho Alarcon (2013) quando coloca que a ‘frente contra a demarcação da TI’ é heterogênea. Em minha perspectiva, esta frente poderia ser descrita como uma rede complexa e dinâmica de atores em constante agregação e desagregação, sendo alguns nós desta rede mais estáveis e menos ambíguos do que outros. Em sua dissertação de mestrado a autora demonstra que muitos indivíduos, sobretudo os moradores não-indígenas da região, possuem uma relação ambivalente com os indígenas: se posicionam abertamente contra o movimento mas vão se consultar com o pajé; se direcionam de maneira pejorativa aos “índios” mas continuam suas relações afetivas com vizinhos indígenas, etc¹¹⁹. Já os fazendeiros, definidos sociologicamente por Alarcon (2013) como

¹¹⁶ Por exemplo, nota publicada no blog Campanha Tupinambá, confeccionado por indígenas, pesquisadores e instituições sensíveis a causa, disponível em: <

<https://campanhatupinamba.files.wordpress.com/2014/02/nota.pdf> >. Acesso em: 10/01/18.

¹¹⁷ Cf. matéria do CIMI disponível em: < <https://www.cimi.org.br/2016/09/38850/> >. Acesso em: 10/01/18.

¹¹⁸ Diversos ataques aos direitos indígenas foram perpetrados durante o ano de 2017, exigindo um grande esforço por parte do movimento a nível nacional para frear as investidas, sobretudo legislativas, de diminuição de direitos territoriais como, por exemplo, a aprovação da PEC 215, que tinha como objetivo retirar do Poder Executivo a exclusividade de demarcar Terras Indígenas e a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de “investigar” a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) no processo de reconhecimento de direitos territoriais de povos indígenas.

¹¹⁹ Já em 2013, Alarcon reconhece que, na perspectiva dos indígenas, a presença dos pequenos produtores na comissão contra a demarcação foi arrefecendo com o passar do tempo. Devido à percepção de que estavam sendo explorados pelos grandes proprietários em detrimento de seus próprios interesses. Esta tendência também

proprietários que não possuem uma relação direta com a terra, ocupam uma posição bastante mais clara de oposição e articulação para o impedimento da demarcação da TI. Outros atores com uma clara atuação anti-indígena são setores da imprensa local, da polícia e do judiciário¹²⁰.

A ‘frente contra a demarcação da TI’ opera de diversas formas, realizando ações concretas e ameaças aos indígenas, que vão desde a perda do emprego, à expulsão de determinados locais e até mesmo ameaças de morte, sendo os caciques e lideranças os principais alvos. Outra estratégia amplamente utilizada é a criminalização das lideranças, conforme nos aponta uma proeminente cacique Tupinambá:

Porque os índios foram presos? Formação de quadrilha. Quer dizer que se organizar agora é formação de quadrilha? Fazer justiça com as próprias mãos, buscar o que é direito seu? Tá na constituição federal que nós temos direito ao nosso território, a nossa história, à nossa organização social, é tudo responsabilidade nossa! Quem é responsável somos nós. Mas por isso a gente não pode buscar esse território de volta porque nós tamo contra a lei, então eu acho que o governo é responsável por tudo isso. (...) Então eu acho assim, que falar dessa criminalização toda, eu respondo vários processos, Gildo, outro cacique, responde outros processos, cacique Luciano também responde vários processos, e aí? Na hora que você busca na própria FUNAI um procurador ele fala: ‘não, eu tô aqui pra responder a questão da terra.’ sim. E isso não é questão da terra não? Formação de quadrilha? Hoje o governo diz que a gente tem que tá organizado, e se a gente se organiza nós tamo formando quadrilha! E aí? O erro tá aonde? Tá em nós ou tá neles?¹²¹

Ressalta-se que algumas lideranças como, por exemplo, o cacique da comunidade do Mamão, consideram as multas ambientais como parte deste processo de criminalização, o que abordaremos em detalhes no próximo capítulo. Finalmente, infelizmente, é fundamental constatar a presença constante da violência no território, são lamentavelmente abundantes os casos de maus tratos, abusos de autoridade, linchamentos e assassinatos. Inclusive veículos de saúde foram queimados e um ônibus escolar indígena chegou a ter sido alvejado¹²². Apenas para citar um dos inúmeros casos de mortes relacionadas diretamente aos conflitos territoriais, durante a elaboração da presente tese, um indígena foi morto na Serra do Padeiro no exato momento da realização de um encontro, supracitado, intitulado ‘Luta pela terra e educação na Terra Indígena Tupinambá de Olivença: troca de saberes entre pesquisadores, professores e comunidade’ que contou com a presença de diversos indígenas e pesquisadores que trabalham na TI Tupinambá de Olivença. O indígena foi alvejado em sua moto ao retornar para casa. O assassinato gerou grande comoção, entretando o cacique daquela comunidade fez questão de continuar os trabalhos do encontro para que, nas palavras dele, “eles não conseguissem alcançar o que queriam”¹²³.

foi observada por mim no trabalho de campo durante os anos de 2016 e 2017. Os conflitos com os “pequenos” estavam muito menos presentes do que nas primeiras vezes em que estive na TI em 2011.

¹²⁰ O principal agente do judiciário referido pelos indígenas como atuante em prol dos grandes proprietários é o juiz Pedro Holliday, conhecido na região por ser ele próprio dono de terras na região, tendo concedido grande parte das reintegrações de posse.

¹²¹ Entrevista realizada por ocasião do projeto Cartografia Afetiva.

¹²² Para mais informações Cf. < <https://www.indiosonline.net/atentados-contra-os-tupinamba-continuam-no-sul-da-bahia-serra-do-padeiro-e-olivenca-dois-veiculos-da-sesai-secretaria-especial-de-saude-indigena-que-transportavam-indios-e-nao-indios-doentes-fora/> >. Acesso em: 03/02/2017.

¹²³ Informação Verbal.

4.2.5 A Multiplicidade do Território Tupinambá de Olivença

Diante deste cenário de intensa violência, o movimento indígena encontra caminhos múltiplos para a sua reprodução ao longo de um território igualmente múltiplo. O território indígena em questão abrange uma enorme diversidade em termos ambientais, geomorfológicos e biológicos, em termos de organização política e social, em termos das formas de produção e de aspectos culturais. A sociobiodiversidade é, portanto, acompanhada por uma grande diversidade de paisagens em constante atualização e reorganização, em coevolução com as formas de atuação dos indígenas nas diferentes áreas da TI. Apesar de toda a área reconhecida oficialmente como TI estar localizada em uma localidade regida pela lei da Mata Atlântica (Lei no 11428/2006), o fato de que a demarcação atual se estende do litoral às serras gera uma grande variabilidade na paisagem em termos de características do solo, vegetação, recursos hídricos, etc. Há, portanto, diversos dos ecossistemas diferentes característicos do Bioma da Mata Atlântica presentes na TI, como floresta ombrófila densa, restinga e manguezais. A expansão das atividades agrícolas durante todo o século XX, principalmente o cacau nas áreas de mata, mas também a mandioca, entre outras atividades, como a mineração, o extrativismo de peixes e plantas, como a piaçava, geraram transformações em diferentes níveis nos diferentes ecossistemas. Em termos da hidrologia é importante ressaltar que o território é rico em água doce e diversos dos rios que cortam a TI nascem na Serra do Padeiro e na REBIO de Una.

Hoje, segundo dados do IBGE (Tabela I), são cerca de cinco mil indígenas vivendo na TI. Importante observar que há uma dinamicidade nos processos de identificação indígena no Nordeste, conforme apontado no Capítulo II, o que não é diferente entre os Tupinambá de Olivença. São diversas as questões que impedem ou impulsionam os indígenas a se autorreconhecerem enquanto tais. Por exemplo, em vídeo de 2009, cacique Valdelice denuncia que fazendeiros estavam ameaçando os empregados, sob pena de demissão, que se cadastrassem enquanto indígenas¹²⁴. Por outro lado, a escalada das lutas e o sucesso dos processos de retomada são fatores de crescimento demográfico destas populações.

Tabela 1 - Número de Pessoas que se Autodeclaram Indígenas Segundo Censo nos Municípios

MUNICÍPIO	1991			2000			2010		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
Buerarema	3	3	0	164	164	0	184	77	107
Ilhéus	282	165	117	1652	1057	595	3986	2129	1857
Una	834	0	834	126	79	47	414	114	300

Fonte: IBGE 2010

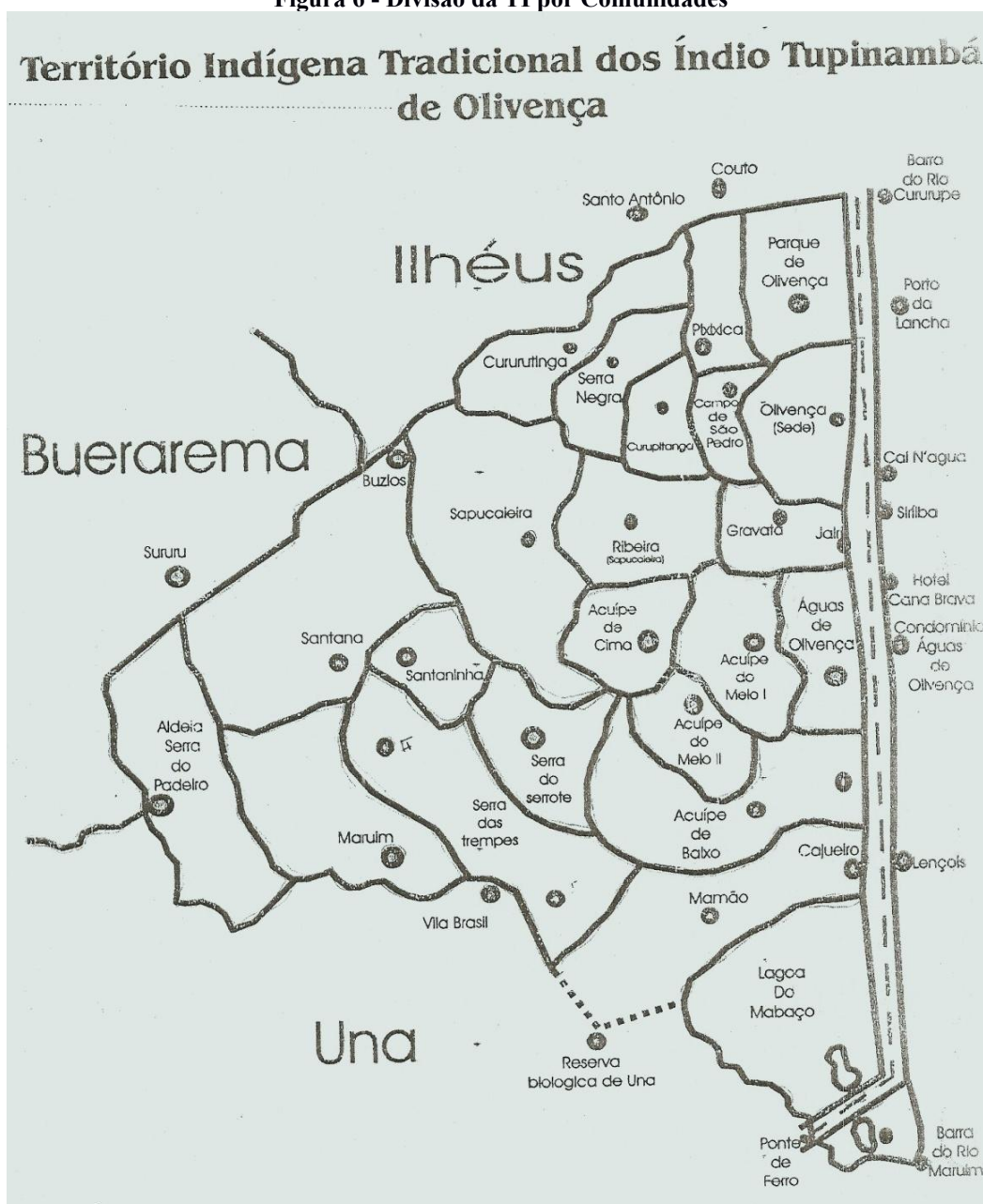
Podemos reconhecer na tabela apresentada um crescimento demográfico muito expressivo no número de indígenas no município de Ilhéus. Não parece ser correto analisar este processo através dos fatores clássicos de crescimento demográfico, a saber, crescimento vegetativo e migração. Uma possível chave de leitura é a supracitada dinamicidade da etnicidade, já que as taxas de natalidade e chegada de migrantes são infinitamente inferiores a este crescimento de cerca de 7.000%. A explicação mais plausível, num contexto de crescimento do movimento indígena, sobretudo em localidades situadas nos municípios de Ilhéus e Buerarema, onde está localizada parte da aldeia Serra do Padeiro, conforme colocado por uma cacique, é: “muitos parentes resolveram vir pra luta.”¹²⁵. Já o decréscimo no número

¹²⁴ Vídeo disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=l3K3llr9jTM> >. Acesso em: 10/02/2017

¹²⁵ Informação verbal por ocasião do trabalho de campo em junho de 2016

de indígenas no município de Una não segue esta lógica. Não nos é possível indicar uma explicação específica para a diminuição no número de indígenas naquela localidade, pois não realizamos uma pesquisa especificamente com estes fins. Podemos, entretanto, inferir a hipótese de que as ações diretas do movimento tiveram menos vigor nesta localidade. Portanto, é possível que indígenas tenham se deslocado para outras áreas do território onde haviam retomadas a serem ocupadas, trânsito profundamente presente nas dinâmicas de circulação dos indígenas no território. De acordo com as falas das lideranças indígenas, ao explicar para pessoas de fora a situação da TI, hoje, estes cerca de 5 mil indígenas estão divididos em cerca de 20 ‘comunidades tradicionais’ indígenas espalhadas pelo território. Conforme observado por Rocha (2014), e reiterado nas observações desta pesquisadora, os termos ‘comunidade’ ou ‘comunidades tradicionais’ são utilizados pelos indígenas para designar diferentes porções do território, podendo ser compreendidos como um sinônimo de localidade. O mapa abaixo (Figura 6) elaborado para o Relatório preliminar para delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, de 2004, retrata os nomes das diferentes localidades no período de consolidação do movimento indígena.

Figura 6 - Divisão da TI por Comunidades



Fonte: Magalhães (2010, p.51)

Entretanto, é fundamental compreender que há certa dinamicidade também na constituição destas localidades, na medida em que se misturam na contabilização das comunidades os nomes populares de locais previamente ocupados por famílias indígenas por meio de herança, bem como áreas de retomada que possuem uma organização própria e uma certa inconstância nos processos de territorialização. As fronteiras estão, portanto, em constante reorganização, o que acarreta em diferentes perspectivas entre os indígenas sobre o número de comunidades no território. Estes processos são dinâmicos e complexos tanto devido ao próprio caráter móvel das retomadas¹²⁶ que ocorrem através de recorrentes

¹²⁶ Viegas (2007) aponta, em sua pesquisa realizada antes do início das retomadas, que mesmo antes da reorganização atual do movimento havia grande dinamicidade nas formas de assentamento exercidas pelos Tupinambá de Olivença.

ocupações de terra pelos indígenas e reintegrações de posse por parte dos proprietários, assim como pela mobilidade das famílias que circulam por diversas áreas de influência dos diferentes caciques. Na perspectiva de Rocha (2014) cada cacique representa um ‘cacicado’, ou seja, um conjunto dinâmico de pessoas conectadas politicamente a cada cacique. Segundo a autora, a maior parte das famílias habita um lugar por vez, fazendo parte de um cacicado específico, embora algumas delas tenham duas moradas e quase todas tenham conexão com outras porções do território através de laços de parentesco.

Além da noção de comunidade e de cacicado, outro termo recorrente para a designação de diferentes porções do território é a noção de ‘aldeia’. Em geral, retomadas bem estabelecidas e áreas de ocupação indígena por herança passam a ser chamadas de aldeia ou ‘*taba*’ – palavra em Tupi para aldeia. Entretanto, é importante notar que, à diferença de comunidade, a aldeia não designa uma localidade como um todo mas o lugar específico de morada dos indígenas. Em diversas ocasiões as duas nomenclaturas se confundem, pois há áreas onde a aldeia possui o nome da localidade, como a aldeia de Parque de Olivença, por exemplo. Em outros casos numa mesma localidade há diversas aldeias, normalmente nomeadas em Tupi e de sóito são frutos de retomada, como as aldeias Itapoã, Tupã e Jahyri.

Conforme explicitado na Introdução, o presente trabalho circulou principalmente por sete aldeias. A base do trabalho de campo, meu local de habitação durante a maior parte do período na TI e o local de encontro com diversas lideranças foi a Vila de Olivença. A Vila é chamada pelos indígenas contemporâneos de ‘aldeia-mãe’, por ser reconhecida como o espaço central do aldeamento jesuítico e o local de onde diversos indígenas foram expulsos, principalmente no início do século XX, devido à proibição das casas de taipa e da construção da ponte que tornou a Vila uma instância de veraneio. Conforme observa Rocha (2014), este é um importante local tanto para a afirmação simbólica, quanto para a sociabilidade dos indígenas, sendo um ponto de encontro atual e uma referência histórica fundamental¹²⁷. A Vila de Olivença, nesse sentido, é uma centralidade no território, local de encontro para reuniões, saída da caminhada em memória do massacre do Cururupe, local de festas como a puxada do mastro que ocorre em janeiro, próximo ao dia de São Sebastião, festas juninas, entre outros motivos. Nesta localidade encontrei caciques e lideranças, bem como professores das escolas indígenas e o indígena presidente da Associação Cultural e Ambientalista dos Tupinambá, que reside na Vila. Hoje, o centro de Olivença é ocupado por cerca de 2 mil habitantes permanentes – aumentando muito esta população no verão – e a maior parte desses, entre indígenas e não indígenas, vivem do turismo, oferecendo diretamente produtos artesanais e gêneros alimentícios aos turistas ou trabalhando nas pousadas e hotéis em áreas próximas. Uma outra parte da população se dedica ao trabalho assalariado no centro de Ilhéus, contando com a possibilidade de deslocamento oferecida pelas regulares linhas de ônibus e pela proximidade com a estrada de asfalto, que segue a costa.

Entre os outros espaços situados na porção costeira do território as aldeias Itapoã, Acuipe de Baixo e Tucum foram pontos centrais de articulação desta pesquisa. Importante notar que toda esta região está localizada na direção do principal vetor atual de expansão urbana da cidade de Ilhéus. A especulação imobiliária procura atender aos anseios de uma população que busca residir a beira mar, que se alastrou no sentido sul após a construção de uma ponte que liga o centro de Ilhéus ao bairro do pontal, caminho para as praias do sul.

¹²⁷ Outro ponto de grande circulação por parte dos indígenas de diversas porções do território é a região da Sapucaieira, reconhecida pelo movimento indígena como o miolo do território. O principal polo de atração neste local é a Escola Indígena Tupinambá de Olivença, primeira escola diferenciada e maior da TI. A obra foi finalizada em 2006 e é considerada por lideranças como a primeira grande conquista do movimento atual (MAGALHÃES, 2010).

Todos os cerca de 20km entre a cidade de Ilhéus e Olivença são ocupados por loteamentos, em sua maioria realizados nos últimos 20 anos. Após a Vila empreendimentos voltados ao turismo como *resorts* e hotéis de luxo são marcas expressivas na paisagem. As grandes construtoras são portanto agentes importantes de transformação do espaço em toda a porção litorânea da TI. As aldeias litorâneas conformam, assim, formas diversas de organização da paisagem em um contexto de franca homogeneização. A aldeia Itapoã esta situada a menos de 10 km da Vila de Olivença na beira da estrada no lado oposto ao mar. Era uma área devoluta, onde havia um lixão, que foi retomada pelos indígenas em 2006 sob liderança da cacique Valdelice, dando lugar à uma aldeia linear de casas de taipa, com áreas de mata e áreas de plantio. O Acuipe de Baixo fica também na beira da estrada, ocupando os dois lados da via, com habitações de taipa, madeira e alvenaria, entre áreas que já estavam sobre posse dos indígenas e áreas de retomada¹²⁸. Esta localidade se encontra na extremidade sul da TI, fazendo fronteira direta com a REBIO Una e tendo algumas áreas de sobreposição com a REVIS Una. A maior parte dos habitantes destas duas aldeias tiram seu sustento do plantio da mandioca, entre outros cultivares, da pesca e coleta de animais do mangue, bem como do trabalho voltado ao atendimento do turismo, como o trabalho em barracas de praia e venda de artesanato. Há ainda a coleta de piaçava como uma atividade importante, tanto para a venda em seu estado bruto, quanto para a produção de objetos como vassouras. Já a aldeia Tucum está localizada na região de Parque de Olivença e fica a cerca de 2 km da costa na estrada que liga o asfalto a Serra Negra. Ela também é fruto de retomada realizada em 2005 e desde 2012 não sofre reintegrações de posse. Grande parte dos indígenas ali vive da agricultura e da coleta da piaçava como forma de sustento. Por estar um pouco mais longe da praia, do que as outras duas, e se aproximar mais de uma região onde se localizam diversos areais, não há muita interação com o turismo em termos de atividades econômicas.

Já nas áreas mais interioranas do território, as aldeias Tamandaré, na região do Santana, a aldeia do Mamão e a aldeia Serra do Padeiro, foram espaços importantes de circulação e aprendizado. A *taba* Tamandaré é formada pelas retomadas de algumas fazendas de monocultura de cacau. Os indígenas vivem ali basicamente do plantio da mandioca entre outros cultivares e do cuidado das roças de cacau deixadas pelos fazendeiros. A aldeia está levantando uma Associação para reorganizar a produção do cacau e seu escoamento de maneira coletiva. Este desejo dos aldeados da Tamandaré teve forte influência da Associação criada pelos indígenas da Serra do Padeiro¹²⁹. A Associação da Serra do Padeiro é considerada como um exemplo por diversos indígenas em todo o território, pois conseguiu reorganizar o trabalho de maneira a gerar subsídios para a organização e autonomia da comunidade. Esta aldeia é o maior e mais estável cacicado do território e assim, como a Tamandaré, vive da venda das amêndoas de cacau e do cultivo de alimentos, como mandioca, abacaxi, banana, maxixe, entre outros. Nesta localidade, como no Acuipe, há uma relação de sobreposição com a REVIS que segue pela região montanhosa do interior. Este também é o caso da pequena aldeia do Mamão, localizada na divisa sul da TI beirando o rio Mamão, que fica mais ou menos a meia distância entre o Acuipe de Baixo e a Serra do Padeiro. À diferença da Tamandaré e da Serra do Padeiro, na retomada do Mamão não se encontrou plantio de cacau, apenas áreas de pasto. Estas foram transformadas em áreas de plantio, sobretudo da mandioca, sendo a produção de farinha, entre outros derivados, a principal fonte de renda da comunidade. De maneira auxiliar os indígenas extraem borracha de seringueiras. Entretanto,

¹²⁸ Neste local ocorreu uma das reintegrações de posse mais violentas do território. A polícia destruiu casas e pertences dos indígenas e os expulsou usando de forte violência em meio a uma chuva torrencial no ano de 2012.

¹²⁹ Esta é a aldeia que possui o maior número de estudos etnográficos. Para acesso Cf. Alarcon (2013); Ubinger (2012); Couto (2008).

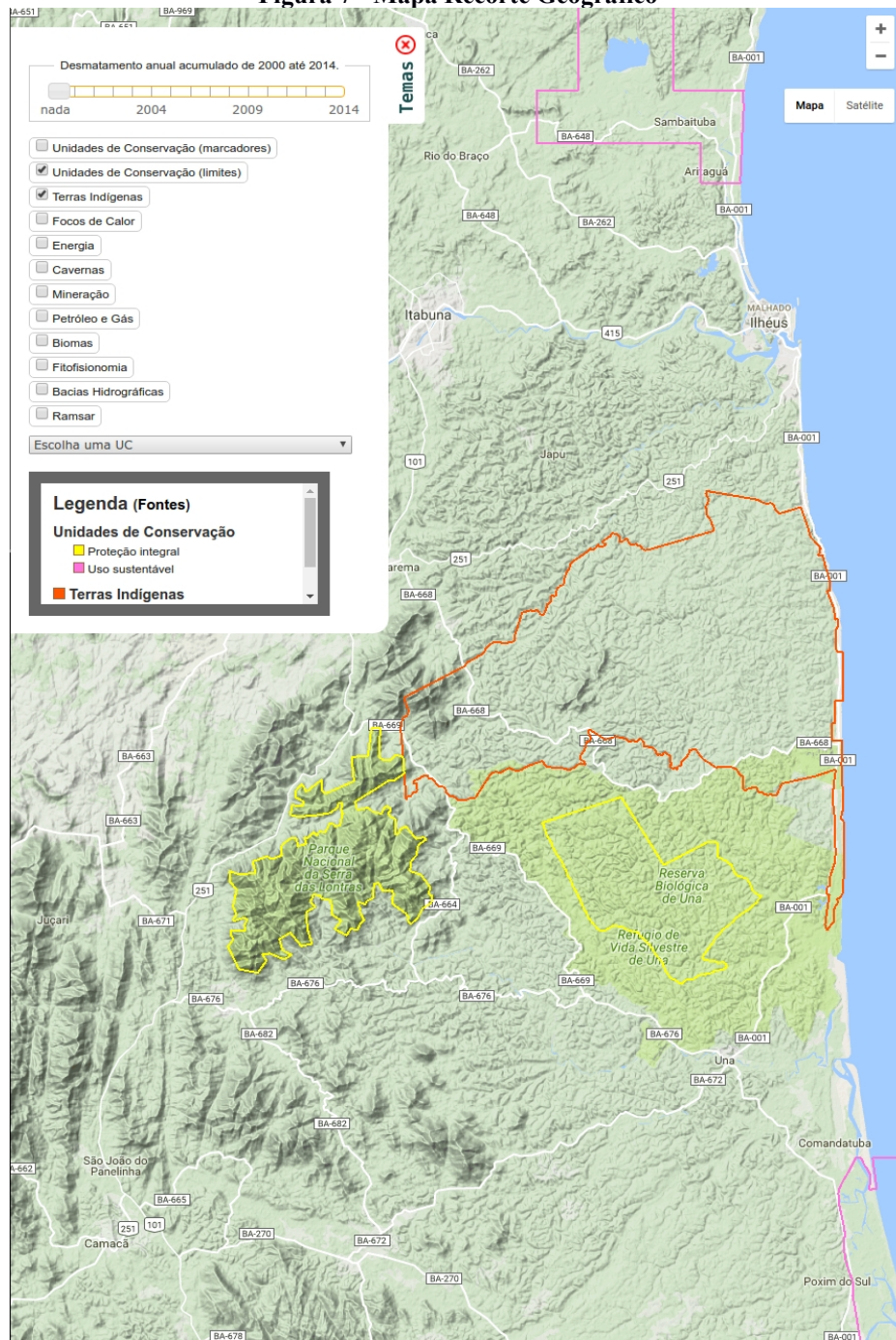
conforme dito anteriormente, a pesquisa não limitou-se aos integrantes destas comunidades, embora as paisagens destas aldeias tenham presença mais fortemente marcada nas elaborações subsequentes acerca das narrativas ambientais indígenas. Contudo, antes de passarmos a esta análise, iremos descortinar o nosso outro foco de produção de narrativas sobre a conservação da biodiversidade, a saber, os ambientalistas.

4.3 Entre UCs e Corredores: Ações para a Conservação da Biodiversidade

Nesta sessão nos dedicamos a compreender os principais processos de territorialização ancorados especificamente na noção de conservação da biodiversidade. Neste sentido, destaca-se a implementação de Unidades de Conservação: a Reserva Biológica de Una (REBIO UNA) e o Refúgio da Vida Silvestre de Una (REVIS UNA), que compõem junto à TI Tupinambá de Olivença, nosso recorte geográfico¹³⁰.

¹³⁰ Como é possível observar no mapa, há mais uma UC em relação de contiguidade com a TI, Parque Nacional de Serra das Lontras. Entretanto, conforme explicitado na Introdução, deste trabalho, este não foi incluído em nosso recorte devido ao difícil acesso, às limitações de tempo e circulação desta pesquisa e o grau menor de intensidade na relação entre indígenas e esta UC.

Figura 7 - Mapa Recorte Geográfico



Fonte: Instituto SocioAmbiental

Em relação de retroalimentação às UCs estatais apontamos para a centralidade da atuação da ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) que foi um dos principais agentes na implementação mais recente destas áreas que conformam nosso objeto de pesquisa, entre outras ações para a conservação da biodiversidade relacionadas às UCs naquele contexto territorial. Utilizamos como base para a construção deste histórico das ações para a conservação da biodiversidade os documentos oficiais produzidos pelo Estado, as publicações institucionais e científicas produzidas pelo IESB e parceiros e entrevistas realizadas com ex-integrantes da instituição. Interessante notar que o IESB operava a partir de fluxos de interconexão com o Estado brasileiro, sobretudo o MMA, e grandes organizações transnacionais voltadas para a conservação da biodiversidade. Desta maneira, procuramos, ao longo das próximas sessões delimitar estas redes de inter-relação como parte da própria atuação da instituição. Sempre que possível apresentamos os financiadores, bem como os parceiros, em cada projeto do IESB, acompanhando as redes que se formam nestas relações. Salientamos que isto só foi possível devido à apresentação clara e concisa dos fluxos de financiamento em grande parte dos documentos acessados.

4.3.1 A Reserva do Mico-Leão

Na fronteira sul da TI Tupinambá de Olivença está localizada a REBIO UNA. O histórico de implementação desta REBIO remonta a um momento específico de implementação de áreas protegidas no Brasil, anterior à promulgação do SNUC em 2000, que unificou o processo de delimitação e implementação de UCs e criou novas categorias de áreas protegidas¹³¹. A maior parte das UCs brasileiras foram promulgadas após este período. Desta forma a REBIO UNA, criada no primeiro quinquênio da década de 1980, junto a outras 33 unidades, faz parte de um contexto de consolidação da gestão estatal de áreas protegidas no Brasil. Basicamente, neste momento, existiam enquanto opção de categorias de área de ‘uso restrito’, hoje a nomenclatura utilizada é ‘proteção integral’, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais e as recém criadas Estações Ecológicas. Segundo Araújo et al. (1998), desde fins da década de 60 já se cogitava a criação de uma UC nesta região, onde as formações florestais eram predominantes. Já o Plano de Manejo da Unidade, indica que o início do processo de pressão para a constituição da área protegida se deu durante a década de 1970, através da indicação da necessidade de preservar o ecossistema naquele local por parte de técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEEMA)¹³² da Bahia (IBAMA, 1997). Em 1976, Ademar Coimbra Filho, primatólogo, com especial dedicação a espécies de micos, encaminhou um relatório ao extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), atual IBAMA (ARAÚJO et al, 1998). No mesmo ano, o Delegado IBDF na Bahia sugere a compra de cerca de 5.000 hectares de terra para a criação de uma reserva, seguindo recomendações da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Em 1980 a Reserva foi criada através do Decreto nº 85463/1980, pelo então presidente do IBDF, com uma área de 11.400 hectares, dos quais 5.268 já se encontravam em nome da autarquia. A indenização dos demais proprietários dentro da reserva – que será ampliada anos mais tarde, como veremos – nunca foi realizada por completo e, segundo o IBAMA, diversas áreas foram ocupadas posteriormente devido ao hiato entre a compra de terras em 1976 e a efetiva criação da reserva em 1980. Durante as décadas de 1980 e 1990 foi realizado um esforço de retirada de “posseiros”¹³³ das terras referentes à área delimitada como REBIO, através de pagamento de indenizações com recursos provenientes do *World Wide Fund for Nature* (WWF) via a

¹³¹ A REBIO UNA fez parte, portanto, da leva de APs promulgadas na década de 1980, conforme visto no Capítulo I.

¹³² Hoje o órgão ambiental do estado da Bahia é o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

ONG brasileira Instituto Biodiversitas. O processo de regularização foi considerado pelo órgão responsável como insuficiente e alerta-se no plano de manejo para a necessidade de se retirar e indenizar aqueles que ainda habitam a UC, para que outras atividades possam ser realizadas: “Todos os recursos financeiros e humanos, disponibilizados para a Reserva, são utilizados para mitigar o desmatamento dentro da própria unidade, por conta destes posseiros, ficando outras atividades prioritárias deixadas de lado.”(IBAMA, 1997, p. 13)

A criação da REBIO se fundamentou em determinados critérios que constam no supracitado plano de manejo da UC. O primeiro elemento destacado no documento é que o Sul da Bahia se apresenta como local de alto grau de biodiversidade – de fauna e flora¹³⁴ – e um centro de endemismo quando comparado a outras regiões de Mata Atlântica. Além do pouco conhecimento já catalogado sobre o ecossistema local. Partindo do reconhecimento de que a vegetação ali possui relativo alto grau de preservação, o documento aponta para a necessidade de contenção das ameaças à esta, materializada sobretudo no alastramento do cacau durante os anos anteriores à delimitação da UC: “Apesar desta monocultura ter dominado a região, muitos cacaucultores, possuíam mais terras com mata primária do que plantada com cacau. No entanto, as fortes pressões econômicas e a crise do mercado do cacau está forçando os produtores a buscarem outras alternativas econômicas.” (IBAMA, 1997, p. 5). Assim como os indígenas, os responsáveis pela UC reconhecem que uma das principais “alternativas” para o salvamento econômico na região, durante os anos de crise mais intensa do cacau, foi a extração de madeira, sendo muitas serrarias instaladas neste período. Diante destes processos, explicitamente reconhecidos como ameaças às espécies nativas, justifica-se a necessidade de criação de uma UC de proteção integral.

Cabe destacar, que dentre as espécies ameaçadas presentes na REBIO, uma teve centralidade maior do que as outras: o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*). No plano de manejo da REBIO afirma-se que desde a década de 1970 pesquisas realizadas por técnicos da FEEMA indicavam a necessidade de preservação da Mata Atlântica no Sul da Bahia, sobretudo devido à presença do mico-leão-da-cara-dourada, gerando uma pressão para a criação de uma “reserva do mico-leão”. Importante lembrar, conforme indicado anteriormente, que os debates sobre a criação de áreas protegidas nas décadas de 1980 e 1990 foram muito atravessados pela noção de ‘espécies bandeira’, também chamadas de ‘espécies ícone’. Estava presente o sucesso que havia sido a campanha de constituição da Reserva Biológica de Poço das Antas em 1974, primeira área protegida desta categoria no Brasil, voltada para a preservação do mico-leão-dourado, bem como a criação de associações voltadas para a preservação de espécies específicas de forte apelo social. Entre estas, destaca-se a articulação do Programa de Conservação do mico-leão-dourado na década de 1970 que deu origem à ONG Associação Mico-Leão-Dourado (AMDLD), criada em 1992. Desta forma, a delimitação da área da REBIO foi baseada em critérios relativos

¹³³ Denominação constante no plano de manejo da REBIO de Una (IBAMA, 1997). Não há indícios para que possamos inferir a origem das famílias ali presentes naquele período, portanto, é arriscado afirmar se eram ou não famílias que irão compor alguns anos mais tarde o movimento de emergência étnica, se eram ‘fazendeiros’, no sentido sociológico proposto por Alarcon (2013), ou se eram migrantes pobres provindos de regiões mais secas do Nordeste, como Sergipe e Alagoas. Não encontramos dados sobre os tipos de produção e formas de organização social de tais “posseiros”, impossibilitando a formulação de hipóteses mais concretas. O documento nota, entretanto, que os “invasores” estavam “em plena atividade agropecuária e de desmatamento”. (IBAMA, 1997, p. 12).

¹³⁴ O plano de manejo destaca uma série de espécies raras que ocorrem na área da REBIO, como a imbuia (*Ocotea porosa*), o louro (*Ocotea pretiosa*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), aipim (*Brasimum glaucum*), quiri-preto (*B. Glaziovii*), o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o sagui (*Callithrix kuhli*) e o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternus*).

especificamente ao mico endêmico do Sul da Bahia, suas áreas de circulação e alimentação. A preservação do mico é apontada, ainda, como um dos fatores centrais do apoio da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) para a criação da reserva. Há uma sessão no plano de manejo dedicada exclusivamente à espécie (IBAMA, 1997, p. 126) e é explicitamente colocado que esta Reserva tinha como “principal objetivo de manejo a proteção do mico-leão-da-cara-dourada” (IBAMA, 1997, p. 149). Importante lembrar que, naquele momento, o processo de criação e implementação de UCs não exigia legalmente processos participativos, o que só passou a ser exigido a partir da promulgação do SNUC em 2000.

Quanto aos aspectos legais relativos a uma Reserva Biológica, cabe salientar que esta é uma das categorias mais restritivas de conservação da biodiversidade. Segundo a legislação atual, que carrega consigo as formas de compreensão sobre o papel de uma Reserva Biológica do período em que a REBIO Una foi criada, esta categoria pressupõe:

Art. 10 A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. § 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. (SNUC, 2011, p. 10)

Trata-se, assim, de uma categoria mais restritiva do que os Parques Nacionais que, não só permitem, como em muitos casos, estimulam a visitação, desde que respeite regras e capacidades de carga definidas em plano de manejo. A categoria REBIO prevê apenas a circulação de animais e pesquisadores autorizados, outras pessoas só são permitidas no caso de atividades de educação ambiental. Entretanto, especificamente na REBIO Una, atividades de educação ambiental não estão previstas no plano de manejo, apenas atividades de fiscalização e pesquisa (IBAMA, 1997, p. 8). Destaca-se que o previsto em legislação, via de regra, não confere com os processos de territorialização que ocorrem, na prática, nas áreas. Na REBIO Una não é diferente: o polígono da UC é atravessado por uma série de fluxos humanos para além da gestão estatal e da presença de pesquisadores. Diversos grupos sociais circulam na região ou mesmo possuem residência fixa dentro da UC. Segundo o atual gestor da UC, e a perspectiva presente no plano de manejo, isto é um resultado de inadequações que não foram resolvidas ao longo dos anos.

4.3.2 IESB e o Ambientalismo no Sul da Bahia

No contexto de elaboração do plano de manejo da REBIO, que procurava produzir bases para a implementação efetiva da UC, é criado o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). O processo de formação da instituição é oficialmente relato da seguinte maneira:

Em 1994, um grupo de ambientalistas, estudantes e pesquisadores reuniu-se na Universidade Estadual de Santa Cruz, com o objetivo de discutir a questão ambiental no Sul da Bahia. Em meio a este debate, surgiu a ideia de criar uma organização local e não governamental com o objetivo de reunir e

institucionalizar algumas das ações e projetos que já vinham em andamento, bem como o de apoiar e incentivar novos projetos e iniciativas voltadas para a conservação e desenvolvimento. Foi assim que, em julho do mesmo ano, criou-se o IESB.¹³⁵

Os primeiros projetos institucionais do IESB tiveram como foco central a avaliação da efetividade da REBIO e as características de seu entorno, que era considerada pelos integrantes da instituição como “a única área chave para conservação da biodiversidade na região cacauceira até então” (ARAÚJO et al, 2011), já que que era a única área protegida de “uso indireto” (ARAÚJO et al, 1998). A existência da Reserva naquela localidade foi, sobretudo no início da atuação do IESB, o principal elemento aglutinador do grupo que articulou a criação e consolidação da instituição, motivada pela relevância ecológica dos remanescentes florestais do Sul da Bahia (FANDI, 2013). Desta forma, as primeiras atividades da instituição passaram pela realização de um levantamento da cobertura florestal e uso do solo na área delimitada como REBIO e arredores (ARAÚJO et al, 2011). Essas atividades iniciais contaram com o apoio financeiro do WWF, da Conservation International (CI) e do *Jersey Wildlife Preservation Trust* (JWPT). A Mata Atlântica ali é considerada como um dos 7 *hotspots* mundiais, devido ao alto grau de pressão sobre este Bioma e a avaliação do tamanho, relativamente grande, dos fragmentos florestais no Sul da Bahia quando comparados a outros locais outrora cobertos por este Bioma, sobretudo no Nordeste. Estas são justificativas acessadas para a atuação das instituições ali. Além disso, ressalta-se reiteradamente que a região é marcada pelo cultivo de cacau através do sistema de cabruca, visto como compatível com a conservação da biodiversidade por permitir a circulação e presença de uma série de espécies.

Ressalta-se que o IESB foi criado no contexto de aprofundamento da crise do cacau, mencionado anteriormente. Segundo um de seus integrantes, presente nos primeiros anos de atuação da instituição, o intuito era gerar alternativas sustentáveis frente aos efeitos social e ambientalmente nefastos desta crise, que se aprofundava na década de 1990 devido a uma conjuntura de fatores:

a gente teve o início da crise regional, dessa crise mais aguda, tanto da desorganização de um sistema produtivo, de uma economia, de uma cadeia de produção, ela começa a se desorganizar a partir de 86 e 87 quando você tem uma crise climática aqui, estiagens longas, afetando a frutificação do cacau, afetando a produção, a produtividade. E você tem também junto a isso uma queda do preço do cacau. Começa a ter uma competição muito aguerrida com os países africanos, a costa do marfim, Gana e Malásia também, você começa a ter superoferta de cacau e uma diminuição da demanda, na segunda metade dos anos 80, também provocada pela crise da união soviética. Aí junto à questão climática junto à queda do preço, você teve a constituição de 88 que valorizou mais o trabalhador rural, trazendo alguns custos e algumas tributações que o produtor rural não tinha, e isso afetou ainda mais as relações de trabalho e a capacidade do produtor rural de manter o maior custo da sua produção que é o trabalhador. Isso começou a estimular demissões, processos trabalhistas, então a constituição de 88 é um outro elemento por conta da valorização do trabalhador rural. O fato do cacau, o fato dessa região, ter no trabalhador a peça chave. O principal meio de trabalho é a mão de obra: ele participa de tudo desde a semeadura, o

¹³⁵ O site do IESB não está mais disponível para a navegação, devido ao fechamento da estrutura da ONG entre de 2013 e 2014. Desta maneira, utilizamos a ferramenta online “Internet Archive: WayBack Machine”. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20070402124558/http://www.iesb.org.br:80/apresentacao.php> >. Acesso em: 10/10/2017.

manejo do cacau, a colheita do cacau, a secagem, a fermentação, todos os processos produtivos e a logística, tudo tinha uma forte participação do trabalhador. Portanto, se você tem uma queda no valor da amêndoa, se você tem uma fragilidade da produção, da produtividade, a mão de obra fica completamente vulnerável. Aí veio também a vassoura de bruxa quase como um ato final dessa crise. E também teve um encarecimento do crédito, o crédito livre praticamente, uma forte liquidez e acesso a crédito, ela entra em colapso. Aquele sistema econômico já não estava mais funcionando, não tinha mais viabilidade econômica, os custos eram superiores à receita então o crédito foi abortado na região. Muita gente ficou também endividado, as dívidas começaram a aumentar, os juros crescentes... E junto a isso também, a crise fiscal brasileira, quando chega nos anos 90, com o Collor, você vai ter uma radicalização disso de corte de despesas e nenhum tipo de subvenção à agricultura, então a região ela entra num momento muito difícil em 92, 93, 94. Que é onde começa um trabalho socioambientalista aqui na região¹³⁶.

Fonseca et al (2004), em publicação oficial do IESB, reforçam a existência de um processo de devastação ambiental como consequência da crise do cacau, já que diversos produtores do monocultivo da região optaram por retirar a madeira das áreas de cabruca e de mata em suas propriedades. “Alternativa” utilizada como uma forma de compensar os prejuízos com a lavoura, substituindo estas formas de organização da paisagem, muitas vezes, por lavouras de café ou pastagens para criação de gado. Além disso, apontam que o número de trabalhadores desempregados elevou a população de ‘lavradores sem terra’ aumentando a pressão sobre áreas cobertas por fragmentos florestais. Uma das missões do Instituto seria, assim, estimular a permanência das áreas de cabruca, bem como gerar alternativas sustentáveis para a atividade agrícola na região.

A partir de 1995 o IESB passou a contar também com o apoio financeiro da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), fazendo com que o quadro técnico e a área geográfica de atuação se ampliassem (FANDI, 2013). O IESB continuou a atuar na região da REBIO e seu entorno, entretanto passou a operar também em outras áreas como, por exemplo, a região ao norte de Ilhéus, entre esta cidade e Itacaré, onde foi delimitado o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC)¹³⁷. De acordo com informações disponíveis no extinto site da instituição, a ONG contava em 2006 com seis áreas temáticas: Biodiversidade; Comunidades Sustentáveis; Monitoramento Ambiental; Políticas Públicas; Educação Ambiental; Áreas Protegidas, tendo como missão “conservar a biodiversidade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida no corredor central da Mata Atlântica¹³⁸”. O IESB dispunha de uma equipe interdisciplinar, com agrônomos, sociólogos, economistas, engenheiros, educadores, mas sobretudo biólogos. Segundo uma ex-integrante o IESB chegou a ter 30 pessoas trabalhando diretamente para a instituição em seu período de maior projeção, ou seja, em meados da década de 2000¹³⁹.

Desde seu processo de constituição, havia uma ligação bastante intensa entre o IESB e a ONG de atuação global Conservation International. Uma das ex-integrantes do instituto nos

¹³⁶ Informação Verbal concedida em entrevista realizada em Ilhéus em janeiro de 2018.

¹³⁷ O PESC foi criado em 1997 e ampliado em 2003. O IESB também esteve envolvido na implementação e ampliação desta UC, entretanto, não iremos aqui expor este histórico já que ele não representa parte do universo geográfico desta pesquisa.

¹³⁸ Acesso através da supracitada ferramenta online “Internet Archive: WayBack Machine”, para o ano de 2006. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20140306024314/http://www.iesb.org.br:80/projetos.php> >. Acesso em 01/02/2018.

¹³⁹ Informação Verbal concedida em entrevista.

informou, em entrevista, que o IESB foi parceiro da CI desde o início de sua atuação e que durante todo o processo de implementação de projetos havia um sistema de tutoria entre os integrantes do IESB e da CI – que fundamentava grande parte da atuação dos agentes do IESB. Segundo um diretor da CI, professor no departamento de ecologia da UFMG, o processo de constituição do IESB, entre os anos de 1993 e 1994, se deu da seguinte maneira:

A Conservation International do Brasil (CI do Brasil) começou a apoiar um pequeno grupo de pesquisadores e ambientalistas que atuavam nessa região. Esse grupo, inicialmente liderado pelo cientista político Keith Alger, que deixou sua posição de professor da Universidade da Flórida para juntar-se em Ilhéus à sua esposa, a bióloga Maria Cristina Alves, foi eventualmente responsável, no curso de suas pesquisas de campo na região de Una, pela criação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), agregando posteriormente vários outros pesquisadores e profissionais com variada experiência na questão da conservação e do manejo de recursos naturais. Centradas no problema da manutenção da viabilidade ecológica da Reserva Biológica de Una, então a principal área-chave para a conservação da biodiversidade regional, a CI do Brasil e o IESB passaram a expandir o espectro de suas ações, através de intervenções de maior abrangência ligadas ao desenvolvimento regional, incluindo políticas públicas, envolvimento com o setor privado, capacitação de pessoal, identificação e implementação de ferramentas tecnológicas para a análise ambiental, dentre outras. Desenvolvendo outras parcerias com instituições de pesquisa e universidades da Bahia, além de ONG's e agências do estado, o IESB rapidamente se consolidou com uma das organizações líderes na região, capitaneando várias ações de conservação e de desenvolvimento sustentado. (ARAÚJO et al, 1998, p. 1)

Importante salientar que o IESB era uma ONG, isto é, tinha uma atuação mais direta sobre o território, mas ao mesmo tempo era um instituto de pesquisa, um centro de produção de conhecimento aplicado à conservação da biodiversidade. Havia uma conexão bastante profunda com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), primeira instituição pública de ensino da região, que havia sido criada em dezembro de 1991. Segundo Massena (2007), que realizou dissertação de mestrado sobre a atuação de ONGs na região cacaujeira, esta vocação científica está ligada ao perfil de seus idealizadores, sendo eles pesquisadores experientes tanto da UESC, quanto da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaujeira (CEPLAC). Segundo um dos fundadores da instituição, a sua criação foi inspirada em grande medida no Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) que é uma organização que surge com o objetivo específico de realizar pesquisas que pudessem embasar a formulação de políticas públicas¹⁴⁰. Ao longo dos anos de sua atuação o IESB abrigou pesquisadores de diversas universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que realizavam trabalhos dentro da instituição ou com seu apoio para a produção de suas teses de doutorado ou dissertações de mestrado, sobretudo em ecologia e áreas correlatas privilegiando a área da REBIO Una. De acordo com Fandi (2013), a instituição apoiou mais de 15 teses de doutorado e 33 dissertações de mestrado. Desta forma, a atuação do IESB, durante os anos de presença mais marcante na região, foi fortemente fundamentada numa relação com o universo acadêmico e o conhecimento científico, sobretudo das ciências biológicas – mas não só.

4.3.3 Uma Nova Escala: o Corredor Central da Mata Atlântica

¹⁴⁰ Segundo consta no sítio web atual da instituição. Disponível em: < <http://imazon.org.br/institucional/quem-somos/> >. Acesso em: 04/12/2017.

As primeiras análises realizadas pelo IESB na região da REBIO demonstraram que haviam fragmentos importantes fora da UC, colocando a necessidade de:

envolver as populações locais e atores-chave em um amplo esforço visando a conservação destes fragmentos [e] a partir desta percepção o IESB adotou a estratégia de corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade para alcançar resultados efetivos na conservação da Mata Atlântica no Sul da Bahia. (ARAÚJO et al, 2011, p. 52).

Neste contexto, o instituto foi incorporado em um projeto a nível nacional baseado no conceito de ‘corredor’, como parte do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) que deu origem ao Projeto Corredores Ecológicos (PCE) (MMA, 2006).

A concepção do projeto ministerial PCE fundamentou-se em um documento formulado entre os anos de 1996 e 1997 intitulado “Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil”. Este foi construído por um grupo de consultores ligados ao PPG7 – em sua maioria pesquisadores das áreas das ciências naturais, principalmente Biologia da Conservação – e tinha como intuito realizar uma proposta inovadora em termos de planejamento para a conservação da biodiversidade no Brasil (AYRES et al, 2005). Um dos autores deste documento foi indicado por um ex-integrante do IESB como uma pessoa de “muita influência em todos os desdobramentos de conservação e na mudança de cenários da macro e micro região [Sul da Bahia]”¹⁴¹. Esta proposta apresentada ao MMA, em 1997, continha o desenho de sete corredores da biodiversidade no Brasil, dois deles na Mata Atlântica e cinco na Amazônia. Segundo os autores da proposta, os dados utilizados para selecionar os corredores na Mata Atlântica foram provenientes dos resultados de dois *workshops* organizados por ONGs internacionais em 1993 e 1996 com o intuito de identificar áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, incluindo parâmetros como endemismo, tamanho dos fragmentos remanescentes e ocorrência de populações viáveis ecologicamente (AYRES et al, 2005). Segundo documento produzido por três integrantes do IESB e um diretor da CI estes *workshops*, realizados no início dos anos 90, já continham articulações centrais da implementação do corredor no Sul da Bahia, tendo um olhar particular para a região cacauzeira:

[...] desde o início da atuação da Conservation International no Brasil, a preocupação com o futuro desse bioma passou a orientar uma parte substancial do portfólio de atividades da organização no país. Posteriormente, com a realização em 1993 do Workshop sobre Prioridades para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, coordenado pela CI, pela Fundação Biodiversitas e pela Sociedade Nordestina de Ecologia, ficou evidenciada a altíssima relevância da região do sul da Bahia, particularmente a zona cacauzeira, sob a perspectiva da diversidade biológica. (ARAÚJO et al 1998, p. 5)

Dentre os sete corredores presentes na proposta original, optou-se pela implementação de dois corredores piloto, um em cada Bioma. Os dois primeiros corredores a serem implementados, em 2002, foram o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), que engloba as UCs e TI em foco nesta pesquisa, e o Corredor Central da Amazônia (CCA)¹⁴². O CCMA, engloba uma área de cerca de 21,5 milhões de hectares, com extensão norte-sul de cerca de 1.200km, abarcando o sul do estado da Bahia e a totalidade do estado do Espírito Santo,

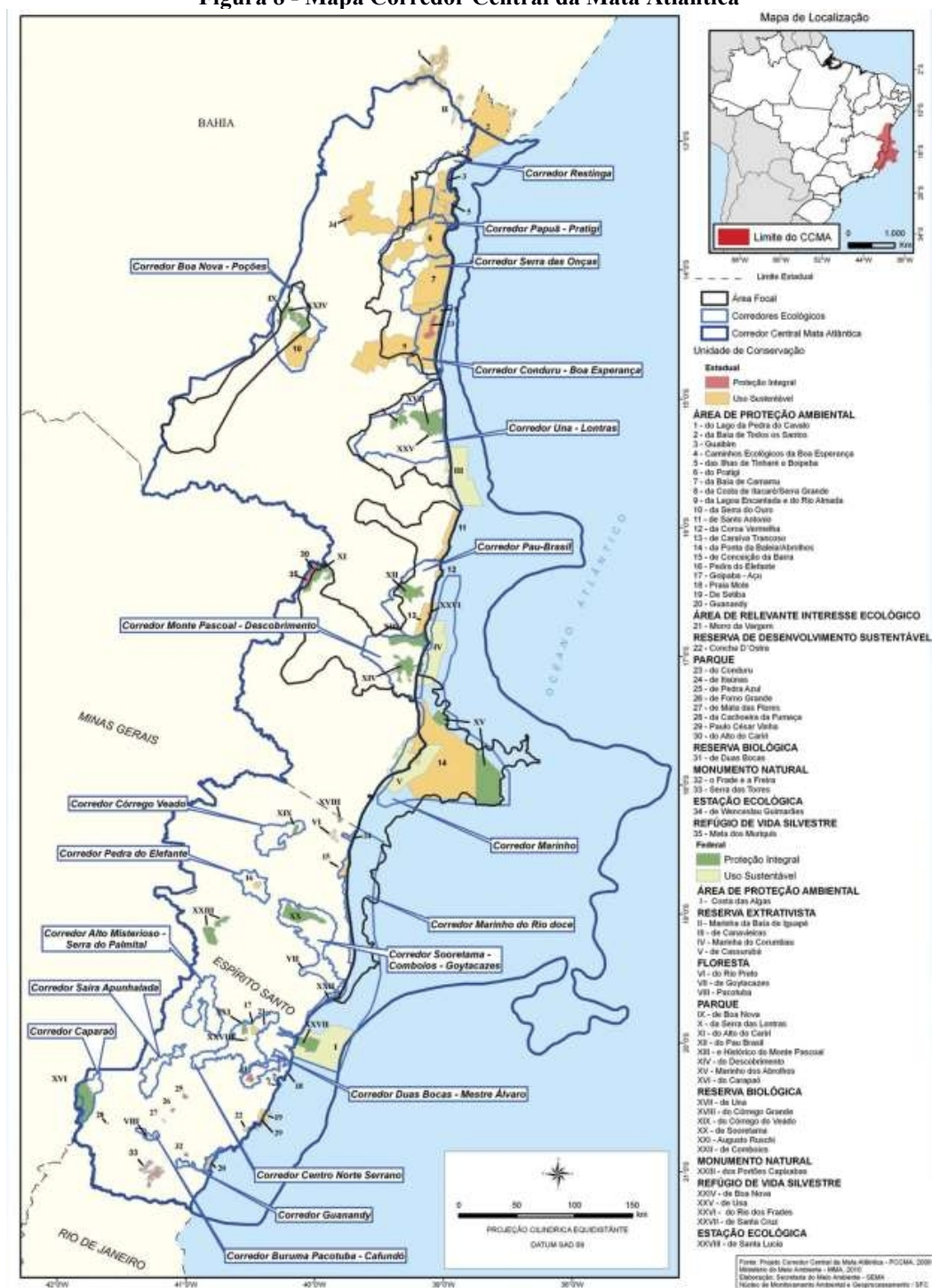
¹⁴¹ Informação Verbal concedida em entrevista realizada em junho de 2017 em Ilhéus.

¹⁴² Posteriormente, foram implementados mais quatro corredores em porções territoriais na Amazônia e mais dois na Mata Atlântica, Corredor da Serra do Mar e Corredor da Mata Atlântica do Nordeste, modificando o projeto original.

atravessando 163 municípios (MMA, 2015)¹⁴³. Na porção baiana do corredor existem 32 unidades de conservação da biodiversidade, sendo 10 federais, 15 estaduais, 7 municipais e 28 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), dentre elas a REBIO e o REVIS de Una. A legenda que destaca o ‘corredor una-lontras’ como área prioritária no CCMA (Figura 8) indica a região em foco nesta pesquisa, que concentra uma espécie de ‘mini-corredor’, ao qual voltaremos adiante.

¹⁴³ Os limites do corredor são discrepantes em diferentes documentos. Os integrantes do IESB notam, em artigo científico de 2004, que os limites do corredor são constantemente aperfeiçoados, podendo ser objeto de adequações a todo momento. Neste artigo os limites apontados são menos abrangentes do que os apresentados aqui “limitando-se ao norte pelo rio Jiquiriça, onde se inicia o agrossistema do baixo-sul da Bahia, estendendo-se pela região cacaueteira tradicional, extremo sul da Bahia e centro norte do Estado do Espírito Santo” (FONSECA et al, 2004, p.5). Já no primeiro documento que propôs o projeto, formulado em 1996 e publicado em 2005, o CCMA compreendia a área “desde o sul do Recôncavo Baiano até o centro-sul do Espírito Santo, com uma distância média desde a costa até o interior de aproximadamente 300 km.” (AYRES et al, 2005, p. 114). Optamos assim por apresentar a versão final do corredor que consta no arquivo mais recente, sem deixar de notar que a região em foco no presente estudo constava em sua integralidade em todos os desenhos do CCMA presentes nos documentos de avaliação, diretrizes de atuação e artigos científicos demonstrando resultados do PCE no CCMA.

Figura 8 - Mapa Corredor Central da Mata Atlântica



Fonte: Araújo (2014, p. 24)

O PCE foi realizado em duas fases e a operação do projeto iniciou-se em março de 2002 com recursos do *Rain Forest Trust* (RFT) do Banco Mundial. O enfoque principal da primeira fase foi desenvolver a infraestrutura institucional em cada um dos dois corredores pilotos. A primeira fase se encerrou em 2006 mas a execução com recursos do RFT se estendeu até 30 de novembro de 2008. A segunda fase, iniciada em 2006, que contou com aporte de recursos do Banco Alemão KfW, estava prevista para ser encerrada em 2011 mas

foi estendida até junho de 2014. Na segunda fase, o foco foi a implementação dos planos de gestão dos corredores: consolidação de sistemas de vigilância, criação e fortalecimento de unidades de conservação da biodiversidade e implementação de subprojetos em áreas de interstícios (MMA, 2015, p. 11).

A escolha do CCMA como piloto para a Mata Atlântica foi baseada em critérios biológicos, mas também devido ao fato de que trabalhos já estavam sendo desenvolvidos em determinadas porções desta grande área, destacando-se a atuação de “pesquisadores e organizações na Reserva Biológica de Una.” (AYRES et al, 2005, p. 35)¹⁴⁴. O Sul da Bahia é uma centralidade do CCMA sobressaindo-se principalmente nos documentos relativos à primeira fase de implementação, sendo o IESB um de seus principais articuladores. O artigo que narra a experiência deste corredor em sua fase inicial (FONSECA et al, 2004) transparece uma proximidade entre as ações do PCE, voltadas para a Mata Atlântica, e os limites e possibilidades para a conservação da biodiversidade específicos da região cacauzeira, sobretudo a região de Una, já que os autores são todos membros ou parceiros do IESB e atuantes principalmente nesta região. A concepção de corredor utilizada pelo IESB em sua atuação tinha grande influência da perspectiva sobre os corredores ecológicos preconizada pela CI que, como vimos, tinha uma relação bastante próxima com o IESB. Segundo Fandi (2013) havia um interesse por parte da CI em inserir uma estratégia de atuação específica em relação à conservação da biodiversidade, concentrando-se em atividades em regiões de alta importância biológica. A implementação de ações fundamentadas na noção de ‘corredor’ fez parte, portanto, de um movimento por parte do IESB de compartilhar e pactuar com esta estratégia.

Em 2000, dois anos antes do início do projeto Corredores Ecológicos do MMA, o IESB publicou em parceria com a CI um livreto informativo sobre o conceito de corredor, defendendo esta noção como fundamento para a conservação da biodiversidade. Avalia-se a situação da região sul baiana como apta para a implementação desta escala de gestão da conservação da biodiversidade. A concepção colocada nesta publicação ecoa debates acadêmicos da Biologia da Conservação e é assinada por um professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG. O projeto implementado pelo MMA estava, assim, em consonância e teve como subsídio uma articulação prévia entre a CI e organizações brasileiras como o IESB. Interessante observar que o financiamento para a realização das pesquisas que resultam nesta publicação foram provenientes do MMA, através do Projeto de Conservação Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial (DECRG) e do Centro para Pesquisa Aplicada à Biodiversidade (CABS) da CI. Nesta publicação a utilização do ‘corredor’ aparece como o melhor caminho para a conservação da biodiversidade:

Um consenso que emerge no meio científico nos leva a crer que as chances de sobrevivência da biodiversidade a longo prazo aumentarão significativamente com o estabelecimento de um planejamento para conservação em escala regional ou que contemple grandes unidades de paisagem. Dentre as várias abordagens possíveis, aquela dos “Corredores de Biodiversidade” representa uma das mais promissoras para um planejamento regional eficaz. A Mata Atlântica, um dos sete hotspots mundiais, ou regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta, necessita com urgência

¹⁴⁴ O IESB é identificado neste documento como organização chave para implementação da proposta. A lista de organizações identificadas para a região cacauzeira é a seguinte: UESC; UFMG; IESB; CI do Brasil; WWF; Fundação Pau-brasil; Jupará; Fundação Biodiversitas; ASCAE; Gamba; Boto Negro; Grupo Caititu; Grama; Sasop; Ibama; DDF-BA; Embrapa; Ceplac; Bahiatursa (AYRES et al, 2005, p.147).

desta escala mais ambiciosa de planejamento para sua conservação. (CI; IESB, 2000, p. 2)

Na visão do IESB e da CI replicada em diversos outros documentos tanto relativos ao PCE, quanto artigos científicos de pesquisadores ligados ao IESB, como veremos em mais detalhe no próximo Capítulo, o conceito de corredor veio substituir a ênfase anterior dada à gestão de áreas protegidas, e de seu entorno, de forma isolada. O que, na época, conformava a base preponderante de ações de planejamento para a conservação da biodiversidade. Seria, assim, possível lidar com o problema do crescente isolamento dos fragmentos florestais em áreas protegidas, manejando as ações de conservação da biodiversidade de maneira a permitir o trânsito de populações por meio de ligações com outros fragmentos. Ressalta-se que a escala de um corredor é regional, sendo, portanto, maior do que as áreas protegidas delimitadas, porém menor que um Bioma. Nesse sentido, o corredor ecológico “compreende uma rede de parques, reservas e outras áreas de uso menos intensivo que são gerenciadas de maneira integrada para garantir a sobrevivência do maior número possível de espécies de uma região” (FONSECA et al, 2004, p. 1). Nesta perspectiva, o objetivo principal dos corredores é manter ou restaurar a conectividade da paisagem, permitindo que as espécies circulem por entre diferentes fragmentos florestais, facilitando o fluxo genético entre populações. Esta visão está presente também nos documentos relativos ao PCE publicados pelo MMA:

Os corredores ecológicos são definidos, no Projeto, como grandes áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica. Integram esses corredores conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas com diferentes formas de uso da terra. O Projeto prevê a formação de quadros econômicos, sociais e políticos sustentáveis para conservar a biodiversidade nos corredores. (MMA, 2006, p. 5)

Durante todo o seu período de atuação o PCE se deu em parceria com a atuação de ONGs internacionais, entre outras instituições, como pode-se observar:

Juntam-se à iniciativa governamental para a implantação de corredores ecológicos uma série de pesquisas, estudos e ações significantes em campo, promovidas por entidades de pesquisa, ONGs locais e nacionais, muitas vezes apoiadas por financiamentos de organizações ambientalistas não-governamentais, nacionais e internacionais, tais como Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional, BirdLife International, CEPF, WWF, TNC e outros. (MMA, 2005, p. 6).

Em relação aos projetos realizados no Sul da Bahia destaca-se o papel da *Conservation International* e do *Critical Ecosystem Partnership Fund* (CEPF), embora as outras instituições supracitadas também tenham trabalhado em parceria com o IESB. Segundo publicação da CI, o CEPF é “fruto de uma aliança entre a Conservação Internacional, o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, a Fundação MacArthur, o Governo do Japão e a Agência Francesa de Desenvolvimento para apoiar projetos de conservação dos *hotspots* de biodiversidade mundiais.” (LAMAS et al, 2007, p. 7). A coordenação local do fundo era feita numa parceria entre a CI e a SOS Mata Atlântica, maior ONG brasileira voltada especificamente para este Bioma, que conformavam a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica.

De acordo com relatório final da atuação do CEPF na Mata Atlântica brasileira, assinado por diretora da CI Brasil (CEPF, 2008), a atuação do fundo neste Bioma tinha como objetivo a implementação efetiva de dois corredores da Biodiversidade na Mata Atlântica brasileira: o CCMA e o Corredor da Serra do Mar na região Sudeste – que constava na

supracitada proposta inicial de corredores para o Brasil mas que só começou a ser implementado posteriormente. No contexto destas duas áreas de atuação, o Fundo atuava apoiando financeiramente projetos em duas modalidades ‘projetos da demanda espontânea’, pleiteados pelas organizações locais, e por meio dos ‘programas especiais’, que lançavam editais específicos. Identificamos no relatório do MMA de fechamento da primeira fase do PCE as seguintes ações específicas realizadas através de projetos ligados ao CEPF na região foco desta pesquisa: projeto para o fortalecimento de sistemas agroflorestais no Baixo Sul da Bahia; inclusão da REBIO Una no Programa Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil; elaboração de proposta de ampliação da rede de UCs de proteção integral na porção baiana do CCMA; identificação de modelos de Sistemas Agroflorestais e de uso sustentável da terra e sua disseminação entre os agricultores no entorno da REBIO Una; apoio à criação de RPPNs no Sul da Bahia; recursos para aumentar o conhecimento sobre diversas espécies endêmicas em todo Bioma Mata Atlântica, entre elas o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternus*) e o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) que ocorrem na REBIO Una e são espécies ícones da preservação; Programa de Fortalecimento Institucional com o objetivo de consolidar e aumentar a projeção de pequenas organizações que atuam com questões ambientais no Sul da Bahia.

Cabe ainda destacar a ligação que o PCE teve com o programa da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) chamado Reservas da Biosfera em sua atuação voltada especificamente para a Mata Atlântica no Sul da Bahia. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é uma das centenas de Reservas da Biosfera reconhecidas, pela UNESCO através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como instrumento de gestão para a conservação da biodiversidade e elaboração de soluções para problemas como desmatamento, poluição e desertificação. Em 1998, no processo de articulação do PCE e de consolidação do IESB como ONG de atuação mais proeminente na REBIO Una e arredores, foi veiculado um caderno da coleção da RBMA dedicado especificamente à Mata Atlântica do Sul da Bahia, assinado por integrantes do IESB e da CI. De acordo com este documento, o conceito de Reserva da Biosfera é compatível com o de corredores, na medida em que também reconhece o problema do isolamento dos fragmentos florestais institucionalmente reconhecidos como áreas protegidas. Neste contexto a REBIO Una era identificada como uma área núcleo e colocava-se uma forte preocupação com as atividades realizadas na zona de amortecimento. Os comitês estaduais da Reserva da Biosfera da Bahia e do Espírito Santo, que já haviam sido implementados, assumiram, assim, um papel de gestão no CCMA com o intuito de abrir um espaço de compartilhamento da responsabilidade sobre a gestão do corredor com a sociedade (MMA, 2006).

Dentre as atividades e projetos realizados pelo IESB no CCMA cabe destacar a publicação de um CD em 2003, realizado em colaboração entre o IESB a CI e o Banco Mundial. Neste CD, além de publicações já existentes sobre áreas prioritárias para conservação na Mata Atlântica e o conceito de corredor, bem como manuais de utilização de software para avaliação de estratégias para conservação da biodiversidade, estão presentes cerca de 15 artigos produzidos especificamente para este volume através de pesquisas financiadas através do PROBIO do MMA, do Banco Mundial e do Centro para Pesquisa Aplicada à Biodiversidade (CABS) da CI. Os artigos versam principalmente sobre a distribuição e características dos fragmentos florestais e da biodiversidade em diversas categorias – avifauna, mamíferos, plantas, anfíbios – além de elaborações sobre padrões de

ocupação da paisagem, ameaças e potencialidades para conservação da biodiversidade no CCMA, além de instrumentos de avaliação do valor da terra no corredor¹⁴⁵.

Outro papel central do IESB no CCMA, que possui reflexo direto nas UCs em questão nesta pesquisa, foi a articulação de projetos de fortalecimento institucional das Unidades de Conservação do corredor e sua gestão. Uma das ações neste sentido foi a realização, entre 2003 e 2005, de três encontros que reuniu gestores de UCs do CCMA em parceria com a CI e a Associação Flora Brasil (MMA, 2006), participando também universidades e ONGs. Partiu-se da percepção de que estes gestores tinham pouco, ou nenhum, contato entre si e de que havia uma necessidade de proporcionar a difusão dos conceitos e propostas do PCE, formas de gestão da biodiversidade naquele momento novas no Brasil (LAMAS et al, 2015) Estes primeiros encontros, posteriormente, deram origem à ‘Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica’ da qual o IESB ainda participou ativamente por alguns anos. A Rede ainda estava em funcionamento em 2015, após altos e baixos, e lutava para criar um espaço de sustentabilidade financeira próprio após a saída de financiamentos mais permanentes importantes para a realização das reuniões anuais, como os recursos do CEPF.

Outro projeto financiado pelo CEPF e coordenado pelo IESB foi o Programa de Fortalecimento Institucional (PFICCMA), realizado entre 2008 a 2011, que tinha como objetivo identificar e estimular o aprofundamento de instituições já existentes no recorte geográfico do CCMA para além das áreas de atuação direta do IESB. O PFICCMA realizou um levantamento de instituições no corredor, estimulando a submissão de projetos a dois editais geridos pelo IESB. Foram contempladas 31 instituições ao longo do CCMA para apoiar seu fortalecimento, monitoramento da implementação dos projetos e capacitação de agentes das instituições (FANDI, 2013). Não iremos tratar aqui com detalhe deste programa¹⁴⁶, pois um de seus objetivos era justamente expandir os focos de atuação do CCMA para além da área da REBIO Una, ou da região cacauieira de uma maneira mais ampla, com o intuito de que a governança pudesse se espalhar ao longo do corredor. Entretanto, sua menção demonstra a relação estreita entre o IESB, a CI e o fundo desta instituição chamado CEPF, bem como o alcance regional e a centralidade do IESB, no Sul da Bahia, em seus anos de atuação mais intensa.

4.3.4 Um Corredor Dentro do Corredor: O Complexo Una-Lontras

Durante os primeiros anos da implementação do PCE, O IESB promoveu diversas reuniões técnicas nas quais discutiram-se áreas focais para atuação dentro do ‘grande corredor’, desenhando ‘mini-corredores’ dentro do Corredor Central da Mata Atlântica, de acordo com a qualidade dos fragmentos e possibilidades de conectividade. Após a primeira fase do PCE, foram indicadas 11 áreas prioritárias para a segunda fase, denominadas áreas focais, dentre elas a região de Una e sua conexão com outros fragmentos próximos (ARAÚJO, 2014). Desta forma, dentro do grande projeto PCE do MMA, o IESB propôs um ‘mini-corredor’ para atuação mais direta na região denominada por ex-integrantes da instituição como ‘complexo Una-Lontras’ ou ‘corredor Una-Lontras’, abarcando a REBIO Una e seu entorno, bem como a Serra localizada a oeste da TI Tupinambá de Olivença, chamada Serra das Lontras. Esta Serra tinha passado a ser mais um foco de atuação da instituição a partir de 2000 devido a parcerias com as ONGs SAVE Brasil e BirdLife que possuem uma atuação voltada para a preservação de espécies de avifauna. Na Serra das

¹⁴⁵ Este material riquíssimo será uma das bases principais das elaborações acerca das narrativas ambientais do IESB sobre a conservação da biodiversidade a serem realizadas no próximo Capítulo.

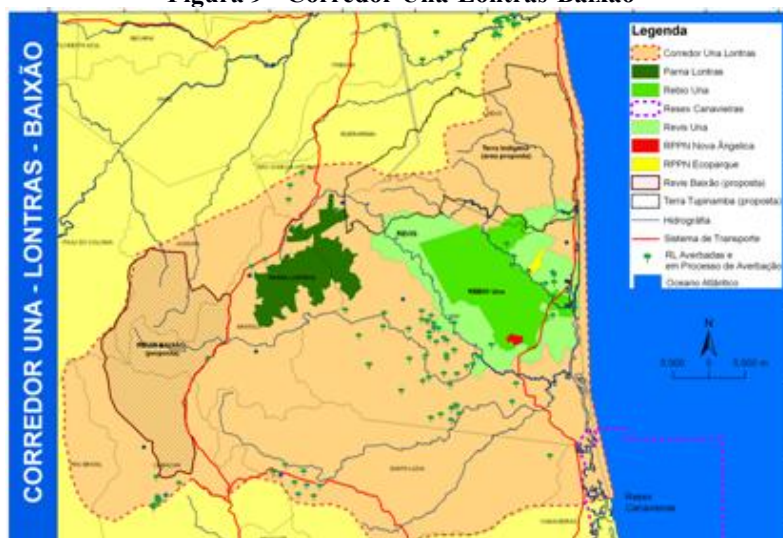
¹⁴⁶ Para mais informações sobre o programa Cf. Fandi, 2013.

Lontras, entre outras espécies de pássaros, havia sido descoberto o *acrobatornis fonseseai*, o acrobata, levando a atenção destas instituições para lá. Uma ex-funcionária da SAVE Brasil, que ficou responsável pela coordenação do projeto em articulação com o IESB, nos explicou este processo:

Porque birdwatcher é um bicho esquisito, um bicho especial né? Tem um caderninho de bichos que ele vai avistando, e se o cara é muito rico, ele faz isso, ele sai da Inglaterra, ele vai pra Tailândia no final de semana, agenda um cara local que sabe levá-lo até um lugar onde tem um determinado bicho, vai lá atrás, vê o bicho, tica no caderninho e no domingo volta pra Inglaterra. Eles tem essa coisa assim de ver bicho raro, bicho ameaçado de extinção. O que aconteceu é que uma dessas pessoas da BirdLife, numa viagem pro Brasil, encontrou um bicho super ameaçado lá na Serra das Lontras e aí teve toda uma tensão da nossa organização no Brasil pra Serra das Lontras. Daí realmente a SAVE se interessou de fato pela área. Porque, até então, tinha a REBIO Una que é um trecho super especial, mas é isso: já tinha um monte de gente trabalhando ali, tinha um monte de pesquisador, e a Serra das Lontras não. Era uma área que do lado da REBIO Una estava pagada, então a SAVE botou o foco lá, e falou: ‘olha, essa área aqui é importante.’ E aí é justamente por conta deste interesse que acabou a SAVE e o IESB escrevendo um projeto juntos esse que recebeu apoio da União Européia e que tinha essa ideia: a gente já tem a REBIO Una e a gente tem uma área importante aqui na Serra e no meio tem um monte de gente aí produzindo, trabalhando, e tem também que tem as cabruças, tem áreas que tem fragmentos de Mata Atlântica, bom enfim, isso é um corredor! Aí surgiu a ideia do Corredor Una-Lontras¹⁴⁷

Tendo sido aprovado o projeto em parceria com a SAVE, a partir de 2005, ano de início da segunda fase do PCE, entre outros projetos de fortalecimento do CCMA, o IESB iniciou o “Projeto Corredor Una-Lontras-Baixão”, envolvendo os municípios de Una, Ilhéus, Arataca, Santa Luzia e Camacan, com financiamento da União Europeia (SAVE; IESB, 2009).

Figura 9 - Corredor Una-Lontras-Baixão



Fonte: Fandi, Gomes (2011, p.55)

¹⁴⁷ Entrevista concedida via Skype em setembro de 2017.

De acordo com publicação organizada pelo IESB (ARAÚJO et al, 2011), este projeto teve três linhas de atuação: 1) Produção Agroflorestal; 2) Áreas Protegidas; 3) Desenvolvimento Comunitário. A primeira linha tinha como foco central a manutenção da cabruca em propriedades rurais próximas às UCs. Os sujeitos envolvidos aqui são, segundo a publicação do Instituto, agricultores familiares tradicionais e assentados pela reforma agrária, que participaram de oficinas de capacitação, tiveram acesso a microcrédito rotativo e assistência técnica, entre outros programas como apoio para averbação de RPPN, certificação orgânica, inclusão no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e incentivo à submissão de propostas em editais. Já a linha das áreas protegidas estava relacionada ao estímulo à “criação e gestão de UCs, bem como a adequação ambiental da propriedade rural, especialmente no que se refere à averbação da reserva legal.” (ARAÚJO et al, 2011, p. 58). A terceira linha do projeto priorizou ações voltadas para as comunidades ligadas à educação ambiental, associativismo e questões de gênero. As ações de educação ambiental foram realizadas em quatro comunidades, todas fora do recorte desta pesquisa.

É interessante observar que a interlocução entre o “Projeto Corredor Una-Lontras-Baixão” e o PCE teve ambiguidades. Por um lado, o ‘mini-corredor’ figura como uma das experiências de êxito no contexto do CCMA na publicação “Unidades de Conservação em Rede” de 2011, organizada por integrantes do IESB. Por outro lado, O relatório final de avaliação do PCE (ARAÚJO, 2014) aponta que a dificuldade em gerar convênios com as ONGs dificultou as últimas etapas do projeto. Apenas três propostas de aumento de conectividade em “minicorredores” ou áreas prioritárias para atuação dentro do CCMA foram executadas, sendo que o IESB não constava nesta lista – embora uma ONG que nasceu de dentro desta instituição, o Instituto Floresta Viva, presidido por um ex-integrante do IESB, tenha sido contemplada. Ao fim do documento de avaliação do PCE o ‘mini-corredor’ Una-Lontras-Baixão aparece como “parcialmente concluído” (ARAÚJO, 2014, p. 83).

Entretanto, em entrevista, a coordenadora do projeto aponta que um dos resultados mais proeminentes foi a publicação de um documento conjunto entre o IESB e a SAVE Brasil sobre o ‘Complexo Una-Lontras’, sua biodiversidade e potenciais de desenvolvimento sustentável. O documento publicado em 2009 é, em grande medida, uma defesa da criação do Parque Nacional de Serra das Lontras, como nos confirma a ex-integrante da SAVE e coordenadora do projeto: “Mas isso aqui [a publicação], a ideia da gente era por isso em baixo do sovaco e ir atrás do MMA, mas no final, assim, a coisa já foi crescendo de um jeito, que logo depois que o projeto acabou, o Parque Nacional foi criado e a gente ficou super feliz.”¹⁴⁸. O Parque Nacional de Serra das Lontras (PARNA Lontras) foi criado em 11 de junho de 2010 e está sobre gestão do ICMBio. O PARNA Lontras é, assim, a UC federal de grande porte mais recentemente delimitada na região, em área relativamente extensa, contando com 11.336 hectares.

4.3.5 Conectividade da Paisagem: RPPNs no Sul da Bahia

Outra seara de atuação do IESB, também relacionada ao conceito de corredor, foi a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Uma das principais apostas do IESB para o aumento da conectividade da paisagem nos corredores – tanto em sua perspectiva mais ampla no CCMA, como na sua área focal de atuação do ‘mini-corredor’ – foi a ampliação do sistema de Unidades de Conservação. Dez anos antes da promulgação do SNUC, em 1990, o IBAMA havia criado um programa para a criação de unidades de conservação privadas de áreas naturais, por iniciativa dos proprietários, com a chancela do

¹⁴⁸ Entrevista concedida via Skype em setembro de 2017.

Governo Federal (ARAÚJO et al, 1998)¹⁴⁹. Na visão dos autores do caderno acerca do Sul da Bahia do RBMA, este tipo de área protegida se adéqua totalmente à perspectiva da Reserva da Biosfera, assim como a de corredor ecológico, pois pode incentivar proprietários a proteger remanescentes nas áreas tampão ou zonas de amortecimento, bem como gerar áreas onde as espécies possam passar nos movimentos de circulação entre os fragmentos. Uma área de floresta mesmo que pequena, se está próxima a remanescentes florestais de maior porte, pode servir como ‘*stepping stones*’ para as espécies tornando-se um elemento de ligação que auxilia no aumento da heterogeneidade do ecossistema e serve de refúgio para espécies que só ocorrem em áreas muito específicas (FONSECA et al, 2004). Em entrevista publicada no blog da SOS Mata Atlântica um integrante do IESB aponta que a importância das RPPNs é justamente ajudar a compor “todo um sistema de unidades de conservação, agregando mais áreas protegidas e realizando mais conexões com esse sistema.”¹⁵⁰, Desta maneira, o IESB atuou com diversos projetos no sentido de incentivo, facilitação e implementação direta de RPPNs e averbação de Reservas Legais (RL)¹⁵¹.

Uma forma de ação, neste sentido, foi a aquisição direta de terras por parte da instituição através de recursos provenientes de organizações internacionais com o objetivo de implementar RPPNs. Entre as áreas compradas pelo IESB com este objetivo, a mais antiga e a que teve maior projeção social, foi a RPPN situada em relação de contiguidade com a REBIO, na sua fronteira norte próxima ao mar, Ecoparque de Una. Em 1996 o IESB adquiriu uma área de 83 hectares, em parceria com a CI e recursos da *Anheuser-Busch*, que foi averbada como RPPN em nome do instituto. Dessa forma, começaram a preparar a área para transformá-la em um projeto piloto de turismo em áreas de natureza. Interessante observar que a instalação deste tipo de projeto piloto estava prevista para a região Sul da Bahia na supracitada proposta inicial do projeto corredores, apresentada ao ministério em 1996. Como se observa na seguinte passagem: “o projeto irá estimular projetos modelo na área de ecoturismo, particularmente através de treinamento de profissionais e fomento a iniciativas-piloto nessa região.” (AYRES et al, 2005, p. 144). Em 1998 o IESB abriu o Ecoparque ao público, materializando o primeiro projeto de ecoturismo em uma área privada no Nordeste. Este Ecoparque abrigava a primeira passarela suspensa pela copa das árvores do Brasil (MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002). Em 2001 foram adquiridos outros 300 hectares colados nos primeiros 83, com recursos da *Margot Marsh Biodiversity* e da *Beneficia Foundation*, ampliando expressivamente a Reserva. A intenção era que a UC funcionasse como uma ‘vitruve’ da Mata Atlântica do Sul da Bahia capaz de influenciar empreendimentos de turismo na região (FANDI, 2013, p. 22). Segundo o presidente do IESB, no período de instalação da RPPN, o principal objetivo do Ecoparque foi abarcar as demandas de atividades recreativas e educacionais na área da REBIO não previstas no plano de manejo da UC federal. O Ecoparque de Una:

foi instalado com o objetivo principal de oferecer uma alternativa de ecoturismo para a região Sul da Bahia por meio de uma experiência piloto,

¹⁴⁹ Em 2000, com a promulgação do SNUC, as RPPNs foram incluídas enquanto uma categoria específica de UC, regida por este estatuto e deixou de ser um programa especial específico do IBAMA. Segundo a legislação atual, a RPPN é uma categoria que prevê a criação de uma UC em propriedade particular por ato voluntário de seu proprietário seja ele uma pessoa física ou jurídica, tendo o fim de promover a conservação da diversidade biológica.

¹⁵⁰ Disponível em: < <https://www.sosma.org.br/blog/entrevista-sobre-a-rppn-ecoparque-de-una/> >. Acesso em: 21/06/2016.

¹⁵¹ As Reservas Legais são conformadas por um percentual das propriedades, que varia de acordo com o Bioma e o tamanho da propriedade, que devem, de acordo com o código florestal, ser reservados para auxiliar a conservação e reabilitação dos processos ecológicos.

unindo ações de conservação e desenvolvimento sustentável, buscando ainda dar mais visibilidade à Rebio e aos esforços de conservação local. O Ecoparque funcionou durante 10 anos com atividades de ecoturismo, educação ambiental, desenvolvimento comunitário e pesquisa.¹⁵²

Além desta RPPN, em 2004 o IESB adquiriu outra fazenda contígua à REBIO chamada Fazenda Nova Angélica, localizada ao sul da UC em sua porção costeira, mais distante a área da TI mas dentro da poligonal do REVIS Una, assim como o Ecoparque. A Fazenda Nova Angélica, com 242 hectares, foi adquirida com recursos provenientes de doação à instituição realizada pela *3M Foundation* da companhia multinacional 3M¹⁵³, através da *The Nature Conservancy* (TNC), que ficou responsável pela distribuição destes recursos em ações para a conservação da Mata Atlântica brasileira¹⁵⁴. De acordo com o presidente da ONG na época: “As duas áreas foram selecionadas de forma a fortalecer a proteção oferecida pela áreas protegidas oficiais, considerando especialmente a proximidade da REBIO e o valor ecológico dos fragmentos.”¹⁵⁵. Além destas três RPPNs o IESB também adquiriu uma área de 221 hectares na Serra das Lontras, região próxima a área de estudo que faz parte de um ‘mini-corredor’, foco de atuação do IESB no contexto do CCMA, o qual abordaremos a seguir.

As RPPNs do IESB se distribuíam, portanto, no entorno de UCs, duas delas tendo especial ligação com a REBIO e o REVIS Una, demonstrando a supracitada perspectiva calcada na importância de RPPNs quando estão próximas a áreas protegidas de maior porte. Segundo Fandi (2013, p. 23) os objetivos do IESB na aquisição direta de áreas eram voltados especificamente para a conservação:

Documentos institucionais referentes às áreas revelam que todas as Reservas do IESB têm como objetivos a conservação da biodiversidade por meio do estabelecimento de corredores de biodiversidade, a realização de pesquisas biológicas e a implementação de programas de educação ambiental com comunidades do entorno.

Entretanto, depois de anos de atuação o instituto começou a ter dificuldades em manter as áreas adquiridas. Quando os recursos de organizações externas foram diminuindo, os custos começaram a ser arcados apenas pelo IESB gerando dificuldades na manutenção das áreas que acabaram se tornando um ônus para a instituição (FANDI, 2013). Em entrevista veiculada na web um ex-integrante do IESB explica algumas destas dificuldades: “Captar recursos para RPPN é muito difícil, há poucos editais, poucas empresas na nossa região apoiando esse tipo de iniciativa. Manter uma RPPN é caro, temos um custo mínimo anual de entre 28 mil e 35 mil reais.”¹⁵⁶

Ainda de acordo com Fandi (2013), o Ecoparque era a RPPN do IESB que tinha um planejamento estratégico mais bem pensado e definido, através de estudos de mercado e planos de negócios para a implementação da atividade turística, mas mesmo assim começaram a ter dificuldades financeiras com esta unidade cujos custos de manutenção eram também mais altos devido à infraestrutura turística implementada. Entre os anos de 2009 e

¹⁵² Informação Verbal concedida em entrevista realizada em 13 de julho de 2016.

¹⁵³ Com os mesmos recursos o IESB comprou uma outra área em Itacaré, fora do recorte geográfico desta pesquisa.

¹⁵⁴ Disponível em: <

http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/EsporteCultura/Home/Sustentabilidade/NatureConservancy/ >. Acesso em: 02/02/2018.

¹⁵⁵ Entrevista concedida em 13 de julho de 2017 por e-mail.

¹⁵⁶ Disponível em: < <https://www.sosma.org.br/blog/entrevista-sobre-a-rppn-ecoparque-de-una/> >. Acesso em: 25/12/2016.

2010, a gestão do turismo no Ecoparque foi passado para uma operadora de turismo para diminuir os gastos. As dificuldades se agravaram ao longo dos anos de 2011 e 2012 levando o parque a fechar ao público. Em 16 de setembro de 2013, em resposta a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Estado da Bahia, a Cidadelle Empreendimentos¹⁵⁷, empresa agente da especulação imobiliária na região que está realizando a construção de condomínios a beira mar no eixo entre Ilhéus e Itabuna, adquiriu a área de 380 hectares relativa ao Ecoparque de Una¹⁵⁸. Segundo um ex-integrante do IESB, que ficou responsável pela gestão das áreas de RPPNs nos últimos anos, a venda do Ecoparque para a Cidadelle Empreendimentos foi também uma solução para capitalizar o instituto que estava com dívidas. No acordo estava previsto para a gestão da RPPN uma parceria de dois anos com o IESB que, neste período, já não dispunha mais de sede física e contava com uma equipe extremamente reduzida. Naquele momento as notícias vinculadas pela empresa na imprensa local falavam que a RPPN ‘ganharia uma nova dinâmica’, já que a empresa iria revitalizá-la e que, após estudos e a realização de um plano de manejo, o Ecoparque seria reaberto à visitação¹⁵⁹. Até janeiro de 2018 isto ainda não havia ocorrido.

Além da implementação direta de RPPN sob sua gestão, o IESB também trabalhou no incentivo à criação de RPPNs por parte de outras pessoas ou entidades. A partir de fevereiro de 1996 o IESB passou a implementar o ‘Programa de Divulgação e Apoio à Criação e Implementação de RPPNs no Sul da Bahia’ com o financiamento da CI e da USAID. O programa tinha o objetivo dar suporte aos proprietários interessados em registrar suas terras como RPPN, auxiliando os proprietários na preparação de documentos e acompanhamento do processo, bem como oferecendo apoio ao IBAMA nas vistorias através do fornecimento de pessoal capacitado, equipamentos e veículos (MESQUITA; LEOPOLODINO, 2002). A proposta era divulgar esta forma de área protegida que naquele momento era extremamente nova, orientar e estimular os proprietários na criação de RPPNs, sobretudo nas áreas de entorno de UCs, e ajudar o IBAMA a enfrentar as dificuldades. Ex-integrantes do IESB apontam que, na região da REBIO Una, muitos proprietários tinham vocação agrícola e que, portanto, ali a estratégia estava voltada para o oferecimento de alternativas agrícolas sustentáveis e melhoria na produtividade, “propondo a averbação da Reserva Legal e a criação de RPPNs como uma espécie de ‘compensação’ pela assistência técnica recebida.” (MESQUITA; LEOPOLODINO, 2002, p. 8). O foco desta atuação foram os proprietários participantes de uma cooperativa, que o IESB ajudou a criar, chamada Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCÁ). Já nos primeiros dois anos do programa foram criadas 5 RPPNs na região e outras 7 entraram em processo de reconhecimento (MESQUITA; LEOPOLODINO, 2002). A partir de 1999, além do apoio à criação, o IESB passou a dar suporte aos processos de implementação efetiva das áreas, através de atividades de planejamento e gestão, como elaboração de planos de manejo e elaboração de ferramentas de monitoramento.

Em entrevista em 2017 um ex-integrante do IESB indicou como RPPNs federais próximas à área da REBIO Una as seguintes UCs: RPPN helico, fazenda baixão, localizada próxima à área da serra das Lontras com 65 hectares delimitada em 2007; a reserva São José com 77 hectares delimitada em 2008; a RPPN Boa União localizada no interior dos limites da

¹⁵⁷ Nossas insistentes tentativas em falar com um representante da empresa sobre o Ecoparque foram mal sucedidas.

¹⁵⁸ Disponível em: < <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2013/09/25/tac-garante-conservacao-do-ecoparque-de-una/> >. Acesso em 04/06/2016.

¹⁵⁹ Disponível em: < <http://unanews.com.br/2013/09/ecoparque-de-una-ganha-novo-folego.html> >. Acesso em: 06/06/2016.

TI, dotada de 112 hectares aproximadamente, delimitada também em 2007; a Fazenda São João com 25 hectares, cuja localização não está registrada corretamente na base do ICMBio, criada em 1997; o próprio Ecoparque de Una e a fazenda Ararauna, com 39 hectares, localizada nos limites do município de Una no entorno da REBIO delimitada em 2003¹⁶⁰. Os dados sobre as RPPNs municipais e estaduais são menos precisos. Entretanto, interessante reconhecer que, na base numérica da confederação nacional de RPPNs, Ilhéus e Una aparecem em terceiro e quinto lugar em quantidade de reservas particulares em todo estado da Bahia, contando com 9 e 6 RPPNs respectivamente. Os dados da CNRPPN são fruto de uma contagem participativa, sujeita a falhas, mas demonstra que o número de unidades deste tipo demarcadas na região é relativamente alto¹⁶¹.

4.3.6 Ampliação da REBIO e Implementação do Refúgio da Vida Silvestre de Una

É neste mesmo contexto da criação de RPPNs que se viabiliza o processo de criação e ampliação de Unidades de Conservação geridas pelo Estado naquela região. Como vimos, a ampliação e fortalecimento da malha de Unidades de Conservação foi um dos principais elementos de destaque nos discursos e publicações dos integrantes do IESB e instituições parceiras – sejam UCs privadas ou estatais. Segundo a proposta de conservação da biodiversidade fundamentada na ideia de corredor as UCs não são suficientes para garantir a conservação a longo prazo. Porém são fundamentais para a garantia da sobrevivência das espécies, pois, para serem efetivos, os pequenos fragmentos dependem da existência de grandes remanescentes florestais próximos (FONSECA et al, 2004). A participação do IESB na ampliação da REBIO e na delimitação da REVIS, assim, se dá no contexto das discussões sobre corredores e também na perspectiva integrada da paisagem, que prevê uma articulação entre as diferentes unidades da paisagem enquanto forma de planejamento e articulação para conservação da biodiversidade. Seguindo esta visão, a criação de UCs entrou em pauta como forma privilegiada de atuação na segunda etapa do PCE: “Na segunda fase do PCE, será dada prioridade às ações de apoio à criação e à consolidação de Unidades de Conservação, ao planejamento e à implantação de minicorredores, à vigilância, à fiscalização e ao monitoramento.” (MMA, 2006, p. 15, grifo nosso).

Pode-se perceber, pelo que exposto até aqui, que a atuação do IESB durante este período esteve em forte consonância com as diretrizes propostas pelo PCE do MMA. Destaca-se, aqui, a atuação voltada para a ampliação e criação de novas UCs que teve um efeito direto no recorte desta pesquisa. Em 2005 o PCE previa “a criação de 14 e a ampliação de 3 unidades de conservação na porção baiana do Corredor, aumentando em seis vezes a cobertura de espaços protegidos na região.” (MMA, 2006, p. 29). Segundo o MMA, as propostas de criação de UCs, da segunda fase do projeto, tiveram como base os trabalhos realizados na primeira fase, voltados para o levantamento de espécies e identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. A produção de artigos voltados para a REBIO de Una e arredores publicados no CD do IESB, no contexto do PROBIO, sem dúvidas teve uma importância central. Segundo um dos fundadores do IESB:

O IESB participou ativamente do processo de ampliação da Rebio e criação da REVIS, a própria atuação do IESB em ações articuladas de conservação e desenvolvimento trouxe visibilidade e viabilidade para a ampliação da reserva. Os estudos independentes que desenvolvemos apontavam a necessidade, a viabilidade e a oportunidade da ampliação. Fizemos levantamento socioambiental, da fauna e dos fragmentos remanescentes que

¹⁶⁰ Dados do Sistema de Monitoramento Informatizado de RPPN (SIMRPPN) do ICMBio.

¹⁶¹ Fonte: < <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns> >. Acesso em: 12/01/2018.

fundamentaram a ampliação. Do mesmo modo, os estudos da equipe do Projeto RestaUna (UESC) trouxe importante contribuição. Diversas outras organizações também apoiaram a ampliação e criação da REVIS, foi um esforço muito bem articulado.¹⁶²

Como parte deste esforço articulado, dentro dos projetos realizados por financiamento do CEPF, houve um intitulado *‘Increasing the Network of Protected Areas in the Bahian Portion of the Central Corridor of the Atlantic Forest’* cujo relatório final de avaliação está disponível no sítio do CEPF e é assinado pela Associação Flora Brasil, ONG de atuação no extremo sul baiano. De acordo com este documento:

O Projeto se insere num esforço institucional intenso para ampliar a rede de unidades de conservação no sul da Bahia. A iniciativa inicial foi do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ibama de Eunápolis, Flora Brasil, Conservação Internacional, IESB, The Nature Conservancy (TNC), Instituto Floresta Viva, e BirdLife International entre outros. Essas instituições formaram uma Equipe Técnico-científica sob a coordenação do MMA para desenvolver as atividades necessárias ao detalhamento das unidades propostas. (CEPF, 2006, p. 1)

O responsável por este projeto foi apontado pelos entrevistados do IESB como o principal articulador, inclusive político, do processo de criação e ampliação de UCs na região que incluiu a ampliação da REBIO e a delimitação do REVIS de Una. Este projeto foi realizado entre maio de 2005 e junho de 2006 e tinha como objetivo reconhecer áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade a partir da equipe técnico científica e, em campo, desenhar propostas de poligonais para novas UCs ou ampliação das já existentes na parte do CCMA localizada na Bahia. Em dezembro de 2005 ocorreu a identificação das áreas prioritárias no âmbito dos três subcomitês locais da RBMA – Extremo Sul, Sul e Baixo Sul da Bahia. Esta seleção foi posteriormente referendada pelo Comitê Estadual da RBMA na Bahia. Os critérios de seleção foram as informações disponíveis sobre a biodiversidade que pudessem ser utilizadas como justificativa, bem como o grau de ameaça às áreas em curto prazo (CEPF, 2006). O mapa a seguir (Figura 10) coloca o resumo destas propostas de acordo com este relatório:

¹⁶² Entrevista concedida em 13 de julho de 2017 por e-mail.

Figura 10 - Proposta de UCs no Sul da Bahia



Fonte: CEPF (2006, p.7)

Pode-se observar que as áreas da REBIO e do REVIS de Una constam neste mapa. Desta proposta inicial, todos processos de criação e ampliação que de fato ocorreram se deram entre 2007 e 2010 como parte da leva de criação de UCs realizadas após a promulgação do SNUC, mencionada no Capítulo I. Segundo Araújo (2014), a partir de 2010, o ambiente político foi desfavorável para a criação de novas UCs, portanto, na visão do autor do relatório final de avaliação do PCE, o projeto soube aproveitar a janela de oportunidade política de criação de UCs no início de sua segunda fase. Nos primeiros meses de 2007 foi veiculada uma matéria no site do MMA anunciando novas UCs na Bahia:

Está em fase avançada o processo de ampliação de três Unidades de Conservação (UC's) no Sul da Bahia consideradas os maiores fragmentos de Mata Atlântica no Nordeste. São elas: a Reserva Biológica de Una e os Parques Nacionais do Descobrimento e do Pau-Brasil. O Ministério do Meio Ambiente pretende ainda criar os Refúgios de Vida Silvestre de Una e do Rio dos Frades. A Reserva Biológica de Una fica na região cacauzeira do sul da Bahia, com área de 7.324 hectares. A previsão é de que ela seja ampliada em 64,3%. (...) Será criado ainda o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do Rio

dos Frades, onde ainda ocorrem restingas cobertas de vegetação com grande riqueza de orquídeas e bromélias, endêmicas do extremo sul da Bahia. O refúgio de vida silvestre é uma categoria de proteção integral que não necessita desapropriar a área, mas ordena o uso da terra de forma a garantir que as atividades econômicas sejam totalmente compatíveis com a preservação. Os 24.154 hectares por serem protegidos nos RVS Rio dos Frades e de Una serão aproveitados economicamente de forma sustentável, preservando os ecossistemas da faixa litoral e atraindo turistas com alto nível de exigência ambiental e paisagística. As propostas visam proteger integralmente os remanescentes existentes e ainda promover a regeneração natural de áreas que servirão para reconectar fragmentos isolados facilitando o fluxo gênico da biodiversidade através do deslocamento da fauna e da dispersão e cruzamentos de plantas.¹⁶³

Em dezembro de 2007 o recém criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) oficializou o processo de ampliação da REBIO, dotando-a de 18.715,06 hectares. Na esteira dessa ampliação foi criada o REVIS UNA, com 23.262,09 hectares, localizado no entorno da REBIO para funcionar como uma espécie de zona de amortecimento de possíveis impactos. Nota-se que, assim como a REBIO, o REVIS é uma UC de proteção integral, modalidade que, segundo o SNUC, tem o objetivo básico de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (SNUC, 2000, site). Já as UCs de uso sustentável são voltadas para uma compatibilização da “conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000, site). Isto é, só foram delimitadas na região UCs dotadas de uma perspectiva restritiva quanto ao uso dos recursos. O REVIS é uma categoria bastante controversa, pois apesar de ser de proteção integral um REVIS “pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários” (SNUC, 2000, site). Entretanto:

havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei (SNUC, 2000, site).

Assim, esta categoria propõe uma vigilância e uma fiscalização muito presentes sobre os residentes da UC, ao mesmo passo em que permite sua presença. No decreto de criação da UC (BRASIL, 2007) lê-se: “O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o *caput* deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência”. Hoje, passados mais de 10 anos da criação da UC, não há plano de manejo que possa embasar as ações e decisões tomadas no contexto de uma categoria de UC tão controversa, nem há quaisquer informações relevantes na base de dados do ICMBio.

Quanto aos conselhos destas UCs, o IESB liderou entre 2004 e 2005 um processo de estruturação do conselho da REBIO. Apesar da constituição do conselho ser uma prerrogativa presente no plano de manejo da unidade, publicado já em 1997 na sua primeira versão, os primeiros passos para estruturação do conselho ocorreram somente em junho de 2004, durante evento organizado pela WWF Brasil quando se reuniram em Olivença pesquisadores

¹⁶³ Fonte: sítio do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/informma/item/3820-unidades-de-conservacao-no-sul-da-bahia-serao-ampliadas> >. Acesso em: 24/07/2017

envolvidos com estudos na área da REBIO para discutir sua ampliação e zona de amortecimento (IESB, 2009). Neste momento constitui-se um grupo de trabalho (GT) formado pelo gestor da REBIO, um analista ambiental do IBAMA, dois integrantes do IESB e uma ecóloga da UESC. Este GT se reuniu novamente em setembro daquele ano. A proposta deste primeiro encontro era que, durante os meses seguintes, o GT articulasse reuniões menores onde conversariam com segmentos diversos da sociedade – “comunidades e associações, ONGs, instituições públicas e o meio empresarial” (IESB, 2009, p. 11) – para informar e discutir a necessidade de criação do conselho da UC. Segundo o relato no documento do IESB, foram realizadas apenas as reuniões com as comunidades e com as ONGs e daí decidiu-se realizar diretamente a reunião geral para definição dos membros do conselho. Em maio de 2005, foi realizada uma primeira reunião ampliada com cerca de 75 participantes para esclarecer as atribuições do conselho e da UC, segundo o SNUC, e a definição do número de assentos no conselho. Nesta ocasião ficou definido que haveriam 28 vagas, sendo 14 para o segmento social e 14 para instituições públicas. Interessante observar que a comunidade Tupinambá de Olivença aparece na lista de integrantes do conselho (IESB, 2009, p. 13), porém é o único coletivo que não possui a especificação de seu representante oficial e suplente. Em novembro de 2005 o conselho da REBIO foi reconhecido oficialmente em DOU e, em 2009, o IESB publicou uma cartilha que tinha como intuito fortalecer o conselho, bem como ser um instrumento de formação e capacitação dos conselheiros. Em março de 2017 o conselho da REBIO Una foi renovado e o conselho do REVIS foi criado. Não encontramos, entretanto, informações disponíveis sobre as atas das reuniões e seus participantes, apenas o que consta no DOU¹⁶⁴. Observamos que o conhecimento sobre o REVIS pela população no entorno desta é escasso, sendo muito comum que os moradores reconheçam toda atuação do ICMBio, na região, apenas com o nome de ‘a reserva’. Na avaliação final do projeto PCE o consultor que a produziu considera insatisfatória a consolidação das UCs existentes e ressalta o avanço exíguo da regularização fundiária das Unidades, de uma maneira geral, destacando que apenas 30,5% das áreas da REBIO Una estão regularizadas. Os dados mais bem trabalhados sobre esta UC são os que constam em seu plano de manejo e estão desatualizados, inclusive em relação à sua ampliação. Os dados sobre a situação fundiária do REVIS, embora esta não exija desapropriação, são inexistentes na base do ICMBio.

Os processos mais recentes de articulação dos conselhos não teve a participação direta do IESB. Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2013, a atuação do IESB recrudescceu, não apenas nas UCs em questão mas na região como um todo. O instituto não foi oficialmente fechado, contudo seu presidente não mora mais em Ilhéus e não há mais atividades previstas. Diversos fatores foram apontados pelos entrevistados como elementos que contribuíram para o “apagamento” do IESB. Em primeiro lugar, destaca-se, a transformação no cenário global em termos de recursos e articulação com ONGs internacionais, o principal fator apontado é a crise econômica e financeira no Norte global de 2008. Segundo nos colocou um ex-integrante da instituição, em entrevista, as ONGs que sobreviveram após 2008 tiveram que mudar suas atuações, pois as que continuaram com os mesmos objetivos e gestão faliram. A falta de financiamento para pesquisa e a saída paulatina dos profissionais da instituição, devido à ausência de projetos novos e motivos pessoais, são fatores fundamentais apontados por outra

¹⁶⁴ A participação da população indígena Tupinambá de Olivença consta tanto no documento de criação do conselho do REBIO, quanto no de criação do conselho da REVIS. Um indígena nos informou ter participado do conselho da ‘reserva’, sem estar muito claro sobre qual UC se tratava a reunião. É possível, inclusive, que as reuniões dos dois conselhos estejam sendo realizados de forma integrada. Como tive acesso a essa informação na fase final do trabalho de campo não me foi possível acompanhar mais de perto a articulação e acontecimento destas reuniões.

entrevistada. Da mesma forma, o fim do PCE também foi um elemento de enfraquecimento da instituição, assim como problemas com a prestação de contas com o governo brasileiro – tidos como profundamente burocráticos. Por fim, a oneração da instituição com os custos da gestão e manutenção das RPPNs prejudicou a sustentabilidade financeira desta. As conclusões da dissertação de uma ex-integrante da instituição resume alguns destes pontos:

O IESB, ainda não encontrou o caminho para aproveitar todo o potencial de visibilidade e inserção social construídos durante anos de trabalho para fortalecer sua sustentabilidade financeira e diversificar as fontes de captação de recursos. Isso pode estar relacionado ao fato da organização ter se estruturado e se moldado em captar recursos por meio da elaboração de projetos e parcerias com organismos transnacionais, estes sujeitos a contextos macros os quais, por sua vez, geram instabilidades, podendo acarretar em descontinuidade sem um tempo necessário de amadurecimento dos projetos apoiados. Desta forma, o IESB não acompanhou a mudança de cenário na captação de recursos, e nem a mudança de estratégias que seriam necessárias em parcerias entre as organizações nacionais e internacionais.” (FANDI 2013, p. 77)

De toda forma, o legado da atuação do IESB está presente na região. Em primeiro lugar destaca-se a própria delimitação atual das UCs, além disso, a formação de profissionais na área ambiental permanece na região, assim como as formas de compreensão das paisagens e as inúmeras publicações e pesquisas geradas pelo IESB. Observa-se, ainda, que a atuação e legado do IESB auxiliaram também a criação de outras instituições ambientalistas e contribuíram para as discussões sobre as questões ambientais, especialmente no contexto da costa do cacau, gerando narrativas que são paradigmáticas na perspectiva ambientalista sobre a região, inclusive atualmente. As principais formas de atuação do IESB foram, até o momento, sistematizadas, a fim de embasar as análises a serem realizada a seguir sobre as formas de compreensão do problema da degradação da biodiversidade que subjazem a estes projetos voltados para a conservação. Estas conformam os fundamentos das soluções propostas por integrantes do IESB e parceiros para o problema da degradação ambiental. Formas de atuação que possuem dispositivos de legitimação e compreensão do mundo bastante específicas e em diversas medidas diferentes das dos indígenas Tupinambá de Olivença.

4.4 Relações Possíveis entre as duas Territorializações

Pode-se reconhecer que houve concomitâncias temporais entre os processos de ocupação e criação das delimitações administrativas reconhecidas, oficialmente pelo Estado brasileiro, como TI Tupinambá de Olivença e como REBIO e REVIS de Una. Embora haja diferenças nas justificativas e objetivos para a consolidação destas. Obviamente esses processos não ocorreram de maneira apartada, dada a coincidência espacial e temporal. Interessante perceber, por exemplo, que a ampliação da REBIO e a promulgação do REVIS datam de 2007, justamente um dos períodos em que foram realizadas diversas retomadas – como vimos anteriormente. Segundo um indígena Tupinambá de Olivença envolvido com os processos de delimitação, houve, naquele momento, tentativas de compatibilização entre objetivos de conservação dos indígenas e do ICMBio e parceiros. Na perspectiva desse indígena os dois processos correram de forma articulada em direções compatíveis. Entretanto, o grande problema é que enquanto os objetivos ambientais alcançaram sucesso em relação à oficialização perante o Estado, a demarcação da TI sofreu sucessivos atrasos, nunca se concretizando. O fato das UCs terem alcançado sua institucionalização, ao passo que os prazos legais para homologação da TI foram, e ainda são, constantemente postergados,

prejudica as possibilidades de alianças que estimulem práticas no sentido da manutenção dos remanescentes florestais. Este fato gerou, e gera, um descompasso que desequilibra as relações de força, colocando empecilhos para a compatibilização de diferentes perspectivas para a conservação da biodiversidade na região. A divergência na celeridade da regularização da situação das áreas de interesse ambiental e indígena demonstra que há conflitos quanto aos diferentes processos de territorialização em curso. Há, portanto, assimetrias imbricadas nas distintas atuações do Estado brasileiro nos territórios em questão.

Nos colocamos, assim, diante de uma aparente contradição na medida em que ocorrem, de maneira concomitante, processos de territorialização inter-relacionados que não parecem, ou conseguem, reconhecer de maneira clara ou explícita esta conexão. Por fim, destaca-se que quando não perguntamos diretamente sobre a questão indígena na região, da TI e da presença dos Tupinambá de Olivença no entorno da REBIO, esta simplesmente não apareceu como assunto nas entrevistas com os ex-integrantes do IESB. Isso mesmo quando estávamos falando sobre áreas no entorno da REBIO amplamente habitadas pelos indígenas. De forma correlata, a maior parte dos indígenas, com os quais tive a oportunidade de conversar sobre a questão ambiental na região, não tinham informações sobre as UCs, tendo menos ainda conhecimento sobre o ‘projeto corredor’ – que incluía diretamente a TI Tupinambá de Olivença.

Neste contexto, nos parece particularmente interessante realizar uma avaliação das possibilidades concretas de aproximações e distanciamentos nas narrativas ambientais acerca da conservação da biodiversidade para os articuladores dos dois grandes processos de territorialização aqui apresentados. Procuraremos abordar as discrepâncias e semelhanças nas formas de enxergar o “problema ambiental”, bem como nas soluções apresentadas. Esta abordagem será complementada ao nos relacionarmos com a divisão *a priori* entre as perspectivas ‘socioambientalistas’ e ‘conservacionistas’, assim como a sua incapacidade de lidar com a complexidade destas visões. Além disso, destaca-se que está em curso atualmente um conflito entre a atuação indígena no território e a implementação da proteção integral nas UCs. Com estes apontamentos em mente, buscamos no próximo Capítulo comparar as formas de articulação de ambientalistas e indígenas sobre a conservação e degradação da biodiversidade a fim de gerar um descortino, não maniqueísta, das disputas sobre estes temas naquele ambiente.

CAPÍTULO V

5 NARRATIVAS AMBIENTAIS ENTRE INDÍGENAS E AMBIENTALISTAS: PROBLEMAS COMUNS, DIFERENTES PERSPECTIVAS

5.1 Mapeando Narrativas Ambientais

A partir do descortino realizado no Capítulo anterior do contexto da TI e do movimento indígena Tupinambá de Olivença, assim como das atuações do IESB voltadas para a conservação da biodiversidade, em sua relação específica com a REBIO e o REVIS de Una, procuramos a seguir realizar uma análise das aproximações e diferenças das narrativas ambientais sobre a conservação da biodiversidade. Esta articulação se dará na perspectiva de dois grupos aos quais denominamos de ‘indígenas’ e ‘ambientalistas’. A opção pela análise específica destes discursos se justifica pela composição de um quadro comparativo entre diferentes visões, contudo que possuem em comum o fato de se contraporem a modelos de produção econômica e social que não levam em conta a degradação da natureza, ou a compreendem como uma ‘externalidade’, tal qual um discurso economicista de base desenvolvimentista preconiza. Conforme explicitado na Introdução, deste trabalho, seguindo Foucault (1982), entendemos que o poder pode ser estudado a partir das formas de resistência a ele, ou seja, a oposição em relação aos efeitos do poder, em sua conexão com o conhecimento, a expertise e a legitimidade discursiva. Desta forma, focalizamos aqui os discursos dos indígenas e dos integrantes do IESB e parceiros por conformarem ‘contra-discursos’¹⁶⁵, que se mobilizam no sentido de gerar outros processos e práticas para além da uniformização das paisagens e das vidas operadas na produção de ‘monoculturas da mente’ (SHIVA, 1999). Como vimos no primeiro Capítulo deste trabalho, os projetos e discursos voltados para a conservação da biodiversidade possuem em comum a contraposição a uma degradação ambiental sem precedentes, que se dá através de processos de industrialização, urbanização, mineração entre outras formas de transformação das paisagens para fins econômicos (ADAMS; HUTTON, 2007). Entretanto, embora o escopo do debate da conservação da biodiversidade esteja no âmbito da produção de contra-discursos que buscam o desmantelamento de uma forma específica de exercício do saber-poder, as relações entre os diferentes grupos e a biodiversidade a ser conservada está imbricada a questões como o acesso – ou proibição de acesso – à terra entre outros recursos naturais, o papel do Estado e ONGs no controle deste acesso e na legitimidade da ciência no entendimento da natureza (ADAMS; HUTTON, 2007). Dessa forma, dentro deste corpo de construção de práticas e discursos em prol da conservação da biodiversidade há uma série de continuidades e descontinuidades, de pontes e rupturas, como vimos anteriormente, onde o discurso cientificizado tende a prevalecer. Isto é, a princípio, enunciações mais próximas à positividade científica, em especial das Ciências Naturais, possuem uma maior capacidade de circulação e

¹⁶⁵ Este conceito se encontra em Foucault, 1982.

fundamentação do regimento de condutas dentro deste campo. Neste quadro geral, outras formas de enunciação e compreensão do problema, como as dos Tupinambá de Olivença, enfrentam dificuldades no sentido de se afirmar como legítimas. Ressalta-se, aqui, que embora tratem-se de dois contra-discursos estes não são dotados dos mesmos graus de legitimidade social e capacidade de influência, sendo estas assimetrias um dos elementos que procuramos abordar. Reforçamos que optamos, assim, pela análise de dois contra-discursos – e por consequência perspectivas e atuações sobre a paisagem – de dois agregados de atores específicos: o movimento indígena Tupinambá de Olivença, e o movimento ambientalista do Sul da Bahia, ancorado na ação do IESB e parceiros. Utilizamos aqui o termo paisagem para designar o aspecto visível do território, sendo esta “visão” necessariamente atravessada pelo ponto de vista do observador (LACERDA, 2014). Por este motivo, este conceito parece adequado para realizar uma elaboração que leve em conta a conexão entre as narrativas ambientais e os aspectos materiais e imateriais dos territórios que procuramos operacionalizar aqui. Reiteramos que, acompanhando Foucault (1996), reconhecemos que o discurso não se constitui simplesmente por diferentes formas de representação do mundo. A ordem discursiva é dotada de materialidade na medida em que as separações operadas ali – como louco/são, verdade/falsidade ou, em nosso caso, conservação/degradação, mato/mata, índio/fazendeiro etc – estão intimamente e necessariamente relacionadas a formas de exercício de poder. Há, portanto, uma ligação inextrincável entre as práticas discursivas e as relações de poder, entre as formas de legitimação do discurso e as ações praticadas acerca de um determinado tema.

Consideramos importante explicitar que não é nosso objetivo fazer uma justaposição igualitária das diferentes narrativas, nem uma aproximação em relação à totalidade dos discursos que poderiam ser considerados como “indígenas” ou “ambientalistas”. Quanto aos indígenas o buscaremos abordar aqui, particularmente, é a perspectiva ancorada no movimento indígena Tupinambá em sua íntima relação com processos de emergência étnica no Nordeste. Como vimos na Introdução, a relação com lideranças e caciques do movimento indígena Tupinambá esteve presente inclusive no desenho de questões que guiaram esta pesquisa. Desta forma, as articulações realizadas a seguir partem desta relação, levando em consideração, em especial, que este grupo possui maior grau de dificuldade em legitimar socialmente suas visões sobre a conservação diante, por exemplo, dos órgãos ambientais do Estado do que os ambientalistas. Por outro lado, o conjunto de materiais discursivos que conformam a narrativa ambientalista está atrelado à atuação do IESB e parceiros. Isto se justifica devido ao seu papel sem paralelo na região Sul da Bahia na canalização de discursos ambientalistas que circulam em escala nacional e global, bem como na sua capacidade de influência nas tomadas de decisão em nossos recortes temporal e geográfico específicos, inclusive no tocante à implementação de UCs. Importante notar ainda que as ‘narrativas’ aqui estabelecidas, a saber, ‘indígenas’ e ‘ambientalistas’ possuem fins de sistematização e análise, havendo muitas vezes disparidades, sobreposições e heterogeneidades entre, e dentro, dos dois conjuntos de discursos acionados, que serão incorporadas na medida do possível na apreciação das narrativas ambientais que se segue. Buscamos, assim, identificar as duas narrativas não como conjuntos fechados e mutuamente excludentes mas, sim, como polos de atração que aglutinam em torno de si determinados enunciados, regimes de verificação e práticas sobre a conservação da biodiversidade.

Neste sentido, nos alinhamos, como explicitado ao longo deste trabalho, a pesquisadores da Ecologia Política que incorporam o referencial foucaultiano a fim de analisar o papel dos significados e das formas de apresentação dos fatos nas disputas políticas em contextos de conflito socioambiental. Bixler et al (2015) destacam que a Ecologia Política procura examinar os fatores que conformam as relações de poder entre diferentes grupos

sociais em sua relação com as paisagens. Utilizamos, assim, a metodologia proposta por estes autores chamada ‘análise de narrativas ambientais’ como meio de mapear as diferenças e similaridades entre os discursos voltados para a necessidade de ‘conservar o que ainda resta da mata’ – formulação utilizada tanto por ambientalistas, quanto por indígenas. A análise de narrativas ambientais envolve diversos tipos de fontes de informação, podendo incluir emails, cartas, relatórios e apresentações, entrevistas individuais e em grupo, matérias de jornal, artigos online e blogs, documentos oficiais, como relatórios governamentais, manuais de empresas e comunicados de imprensa, etc. Através deste universo heterogêneo de materiais e meios de discurso, o pesquisador traça as redes de conexão e afastamento entre as narrativas. Robertson et al (2000, p. 120-121) definem narrativas ambientais como:

We use the term “environmental narrative” to describe stories that are bounded by the narrator’s particular experiences, observations, and attachment to place. They include anecdotal information, oral environmental history, and local knowledge, and are analogous to traditional indigenous knowledge. A diversity of media including film, paint, print, and speech, are used to convey narratives or stories, about landscapes.

As narrativas ambientais são, portanto, ancoradas nos territórios, em suas dimensões materiais e imateriais, nas experiências das pessoas em relação às paisagens a partir de seus pontos de vista particulares. As principais fontes de acesso aos discursos nesta pesquisa foram entrevistas individuais, participação em reuniões comunitárias, documentos institucionais, matérias jornalísticas veiculadas em mídia eletrônica de circulação local e nacional, publicações em redes sociais, documentos de reivindicação produzidos por indígenas e parceiros, bem como artigos científicos, entre outros materiais, além da nossa observação em campo. Bixler (2013) sugere que é fundamental enraizar as narrativas, com o maior número de materiais discursivos possível, reconhecendo sempre como estas histórias estão imbricadas a aspectos contextuais.

Dentre o rico material discursivo coletado realizamos um recorte para a análise mais aprofundada neste Capítulo, utilizando as demais fontes para a devida contextualização, tal qual proposto por Bixler (2013). Quanto aos discursos indígenas, a principal fonte foram 21 entrevistas realizadas, nas sete aldeias anteriormente mencionadas, de acordo com roteiro semi-diretivo (ANEXO II). As entrevistas foram transcritas integralmente e lidas cautelosamente a fim de reconhecer conjuntos de questões identificadas por cores (ANEXO III). Este tratamento também foi dado à relatoria da reunião comunitária ocorrida por ocasião da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) relativo à ampliação da BR 101. Nesta ocasião os indígenas discutiram coletivamente pontos de interesse específico desta pesquisa, especialmente aqueles que foram considerados como as principais ‘ameaças ao meio ambiente’ na área da TI. Foram utilizados também alguns documentos relativos à processos e cartas oficiais do movimento, bem como vídeos produzidos pelos indígenas. Contudo, como observamos que a narrativa Tupinambá de Olivença não se constitui primordialmente a partir da linguagem escrita ou audiovisual, a análise fundamentou-se principalmente nos discursos orais relativos especificamente a esta pesquisa. Destacamos que a relação, que hoje já completa cerca de seis anos, com parte das comunidades indígenas Tupinambá de Olivença tem um papel crucial na articulação e compreensão das entrevistas, bem como a observação participante ao longo das estadias na TI. Estas outras fontes de informação fundamentadas no contato direto, no percurso material pelos territórios, fundamentam de maneira crucial toda a análise realizada. Lançamos mão também de fotografias para compor a narrativa Tupinambá, já que tivemos a oportunidade de gerar imagens que possam nos auxiliar na abordagem da narrativa indígena. Salientamos que todos

os trechos de falas dos Tupinambá de Olivença reproduzidos neste Capítulo são relativos aos trabalhos de campo voltados especificamente para esta pesquisa. Desta maneira, optamos por não referenciar o contexto de realização de cada entrevista a fim de evitar um número excessivo de notas de rodapé.

Quanto aos discursos ambientalistas optou-se, prioritariamente, pela sistematização de artigos científicos e documentos produzidos pelo IESB, órgão ambientais e parceiros. Os documentos foram levantados através de um “efeito cascata”, a partir das citações que constam nos documentos centrais de sistematização das atividades do IESB e parceiros, fornecidos por ex-integrantes da instituição. Dentre o vasto material coletado pelo contato com ex-integrantes da instituição e pesquisa sequencial, selecionamos um conjunto de 20 fontes, sendo 10 documentos institucionais e 10 documentos científicos – 9 artigos e 1 dissertação (ANEXO IV). A seleção desse material para análise mais pormenorizada teve como critério a riqueza e profundidade das elaborações acerca da escolha e justificativa de quais seriam os melhores caminhos para a conservação da biodiversidade no Sul da Bahia, procurando contemplar as diferentes escalas de atuação – REBIO e REVIS, corredor e ‘mini-corredor’¹⁶⁶. Ressalta-se que não nos restringimos aqui a documentos institucionais e científicos publicados unicamente pelo IESB e seus integrantes: incluímos, por exemplo, artigo científico publicado por um diretor da CI e relatório institucional relacionado à proposta de criação de UCs no sul da Bahia assinado pela Associação Flora Brasil no contexto do CEPF. Acreditamos que, desta forma, podemos gerar uma visão mais completa sobre a narrativa ambientalista em nosso foco que, como vimos no Capítulo anterior, está em profunda articulação com formulações que se desenvolveram a nível nacional e internacional. Os documentos foram sistematizados em fichas de leitura (ANEXO V). A opção por analisar este tipo de material escrito, institucional e científico, está ligada à forma de legitimação discursiva deste grupo, cuja narrativa está amplamente fundamentada na positividade das Ciências. Além disso, a instituição não esteve em atuação direta no território no período da pesquisa de campo, o que impossibilitou a observação direta de suas atividades. As entrevistas realizadas com os ambientalistas realizadas durante os trabalhos de campo e via Skype servem, assim, como apoio para a análise destes documentos.

A análise de narrativas ambientais abre, assim, um rol de possibilidades, inclusive no sentido de trazer ao diálogo discursos que possuem diferenças consideráveis em termos de linguagem, forma de circulação e legitimidade social. Lançamo-nos, assim, no desafio de articular, de maneira o mais equivalente possível, discursos substancialmente diferenciados, não apenas em seu conteúdo, mas em sua forma. Em termos de diferenciação, cabe ainda destacar que, a narrativa indígena está ancorada na atuação do movimento Tupinambá de Olivença, principalmente, durante a produção desta pesquisa. Já no caso da narrativa ambientalista estamos fundamentando a análise principalmente em discursos e práticas que se efetivaram há alguns anos, já que a presença mais ativa do IESB naquela região arrefeceu a partir de 2013. Ainda que os processos de territorialização da conservação da biodiversidade enquanto política pública naquele local, baseadas nesta atuação, permaneçam presentes. É fundamental, portanto, reconhecer que há uma diferença entre a narrativa ambientalista aqui apresentada e a atuação dos agentes ambientais ao qual se referem constantemente os indígenas. Como veremos, a contraposição ao conferimento de multas é um ponto fundamental de articulação da narrativa indígena atual sobre a conservação. Punições estas que estavam sendo efetuados naquele momento, quando o IESB, na verdade, já havia deixado de ser um ator central na constituição de discursos e práticas voltadas para a conservação na

¹⁶⁶ Quando haviam diversas opções de documentos relativos a cada uma destas escalas, optou-se por selecionar o documento mais completo, como no caso do CCMA.

região. Não seria correto fazer uma correlação direta entre a aplicação das multas, naquele contexto, e a narrativa ambientalista aqui apresentada – embora seja possível admitir que há inter-relações. A aplicação destas penalidades é realizada apenas, por exemplo, nas áreas de sobreposição entre a TI e o REVIS, cuja implementação foi profundamente enraizada na narrativa aqui apresentada. Consideramos assim, pela supracitada característica paradigmática da narrativa ambiental produzida pelo IESB e parceiros na região, que valeria a pena incorporar à análise mais esta camada de discrepâncias entre as narrativas, a temporal.

Procurando dar conta desta miríade de diferenças entre formas de articulação discursiva de indígenas e ambientalistas naquele contexto, optamos por adotar uma estratégia que nos permitisse comparar os diferentes materiais discursivos. Na esteira da metodologia proposta por Bixler (2013), como dito, procuramos delinear as congruências e disparidades entre as narrativas dos atores a partir do reconhecimento das causas e soluções apontadas pelos diferentes grupos para um determinado problema ambiental sobre o qual existe relativo consenso. Ao realizar análise das distintas narrativas sobre o declínio na população de uma espécie de rena em uma área protegida no Canadá, o autor reconhece que a sua diminuição é um relativo consenso mas que há muita disparidade, na percepção dos diversos atores, sobre qual seria a principal causa deste acontecimento. As formas diferenciadas de compreender as causas, por conseguinte, apontam na direção de soluções diversas. Está embutida em cada narrativa uma perspectiva particular sobre as paisagens, que privilegia determinados aspectos de complexos sistemas socioecológicos para legitimar ações e posições. Cada narrativa ambiental é, assim, relacionada, pelo autor, a um grupo, a uma causa ou origem para o problema, bem como a uma solução ou conjunto de soluções preferenciais que, por sua vez, se assentam em práticas e tipos de conhecimento que lhe conferem legitimidade.

Nos distinguimos de Bixler, entretanto, ao realizar uma apresentação mais extensa de causas e soluções que embasam as narrativas. O autor relaciona a narrativa de cada grupo com apenas uma causa e uma solução para o problema. Solução metodológica esquemática demais para dar conta da variedade de perspectivas entre os atores, sobretudo, em nosso caso, porque estamos lidando aqui com um problema de escopo mais amplo do que o desaparecimento de uma determinada espécie. Apesar disso, as formas de articulação do autor nos auxiliam em delimitar questões a serem destacadas em todo o material analisado – o problema compartilhado e sua forma prevaiente de enunciação, sua causa, sua solução e suas estratégias de legitimação. Optamos, por realizar uma sistematização, a partir do contato com os materiais coletados e de nosso exercício de observação, os temas mais recorrentemente enunciados como causas e soluções entre indígenas e ambientalistas, apontando algumas diferenças ou similaridades – ou mesmo silêncios discursivos significativos – em relação à outra visão.

Acompanha-se a metodologia acima apresentada onde o primeiro passo é a delimitação e identificação do problema compartilhado, em nosso caso, o processo de degradação da biodiversidade na área geográfica abarcada pela TI e pelas UCs. Todos os entrevistados, entre indígenas, ex-integrantes do IESB e gestores de UC, bem como todos os documentos analisados, apontaram para a necessidade de controlar ou frear processos que geram diminuição nas áreas de floresta, a degradação dos recursos naturais, como um problema de alta relevância e urgência a ser resolvido prontamente. É importante reconhecer, contudo, que o termo escolhido como central para nossa análise, a saber, ‘conservação da biodiversidade’, e seu oposto a ‘degradação da biodiversidade’, apesar de serem expressões que organizam a maior parte das discussões científicas, como visto no Capítulo I, não são as mais recorrentemente utilizadas pelos indígenas. As expressões mais habituais entre os indígenas para indicar o problema enfrentado são: ‘destruição do meio ambiente’; ‘maus

tratos à nossa natureza’ e ‘desmatamento’. As formas de designar as práticas relacionadas à ampliação ou manutenção de ecossistemas são: ‘proteção a natureza’; ‘zelar da natureza’; ‘preservação do meio ambiente’ e ‘preservação das nossas nascente’. Portanto, as diferenças acerca dos melhores caminhos de solução para o problema já começam no próprio processo de conexão entre palavras e coisas, ou seja, na nomeação do problema. Segundo Holmes (2009) o poder discursivo se manifesta na capacidade de influenciar a forma como conceitos chave para uma determinada questão são compreendidos. Pode-se adicionar que, além das disputas pelo significado de determinados conceitos chave, as disputas discursivas se dão inclusive no âmbito da escolha das palavras, conceitos, utilizadas para designar um problema e suas possíveis soluções. A ‘conservação’, a ‘biodiversidade’, assim como diversos outros signos abordados, como ‘desmatamentos’ ou ‘indígenas’, são compreendidas de diferentes formas e acionadas a partir de signos distintos, sendo as disputas por estes processos de nomeação e significação parte intrínseca das relações de saber-poder contextualizadas.

Há, portanto, uma compreensão comum de um problema que se apresenta de forma diferenciada, já que os olhares partem de condições de possibilidade e legitimação diferentes umas das outras. Reitera-se, entretanto, que o problema da ‘degradação da biodiversidade’ é reconhecido de forma compartilhada pelos atores, como questão a ser resolvida, mesmo que as disputas sobre a questão se iniciem já em sua nomeação. Partindo desta compreensão, apresentaremos a seguir os pontos de destaque e recorrência nas narrativas de ‘ambientalistas’ e de ‘indígenas’ sobre os caminhos para a sua solução, inclusive em termos das estratégias de legitimação discursiva utilizadas. Procuraremos demonstrar disputas de significados existentes, bem como os formatos através dos quais se reiteram as diferentes visões.

5.2 Ambientalistas no Corredor: Isolamento como Causa e Conectividade como Solução

O principal argumento que sobressai aos materiais produzidos pelos ex-integrantes do IESB, e da CI, entre outros ambientalistas atuantes na região em foco na presente pesquisa, é a defesa do paradigma ‘biorregional’, ou apenas ‘regional’, de conservação da biodiversidade – visto no Capítulo I. Neste sentido, é considerada como uma das principais causas da degradação o planejamento restrito a Áreas Protegidas, cuja solução seria o planejamento na escala da paisagem¹⁶⁷ (ARAÚJO, 2014; LANDAU et al, 2004; PINTO et al 2006; FONSECA et al, 2004), estimulando a constituição de ‘paisagens sustentáveis’ (CI; IESB, 2000; ALGER et al, 2004). Parte-se da percepção de que os fragmentos florestais ainda existentes no mundo estão se tornando cada vez mais isolados e que, portanto, apenas ações nas APs não seriam capazes de “evitar o colapso das funções ecológicas e sua biodiversidade.” (CI; IESB, 2000, p. 5). Acessa-se recorrentemente a legitimidade do discurso científico em Biologia da Conservação, que segundo Pinto et al (2006), tem indicado, através do acúmulo de conhecimento, para a necessidade de ações em escalas mais abrangentes. Realiza-se, a partir dessas referências uma defesa da noção de ‘corredor’, entre outros conceitos como ‘mosaico’ e ‘rede de áreas protegidas’, como base para constituição de soluções para o problema da degradação da biodiversidade – especialmente no contexto da Mata Atlântica brasileira devido ao alto grau de fragmentação do Bioma. O objetivo principal do corredor seria manter ou restaurar a conectividade da paisagem, permitindo a circulação de diferentes espécies entre os fragmentos florestais existentes. As ações deveriam ser voltadas para maximizar a conectividade de hábitat, ecossistemas e processos ecológicos em larga escala, facilitando o fluxo genético entre populações, dessa forma, aumentando a chance de sobrevivência das

¹⁶⁷ Importante salientar que o que se compreende na narrativa ambientalista como paisagem é diferente do conceito por nós mobilizado. Neste caso, a noção de paisagem está mais próxima às formas de ocupação e uso do solo ou às atividades realizadas ou não realizadas materialmente nos territórios.

espécies. Isto porque quando populações isoladas, umas das outras, entram em contato suas chances de sobrevivência aumentam (FONSECA et al, 2004; DELABIE et al, 2011; SCHROTH et al, 2011). Utilizando estes pontos de partida elabora-se um conjunto de soluções que irão guiar de forma particularmente ativa as atuações do IESB e instituições parceiras.

Observa-se que a maior parte dos enunciados da narrativa ambientalista possuem um alto grau de congruência. Embora estejamos aqui trabalhando com documentos provenientes de diversos âmbitos e instituições, desde a CI, o IESB, o MMA, consultores independentes, totalizando cerca de 50 autores, com filiações institucionais e acadêmicas diferenciadas, o conjunto de argumentos em defesa da conservação em escala da paisagem e do corredor como conceito central deste planejamento é praticamente uníssono. Forma-se um agregado em torno da ideia de corredor que coaduna gestores do Estado brasileiro, ambientalistas de expressão nacional, BINGOs e ONG locais, com uma homogeneidade bastante acentuada em termos da identificação das causas e soluções propostas. Dentre os materiais analisados, o documento que poderíamos reconhecer como a base desta perspectiva, no contexto estudado, é a proposta oferecida ao MMA no âmbito do PPG7 em 1997, que deu origem ao Projeto Corredores Ecológicos, referenciada no Capítulo anterior¹⁶⁸. De acordo com os autores deste documento:

As estratégias tradicionais para conservação da biodiversidade têm-se enfatizado na criação de áreas protegidas intactas, livres das intervenções humanas. Enquanto estas áreas possuem um enorme potencial de conservação, a conservação de biodiversidade a longo prazo requer o desenvolvimento de uma abordagem que inclua o manejo de zonas-tampão e de corredores biológicos. Este projeto propõe a adição ao paradigma das “ilhas biológicas”, o paradigma dos “corredores biológicos”, conectando áreas protegidas dentro dos biomas regionais. Isto será realizado desenvolvendo-se modelos inovadores de manejo que incorporem as comunidades tradicionais e outros atores relevantes (AYRES et al, 2005, p. 13).

Referenciando-se a este documento de forma explícita, ou apenas reiterando os seus argumentos, os autores dos diferentes textos institucionais e científicos, aqui analisados, reiteram constantemente a visão explicitada no trecho destacado. Desta maneira, uma causa importante, se não a mais importante, da degradação da biodiversidade, identificada pelos ambientalistas, está relacionada ao isolamento e aos efeitos de borda provocados em Áreas Protegidas e na insuficiência destes espaços em garantir a sobrevivência das espécies (Cf. AYRES et al, 2005; ARAÚJO, 2014; CI; IESB, 2000; ARAÚJO et al 1998). Esta elaboração está diretamente fundamentada na teoria da biogeografia de ilhas, complementada pela ecologia da paisagem. O consultor independente que produziu o relatório final do PCE sumariza da seguinte maneira os pressupostos teóricos:

A. Grandes reservas são melhores que pequenas reservas. B. Uma única grande reserva é melhor que um conjunto de pequenas reservas com a mesma área total da grande reserva. C. Reservas próximas são melhores que reservas distantes. D. Reservas agrupadas próximas são melhores que reservas dispostas em linha. E. Reservas conectadas por corredores são melhores que reservas não conectadas. F. Reservas circulares são melhores que reservas alongadas. (ARAÚJO, 2014, p. 3)

¹⁶⁸ Como já apontado um dos autores deste documento foi indicado, por um ex-integrante do IESB em entrevista realizada em julho de 2017 em Ilhéus, como uma pessoa de “muita influência em todos os desdobramentos de conservação e na mudança de cenários da macro e micro região (sul e extremo sul)”. Ele foi integrante da CI e coordenador do CEPF.

Ayres et al (2005), no mesmo caminho, destacam que o tamanho do fragmento é a variável mais importante, questão reiterada em praticamente todos documentos científicos produzidos no âmbito do IESB. Desta forma, defendem a importância da atuação direta nas ‘zonas de amortecimento’ ou ‘zonas tampão’ para que não haja ‘diminuição do fragmento’ de ‘proteção integral’. Destacam também a importância dos pequenos fragmentos por servirem como elemento de ligação – *stepping stones* – entre grandes áreas e como refúgio para espécies específicas. Em artigo científico publicado pelo IESB¹⁶⁹, Landau et al (2004) apresentam a metodologia para definição de áreas prioritárias para a conservação fundamentada na ideia de corredor:

Considerando que o grau de conectividade representa um indicativo da probabilidade de manutenção dos processos ecológicos e evolutivos a longo prazo, o presente trabalho apresenta alternativas a nível de paisagem para a definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade original do “Corredor Central da Mata Atlântica” no Sul da Bahia, que venham incrementar o grau de conectividade e viabilidade das espécies originais a longo prazo (LANDAU et al, 2004, p. 3).

O objetivo dos autores é simular o grau de conectividade dos diferentes fragmentos utilizando modelos elaborados através de sistemas de informações geográficas. Os dados de sensoriamento remoto são reconhecidos como uma boa base para tomadas de decisão devido sua capacidade de fornecer informações rápidas sobre a ‘dinâmica da paisagem’ (FONSECA et al, 2004). Na publicação fruto da parceria entre IESB e SAVE, por exemplo, há um Capítulo dedicado à análise da caracterização da paisagem através de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Sua finalidade seria reconhecer os índices de cobertura florestal e processos de fragmentação na região do Corredor Una-Lontras, envolvendo o entorno da Reserva Biológica de Una até as Serras das Lontras. Por sua vez, Araújo et al (1998) apontam que a análise das imagens de satélite mostrou a presença de relevantes fragmentos florestais fora da área da REBIO UNA. A solução para a conservação está relacionada, assim, à elaboração de conhecimento técnico acerca da distribuição espacial dos fragmentos através de ferramentas de SIG – uma das características centrais da emergência do paradigma biorregional. A partir destas análises são definidos os locais onde a atuação geraria resultados mais efetivos de conservação da biodiversidade. No mesmo sentido, Araújo (2014) aponta que as ações para a conservação precisam levar em consideração prioritariamente o grau de conectividade da paisagem:

Considerando apenas os aspectos de conectividade, fluxo gênico e a necessidade de um volume significativo de recursos para a recuperação florestal, recomenda-se que a recuperação florestal, para fins de estabelecimento de corredores (Lineares, Stepping Stones e de Paisagem), deve ser concentrada nos locais onde, de fato, existe a necessidade de estabelecer a conectividade funcional entre populações isoladas de espécies-alvo bem definidas (ARAÚJO, 2014, p. 65).

Elencando áreas prioritárias para a atuação e fundamentando-se amplamente na noção de corredor, baseada na conectividade da paisagem, a narrativa ambientalista propõe assim uma série de soluções para questão da degradação ambiental. Importante reconhecer que as soluções propostas fazem parte de um discurso relativamente coeso e coerente estando, portanto, intrinsecamente relacionadas entre si. A apresentação destas soluções separadamente faz parte, portanto, de um esforço de sistematização e analítico para auxiliar a abordagem de

¹⁶⁹ Este artigo faz parte do CD publicado pela instituição como resultado de atividades financiadas pelo MMA, CI e BIRD, conforme explicitado no Capítulo anterior.

alguns pontos chave que podem facilitar reconhecer similaridades e discrepâncias em relação à narrativa indígena.

5.2.1 Solução I: Ações nas Áreas Antrópicas

A adoção de uma escala mais abrangente para a conservação da biodiversidade passa pela realização de atividades em prol da conservação fora das Áreas Protegidas, incluindo necessariamente na equação as populações humanas. A emergência do paradigma biorregional, o qual se referencia amplamente a narrativa e atuação ambientalista aqui em foco, esteve conectada à incorporação, ao menos parcial, de críticas relativas à exclusão das populações locais em projetos de conservação da biodiversidade. As soluções propostas nos documentos analisados buscam, desta forma, manter as APs o mais intactas possível e, ao mesmo tempo, trabalhar junto a comunidades locais. O conceito de corredor seria, assim, uma forma de reconhecer as limitações do paradigma das áreas protegidas isoladas, em incorporar a coexistência com ‘assentamentos humanos’, apresentando como ‘possível’ a convivência entre iniciativas ‘conservacionistas’ e ‘desenvolvimentistas’ (AYRES et al, 2005). Segundo os autores, os modelos de conservação regionais:

levam em consideração as necessidades e aspirações da população humana local e dos múltiplos atores envolvidos local, regional ou nacionalmente, reconhecendo-os como elementos-chave para os objetivos de conservação da biodiversidade, obtendo desse modo apoio para a sustentabilidade a longo prazo destes parques e reservas brasileiros [...] Sob este ponto de vista, áreas protegidas são encaradas também como elementos essenciais de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento humano regional. Este procedimento considera e incorpora, dentro dos custos de proteção, as necessidades das comunidades locais, facilitando os investimentos nesta atividade, e relacionando-os aos benefícios sociais e econômicos resultantes do uso sustentável dos recursos naturais do local (AYRES et al, 2005, p. 23).

Utilizando praticamente a mesma formulação, Fonseca et al (2004, p. 2) apontam que “As aspirações das comunidades e lideranças locais devem ser levadas em consideração como elementos-chave na equação da conservação, para garantir a sustentabilidade a longo prazo de parques e reservas”. Entretanto, AYRES et al, 2005, por exemplo, fazem a ressalva de que a ideia não é que o corredor seja, em si, um projeto de desenvolvimento mas, sim, de conservação, já que ações voltadas para o desenvolvimento humano seriam uma atribuição de ‘instituições dedicadas especificamente a esta tarefa’.

Destaca-se que mesmos havendo algumas diferenças nas perspectivas articuladas, a questão da inclusão social, ao menos em algum nível, é um elemento fundador da proposta de solução da narrativa ambientalista, aqui exposta, que coloca explicitamente a necessidade de participação das comunidades locais, bem como de outros atores, nos projetos voltados para a conservação da biodiversidade, isto é, ‘envolver a sociedade brasileira desde suas bases’. Isto porque, nestas perspectivas, as principais causas para processos de degradação estão ligadas à atuação destas pessoas, portanto, é necessário incorporá-las para gerar boas soluções. Conforme nos apontam Ayres et al (2005, p. 50): “Já que a maior parte dos problemas relacionados ao sistema de Unidades de Conservação provém do seu exterior ou arredores, a participação dos atores sociais deveria ser considerado como um dos mais importantes objetivos do projeto.” Particularmente no Sul da Bahia a caça de subsistência e o comércio ilegal de animais silvestres são vistos pelo ambientalistas como causas prevalentes da degradação da biodiversidade. No mesmo sentido, a sobre-pesca e o assoreamento da costa são motivos para o declínio na biodiversidade marinha e dos mangues (AYRES et al, 2005). Fonseca et al (2003) explicitam que no caso de determinadas espécies a falta de conexão entre

os fragmentos não é a causa central da pressão no sentido de sua extinção, pois elas conseguem se locomover em áreas pouco florestadas, como é acontece com a onça pintada. Nestes casos, a causa mais recorrente é a caça predatória a que estão sujeitas estas populações. Da mesma maneira, Pinto et al (2006) apontam como causas do processo de ‘fragmentação’ a caça, os incêndios e a presença de espécies invasoras – colocadas ali pelo homem.

Na esteira deste ponto de vista, a ocupação territorial desordenada por parte do ‘homem’ é vista como um dos principais motivos da degradação, como se observa nesta passagem:

A devastação da Mata Atlântica é um reflexo da ocupação territorial e da exploração desordenada dos recursos naturais. Os sucessivos impactos resultantes de diferentes ciclos de exploração, da concentração da população e dos maiores núcleos urbanos e industriais levaram a uma drástica redução na cobertura vegetal natural, que resultou em paisagens, hoje, fortemente dominadas pelo homem (PINTO et al, 2006, p. 1).

Estas paisagens deveriam, assim, ser transmutadas em ‘paisagens sustentáveis’ que compatibilizem atividades produtivas com conservação da biodiversidade. A publicação realizada pela parceria entre a SAVE e o IESB tem um capítulo voltado especificamente para a necessidade de alinhar os objetivos de conservação da biodiversidade com o desenvolvimento. Compreende-se que uma paisagem homogênea dominada por um monocultivo, como a soja ou o milho, por exemplo, sempre apresentará uma perda maior de espécies do que ‘paisagens diversificadas’, ou seja, onde haja um percentual de habitats nativos mesmo que seja em meio à atividades humanas produtivas (SAVE; IESB, 2009). Com este objetivo são sugeridas, aqui e alhures, atividades voltadas para a recuperação florestal, produção de mudas de espécies nativas, plantio em áreas degradadas, cursos sobre recuperação ambiental para produtores rurais, incentivo a produção de alimentos orgânicos e adoção de sistemas agroflorestais (CEPF, 2008). O ‘melhor cenário’ seria, assim, a formação de “mosaicos ambientais heterogêneos, que incluam áreas contínuas protegidas em Unidades de Conservação e evitem a criação de grandes extensões homogêneas de ambientes antropogênicos.” (SAVE; IESB, 2009, p. 49). A sugestão apresentada é combinar de forma articulada atividades de proteção das UCs e atividades ‘amigáveis’ no entorno, para “implementar um modelo de desenvolvimento sustentável que integre a proteção das florestas com a promoção de uma agricultura ambientalmente adequada e o desenvolvimento social das comunidades locais.” (SAVE; IESB, 2009, p. 7).

A enunciação mais recorrente no material analisado sobre a incorporação da dimensão social, na formulação de soluções para a conservação da biodiversidade, se dá no sentido da avaliação do custo relativo da conservação a partir de uma lógica econômica. Esta é a principal forma de compatibilização entre produção, principalmente agrícola, e conservação da biodiversidade apresentada. A proposta seria pressionar os órgãos estatais competentes, como o MMA ou os órgãos estaduais de meio ambiente, a gerar mecanismos de compensação aos proprietários pelos serviços ambientais prestados, ao invés de trabalhar apenas a partir da restrição das atividades e fiscalização baseada nas regras e leis estabelecidas. É apontado como um caminho proveitoso privilegiar para este tipo de atuação áreas com menor potencial de rentabilidade e maior potencial de serviços ambientais, identificadas através de cruzamentos de dados, posto que, nestes casos, a compensação proporcional aos proprietários pode custar menos aos agentes públicos. Reitera-se, ainda, que em áreas tropicais é possível realizar produção agrícola através de agrosilvicultura, o que não seria incompatível com compensações por serviços ambientais, desde que o cultivo seja compatibilizado com árvores nativas e controle da caça e uso de pesticidas (CI; IESB, 2000).

Esta proposta foi replicada nas análises realizadas pelo IESB no âmbito do PROBIO¹⁷⁰. Entre os produtos publicados no CD está um artigo científico relacionado especificamente à dimensão social do corredor intitulado ‘Instrumentos econômicos e de políticas públicas para o estabelecimento do corredor central’. Neste documento Alger et al (2004) apresentam resultados relativos a utilização piloto de um sistema de informações chamado TAMARIN que: “integra princípios de biologia da conservação com teoria econômica, para criar cenários alternativos de conservação e avaliar seus ganhos e perdas em termos ambientais e sociais” (ALGER et al, 2004, p.1). Segundo os comentários de Fonseca et al (2004, p.7) sobre esta etapa do projeto:

A avaliação econômica é usada para determinar o valor financeiro de habitats críticos e entender os incentivos que resultam em ameaças à biodiversidade. [...] A avaliação econômica também tenta exercer influência na criação de políticas de infraestrutura e desenvolvimento, apresentando objetivos conservacionistas numa linguagem econômica clara e de fácil entendimento para os tomadores de decisão e agências de desenvolvimento.

O ‘social’ apontado pelos autores, é importante reconhecer, é relativo especificamente ao custo da terra a partir do levantamento do preço dos lotes nas diferentes porções da região, através de visitas às propriedades e consultas com corretores, a fim de gerar um cruzamento entre as áreas com maior valor biológico e menor valor econômico, tornando focos estratégicos de atuação regiões onde ‘o custo de oportunidade é baixo’¹⁷¹ (ALGER et al, 2004).

Outra forma de enunciação da incorporação da dimensão social é a necessidade da constituição de esferas participativas para a implementação dos corredores da biodiversidade, entre outros projetos para a conservação, como comitês decisórios e conselhos consultivos, âmbitos nos quais seria possível coordenar iniciativas de diferentes atores. Diversos dos documentos descrevem as experiências de *workshops*, reuniões e consultas públicas com o intuito de gerar espaços de participação. De acordo com as propostas realizadas no documento que embasou o PCE, a solução para a manutenção da integridade dos ecossistemas passaria por uma abordagem descentralizada que contaria com “a participação ativa dos atores e o recrutamento de uma variedade de agências governamentais, unidades de pesquisa e ONGs como parceiros.” (AYRES et al, 2005, p. 13). Já segundo o plano de Manejo da REBIO Una foi realizada em 1997 uma oficina de planejamento¹⁷² da qual participaram “representantes de organizações governamentais e não governamentais direta ou indiretamente envolvidos com a Reserva Biológica de Una” (IBAMA, 1997, p. 158). Por sua vez, o livreto sobre o conceito de corredor ecológico publicado pela parceria entre CI e IESB apresenta a realização de reuniões em grupos participativos, ocorridas em 1999, com “representantes do governo, pequenos proprietários, grandes fazendeiros de cacau, grupos de sem-terra e técnicos agrícolas para descobrir quais seriam os melhores mecanismos políticos para a implementação do corredor.” (CI; IESB, 2000, p.19). Em artigo publicado no CD financiado pelo PROBIO publicado pelo IESB, Alger et al (2003) apontam que os resultados da ferramenta de planejamento da

¹⁷⁰ Projeto de Conservação Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira do MMA em parceria com o BIRD, apontado no Capítulo anterior, que tinha como um dos seus objetivos centrais financiar pesquisas para gerar conhecimento científico sobre a biodiversidade capaz de identificar ações prioritárias.

¹⁷¹ Esta perspectiva sobre a dimensão social é bastante distanciada da perspectiva dos indígenas, como veremos em mais detalhe mais adiante, já que o movimento indígena tem como intuito a homologação de uma TI, que além de ser um vetor de mudanças radicais no valor da terra - variável que, não foi incluída no estudo - conforma uma área de usufruto indígena, fazendo com que a noção de ‘custo de oportunidade’, neste sentido, seja de pouco ou nenhuma serventia.

¹⁷² Nesta oficina foram levantados os problemas que afetam a unidade, suas causas e possíveis soluções, aos quais voltaremos adiante.

conservação TAMARIN, que cruza dados econômicos e biológicos, foram avaliados em *workshop* do qual participaram “representantes do poder público, ONGs, empresas, e instituições de pesquisa” (ALGER et al, 2003, p. 8). No mesmo sentido, em relatório geral sobre a atuação do CEPF na Mata Atlântica a participação da sociedade é destacada como um dos pontos fortes do projeto, ou seja, é considerada como um dos elementos centrais para a elaboração e implementação de soluções para a conservação da biodiversidade:

No plano institucional, o trabalho nos corredores tem estimulado a participação da sociedade civil e promovido a interação das diferentes instâncias administrativas do setor público. Nesse contexto, a contribuição do CEPF é imensurável, pois promoveu uma mudança de escala de participação da sociedade civil na implementação dos corredores, bem como na conservação de regiões estratégicas do bioma (CEPF, 2008, p. 4).

A proposta das novas UCs no Sul da Bahia, desenhada no âmbito do CEPF, dando origem ao REVIS Una e a ampliação da REBIO Una, é considerada como satisfatória e particularmente participativa. Todavia, esta participação incorre em algumas dificuldades, conforme especifica-se no relatório de conclusão desta etapa de atuação do fundo na Mata Atlântica brasileira:

a principal lição aprendida é certamente o valor extraordinário da participação local no processo de discussão e criação de unidades de conservação. Mesmo conhecendo as naturais *resistências inerentes* ao choque de interesses particulares e coletivos no processo de criação, especialmente de UCs de proteção integral, o fato de ter envolvido diversos atores na discussão das propostas desde o início, propiciou uma “paternidade compartilhada” das mesmas, ou seja: diversas vozes em diversos locais se levantam para defender e argumentar com conhecimento de causa as várias propostas. (CEPF, 2006. p. 4, grifo nosso)

Destacamos neste trecho o reconhecimento de ‘resistências inerentes’ ao processo participativo. O autor deste documento reconhece que esta abertura à participação incorre em um ‘risco’, na medida em que este movimento pode, inclusive, informar a oposição às propostas. Entretanto, é um risco que vale a pena correr pois os processos de criação de UCs com pouca ou nenhuma participação “apenas reforça a resistência dos setores eventualmente afetados” (CEPF, 2006, p. 4). O envolvimento dos atores na discussão significa, assim, um tempo maior de planejamento que é compensado na fase de implementação, na qual “resistências e mobilização política contrárias podem fazer perderem-se meses e até anos de esforços e valioso trabalho técnico” (CEPF, 2006, p. 4). Aponta-se que é preciso, portanto, realizar uma avaliação criteriosa sobre o que deve ser divulgado e quando para não incorrer no erro de debater propostas pouco maduras, isto é, atendo-se à divulgação de informações que tenham ‘significância concreta’.

Chamamos também a atenção para o perfil dos membros destas reuniões participativas já que nas esferas de participação diretamente descritas nos documentos fica clara uma predominância de agentes do Estado, ONGs e pesquisadores. Há, contudo, alguma discussão sobre os diferentes atores presentes nos processos participativos e dos desafios colocados pelo papel mais proeminente de alguns deles nos contextos de discussão e implementação de projetos de conservação da biodiversidade. Na proposta inicial do PCE, os autores identificam algumas dificuldades da participação que se realiza, principalmente, através das ONGs ambientalistas:

As atividades destas e outras organizações da sociedade civil têm proporcionado mecanismos de discussão das questões relacionadas às UCs com outros setores da sociedade, como o Movimento dos Sem-Terra (MST)

e outros movimentos sociais, as colônias de pescadores, associações de operadores de turismo, além de diversos grupos informalmente organizados. Apesar dos aspectos positivos das alianças que surgem, inclusive estimulando uma maior preocupação e participação do poder municipal nas questões ambientais, estas são frágeis e notoriamente momentâneas. É evidente a carência de profissionais capazes de desenvolver técnicas mais apropriadas de envolvimento das comunidades próximas às unidades de conservação, sejam estas de origem urbana ou rural, para assegurar a consolidação e sedimentação política e social dessas relações (AYRES et al, 2005, p. 125).

O reconhecimento desta dificuldade não incorre, necessariamente, em uma transformação da perspectiva que reconhece as ONGs, pesquisadores e entes do Estado, como participantes de maior peso. Por exemplo, apesar de se explicitar ao longo do texto a necessidade de diálogo com assentados e indígenas, com vistas de gerar soluções conjuntas para o problema, estes não aparecem na lista de instituições identificadas naquele momento como importantes para a atuação no Corredor Central na região cacaujeira¹⁷³.

Outro caminho para a solução da conservação da biodiversidade que passa pelo envolvimento das populações locais, que se apresenta como uma alternativa e complementação aos processos participativos na narrativa ambientalista, é a educação ambiental. Este instrumento é visto como uma forma de mudar o comportamento das pessoas, trazendo a elas consciência ambiental. O primeiro projeto neste sentido começou a ser realizado pelo IESB, já em 1995, através do oferecimento de palestras à comunidade no entorno da REBIO Una com o objetivo de “esclarecer e dar conhecimento sobre a importância da Reserva Biológica para proteger espécies ameaçadas e o ecossistema, bem como motivá-la a participar de sua proteção e dos remanescentes florestais existentes na zona de transição.” (IBAMA 1997, p. 134). Segundo publicação posterior do próprio IESB este primeiro projeto, baseado no oferecimento de palestras, foi eficiente apenas para uma determinada fração do público-alvo: os proprietários de terras (IESB; WWF, 2004). Assim, a partir das primeiras experiências em educação ambiental promovidas pela instituição compreendeu-se que realizar palestras educativas não se apresentava como uma solução suficientemente satisfatória em termos do envolvimento da população local. Foi, então, elaborado um novo projeto que “favorecesse o envolvimento do público e proporcionasse sentimentos de pertencimento e de autoestima” (IESB; WWF, 2004, p. 7). Apresenta-se como solução para o problema da conservação da biodiversidade a mudança na perspectiva das pessoas, a fim de que estas reconheçam o valor de estar ao lado de uma reserva biológica – como já aponta o título da publicação ‘Transformando olhares: o mato que virou mata’. Como parte da metodologia desta publicação, foram levantados os principais problemas das comunidades localizadas na região de Vila Brasil e realizado também um ‘resgate histórico’ de cada uma delas, visando um reconhecimento positivado por parte de professores e alunos da realidade local. Segundo a metodologia de trabalho: “A chave do processo foi o resgate e a valorização da história, da cultura e do rico patrimônio natural local como caminho de construção de uma nova visão de futuro e de cuidado com o ambiente.” (IESB; WWF, 2004, p. 5). Há uma forte referência à participação como paradigma de atuação no âmbito deste que foi o projeto de educação ambiental de maior escala do IESB. Destaca-se que a proposta foi “construir um projeto embasado em uma metodologia participativa onde o público-alvo é visto como sujeito do

¹⁷³ São elas: UESC; UFMG; IESB; CI do Brasil; WWF; Fundação Pau-brasil; Jupará; Fundação Biodiversitas; ASCAE; Gamba; Boto Negro; Grupo Caititu; Grama; Sasop; Ibama; DDF-BA; Embrapa; Ceplac; Bahiatursa. Cf Ayres et al (2005, p.147)

projeto e não como objeto. Desta forma, a sustentabilidade e autonomia para a continuidade dos trabalhos após a finalização do projeto podem estar garantidas.” (IESB; WWF, 2004, p.51). A educação ambiental aparece, portanto, como um outro foco em relação à incorporação da população que se coloca menos na organização de fóruns de debate e decisão e mais a partir de projetos educacionais voltados para as comunidades. Este é o único entre os documentos que descreve de forma mais pormenorizada a atuação de ambientalistas naquela região especificamente com este objetivo. Entretanto, a educação ambiental, de uma maneira ampla ou genérica, figura como uma das soluções mais referenciadas nos documentos científicos e institucionais para lidar com a população no entorno – junto a geração e estímulo a alternativas econômicas sustentáveis e o pagamento por serviços ambientais. A educação ambiental figura como um meio para transformar o olhar das pessoas que habitam as áreas próximas às UCs, sobretudo de proteção integral, fazendo com que elas valorizem a existência da Área Protegida, bem como reconheçam a importância da conservação da biodiversidade¹⁷⁴.

5.2.2 Solução II: Manutenção e Estímulo da Cabruca – Cacau como Identidade Regional

Especificamente no Sul da Bahia a proposta de realizar um planejamento para a gestão da conservação da biodiversidade em escala mais ampla – corredores, reserva da biosfera – estaria ligada à necessidade de enfrentar a crise do cacau, sem gerar degradação da biodiversidade, redirecionando “políticas públicas de desenvolvimento regional incluindo a conservação do que restou da Mata Atlântica Sul Baiana em um novo modelo de desenvolvimento.” (ARAÚJO et al, 1998, p. 29). Isto é, a base da conservação biorregional que busca, como vimos acima uma compatibilização entre desenvolvimento e conservação da biodiversidade, toma contornos particulares no Sul da Bahia, nos quais os cacauais são um elemento central tanto da constituição de causas de degradação, quanto da proposta de soluções. Conforme visto brevemente no Capítulo anterior, a crise do cacau ocorrida a partir dos anos 1980, é considerada como uma causa preponderante do crescimento de processos de degradação da biodiversidade. É recorrente a argumentação de que diante da falta de retorno financeiro das plantações de cacau cresce enormemente a pressão sobre os recursos madeireiros, sobretudo nas áreas de cabruca (AYRES et al, 2005; ARAÚJO et al, 1998; FANDI, 2013; FONSECA et al 2004). A falta de produtividade do cacau estaria gerando inclusive uma pressão sobre as áreas de remanescentes florestais. Neste cenário os proprietários, como forma de complementação econômica, podem preferir implantar pastagens nas áreas de mata e ao mesmo tempo manter as áreas cultivadas com cacau. Diante disso, a expansão dos pastos é vista como causa central da degradação, na medida em que a maior parte desta atividade é realizada de maneira extensiva e através da utilização da queimada como método de implantação e manejo. O uso do fogo neste e em outros casos é veementemente condenado pois “promove a degradação do solo expondo-o aos processos erosivos, eliminando os microorganismos e queimando a matéria orgânica.” (ARAÚJO et al, 1998, p. 20)¹⁷⁵. Soma-se, ainda, o fato de que a região em foco nesta pesquisa é dotada de um solo pouco fértil. Neste sentido, para os ambientalistas, a solução seria realizar estratégias de incentivo do plantio de cacau orgânico, manutenção das áreas de cabruca e estímulo a atividades produtivas alternativas. Procura-se, assim, compor um cenário de alternativas para a agricultura local, fundamentado na valorização do cacau e adoção de outros cultivos,

¹⁷⁴ Esta visão se aproxima do que os indígenas colocaram como solução, em contraposição ao conferimento de multas, como veremos mais adiante.

¹⁷⁵ Este reconhecimento do fogo como causa de degradação não é totalmente compartilhado pelos indígenas que atuam diretamente com plantio, como veremos.

possibilitando abarcar as aspirações dos proprietários locais e gerar mais renda com menor custo ambiental. Conforme apresenta a publicação do CI e IESB sobre a noção de corredor:

a melhor alternativa para os pequenos produtores parece ser a de conseguir maior produtividade e valor (por exemplo, produtos orgânicos) complementando a produção de cacau com outros produtos agrosilviculturais, como açaí (*Euterpe oleracea*) e piaçava (*Attalea funifera*). O produtor com certificado de cacau orgânico recebe preços mais altos do que aquele que cultiva com técnicas não-orgânicas. O açaí e a piaçava, que produzem frutos e fibras, são palmas tolerantes à sombra e por isso podem ser plantadas com o cacau ou a borracha (*Hevea brasiliensis*), possibilitando ao fazendeiro comercializar muitos produtos da mesma área plantada (CI; IESB, 2000, p.19).

Reiterando o conjunto de causas e soluções fundamentadas no paradigma biorregional que, como vimos, estão baseadas na compreensão de que somente UCs não são suficientes para a conservação da biodiversidade a longo prazo, a resposta passa, no contexto da região Sul da Bahia, pelo cacau, preferencialmente orgânico, plantado em cabruca. Os pesquisadores do Projeto RestaUna¹⁷⁶, baseando-se nesta proposta, procuraram realizar investigações sobre a ocorrência de diferentes grupos de plantas e animais em áreas de cabruca, para demonstrar a importância da manutenção de áreas com este tipo de manejo próximas às UCs, chegando à seguinte conclusão:

Nesse sentido, certos ambientes antropogênicos – principalmente os que se assemelham às florestas originais, como as plantações de cacau sombreadas por árvores nativas – têm papel importante e, possivelmente, permitem o movimento de parte das espécies na paisagem, podendo representar habitat apropriado e fonte de recursos para pelo menos parte da biota nativa. (SAVE; IESB, 2009, p. 46-47)

Com objetivos bastante próximos, Delabie et al (2011) procuram sistematizar as informações provenientes de diversos estudos sobre como a distribuição espacial e o manejo das coberturas florestais distintas – remanescentes florestais e diferentes tipos de cabruca, por exemplo – influencia na dispersão e ocorrência de diversos grupos como malacofauna (moluscos); anicóforos (invertebrado terrestre semelhante à lagarta); formigas; cecílias (tipo específico de anfíbio, ‘cobra-cega’); serpentes e mamíferos¹⁷⁷. O intuito era gerar subsídios que ajudassem a “harmonizar a conservação da biodiversidade com a sustentabilidade econômica e social da lavoura”. (DELABIE et al, 2011, p. 108-109). Desta maneira, “O mosaico regional formado pelos remanescentes florestais e as áreas de cultivo do cacau trazem possibilidades particularmente interessantes de manejo da paisagem, considerando-se a estratégia de implementação de corredores ecológicos” (DELABIE et al, 2011, p. 108) Uma ex-integrante do IESB nos afirmou, em entrevista, que esta percepção da existência da cabruca próximo a áreas de remanescentes foi um dos principais motivos que fez com que atenção de ambientalistas de outras localidades, como São Paulo e Minas Gerais, se voltasse para o Sul da Bahia. A cabruca aparece, assim, como forma de uso e ocupação do solo de grande valor para a constituição de solução para a conservação da biodiversidade, isto devido à sua capacidade de conexão dos fragmentos. Conforme notam Araújo et al:

¹⁷⁶ Projeto concebido por pesquisadores em São Paulo e mantido desde 1998 pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

¹⁷⁷ Salientamos que o foco dos autores não é apenas nas espécies bandeira ou de forte apelo social. De acordo com formas mais recentes de compreensão da importância da conservação da biodiversidade apontadas no Capítulo I.

No sistema de cabruca, a manutenção de parte da estrutura da floresta representa um benefício para a conservação dos recursos naturais. A cobertura florestal parcialmente mantida, protege o solo dos processos erosivos, favorece o ciclo hidrológico, permite a manutenção de algumas espécies da flora e fauna, além de contribuir para a manutenção da beleza da paisagem regional (ARAÚJO et al, 1998, p. 18).

Ressalta-se, por fim, que a valorização da cabruca como possibilidade de alinhar conservação da biodiversidade e desenvolvimento no Sul da Bahia está ligada, na narrativa ambientalista, à ideia de uma identidade regional e da vocação da região para o cacau. Em capítulo relativo a possibilidade de compatibilização entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento no Sul da Bahia aponta-se para o valor social e histórico da cultura do cacau, afirmando a importância de se pensar a ‘personalidade’ e o ‘talento’ da região como um caminho para um “desenvolvimento socioeconômico integrado de base sustentável.” (SAVE; IESB, 2009, p. 55).

5.2.3 Solução III: Ampliação da Rede de UCs

De acordo com a narrativa ambientalista uma solução efetiva para a conservação da biodiversidade a longo prazo, sobretudo na Mata Atlântica, depende necessariamente da expansão da rede de áreas protegidas, tanto quanto da articulação com áreas que não estejam oficialmente protegidas (PINTO et al, 2006; AYRES et al, 2005; MMA, 2006; CI; IESB, 2000; CEPF, 2008). Com base no conceito de corredor, diversos autores apontam para o incentivo à criação de RPPNs, sobretudo como instrumento auxiliar de conservação da biodiversidade, principalmente no contexto da Mata Atlântica que é caracterizado pela intensa fragmentação (AYRES et al, 2005; ARAÚJO et al 1998; CEPF, 2008; PINTO et al, 2006; MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002). As áreas protegidas particulares são vistas como uma resposta complementar à implementação de UCs, pelo Estado brasileiro, colocando-se como uma alternativa, cada vez mais, necessária num contexto de redução dos investimentos na área ambiental no âmbito global. As RPPNs são vistas, dessa maneira, como uma importante solução para as ‘zonas de amortecimento’, como parte das estratégias para formação de corredores (MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002). O presidente do IESB, durante a maior parte da atuação mais intensa da instituição na região, ao ser questionado em entrevista sobre a relação do IESB com as RPPNs, no entorno da REBIO Una, afirmou que: “Em princípio esclareço que as reservas particulares, RPPN e RL, são fundamentais para a formação de corredores, ampliação do esforço de conservação da biodiversidade e manutenção da viabilidade ecológica dos fragmentos florestais no longo prazo”. Na visão dos autores do fascículo relativo ao Sul da Bahia dos cadernos Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, as RPPNs são consideradas como adequadas a conservação da biodiversidade baseada no conceito de Reserva da Biosfera, pois pode incentivar proprietários a proteger remanescentes nas áreas tampão. Segundo relatório publicado pela CI, referente à atuação do CEPF na Mata Atlântica, a instalação de RPPNs como solução possui ainda a vantagem de ter beneficiários diretos, o que faz com que estes sintam-se amparados em realizar um papel de conservação que já cumprem na Mata Atlântica (CEPF, 2008) No mesmo sentido, Mesquita & Leopoldino (2002) apontam como uma possível atuação o oferecimento de linhas de crédito específicas para proprietários de RPPNs.

Seguindo esta lógica, conforme visto no capítulo anterior, o IESB realizou projetos de auxílio aos proprietários interessados na preparação da documentação necessária e no acompanhamento do trâmite do processo de instalação de RPPNs. Além de auxiliar o órgão responsável nas vistorias, disponibilizando pessoal capacitado, equipamentos e veículos.

Houve também ações voltadas para a aquisição de áreas a serem averbadas como RPPNs no nome da própria instituição, dentre as quais teve papel de destaque o projeto do Ecoparque de Una. Projeto este que apresenta o ecoturismo como solução para a compatibilização entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade na região, visto que tinha como um de seus objetivos estimular a instalação de outros empreendimentos deste tipo, sobretudo em RPPNs.

Entretanto, pode-se observar que a solução calcada na implementação de RPPNs encontrou alguns desafios – reconhecidos nos enunciados presentes nos materiais analisados. Por exemplo, Fandi (2013), ex-integrante do IESB, em sua dissertação de mestrado apresenta as dificuldades enfrentadas em termos da sustentabilidade financeira das ONGs no Sul da Bahia. As RPPNs sob gestão do IESB aparecem, neste contexto, como elementos potencialmente desarticuladores, pois na medida em que diminuíram os recursos estas foram se tornando um ônus para a instituição: deslocando-se de uma solução para a conservação da biodiversidade para uma das causas da saída de cena do IESB. Ao reconhecer que ONGs, de uma maneira geral, têm dificuldades para custear despesas permanentes, ou voltadas para o seu próprio funcionamento, a autora aponta que a reinvenção constante e o deslocamento na captação de recursos são fundamentais para a sustentabilidade das ONGs ambientalistas e, portanto, para a conservação da biodiversidade. O fortalecimento das ONGs que trabalham com a questão da conservação da biodiversidade é apontado pela autora como um elemento essencial para a conformação de soluções, a longo prazo, para a degradação da biodiversidade.

Outro ponto de destaque é que esta estratégia de solução para o aumento da rede de áreas protegidas possui um alto grau de complexidade no contexto do entorno da REBIO Una, onde a disputa pelo controle e gestão do território é acirrada. Em entrevista um ex-integrante do IESB afirmou que proprietários de grandes extensões de terra viam a averbação de RPPN como uma forma de resguardar sua propriedade frente aos avanços do movimento indígena na região. Isso é confirmado pelo fato de uma das RPPNs estar sob o nome de Mario Bunchaf¹⁷⁸, considerado pelos indígenas como um dos principais inimigos do movimento¹⁷⁹. Já em documento de 1998 os ambientalistas reconheciam a garantia da manutenção do ‘patrimônio’ como uma das motivações dos proprietários em registrar suas propriedades nesta categoria particular de Unidade de Conservação:

Os principais motivos que têm despertado o interesse dos proprietários rurais da Região Cacaueira a se interessarem por RPPN's são: a garantia da preservação do patrimônio natural que sua família tem assegurado, em alguns casos, por mais de 3 gerações; a possibilidade de apoio dos órgãos ambientais, governamentais e não-governamentais em pesquisas e aporte logístico; a garantia da manutenção de seu patrimônio frente às pressões sociais por distribuição de terras (ARAÚJO et al, 1998, p. 27)

Independente dos desafios colocados pela gestão privada de APs, é importante notar que a instalação de RPPNs, na narrativa ambientalista, não é o principal caminho para a

¹⁷⁸ Informação extraída do Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN (SIMRPPN) do ICMBio. Disponível em: < <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/BA/> >. Acesso em: 10/03/2018.

¹⁷⁹ Seguindo a perspectiva da Ecologia Política acerca das relações de poder que se instalam na implementação de APs, Adams & Hutton (2007) apontam que o acesso aos benefícios provindos da instalação de uma área protegida tende a ser capturado por aqueles que possuem acesso a uma miríade de outros benefícios. Cabe, a partir daí, questionar quem são os proprietários que, de fato, conseguem registrar sua propriedade como RPPN. A criação de áreas protegidas, inclusive particulares, é um processo social e ecológico no qual os meios, valores culturais e conhecimentos dos diferentes atores que a disputam desempenham um papel fundamental (VACCARO et al, 2013).

expansão da rede de UCs, sendo vistas somente como uma solução complementar. O estímulo à recuperação e manutenção das áreas de cabruca, a implementação de reservas particulares, ou mesmo outras formas de uso do solo e manejo sustentável, bem como projetos de educação ambiental nas áreas de interstício, conformam caminhos importantes para a conservação da biodiversidade apenas se consorciados à remanescentes sob proteção integral. Conforme nos apontam Delabie et al (2011, p. 112), pesquisadores em Biologia da Conservação: “a presença de remanescentes florestais é essencial para a manutenção das comunidades animais, sobretudo para espécies florestais em detrimento de espécies generalistas, adaptadas a ambientes antropizados.”. Da mesma maneira, os pesquisadores do RestaUna concluem que, por exemplo, a cabruca tem um papel central em evitar que populações se tornem isoladas, aumentando a chance de persistência das mesmas mas, para que isto seja efetivo, a cabruca precisa estar próxima a áreas de floresta:

a comparação entre os resultados do RestaUna e de pesquisas feitas na mesma região em paisagens dominadas por cabucas e poucos remanescentes florestais indica que o valor das plantações de cacau para a conservação depende fortemente da proporção de floresta madura que permanece na paisagem. Vários outros estudos também demonstram que a distância de remanescentes florestais influencia decisivamente na biodiversidade encontrada em plantações (SAVE; IESB, 2009, p. 49).

A reiterada defesa do fortalecimento das UCs existentes e da criação de novas, dos mais diversos tipos, incluindo necessariamente áreas de proteção integral, é uma das soluções mais recorrentemente apontadas. Na segunda fase do projeto corredores do MMA, por exemplo, as ações planejadas estavam prioritariamente ancoradas no aumento do número e área de UCs:

Na segunda fase, será dada prioridade às *ações de apoio à criação e à consolidação de unidades de conservação, ao planejamento e à implantação de minicorredores, à vigilância, à fiscalização e ao monitoramento*. Para a implementação dessas atividades, estão previstos recursos financeiros provenientes do governo alemão, por meio de seu agente financiador, o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e da Comissão Européia. (MMA, 2006, p.15, grifo nosso).

As ações citadas acima conformaram grande parte da atuação do IESB e parceiros nos anos subsequentes, período no qual foram de fato implementadas pelo menos seis novas UCs no Sul e Extremo Sul da Bahia. Observa-se que esta perspectiva sobre a solução para o problema da degradação da biodiversidade teve um papel importante na escolha da categoria Refúgio da Vida Silvestre para implementação de UC no entorno da REBIO Una. Partindo desta concepção acerca da importância das áreas de proteção integral o mais amplas e contínuas possível, a ideia inicial, segundo informado em entrevista pelo gestor atual da UC, era ampliar a Reserva Biológica em toda a extensão que hoje cobrem a REBIO e o REVIS somadas. Dada a existência de uma população residente numerosa começou a ser articulada a proposta de demarcar uma UC, de outra categoria, no entorno da área núcleo da REBIO, funcionando como uma zona tampão. A proposta desta UC, conforme visto no capítulo anterior, foi elaborada no contexto de um projeto do CEPF, cujo objetivo era propor poligonais de novas UCs e ampliação das existentes na porção baiana do Corredor Central da Mata Atlântica. No relatório que sumariza os resultados do projeto apresentam-se como princípios de ação:

informação prévia abrangente e acessível ao público; mobilização e participação ativa dos atores locais; envolvimento do Comitê e Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) na Bahia (que formam o

Comitê Deliberativo do Projeto Corredores Ecológicos / PPG7 no Corredor Central); desenho de UCs minimizando impactos socioeconômicos negativos e procurando propiciar impactos positivos na realidade local, através de desenhos inovadores, tais: UCs públicas junto com RPPNs; *uso de categorias de UCs de proteção integral sem desapropriação (Refúgio e Monumento)*; conjuntos contínuos de UCs de diversas categorias, aproveitando-se de toda a gama de opções disponível no SNUC (CEPF, 2006, p. 2, grifo nosso).

A defesa da ampliação de APs de proteção integral vem acompanhada, em alguns momentos, do reconhecimento de dificuldades na adoção deste modelo. Ayres et al (2005), por exemplo, apontam para impasses na ampliação das áreas de proteção integral, principalmente na região da Mata Atlântica devido ao alto grau de fragmentação do Bioma. Neste sentido: “A remoção forçada de residentes das áreas protegidas torna-se cada vez mais difícil, devido aos dilemas éticos envolvidos e à escassez de fundos governamentais disponíveis para prover a adequada compensação e realocação populacional” (AYRES et al, 2005, p. 18). Reforça-se que mesmo reconhecidas algumas dificuldades na implantação de grandes áreas de proteção integral, a maior efetividade destas é incorporada como pressuposto, como é possível observar, neste trecho de capítulo de livro científico publicado por membros da CI sobre os desafios da conservação da Mata Atlântica: “As unidades de conservação de proteção integral, que em virtude das restrições de uso constituem-se naquelas de maior relevância para a conservação da biodiversidade, ocupam hoje menos de 2% da área do bioma.” (PINTO et al, 2006, p.4). Esta perspectiva sustenta-se nos supracitados preceitos da Biologia da Conservação que afirmam que a questão central da conservação da biodiversidade se assenta na implementação de reservas o mais amplas, arredondadas, restritivas e contínuas possível.

Tornam-se centrais, assim, ações de fiscalização e monitoramento das áreas de proteção integral em relação à ação humana como solução para o problema da degradação ambiental. Por exemplo, no Plano de Manejo da REBIO Una é possível perceber que há um enfoque na fiscalização como solução para o problema, já que as causas principais da ‘degradação da biodiversidade’ na área da UC dizem respeito a ocupação humana. Na sessão intitulada ‘Atividades Conflitantes’ do Plano de Manejo a presença humana é apontada como a causa decisiva para o problema da degradação:

Várias atividades conflitantes com os objetivos de criação da Unidade são observadas na área, dentre elas tem-se a caça e a extração de piaçava. Mas, a atividade mais impactante e destruidora que a Reserva vem sofrendo é a ocupação humana, devido à presença de posseiros e de trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST. (IBAMA, 1997, p. 135).

Neste mesmo sentido, Ayres et al (2005) apontam para importância da regularização fundiária, ou seja, a realocação de habitantes de UCs mediante pagamento de indenizações, bem como para a existência de recursos disponíveis para este fim. Este argumento é reforçado em função da perspectiva de que populações residentes no interior ou entorno de UCs são um problema invariável para UCs de proteção integral na Mata Atlântica, segundo o texto de base do projeto corredores:

Para tornar as ações propostas numa estratégia viável para a Mata Atlântica, deve-se primeiro identificar as ameaças que os parques e reservas existentes enfrentam. Estas são diversificadas, dependendo da região, e incluem titulação de terra, caça, incêndios florestais, turismo sem controle, invasão de grileiros, extração de palmito e outros produtos de valor comercial, e

várias outras ações ameaçadoras. *As populações que vivem na vizinhança das unidades de conservação existentes são invariavelmente opostas ao seu status de área protegida, e geralmente não compreendem a importância de se conservar os habitats naturais próximos.* Esta é, talvez, a questão mais urgente a ser equacionada neste bioma. Em segundo lugar, há a necessidade de aumentar o grau de conectividade entre as unidades de conservação já existentes (AYRES et al, 2005, p. 22, grifo nosso).

Dessa forma, defende-se que:

a interferência humana nas unidades de conservação [entendidas como de proteção integral] ou nos núcleos protegidos de outras categorias de manejo, deva ser mantida em níveis mínimos, já que estes representam as vértebras de sustentação do sistema” (FONSECA et al, 2004, p. 2).

Por outro lado, a paisagem identificada nas áreas de proteção integral são intensamente povoadas na narrativa ambientalista por uma miríade de seres vivos não humanos. Assim, a eleição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade é amplamente ancorada nas formas de comportamento de espécies de animais, sobretudo espécies ameaçadas. Em todos os documentos institucionais, sejam eles publicados por ONGs ambientalistas como IESB e CI ou por órgãos do Estado como MMA e IBAMA, encontramos o endemismo e o risco de extinção de determinadas espécies como justificativa para a necessidade de conservação da biodiversidade, apontando para soluções que envolvem ações especificamente relacionadas a estas espécies. Isto é, a enunciação do problema na narrativa ambientalista passa fortemente pela ameaça à determinadas espécies, que muitas vezes são definidas através de indicadores globais como as *Important Birdlife Areas* (IBAs) e as *Key Biodiversity Areas* (KBAs). Encontramos, por exemplo, em documento do MMA relativo ao PCE a seguinte justificativa para expansão no sistema de UCs como solução para a degradação:

Segundo simulações realizadas, esse incremento no sistema de unidades de conservação teria impacto positivo direto sobre ao menos 35 espécies de vertebrados terrestres endêmicas e ameaçadas, conforme a ‘lista vermelha’ da União Mundial para a Natureza (IUCN), das quais 3 constam na categoria ‘criticamente em perigo’, 17, na categoria ‘em perigo’ e 15, na categoria ‘vulnerável’ (MMA, 2006, p. 29).

De acordo com Pinto et al (2006), uma boa maneira de identificar prioridades na definição de áreas para expansão do sistema de unidades de conservação é o apontamento de ‘áreas insubstituíveis’, a partir da identificação de ‘espécies-lacuna’, ou seja, que estão em risco e não estão abrigadas em área de proteção integral. A partir desta concepção, os autores concluem que o centro de endemismo do Sul da Bahia está sub-representado no sistema de áreas protegidas. A solução seria, assim, aumentar o número de UCs de proteção integral especificamente nesta região. Já Fonseca et al (2006) apresentam como justificativa da implementação do CCMA o fato de que a área do corredor abriga 50% das espécies de aves endêmicas e 60 % das espécies endêmicas de primatas.

Apesar de ser bastante comum o acesso a listas de espécies endêmicas e/ou ameaçadas, há que se destacar que, no contexto regional estudado, determinadas espécies são particularmente mencionadas. O macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternus*) e o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) são as espécies a serem protegidas mais recorrentemente referenciadas nos documentos, deixando clara a centralidade dos primatas. Há, entretanto, variações neste sentido, por exemplo, no documento sobre o ‘mini-corredor’ Una-Lontras, publicado através da parceria entre IESB e SAVE Brasil, instituição voltada para a proteção de espécies ameaçadas de pássaros, as causas do problema e

justificativas utilizadas, no sentido da implementação de UC de proteção integral como solução, são bastante fundamentados na proteção da avifauna. Importante lembrar que, ao contrário da conservação-fortaleza, a justificativa para o foco nestas espécies está na sua capacidade de carregar consigo a preservação de todo o *habitat*, funcionando como ‘indicadores para o monitoramento’ das ações propostas.

Procura-se destacar aqui a importância central dos critérios biológicos para o planejamento e eleição de prioridades nas ações para a conservação da biodiversidade que fundamentam sua legitimidade em critérios técnicos e científicos sobre espécies ameaçadas – reiterados em praticamente todos os documentos analisados. Conforme citado no Capítulo anterior, grande parte dos artigos produzidos e publicados em CD pelo IESB, a partir de pesquisas financiadas pelo PROBIO do MMA, como parte do PCE, indicavam a distribuição espacial de espécies de mamíferos, avifauna, flora, etc seguindo uma metodologia comum (MOURA et al, 2004). A grande maioria da produção científica que embasou diversos dos processos ligados a implementação do corredor estava, assim, ligada ao comportamento e circulação das espécies não humanas na região. A compreensão do problema fundamentada nas espécies aparece alinhada à questão da variação genética, o que faz sentido se relembramos que estamos tratando de discursos produzidos em fins da década de 1990 e primeiros dez anos do 2000. Neste momento a Biologia da Conservação já havia se consolidado, inclusive enquanto ambiente legítimo de produção de discurso para embasar tomada de decisões em projetos de conservação da biodiversidade. Neste sentido, Ayres et al (2005) argumentam que um bom planejamento da conservação da biodiversidade não pode olhar apenas para o nível das espécies, sendo importante incorporar também o nível de variação genética em cada espécie – do ponto de vista da diversidade genética é necessário manter múltiplas populações de uma mesma espécie.

Na esteira do foco em espécies e defesa da proteção integral, a falta de conhecimento sobre o comportamento e circulação das espécies é amplamente apontada como causa para o problema da degradação ambiental (AYRES et al, 2005; MMA, 2006; PINTO et al, 2006; FONSECA et al, 2004; ARAÚJO, 2014; MOURA et al, 2004). Isto porque a escolha das áreas a serem mantidas, ou regeneradas, seria muito mais efetiva se houvesse um inventário mais bem acabado do comportamento das espécies. Moura et al (2004) ressaltam a fragilidade da conservação da biodiversidade gerada pela falta de estudos acerca dos vertebrados na Mata Atlântica no corredor central pois “O conhecimento sobre a composição florística e faunística (dos grupos de vertebrados mais conspícuos, como anfíbios, aves e mamíferos), é fator de importância primordial para qualquer trabalho em Biologia da Conservação.” (MOURA et al, 2004, p. 1). A solução, nesse sentido, se apresenta a partir do aumento consideravelmente de recursos humanos e financeiros voltados para a construção de conhecimento sobre a distribuição geográfica e o status taxionômico de espécies. Inclusive as dificuldades políticas enfrentadas são reconhecidas como resultantes da falta de conhecimento técnico, cuja atualização poderia “evitar que debates se transformem em polêmicas com viés ideológico, muitas vezes por causa de falta de informação precisa sobre um ou vários aspectos envolvidos.” (CEPF, 2006, p. 4).

Aponta-se, entretanto, que as lacunas no conhecimento abarcam também:

questões ligadas à dinâmica do território, à interdependência entre as diferentes unidades de conservação e os remanescentes florestais, além daquelas pertinentes aos aspectos sócio-econômicos e culturais que influenciam os padrões de uso da terra, por exemplo, ao longo dos corredores de biodiversidade. (PINTO et al, 2006, p. 18).

Neste sentido haveria a necessidade de formação de “massa crítica de profissionais competentes e bem treinados em várias disciplinas, que cubram o espectro desde as ciências biológicas até as ciências sociais.” (PINTO et al 2006, p. 19). O livreto produzido pela parceria entre CI e IESB, por exemplo, apresenta ferramentas de avaliação biológica e social:

Avaliação Biológica e Social: Uma base sólida de conhecimentos sobre a diversidade e a distribuição de espécies dentro dos corredores é essencial para o planejamento da conservação da biodiversidade. Também é importante a compreensão da relação entre as comunidades locais e a floresta, incluindo a utilização de plantas e animais para alimentação, abrigo, vestuário e remédios. O Programa de Avaliação Rápida (RAP) oferece uma abordagem inédita para a coleta de dados básicos de natureza biológica e informação sociológica para o estabelecimento de áreas protegidas e corredores (CI; IESB, 2000, p. 23).

Apresenta-se, portanto, a necessidade de gerar informações técnicas de outras ordens que não apenas as bióticas. Contudo, a avaliação do conjunto de informações e enunciados que compõem o material analisado nos permitem inferir que as avaliações biológicas, centradas nas espécies, possuem maior relevância para o grupo aqui denominado de ambientalistas. Por exemplo, embora no artigo mais abrangente publicado no CD, cujos conteúdos foram cunhados no âmbito do PROBIO sobre o corredor central, os autores defendam a promoção de “pesquisas biológicas e sócio-econômicas que ajudem a reduzir a ameaça de extinção de espécies” (FONSECA et al, 2004, p. 2), porém entre os artigos presentes na compilação apenas um é voltado para a questão econômica, um para análise de uso do solo – que é enunciado ali como social – sendo todos os outros relativos a inventários de espécies. Este é apenas um exemplo mas em todo o universo empírico de discursos analisados fica clara uma centralidade de argumentos fundamentados na biota não-humana na narrativa ambientalista.

5.2.4 Soluções Cruzadas: coerência dos discursos

A partir da apresentação realizada até aqui sobre as principais causas para o problema da degradação ambiental, bem como soluções propostas no conjunto de materiais discursivos analisados, gostaríamos de realizar alguns apontamentos finais antes de passarmos a narrativa indígena. Em primeiro lugar, é importante reiterar a congruência e coerência presentes nos diferentes enunciados: foi possível perceber que grande parte dos argumentos centrais é reiterada de forma bastante similar no material analisado, não obstante cada um deles ser proveniente de contextos institucionais e discursivos diferenciados como o IESB, a CI, núcleos de pesquisa universitários pelos quais passaram integrantes e ex-integrantes destas instituições, projetos de pesquisa que se efetivaram em parceria com o IESB, o MMA e o IBAMA. A congruência nos enunciados passa por uma coerência nas condições de positividade e legitimação acionadas, na maior parte do material, ancorada nas Ciências Naturais, particularmente na Biologia da Conservação. Em segundo lugar, nos parece importante reiterar enfaticamente que as soluções ora apresentadas separadas de maneira esquemática figuram nos documentos, na maior parte das vezes, de maneira composta. Destacamos aqui três exemplos desta composição. A avaliação final da atuação da CI, através do CEPF na Mata Atlântica, lista de maneira sucinta diversas das práticas apontadas reiteradamente nos documentos como solução para o problema da degradação da biodiversidade:

A recuperação de áreas degradadas, a consolidação de unidades de conservação, o planejamento da paisagem com finalidade de promover a conectividade dos fragmentos florestais, o incentivo à adoção de práticas

agrícolas menos impactantes, a proteção de espécies ameaçadas, a educação ambiental, a integração de ações de fiscalização e o engajamento das comunidades na conservação dos recursos naturais, principalmente com a formação de redes institucionais, foram frentes de atuação que destacam o CEPF como um programa de larga escala e de grande impacto para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica (CEPF, 2008, p. 5).

Já a publicação sobre corredores produzida pela CI e IESB apresenta como prognóstico as seguintes soluções para o problema reconhecido da fragmentação:

é prioritário ampliar o status de conservação dos remanescentes, por meio da criação de áreas protegidas públicas e particulares, com: 1. a conclusão do processo de criação do Parque Nacional de Serras das Lontras; 2. o estímulo à regularização da Reserva Legal; 3. o apoio à criação/manutenção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Além disso, é fundamental intensificar as ações de fiscalização da atividade madeireira e da caça, articulada com ações de monitoramento da cobertura florestal. Por outro lado, considerando-se a crise econômica regional, são muito importantes as ações de desenvolvimento sustentável e apoio às comunidades rurais com alternativas econômicas, como o cultivo em sistemas agroflorestais, incluindo a recuperação dos cacauais. Da mesma forma, a adoção pelo Governo do Estado da Bahia de instrumentos econômicos para a conservação, a exemplo do ICMS Ecológico, representaria uma justa compensação aos municípios que ainda conservam significativa cobertura florestal pelos benefícios que trazem para a sociedade brasileira como um todo (SAVE; IESB, 2009, p. 43).

Por sua vez, consta na parte final no Plano de Manejo da REBIO um quadro com uma árvore de causas que fazem com que o manejo da REBIO e seu entorno seja considerado ‘inadequado’ (ANEXO VI). Este quadro é interessante pois aponta um mapeamento das causas reconhecidas naquele momento para o problema comum aqui elencado, a degradação da biodiversidade no contexto específico da área da REBIO, enquanto unidade de proteção integral que não prevê a residência de pessoas, nem atividades humanas. Na árvore constam causas como a falta de pesquisas e monitoramento; a falta de manejo dos recursos naturais; a deficiência na operacionalização, em termos de fiscalização e regularização fundiária e; a falta de integração com a ‘área de influência’. Neste último ponto, colocam-se como elementos insuficientes as relações públicas, a educação ambiental, o controle ambiental – ou seja, fiscalização – e o incentivo a alternativas de desenvolvimento. Exatamente os mesmos elementos são apontados na sequência do documento como solução para os problemas, se realizados a contento.

Através destes exemplos é possível notar que a combinação das diferentes soluções ora apresentadas é mais a regra do que a exceção, embora, na prática, muitas vezes soluções voltadas para a fiscalização e proteção de espécies animais tenham uma relevância maior. De toda forma, soluções que poderiam ser consideradas como ‘preservacionistas’, como a defesa da necessidade de implementação o mais restritiva e ampla possível de UCs, aparecem em conjunto com necessidades de participação social e inclusão do desenvolvimento sustentável. Isto abre a possibilidade de levantarmos a hipótese de que a narrativa ambientalista apresentada coloca em voga, ao mesmo tempo e de maneira conjunta, soluções que poderiam ser vistas tanto como ‘preservacionistas’, quanto como ‘socioambientalistas’. Neste sentido não nos parece possível definir a narrativa ambientalista a partir desta polarização. Há, certamente, uma proximidade em relação ao paradigma biorregional que foi alvo de interpretações ambíguas quanto à inclusão efetiva das críticas ‘socioambientalistas’, conforme

explicitado Capítulo I. Reiteramos aqui, como antes, que a adoção de ‘mosaicos’, ‘redes de áreas protegidas’ e ‘corredores’ não é uma prerrogativa de atuação apenas de ‘conservacionistas duros’, mas formas de enunciação extremamente difundidas entre vários atores presentes no cenário das disputas em relação à conservação da biodiversidade. Por outro lado, como veremos a seguir, a definição da perspectiva do IESB e parceiros como ‘socioambientalista’, mesmo este apresentando esta forma de enunciação inclusive no próprio nome da instituição, poderia nos levar a crer que haveria uma aliança e compatibilização dada entre estes e os indígenas na região. Afinal, na visão da maior parte dos defensores do ‘socioambientalismo’ estas populações seriam as primeiras a serem incorporadas em projetos de conservação da biodiversidade que partissem de um paradigma ‘socioambiental’, o que não parece conferir com a materialidade das disputas e distintas perspectivas, inclusive territoriais, que tem base na região em foco neste pesquisa. Tema que será abordado nas próximas sessões.

5.3 Territórios Indígenas de Conservação: Se é Sustento não é Desmatamento

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que a narrativa Tupinambá de Olivença sobre a conservação esteve, durante o processo de realização deste trabalho, bastante atravessada por um sentimento de injustiça por parte dos indígenas em relação a multas conferidas a estes por crimes ambientais. Quando estive pela primeira vez na TI Tupinambá de Olivença, em 2012, ao questionar os indígenas sobre a relação com a REBIO, as respostas eram mais dispersas, alguns reconheciam a ‘reserva’ como uma parceira do movimento e outros criticavam as restrições que a sua presença impunha. Houve, portanto, em relativo curto espaço de tempo, uma rearticulação por parte do movimento indígena bastante clara em relação à questão da ‘reserva’, estando soluções e causas identificadas para o problema da degradação, em grande parte, ancoradas em uma contraposição a este tipo de atuação por parte do ICMBio. Neste contexto, os próprios processos de territorialização colocam os agentes ambientais e indígenas em posições diferenciadas. Conforme dito anteriormente, há uma área relativamente extensa de sobreposição entre o REVIS e a TI Tupinambá de Olivença. Portanto, existem diversas áreas de retomada que estão dentro de territórios administrativamente compreendidos pelo Estado como pertencentes à uma UC de proteção integral, embora seja previsto em lei haver ocupação humana, especificamente, nesta categoria. Dentre as retomadas estão áreas indígenas que fazem parte das aldeias do Mamão, Acuípe de Baixo e Serra do Padeiro. Nestas áreas, a fiscalização ambiental parece ser mais intensa do que em relação a outras áreas na região e, nos últimos anos, especialmente em 2016, diversos indígenas foram autuados por crime ambiental. As ocorrências mais comuns são acusações de supressão da vegetação, devido ao corte e queima de áreas consideradas como ‘mata em regeneração’ de acordo com a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11428/2006). Este é o caso de retomadas situadas na aldeia do Mamão e Serra do Padeiro. No caso específico da aldeia do Acuípe de Baixo, além das autuações mencionadas, houve também outras, baseadas no código florestal que considera como Áreas de Preservação Permanente (APPs) os 30 metros no entorno de cursos d’água com menos de dez metros de largura (Lei nº 12651/2012), devido à ocupação em áreas próximas ao rio Acuípe e aos mangues. Fundamental notar que estamos nos referindo a multas de milhares de reais, aplicadas sobre famílias que possuem renda, quase sempre, menor do que um salário mínimo. Alguns indígenas autuados tiveram seu CPF cadastrado como devedores e em consequência se viram restritos em relação a realizar compras na cidade – gerando grandes constrangimentos a estas pessoas. O reconhecimento da falta de recursos para de fato pagar as multas conferidas esteve presente nas elaborações do problema de todos os indígenas autuados entrevistados.

Entretanto, o aspecto mais presente na narrativa indígena não é a impossibilidade de efetuar o pagamento de tais penalidades financeiras por crimes ambientais, mas uma indignação em relação à punição de um ato que não consideram, de maneira alguma, criminoso. Na visão de todos os Tupinambá, com quem conversamos, inclusive os que não foram autuados, o trabalho realizado em pequenos plantios para o ‘sustento’ não poderia ser reconhecido como desmatamento e, dessa forma, não compreendem como poderiam ser punidos por “fazer roça da maneira que sempre fizeram”¹⁸⁰.

Figura 11 - Roça de Mandioca Multada no Mamão



Fonte: Laila Sandroni

¹⁸⁰ Esta formulação foi colocada por dois indígenas entrevistados em julho de 2016 autuados por desmatamento por terem roçado a ‘capoeira’ a fim de realizar o cultivo das terras, no caso, no primeiro caso, para o plantio de banana e no segundo de mandioca.

Figura 12 - Roça de Banana Multada na Serra do Padeiro



Fonte: Laila Sandroni

É bastante utilizada na região uma técnica agrícola baseada na rotatividade das terras cultivadas na qual, após a segunda, terceira ou até quarta colheita, a área plantada deixa de ser utilizada durante um determinado período de tempo, para que ela ‘descanse’ e tenha novamente sua ‘força’. Depois deste período de repouso os indígenas cortam a vegetação que cresceu naquele local e a queimam para que as cinzas se transformem em adubo. Desta maneira, a outra área que estava sendo utilizada para o plantio é deixada para o descanso e assim por diante. A atuação de populações habitantes do Bioma da Mata Atlântica devido à prática desta técnica agrícola, também conhecida em outras regiões como roça de coivara, ou roça de pousio, não é incomum. A rotatividade das terras é uma parte fundamental de práticas produtivas de diversos povos habitantes deste Bioma, incluindo outros povos não indígenas como os caiçaras. A não observância desta prática têm gerado conflitos entre gestores de UCs e populações que realizam atividades agrícolas a partir desta técnica, que argumentam que a sua proibição pode inclusive provocar efeitos nocivos para a própria conservação da biodiversidade. Como exemplo, poderíamos citar o caso da APA Estadual de Macaé de Cima, situada no Estado do Rio de Janeiro, em região abarcada pelo mesmo Bioma, na qual a proibição do pousio confinou agricultores a espaços tão pequenos de terra que gerou um aumento progressivo no uso de agrotóxicos e insumos químicos com vistas ao aumento da produtividade (SANDRONI, 2012). O reconhecimento da prática do plantio rotativo de terras como insustentável que embasa estas atuações, está presente na narrativa ambientalista conforme explicitado na seguinte passagem do livreto sobre o conceito de corredores publicado pela parceira entre CI e IESB: “O plantio de mandioca (*Manihot esculenta*) produz um lucro maior por hectare, mas isso só é obtido com técnicas não sustentáveis de corte e queima da mata, e que ainda dependem de trabalho familiar gratuito.” (CI; IESB, 2000, p.17).

De uma maneira geral, as relações com o ambiente ancoradas na prática de rotatividade do cultivo das terras não são reconhecidas, pelos Tupinambá de Olivença, como ‘desmatamento’ mas, sim, como ‘sustento’. Os indígenas entendem como desmatamento a retirada daquilo que chamam de ‘madeira grossa’ ou ‘madeira de lei’ de áreas de ‘mata densa’ ou ‘mata nativa’.

Figura 13 - Área de ‘Madeira Grossa’ na Serra do Padeiro



Fonte: Laila Sandroni

Já o que é percebido pelos gestores ambientais como ‘mata em regeneração’ é descrito pelos indígenas através de um conjunto categorias como ‘arrancador’, ‘capoeira’ ou ‘capoeirão’. Destes, o ‘arrancador’ é a vegetação mais recente que nasce em terras com pouco tempo de descanso e, de maneira geral, é descrito como uma vegetação que ‘pode ser arrancada inclusive com as mãos’ ou que ‘cresce até três palmos do chão’. A capoeira é uma vegetação um pouco mais alta que o arrancador, dotada de ‘madeiras finas’ ou ‘madeiras brancas’, que pode ser derrubada ‘com facão e machado’. Já o termo capoeirão foi utilizado para designar tanto uma capoeira que foi deixada um pouco mais de tempo, tornando-se mais densa, quanto para denominar áreas específicas da vegetação próxima ao litoral em terreno mais arenoso ‘uma mata mais rala, como se fosse uma restinga’. Importante notar que, ao contrário do discurso científico, baseado na homogeneização dos critérios que definem os diferentes estágios de regeneração da vegetação, observamos que, entre os Tupinambá de Olivença, há uma certa variedade de perspectivas sobre os critérios que fazem com que uma área se encaixe em cada uma das supracitadas categorias de descrição da paisagem, dependendo da região do território e do tempo de descanso conferido àquela porção específica de terra. Isto é, as classificações indígenas da vegetação funcionam mais a partir de uma complexa trama de relações com o território, do que por critérios fixos e preestabelecidos. Contudo, o ponto em comum presente na perspectiva de todos os indígenas é a generalizada defesa de que as áreas descritas como ‘mata densa’ não deveriam dar lugar a outro tipo de ocupação do solo, já que isso, sim, significaria ‘desmatamento’. A causa para a degradação da mata não estaria baseada no corte e queima da capoeira para a implementação de roças de cultivos básicos para a alimentação, mas em outras atividades de alto impacto, sobre as quais discutiremos adiante. Esta distinção entre desmatamento e corte da capoeira para o plantio fica clara na fala do cacique da aldeia do Mamão:

- Mas qual é a justificativa da multa? [Sandroni]

- É desmatamento. Diz que está desmatamento. Porque a gente tá tirando a capoeira pra fazer a roça. Eu cheguei até pra ele e falei: ‘olha, eu até entendo que nós derruba capoeira, agora desmatamento não é!’ Você desmata quando você desmata pra tirar madeira, aí é desmatamento! Você deixa a mata lá toda acabada. Mas se você derruba uma capoeira pra plantar sua cultura e ali você passa dois três anos naquele pedaço de terra trabalhando, ou quatro anos, cinco anos trabalhando ali, diretamente ali, com certeza quando você sai dali, com certeza já vai estar coberto de novo. [...] Ali já fica coberta a terra, daí você vai migrar daqui prali, que é pra você plantar a mandioca de novo, e aqui a gente vive dessa forma assim. De tudo que você plantar aqui dentro num pedacinho de terra, quando vai botar outra da capoeira, porque a terra ficou fraca, de tanto sugar ela, porque se você plantar na mesma terra quatro cinco vezes, fica fraca mesmo, e a gente achando que ela tá fraca, a gente deixa ela lá, subir a capoeira de novo, e a gente migra pra não perder as de capoeira, e aquela fica lá descansando de novo... e eles falam que é desmatamento?

O plantio rotativo, além de não ser percebido como uma causa da degradação, é visto inclusive como solução para o problema, pois ao utilizar de forma intercalada as áreas de onde a ‘mata densa’ já foi retirada, por outros agentes, como os antigos proprietários das áreas de retomada, é possível evitar que o cultivo avance para áreas ainda cobertas pela mata, como nos apontou o cacique do Acuípe de Baixo, que reconhece esta prática como uma forma de alcançar um ‘equilíbrio’: “Graças a Deus a gente tem a mata aí. E a gente tem conseguido também fazer o plantio e deixando sempre e respeitando a área da mata alta. Então a gente tem sempre feito as roças nas capoeiras”. No mesmo sentido, uma indígena da Serra do Padeiro, autuada devido à uma roça de banana coletiva realizada em uma área de retomada, nos disse que: “E quando a gente põe ali, depois a gente tira, vai dar um descanso naquela dali e põe em outro canto, pra deixar ela descansar um tempo né? Um ano, dois ano... E assim a gente não fica desmatando né?”. Ela argumenta que a área de plantio multada foi colocada justamente na porção da retomada de onde o antigo proprietário havia retirado as madeiras para vender e pagar dívidas consequentes da crise do cacau. Segundo a indígena, a dívida havia sido contraída através de um empréstimo realizado para clonar o cacau, e não pôde ser paga por causa da pouca produtividade da lavoura provocada pela praga ‘vassoura de bruxa’. Neste ponto específico podemos identificar uma compatibilidade em relação à narrativa ambientalista que identifica, como vimos, a crise do cacau como causa e fundamento para um aumento da pressão sobre áreas florestadas.

- Essa roça foi assim, o fazendeiro já tinha desmatado, as árvores, tudo, né? Aí ficou só as madeiras finas.

- Ele tirou pra botar o que? Pasto? [Sandroni]

- Não, ele tirou pra vender as árvores, aí ficou só as árvores fina. Aí como os menino chegou pra lá pra botar roça, como é comunitário, todas as áreas que a gente pega aí põe a roça comunitária né? Nas áreas de retomada. Aí quando ia fazer, a gente falou, vamos fazer aqui, que não é perto de nascente é numa chapada alta, e ele já tinha tirado as árvore grossa, só tem as madeira fina, vamos tirar. Aí colocou a roça.

Observa-se que, se há, por um lado, uma compatibilidade, por outro, estes enunciados apresentam alguns critérios indígenas para escolha das áreas de plantio que não necessariamente seriam reconhecidos como sustentáveis pela narrativa ambientalista. Entretanto, isto não quer dizer que haja um repúdio por parte dos indígenas em relação a toda

e qualquer restrição de uso e acesso aos recursos naturais. O cacique da aldeia do Mamão, por exemplo, demonstrou conhecimento e concordância com a existência de áreas de Reserva Legal: “Eu também tô de olho que não vou desmatar a toa. Porque nós não podemos desmatar mesmo, a obrigação nossa é como tá havendo hoje as lei dizendo que nós temo que trabalhar em 80%, e tá dando pra gente trabalhar.”. O argumento central aqui, e nas falas de todos os outros indígenas, não é que o uso por parte dos indígenas deve ser irrestrito mas, sim, de que ‘este uso’, voltado para o ‘sustento’, criterioso, que escolhe para o plantio áreas de capoeira, sem ‘mata densa’, de ‘madeira branca’ e longe de nascentes e cursos d’água, não é causa de degradação mas solução para o problema. Em suma, a contraposição às multas conferidas pelo corte e queima da capoeira e proximidade a rios e mangues não quer dizer que toda e qualquer restrição ou fiscalização seja mal vista pelos indígenas, porém que esta deveria focar em quem está ‘realmente desmatando’ e não em quem está ‘trabalhando’ para tirar seu ‘sustento’.

Essa diferenciação entre sustento e desmatamento esta ligada à diferenciação entre as categorias ‘mato’ e ‘mata’ em um sentido diferente daquele apresentado no supracitado volume publicado pelo IESB intitulado “Transformando olhares: o mato que virou mata”. Se naquela publicação defende-se a a necessidade de ‘conscientizar’ os habitantes do entorno da REBIO de que a área da UC seria de mata e não de mato e, portanto, passível de restrições de uso voltados para a preservação. Entre os indígenas as áreas de mato seriam áreas consideradas degradadas, onde não haveria mais mata, as vezes próximas conceitualmente das áreas categorizadas como ‘capoeira’, opostas tanto aos espaços da ‘mata nativa’, quanto aos espaços de produção e ocupação indígenas. Seria, assim, pouco provável que um indígena considerasse as áreas ‘de madeira grossa’ ou ‘mata densa’ da REBIO como mato. A concepção de mato compartilhada pelos indígenas aparece com relativa clareza na fala deste ancião habitante da aldeia Itapoã ao descrever o processo de retomada que deu origem a aldeia:

E aqui, antes não tinha nada, era só mato. Calumbinho, espinho, enfim, e lixo! Porque aqui era um lixão, de condomínio e de outros lugar. Era um lixão mesmo. Entraram aqui na coragem os índios da nossa comunidade, e ficaram numa barraquinha de lona, depois de palha e depois foram fazendo suas oca. Com muito sacrifício! Comendo o alimento um feijão, um fato, um mocotó, mas foram lutando. Tanto que a gente fala aqui que os que chegaram depois já achou a onça morta. Com a onça morta, pra tirar o couro aí é mais fácil né? Mas os que chegaram primeiro é que matou a onça. Mas aí é o que você tá vendo aqui, tudo que tem aqui dentro, os coqueiro, essas árvore, banana, mamão, limão, tudo isso é plantio já depois que o índio entrou aqui, mas não tinha, aqui era só mato.

Na mesma aldeia dialogamos com um senhor indígena que habita sozinho uma área próxima á porção de ‘mata densa’ da retomada. Ele preferiu construir sua casa num local a cerca de dez minutos de caminhada do ponto central da aldeia, onde quase a totalidade dos indígenas daquela aldeia optaram por construir suas casas de taipa. Com orgulho ele nos mostrou as frutíferas que plantou dizendo: “aqui era só mato, era só uma capoeira, não era mais mata. E era só mato, agora encontra um coco, uma graviola, daqui tudo a gente tem já. Aipim, manga não compra mais [...]”.

Baseando-se nestas categorias e compreendendo sua forma de articulação, é possível perceber que a concepção dos indígenas sobre práticas de ‘preservação da natureza’ não passa por uma defesa preponderante da implementação de APs de proteção integral, como vimos, bastante presente na narrativa ambientalista. Essa tática de preservação é inclusive, por vezes,

reconhecida como insuficiente, pelo menos da forma como são implementadas, conforme nos apontou liderança Tupinambá residente na Vila de Olivença ao discorrer sobre a REBIO:

é aquilo que a gente chama de reserva contemplativa, não pode ficar ninguém dentro a não ser os bichos, e eles fizeram essa primeira inserção. Com as dificuldades que você sabe os órgãos governamentais como é, né? Aí não indeniza ninguém, não explica ninguém as informações corretas, e as pessoas que tavam lá passam, no outro dia por um decreto de não sei quem, do presidente da república, a ter restrições de todos os níveis, inclusive ser criminalizado por tirar uma lenha, cortar um pau de uma árvore para fazer um cabo de vassoura, ou um cabo de machado. (...) E passamos a ser um empecilho para uma política talvez desse tipo né? Daqueles que defendem que a natureza precisa ficar intocada aí. Pra que a gerações futuras possam ver. Eu discordo um pouco porque nada é eterno e nada é contemplativo, a gente precisa melhorar essa proposta porque em todo o Brasil aonde tem esse conceito de preservação, e o que ficou por fora, nada. Porque demarca ali um pedacinho uma área de REBIO, uma Reserva, e destrói todo o resto.

A maior parte das formulações dos indígenas sobre as melhores formas de conservar estão, assim, mais ligadas a um uso permeado por determinadas restrições e regras do que na interdição total da circulação e uso, ou seja, à possibilidade de uma utilização parcimoniosa dos diferentes recursos, como nos apontou liderança jovem da aldeia Itapoã:

Conservar é assim: você tem toda uma estrutura que é da natureza. Se você precisa, primeiro tem que pedir licença para que ela seja retirada, para que ela seja mexida, mas que você tenha consciência de que você tem que replantar. Então se você tira uma, você replanta dez, e assim a natureza não se acaba, porque quando você precisar de uma outra, você vai ver que a área tá toda plantada. E só mexer naquilo que você acha que tem que mexer, tira o que precisa, mas repõe.

Em consonância, uma liderança da aldeia Tamandaré nos disse que: “preservação pra mim, é em tudo ter limite, preservação pra mim é isso. Se pescar, ter limite, se o índio tiver a prática da caça, ter limite em tudo. Para que não haja mais tarde a gente ter uma falta daquilo.”. Neste sentido, cada elemento possui critérios de utilização e restrição específicos. O cacique do Acuípe de Baixo nos apresenta, por exemplo, os critérios para o acesso aos animais do mangue para alimentação e venda por parte dos indígenas:

- E vocês tem algum critério para tirar o guaiamum, por exemplo? Pra saber qual que pode, qual que não pode? [Sandroni]

- A gente tem sim, o macho, sempre maior, que não tenha o casco pelo menos que ele consiga fazer um círculo de uma mão encontrando com a outra. E a gente também tem a questão dos buracos né? Pela medida da bosta, das fezes dele, a gente já tem a medida que eles já são guaiamum adulto. Então a gente já tem essa medida e só aprisiona os machos, e a gente não pega o guaiamum aqui na época que eles tão de leite, que eles tão com buraco tapado, que eles tão na troca do casco. E a gente não pega também o Guaiamum quando tá nos meses que são de andada de caranguejos porque aí também é quando tem a andada da fêmea que é nos meses de dezembro janeiro, fevereiro e março.

A distinção entre um uso que de fato provocaria ‘destruição do meio ambiente’, para outra que levaria em consideração os ‘tempos da natureza’, se apresenta de maneira clara se compararmos a elaboração sobre a questão da caça nas narrativas indígena e ambientalista. Como vimos anteriormente, por parte dos ‘ambientalistas’ a caça é determinada como uma

das principais causas da degradação da biodiversidade. Já nos discursos indígenas a caça pode ser, ou não, uma causa de degradação, dependendo de quem a faz e de como a faz. A caçada é vista pelos indígenas que a praticam como ‘parte da nossa cultura’. Entretanto, utilizam a expressão ‘caça predatória’ para designar a captura de animais silvestres realizada principalmente por pessoas vindas ‘de fora’ que ‘não respeitam a natureza’. Neste caso, para os indígenas, estes caçadores deveriam ser penalizados pelo poder público, inclusive por inviabilizar a caça por parte dos indígenas que a fazem com respeito aos tempos de recuperação dos animais. Aqui há um relativo ponto de encontro com diversos dos enunciados da perspectiva ambientalista, que coloca a necessidade de fiscalização e punição do tráfico de animais, prática a qual os indígenas se posicionam veementemente contra. Conforme nos apontou um indígena da aldeia Tamandaré “a gente vem preservando, a mata ciliar que é aqui a beira de rio, os córregos, as nascentes, a gente sempre vem preservando, a caçada que, sim, faz parte de nossa cultura, mas de quem vem de fora não aceitamos, porque é a preservação.” Especificamente neste sentido, há inclusive um reconhecimento por parte de alguns indígenas do papel positivo da REBIO em conter a caça predatória, como nos apontou um ancião da aldeia Itapoã:

sei bem que a reserva é uma área que está preservando os animais é um guardião dos animais pra isso é muito importante a reserva, se não tivesse aqui perto de nós talvez seria muito pior, porque tem a caçada predatória, o tráfico de animais, as árvores, é uma coisa absurda. O índio não se preocupava com isso porque tinha de tudo, peixe, caça, pássaro, então a sua família sem tanto problema, já hoje temos esses problema, é uma vida mais difícil.

Bem como o cacique do Acuípe de Baixo:

Realmente a reserva ecológica de Una ela tem tido realmente, tem conseguido fiscalização para que o pessoal não entre pra fazer a caça predatória. Como aqui a gente tem muitos bichos a gente conseguiu proteger muita fauna aí. Mas hoje, a gente também aqui, depois que a área foi identificada, que nós indígenas começamos a tomar posse também, a gente não tem mais a interferência de caçadores, que vinha pra fazer a predatória e outros por esporte. Então, assim, a gente tinha o dia a dia então não respeitava a época de reprodução, nem dos peixes, nem dos animais. E a gente consegue aqui, hoje, proliferou.

Outro ponto crucial que embasa as soluções propostas pelos indígenas é a preocupação com a água. O temor em relação aos impactos de ações de degradação de diversas ordens na qualidade da água é uma das preocupações mais recorrentemente explicitadas espontaneamente pelos indígenas, sendo esta dimensão da preservação mais acentuada na narrativa indígena do que na ambientalista que tivemos acesso. Embora diversos documentos de base da articulação da narrativa ambientalista cite a importância da preservação de ‘recursos hídricos’, a apresentação deste aspecto como o mais importante é mais presente nas falas dos indígenas. Estes apontam, inclusive, para a necessidade de que este cuidado esteja presente em toda a TI, já que a circulação por parte dos indígenas é mais uma regra do que uma exceção, conforme nos apontou uma liderança Tupinambá: “Os índios bebem água desses rios e circulam no território, ele se muda e isso vai ter um impacto direto na vida dele.”

Desta maneira, a localização de nascentes e rios é um dos principais critérios de escolha de áreas voltadas para a preservação, sobretudo em áreas de retomada. Na aldeia Tamandaré, na retomada da cachoeira redonda, este foi o principal critério utilizado na opção

por revitalizar a mata em uma determinada área (Figura 14), como fica explícito na fala do cacique desta aldeia:

- E como foi a decisão para deixar esta área para deixar a mata? [Sandroni]

- Por conta da devastação do pasto, primeiro, de frente e por trás dela. Ali existe três nascentes. Nascentes importantes também onde abastece o rio, o rio Santana, que cai dentro dele. Então, a gente tinha duas que já tava totalmente seca e tava ameaçada a outra também de secar. Então resolvemos deixar aquela parte ali para que recuperasse as duas nascentes, como já está recuperada, já voltou a jorrar água por lá.

Figura 14 - Área de Mata na Aldeia Tamandaré



Fonte: Laila Sandroni

Utilizando bases de articulação semelhantes, sobre a necessidade da presença das árvores para manutenção da qualidade das águas, o cacique da aldeia Tucum comentava a crise hídrica que estava sendo vivenciada em Itabuna, município vizinho à TI, durante o ano de 2016:

Quando você chega em Itabuna não tem árvores, toda a água que abastece Itabuna vem de algum lugar. Se você for atrás de onde essa água vem, você vai observar que a grande maioria dos lugares é pasto, e pasto não segura água, o que segura água é árvore. Porque tem árvore que tem espigão e árvore que não tem, porque tem árvore que só mantém a água em cima, aquela superficial.

No mesmo sentido, o cacique da aldeia do Mamão apontou os seguintes critérios para a opção por colocar o plantio da mandioca na área onde foram conferidas as multas, de modo a não prejudicar locais de regeneração e passagem de águas:

Como a gente olhou que essas áreas por baixo aí, praticamente tudo é rio, aí não dá pra desmatar beira de rio, aí a gente olhou a parte mais seca, mais alto. Só que também onde tem a nascente a gente também não botou a horta, porque tem distância muito longe de onde tem nascente, só na área onde não tem nascente, aí a gente botou a roça por aqui. Botamos por aqui, botamos por lá, as áreas ali do campinho também tem roça, porém as margem tá tudo coberta, as margens de nascente.

É, portanto, extremamente recorrente a menção de que as margens de rio e proximidades de nascentes precisam estar, prioritariamente, ‘cobertas’. Esta concepção de ‘terra coberta’ rege também grande parte da perspectiva indígena sobre uma conduta de preservação da natureza. Esteve muito presente nas falas dos indígenas a noção de que a terra, de uma maneira geral, não deveria ser ‘largada’, que o melhor cenário seria aquele no qual a maior parte do território estivesse ‘coberto’, sendo algumas porções por diferentes cultivos e outras pela ‘mata nativa’.

5.3.1 Solução I: Demarcação Efetiva da TI

Na perspectiva dos indígenas, os principais vetores de ‘destruição do meio ambiente’ não estão, assim, de maneira alguma assentados no corte e queima da capoeira para o ‘sustento’, ou nas formas de ocupação de famílias em áreas próximas a mangues e rios. As principais causas da degradação estão baseadas em grandes empreendimentos de diversos tipos que possuem, conforme explicitado reiteradamente pelos Tupinambá de Olivença, uma capacidade de impacto muito grande e muito presente no território. O sujeito das atividades de degradação ambiental é nomeado de diversas formas pelos indígenas, desde ‘gente de fora’, ‘fazendeiros’, mineradores’, os ‘grandes, os ‘poderosos’, os ‘brancos’ ou mesmo, simplesmente, ‘não-indios’, que permanecem no território devido à morosidade na homologação da TI. Dada a percepção de impunidade destes outros grupos, em relação às atividades de alto impacto social e ambiental dentro da área demarcada originalmente pela FUNAI como TI, agrava-se a sensação de injustiça sobre as multas conferidas pelo ICMBio aos indígenas. O ‘zelo com a natureza’ constitui também um elemento de alteridade em relação aos não-indígenas, no contexto das disputas pela etnicidade explicitadas ao longo do Capítulo II, sobretudo em relação aos ‘fazendeiros’. Não realizar as mesmas práticas de devastação da mata dos ‘fazendeiros’ se apresenta como um forte critério de diferenciação dos modos de vida indígena em relação a outros, conforme está presente na fala da cacique da aldeia Itapoã:

a gente tenta proteger o máximo que a gente pode. Não autorizando que derrube só se estiverem condenada, se estiver já para cair. Mas tem hora que as pessoas não entendem esse processo nosso, mas se a gente diz que o fazendeiro tá desmatando e é por isso que a gente faz retomada também, porque a gente vai fazer o mesmo processo que ele? A gente vai estar copiando o que eles fizeram. Então a gente fala com os nossos parente conversa muito sobre isso.

Na visão dos indígenas os ‘fazendeiros’, entre outros grupos não indígenas presentes no território Tupinambá de Olivença, por não terem relação com a terra, por não dependerem da água que brota na terra, por não terem relação de afeto com as matas e, não dependerem da qualidade do ambiente para criar os filhos e netos, podem gerar grandes processos de devastação sem serem afetados por isso. Já os indígenas precisam do território e, portanto, precisam ‘cuidar’ dele de maneira a garantir espaços de vida para eles e para outros seres, como plantas e animais, sejam eles ‘de criação’ ou ‘soltos’. Este argumento é recorrente entre os Tupinambá de Olivença, que reconhecem uma miríade de diferenças entre as formas de organização do território por indígenas e fazendeiros, como nos aponta, por exemplo, uma liderança da aldeia Itapoã:

Hoje em dia, já vem a história do lucro e do dinheiro, aí entrou os fazendeiros, desmatando, criou até criatório, de gado, que nossa região não é própria pra criatório de gado isso daí é lá pra cima, no sertão, Itapetinga, Jequié, Vitória da Conquista, mas nós, no Sul da Bahia, aqui é território Tupinambá e abrange Una, Ilhéus e Burarema. E estamos nessa situação.

Porque o índio não tem tanto esse problema de ver essa situação porque ele vai vivendo, planta batata, pega um peixinho, os parentes tão aí plantando um milho e vende um milho pra comprar um açúcar, um sal, uma carinha... Não aquela ambição de riqueza de encher o bolso de dinheiro, que nem o branco. É manter a família.

É possível identificar, neste sentido, uma diferença crucial em relação à narrativa ambientalista: se na maior parte das formulações presentes nos documentos analisados anteriormente como, por exemplo, o Plano de Manejo da REBIO de Una, as ‘ações humanas’ são reconhecidas de maneira genérica, sem uma articulação muito clara dos sujeitos ou grupos responsáveis pelos processos que geram degradação da biodiversidade, os indígenas apresentam como base de sua articulação discursiva o reconhecimento das diferenças culturais sociais e econômicas entre os diferentes grupos. Desta maneira, na visão dos Tupinambá de Olivença são os ‘grandes’ e não eles responsáveis pelas atividades que ‘realmente destroem o meio ambiente’ e que, portanto, deveriam ser contidas.

Dentre estas atividades altamente impactantes, a mais recorrentemente mencionada pelos indígenas são os polos de mineração de areia, que estão em atividade a despeito da contrariedade do movimento indígena e suas sucessivas tentativas de freá-los. A atividade dos ‘areais’ é vista como nefasta e foi espontaneamente explicitada por todos os indígenas entrevistados entre junho de 2016 e junho de 2017. A extração da areia para a construção civil gera enormes crateras que, além do desmatamento, provocam o secamento de nascentes, o que tem prejudicado diretamente diversas famílias indígenas. Além disso, muitas vezes a mineração implica na retirada de piaçabais, incorrendo na destituição de uma das fontes de renda dos indígenas das aldeias mais próximas ao litoral, a saber, o extrativismo da piaçava. Há diversos areais espalhados pela costa da TI, sendo dois dos principais deles o areal Guanabara, situado próximo à aldeia Tucum, ao norte da porção costeira da TI, e o Areal Bela Vista, localizado na região do Sirihiba, na porção central da costa coberta pela TI. A retirada de areia neste último já provocou diversos conflitos¹⁸¹, inclusive porque, além dos supramencionados impactos, a retirada de areia está afetando diretamente uma área de mata de onde os indígenas tiram uma vez por ano, em janeiro, uma árvore de grande estatura para a confecção do mastro de São Sebastião. Esta árvore é durante a festividade da ‘Puxada do Mastro’ levada pelos indígenas do Sirihiba até a praça central da Vila de Olivença em meio a cânticos e festa, reunindo habitantes de diversas aldeias de todas as regiões do território – e também não indígenas da região.

Em comparação à atuação destas mineradoras, referenciada por alguns indígenas como uma ‘tragédia’, do ponto do movimento Tupinambá de Olivença, o impacto ambiental da agricultura em pequenas áreas para gerar a sustentabilidade das famílias é ínfimo ou, dependendo da formulação, nulo. Neste sentido, torna-se ainda menos compreensível a atuação por parte dos agentes ambientais que, na visão indígena, não tomam as devidas providências nos casos graves, conforme nos apontou o cacique autuado por ‘supressão da vegetação’ na aldeia do Mamão:

Não sei se nas comunidades que você passou alguém falou em relação ao minério de areia. Então, a gente tá dentro do nosso território, e a gente liderança fica preocupado assim, como é que dentro de um território acontece uma coisa dessa e na frente do Ministério Público federal, na frente do próprio meio ambiente, na frente do ICMBIO, do IBAMA, eu não

¹⁸¹ Para mais informações e imagens sobre a situação dos indígenas no entorno do areal Bela Vista ver material audiovisual sobre o areal produzido por Aiati Tupinambá, Daniela Alarcon, Aléxis Góis e Fernanda Ligabue disponível em: < <https://vimeo.com/170808117> >. Acesso em: 10/02/2018.

consigo entender. Eu não consigo entender a lei. Porque quando a gente faz uma denúncia, a gente sabendo que o ministério público também é sabedor, e a gente vê que teve esses conflito dentro do território por conta dessas coisa aí.

Figura 15 - Área Devastada pela Extração de Areia Próxima à Aldeia Tucum.



Fonte: Laila Sandroni

Na Figura 15 é possível ver ao fundo a vegetação que cobria a área antes da extração da areia. O cacique da aldeia Tucum, vizinha à cratera retratada na imagem, embasa seu descontentamento em relação à omissão da fiscalização no que diz respeito aos areais, mediante uma comparação entre a destruição por eles provocada e o grau de preservação da área da aldeia:

É, a gente tá buscando alguns parceiros, gente aí que tenha esse trabalho, que tenham mudas para doar, para que a gente faça esse trabalho de reflorestamento, porque na realidade, como não há fiscalização dessas mineradoras, acaba que eles não reflorestam nada. Além disso, no lugar onde eles desmatam, não dá para reflorestar, porque eles tiram toda a camada da terra até em baixo, inclusive seca todos os minador e todos os nutriente da terra eles tira. Então qualquer planta que você plantar ali, ela não vai nascer. Ela por si própria a natureza é que vai se recompondo. No processo de areia é assim que funciona.

Este mesmo cacique aponta que o cenário se torna ainda mais complexo na medida em que os donos destes empreendimentos possuem recursos financeiros e técnicos para burlar as necessidades de compensação e adequação ambiental. Como se pode observar:

[...] Eu gosto de abusar estas histórias. Igual as mineradoras! Tem várias que estão ilegais! E porque não fecha? Porque é dinheiro fácil! Em Ilhéus passa despercebido, mas quando chegam em Itabuna, no meio de caminho, aí eles vão, atalham as caçambas, prendem as caçambas, pagam uma indenização e pronto, volta tudo ao normal. Eles multam e eles pagam. São estas coisas que aí estão e eles conseguem achar resposta na constituição, de como que faz a liberação a outorga, essas coisas todas, eles trabalham em cima disso. E tem advogados para fazer todo tipo de manobra para conseguir o que eles querem.

Além dos areais, outra atividade de alto impacto ambiental reconhecida como sendo provocada pelos ‘grandes’ é o plantio monocultural em larga escala de cultivares como o coco e o palmito para a venda em outros locais, inclusive ‘no estrangeiro’. Este exemplo foi apontado, diversas vezes, como uma causa para a degradação do meio ambiente no território Tupinambá de Olivença. A ampliação das áreas ocupadas pela monocultura do palmito, principalmente nas áreas da TI mais próximas à REBIO Una, entre 2012, na primeira vez que estive na TI, e 2017 é visível. Contudo, a maior preocupação dos indígenas em relação à capacidade de impacto ambiental de fazendeiros é a expansão por eles provocada em escala cada vez maior da pecuária extensiva, apontada de forma uníssona como uma grande ameaça por todos os caciques e lideranças presentes na reunião de apresentação do EIA da ampliação da BR 101. Expressa-se neste ponto uma relativa consonância em relação à narrativa ambientalista. Outro ponto de destaque é a monocultura do eucalipto que vem se alastrando do Norte do Espírito Santo para o Sul da Bahia e já se encontra presente em locais próximos da TI. Um cacique de uma aldeia situada na porção litorânea da TI apontou de maneira veemente sua preocupação sobre o alastramento acelerado do eucalipto, que já chegou a Canavieiras, Belmonte e Una e, portanto, deveria ser uma questão urgente a ser tratada. Da mesma maneira, um ancião da aldeia Itapoã apresentou preocupação devido às características do eucalipto de ‘enxugar a terra’: “Eu vi muita desmatção aí, ali pra cima, lá pros Pataxó, lá pra Eunápolis, tem muito eucalipto, que é uma planta que onde planta ela, ela suga toda a água”.

Por sua vez, a atividade madeireira é veementemente condenada em todas as suas formas pelos Tupinambá de Olivença com quem conversamos. O cacique do Maruim, aldeia situada em uma região apontada no Plano de Manejo da REBIO de Una, de 1997, justamente como a mais preservada do entorno da reserva, na ocasião da reunião de apresentação do EIA da ampliação da BR 101, fez uma denúncia enfática da retirada de madeira em áreas próximas¹⁸² a sua aldeia. O cacique explicitou a existência de diversas carvoarias e atividades de retirada de ‘tiras de madeira’, destruindo ‘mata nativa’ e lamentou-se do risco que correm os indígenas se procurarem se contrapor a esta prática, colocando a falta de apoio para combate a estas atividades consideradas, sem sombra de dúvidas, como ‘desmatamento’: “Mas eu vou dar a minha vida por conta disso? Não! Ideia nós tem, de prender caminhão, de prender jirico, prender tudo, mas quem é que vai me soltar depois?”. Nesta mesma ocasião, o cacique da comunidade vizinha, Acuípe de Cima, reiterou a existência de processos deste tipo pela observação dos caminhões de madeira e carvão que descem pela estrada que cruza a sua comunidade¹⁸³. Neste momento, os dois caciques receberam o apoio e solidariedade de todos

¹⁸² Conversei brevemente com o cacique do Maruim durante a reunião de apresentação do EIA da ampliação da BR 101, entretanto, não foi possível visitar o local da aldeia devido à dificuldade de transporte e por ter sido desaconselhada a frequentar este local reconhecido como de conflito.

¹⁸³ Em outras porções da TI a extração de madeira e as carvoarias também foram identificadas como, por exemplo, na região central do Santana. Entretanto, nestas áreas a atividade arrefeceu devido ao processo de retomadas. Voltaremos a este ponto adiante.

os outros caciques e lideranças presentes. Esta extração intensa de ‘madeiras grossas’ é diferenciada, pelos Tupinambá de Olivença, das atividades de busca na mata pedaços de madeira para atender necessidades das comunidades que, apesar de não gerarem impacto, são repreendidas. Aparece novamente a diferenciação entre os indígenas e aqueles que em sua visão são os reais sujeitos dos processos de degradação, conforme nos colocou uma liderança do Acuípe de Baixo:

E a questão da preservação, nós indígenas continuamos com essa, tanto que o território tá intacto. Se existe questão de desmatamento, de queimada, não são pelos indígenas, ao contrário, o indígena tenta descobrir quem é que tá fazendo esse ato. E passa, faz denúncia e tudo. Mas quando faz a denúncia, não aparece ninguém aqui, não parece IBAMA, não aparece ICMBio, e as coisas continuam, tanto que se você entrar aqui, uma boa parte da mata tá queimada, e aí pra descobrir quem foi que fez esse ato, tá difícil, nós não sabemos. [...] Tem caminhão que sai daí duas três horas da manhã carregado de madeira. E nós fizemos essa denúncia. Quando foi uma época que nós precisávamos de tirar uma madeira para poder nós consertar o colégio, o rapaz foi multado, o daqui da comunidade, ele foi multado, porque fez este tipo de atividade que não era permitido por eles. Mas aí eles continuam fazendo essas atividades aí dentro, não sabemos quem é, cabe a eles também estar investigando.

Uma quarta atividade amplamente reconhecida pelos Tupinambá de Olivença como causa de destruição ambiental, principalmente nas porções mais próximas à costa da TI, é a presença ativa de agentes da especulação imobiliária. Entre estes se encontram empresas de construção civil, como a Cidadelle e o Alfa Park, que possuem interesses na construção de áreas de moradia e veraneio na região, continuando o vetor de expansão urbana de Ilhéus na direção de Olivença, extremamente atuante nos últimos 20 anos. Uma liderança de aldeia situada no litoral apontou seu forte descontentamento com o fato de que as obras realizadas pela Cidadelle não tiveram nenhum tipo de consulta aos indígenas sobre o impacto que iriam causar. Esta liderança nos disse ter ‘pena’ das áreas de mangue e restinga devastadas e da ‘falta de cuidado que tiveram com a natureza’. Já um indígena da aldeia Itapoã apontou que a especulação imobiliária tirou do seu alcance grande parte dos cajuais que existiam na região, dos quais os índios tiravam as frutas e castanhas – inclusive para venda.

Um dos principais casos de conflito na região costeira com agentes da especulação imobiliária se deu na região do Acuípe de Baixo, onde os indígenas retomaram uma fazenda que havia sido comprada por uma empresa chamada Primavera empreendimentos – referenciada pelos indígenas como de investidores estrangeiros – que tinham o plano de construir nesta área um ‘resort de luxo’. Uma liderança desta aldeia nos narrou uma das idas e vindas da disputa por esta área, onde hoje está situada a escola da aldeia:

Aí eu sei que continuou esse processo junto com os próprios gringos, aí eles ficou impedido de entrar na área, mas mesmo assim ele vinha pra cá e entrava na área de todo custo, queria fazer mapeamento, medição e tudo. E a gente falava sempre, participava sempre, pra saber que é que tava acontecendo. Aí eu sei que teve uma época que ele veio com o pessoal da secretaria de meio ambiente de Ilhéus pra fazer o levantamento porque ele disse que tinham entrado com um recurso e houve um acordo lá, entre eles e a justiça, aonde nos tirariam aqui dessa área e colocariam numa área lá em cima. Tá vendo aquela mata ali? Ali tem a mata e na parte de cá é o manguezal, é tudo área de preservação, aí eles tiravam daqui e colocava lá. A justiça e o próprio juiz chamou pra gente fazer esse acordo, e nós não aceitamos porque não era o certo.

Na perspectiva desta liderança, se os indígenas não tivessem resistido a empresa geraria um impacto imenso tanto na área da costa onde seria instalada o *resort*, quanto na área de mata.

Esta contraposição direta a determinados empreendimentos não quer dizer, entretanto, que os indígenas reconheçam como agente de degradação toda e qualquer atividade turística. Alguns indígenas residentes da área litorânea expressaram o desejo de criar roteiros turísticos na natureza, como caminhadas ecológicas, geridos por eles próprios, aproximando-se do que foi chamado em uma determinada literatura, sobretudo em ciências sociais, de ‘ecoturismo de base comunitária’ (MACEDO et al, 2011). Neste sentido, o Ecoparque de Una é mencionado como uma experiência positiva de turismo na região e uma referência importante para os indígenas ao planejar atividades que poderiam fazer parte de um roteiro turístico indígena a ser implementado. A discordância entre as narrativas aparece quanto ao controle da atividade, já que a RPPN possuía uma gestão privada e os indígenas desejam a implementação de um turismo comunitário que alie o étnico ao ecológico. Feita esta ressalva, é possível inferir que a contraposição ao turismo baseado na instalação de grandes empreendimentos, representa um relativo ponto de encontro entre as narrativas ambientalista e indígena, devido ao alto grau de supressão de vegetação costeira e das áreas de mangue, tidas na narrativa ambientalista como áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, e entre os indígenas, como uma parte especialmente valiosa do território.

Uma liderança indígena habitante do Acuípe de Baixo que acompanhava uma das minhas entrevistas com um indígena que havia sido autuado por agentes ambientais nos apontou que teve: “uma vez aí que cortaram um manguezal aqui pra cima. O dono da fazenda, derrubou o manguezal aí. A gente tirou foto aí, denunciou, nada, não deu nada de nada. Diz que um erro não justifica o outro né? essa é a conversa deles [agentes ambientais].” Novamente, realiza-se uma comparação entre o impacto provocado pelos indígenas e aquele provocado pelos que tem maior poder aquisitivo, onde os primeiros são punidos e os outros, que causam um estrago muito maior, não. Este ponto é reforçado pelo cacique do Acuípe de Baixo:

E lá o hotel ele desmatou dois quilômetros de manguezal pra fazer um deque, e fez uma estrutura de embarcação para aportar a embarcação e a balsa pra poder levar os hospedes pra lá, também a área de restinga e a área de vegetação litorânea, também foram derrubadas para a construção dos chalés. E aí tem uma grande multa. Tem a multa de 600 mil reais com a prefeitura de Una pela secretaria ambiental, tem uma outra multa de 2 milhões e meio expedida pelo ICMBio e tem outras multas pela marinha porque a área que ele fez a estrutura é dentro do rio. E a gente vê que em nenhum momento esse pessoal foram preso, não fizeram o pagamento das multas, enquanto, inclusive agora mesmo um dos nossos parente indígena que colocou a roça de duas tarefas, que nem meu primo mesmo, foi multado em 80 mil nós entramos com recurso pra não fazer o pagamento, mas ele foi multado e ficou assim, amenizaram e ficou para pagar 12 cestas básicas. Então todo mês ele paga uma cesta básica como multa para uma entidade. Então a gente vê que pra comunidade indígena tem penalização, para os empreendimentos não, todo mundo fica aí isento, sem punição.

A discrepância reconhecida pelos indígenas entre a pressão exercida sobre eles e sobre os ‘grandes’ muitas vezes é alinhada discursivamente a uma desconfiança em relação ao real objetivo das autuações, que poderiam ter uma dimensão de contraposição ao próprio movimento pela demarcação efetiva da TI. Um cacique de uma aldeia fora da área do REVIS, falando sobre as multas aplicadas a indígenas em outras aldeias, nos disse, por exemplo, que: “eles ficam abusando de toda forma, porque eles não tem interesse que a área seja demarcada,

então eles ficam criando alguns empecilhos para que não se demarque e para puder não dar essa condição para os indígenas.”. No mesmo diapasão, a liderança autuada da Serra do Padeiro quando questionada sobre o motivo das multas nos apontou que estas teriam o objetivo de inviabilizar a permanência dos indígenas: “Porque eles falam assim: ‘eu proibindo deles trabalhar, eles não vai ter como sobreviver eles vão ter que sair fora’. Eu acho que é isso!”.

Em alguns casos o conferimento de multas é referenciado, pelo menos em nível de suspeita, à atuação direta de agentes reconhecidos pelos indígenas como diretamente contrários a demarcação efetiva da TI, como os ‘supostos proprietários’ ou ‘grandes fazendeiros’. O cacique da aldeia do Mamão apresenta sua desconfiança da ligação entre a presença dos agentes ambientais e a fazendeira que se reconhece como proprietária da área por eles retomada:

E outra coisa esse pedaço de terra que a gente entrou aqui não tem documento isso aqui, era do tempo que o cara dizia assim, ‘lá tudo é meu’. Aí, quando ele vendeu a essa gringa esse pedaço de terra, ela não pagou essa parte aqui, porque aqui não tinha o documento, a parte dela mesmo aqui é bem pouquinho, se der, a parte dela aqui é 25 hectares de terra. Aonde nós tamo ocupando, se ela for dizer que aqui é dela, ela tem que dar documento, como que o outro vivia sem documento mas era dele, como não tinha prestação de conta na receita né? Muitos vivia assim. Hoje tem que estar declarando né? Então, no caso, isso aqui era uma terra mesmo do Estado, agora hoje é território indígena, é da união. Aí ela fica dizendo que é dela, eu digo, então a FUNAI tá aí pra decidir. Aí eu tenho suspeita assim, porque quando os pessoal vem aqui, ela que vê a gente roçando a capoeira, aí ela denuncia os cara vem né? Até porque, eles passam um tempo bom sem ninguém vir aqui, mas é só roçar uma capoeirinha que seja, que eles aparecem. Aí pra mim a suspeita é que é ela mesmo.

Fundamental notar que há, portanto, uma causa de base para todos estes vetores de ‘destruição da natureza’, identificados pelos indígenas. A insistente permanência destas atividades na TI é relacionada diretamente pelos indígenas à privação do processo de demarcação, já que se a terra fosse ‘de fato demarcada’ eles teriam um instrumento legal mais concreto para pressionar o Estado para a retirada destes grandes empreendedores de seu território ou, ao menos, da porção geográfica coberta pela TI. O litígio territorial dentro da TI é visto assim como uma causa fundamental da degradação, pois abre espaço para que todas estas atividades vistas como altamente impactantes pelos indígenas mencionadas até aqui possam ocorrer. Além disso, a morosidade do Estado gera uma situação ainda mais crítica em termos da preservação ambiental, pois, por um lado, as recorrentes reintegrações de posse e conflitos geram empecilhos à continuidade das atividades indígenas de plantio e preservação e, por outro, faz com que os fazendeiros, que já não ‘vivem da terra’, tenham uma relação cada vez mais predatória com a ‘propriedade’.

Dessa maneira, a solução para a preservação que poderia suprimir todas estas causas seria a efetiva demarcação, pois, como nos apontou uma liderança residente em Olivença, com a TI definitivamente homologada os indígenas teriam a possibilidade de mostrar aos ambientalistas ‘como é que esse negocio aqui pode dar certo’. Por outro lado, se a TI não for demarcada os processos de degradação irão continuar gerando uma situação delicada aos indígenas, conforme nos aponta uma liderança do Acuípe de Baixo:

que a justiça possa rever isso mesmo pra que nós possamos, assim, preservar ainda mais o nosso território. Porque do jeito que tá, eles só vão destruir, assim, e nós só vamos pegar a terra lisa sem nada, e aí não vai dar pra

plantar, os nossos minadores vão secar, e aí como é que nós vamos viver dentro dessa área? Entendeu? E assim, como os nossos anciões fala, a terra é a nossa mãe entendeu? e a nossa vida, então se ela tiver desprotegida como é que ela vai poder sobreviver também? então é isso, e a gente continua trabalhando e lutando pra que esses impactos não aconteça. E que as pessoas que estejam fazendo isso realmente sejam punidos. Mas que não sejam os índios, né? Porque quem tá pagando o preço aí são os indígenas, e na verdade nós sabemos muito bem como preservar. E tanto que se nós não soubéssemos não tinha aí essa mata bruta. Como é que ia ter essa mata bruta se nós não preservássemos? Então vem gente de fora, destrói ela, os indígenas leva a culpa, e ainda quando receber a terra, vai receber a terra sem validade nenhuma, entendeu? E aí como é que nós vamos sobreviver? Então é isso.

A demarcação aparece como um ponto de inflexão a partir do qual, aos poucos, os indígenas poderiam botar em prática as suas formas de organização do território, que levariam em conta a preservação e suprimiriam as causas provocadas por agentes ‘externos’ e ‘grandes’. Comparando as formas de ocupação do território atuais com aquelas anteriores à chegada dos grileiros o cacique da aldeia do Mamão aponta:

Porque, no passado, tudo era coberto. Tudo era coberto! Depois que a migração veio, descobriu meio mundo de terra. E aí é aonde a gente não foi culpado. Que se você olhar hoje aqui, se essa terra for demarcada aqui, você vai ver mais daqui a seis anos como é que tá. Vai cobrir tudo de volta a maioria, a maioria das terras vai cobrir tudo de volta. Com certeza.

5.3.2 Solução II: Retomada como Forma de Preservação

Enquanto a demarcação efetiva não acontece, os indígenas desenvolvem, dentro das áreas que passam à sua gestão através da prática da retomada, transformações na paisagem, no sentido da ‘proteção da natureza’, que eles consideram não serem reconhecidas. Os indígenas argumentam que as diversas ações para a preservação realizadas por eles, sobretudo nas áreas de retomada, não são vistas e tampouco estimuladas pelos órgãos ambientais competentes. Dentre a grande diversidade de ações que são formas de ‘preservar a natureza’ realizadas nas retomadas pode-se citar: o esforço na manutenção da ‘mata em área de nascente’; a recuperação de áreas degradadas, principalmente nas retomadas mais antigas; o fechamento de carvoarias; a produção de diversos cultivos em um mesmo espaço, de maneira que as diferentes espécies se ajudem mutuamente; a extração de matérias-primas como a piaçava, a imbirã e a aroeira utilizadas para artesanato e/ou venda respeitando tempos de regeneração da mata; o fato de que os animais silvestres se alimentam em áreas de circulação e plantio dos indígenas, entre outras. As retomadas são, assim, vistas como sementeiras de ações que apontam no sentido da preservação.

O cacique da aldeia Tamandaré ressalta da seguinte maneira o processo de transformação ocorrido na retomada cachoeira redonda, realizada em 2012:

- Desde que vocês chegaram, quais foram as principais mudanças aqui na retomada? [Sandroni]

- Principalmente na parte da preservação. Porque aqui era uma localidade de extração ilegal de madeira, né? existia carvoeiras também, saía caminhões de carvão aqui toda semana. Caminhões de estaca, tora de madeira também. Então quando a gente chegamos aqui nesse pedaço de território a gente impedimos que isso acontecesse. E hoje graças a Deus as florestas já mudou. As pastarias que era bastante devastada também hoje já estão capoeirada

também. As caças voltou, os rios voltou também a correr. Varias nascentes também revitalizou de novo, que já tava destruída. Então, isso agradeço também à comunidade indígena que gosta de preservar, porque se o índio não preservar, como que ele vai viver dentro do território? Principalmente da caça e do peixe também, e da própria natureza onde é extraída nossos medicamentos, nossos artesanato também, que é da natureza, de árvores, então a gente faz questão de preservar e incentivar também a preservar.

Saia muitos caminhões de estaca, de madeira lascada, saia caminhão de tora pra fazer tábua. E sem contar também com as carvoeiras. Existe ainda dois local de carvoeira que tá lá, os fornos grande, imenso. Que cada um deles pega mil sacos de carvão depois de queimado. Então imagine você posto três vezes por semana fogo naquele forno. Saia três mil saco de carvão por semana, imagine a devastação que não era. Hoje, a floresta tá totalmente recuperada, árvores hoje tá tudo grossa, encontramos aqui tudo fininha, não tinha árvore nenhuma. Inclusive madeira de lei que tá em extinção, como a braúna, o pau d'arco, o pequi preto, tudo em extinção. Hoje tá tudo de novo reflorestado.

Já em áreas da Serra do Padeiro e da aldeia Tucum são apontadas, principalmente, atividades de reflorestamento, inclusive junto às crianças, bem como proteção de áreas de 'mata nativa'. Um outro exemplo de transformação da paisagem, devido ao processo de retomada, citado por indígenas é a 'limpeza' realizada pelos indígenas após a retomada da área onde hoje se encontra a aldeia Itapoã. A região era um terreno baldio utilizado, principalmente pelos hotéis de luxo da costa, como lixão. Após a entrada dos indígenas a área foi aos poucos recuperada para dar lugar a espaços de habitação, roça e mata, como fica claro na fala da cacique desta aldeia:

O processo de retomada nos une nos fortalece porque tem um objetivo só, recuperar o seu território. Indígenas de águas de Olivença, Acuipe do meio e outras comunidades vieram fazer parte desse processo e estavam sem área para plantar e, alguns sem área para morar. Nós ocupamos porque estava sendo uma área utilizada para lixão, desova, então a gente resolveu retomar. Nós entramos aqui com cem famílias e fizemos nossos barraquinhos e fomos limpando a área para poder fazer nossas casas. Como era uma área de areia e capoeira, não tiramos madeira grossa, não derrubamos, preservamos mais. E hoje, depois de dez anos a gente sente que é nossa casa nossa, a vida. Tentando melhorar a nossa vida, alguns foram para outras comunidades, outros parentes vieram. Aquele momento único quando a gente faz o barraquinho de palha e plástico e a panela é a única que faz a comida pra todo mundo, e isso é muito importante para o movimento. E isso juntou a família e depois cada um foi fazendo sua casa, e pra barrear é todo mundo junto. E esse processo continua, nós fomos plantando, temos muitos pés de coco, coisas que não tinha, e nós fomos plantando, aqui só tinha cajueiro e hoje tem outras frutas plantadas por nós.

As retomadas englobam, assim, entre outras dimensões, a pressão pela demarcação efetiva das terras e o controle por parte dos indígenas de determinadas porções de seu território, abrindo espaço para que estes contenham os processos de destruição realizados pelos 'fazendeiros', como nos colocou uma liderança jovem da aldeia Itapoã:

Eu gosto da questão quando se diz retomada, você não está roubando, você está só pegando o que foi tirado dos nossos antepassados. Então a retomada é o que nos faz crescer mais em relação ao movimento e onde a gente tem a oportunidade de ter o convívio com a natureza, que são as matas que estão

na área de fazenda, onde uma parte já está devastada, tem uma boa parte que é da natureza ainda virgem. É o que nos faz passar para nossos filhos que ainda existem pedaços que a gente pode recuperar e pedaços que existem que a gente tem que cuidar, essa é a maior oportunidade, é tomar conta da natureza pra que as pessoas de mal não venha acabar com o que a gente quase não tem.

As retomadas aparecem como um espaço para a realização e consolidação do cuidado com o território, como podemos perceber na fala de uma liderança do Acuípe de Baixo:

Então, o que que acontece, dentro desse trabalho nas áreas de retomada, nós mostramos para os nossos parente, principalmente os jovens que estão chegando, que a questão do cuidado, com o território, com a terra, entendeu? A questão da preservação, e mostrar pra eles que é dentro dela que nós tiramos o nosso sustento, então pra nós tirarmos o nosso sustento nós também temos que cuidar dela. Então é assim que é feito o nosso trabalho dentro do coletivo.

Em alguns casos, os indígenas afirmaram que a questão do enfrentamento de processos de degradação provocados por grupos não-indígenas pode ser, inclusive, um critério de escolha de áreas a serem retomadas. O cacique do Acuípe de Baixo nos disse que a ocupação mais recente de áreas, que foram autuadas pela proximidade das ocupações com rios e mangues, teve como objetivo também frear o processo de desmatamento provocado por empreendimentos turísticos na região:

A gente tem também o pessoal do qual a gente vai ver agora, da parte da aldeia aqui do cajueiro e lagoa do mabaço, que é área exatamente de mangue, restingas e vegetação litorânea, a gente tem as famílias lá que ficam sobrevivendo, temos seis famílias que sobrevivem da pesca, pesca artesanal, da criação de pequenos animais, galinha porco e peixe, e também tem a criação de peixe, da tilápia. E também o ICMBio e tanto o INEMA também, fez uma vistoria na área porque fomos denunciados, nós também fizemos a ocupação de toda essa área, que já é uma área de preservação, que nós entendemos como área de preservação ambiental, e que a gente foi todo o tempo aí perseguido tanto pelo empreendimento que comprou essa área, que chama Ilhéus empreendimentos, e pelo ICMBio. E essa área nós fizemos ocupação e agora estávamos sendo perseguido pelo ICMBio e pelo empreendimento, dizendo que nós estávamos desmatando e nós não tava desmatando. Nós fizemos ocupação para que eles não desmatassem! Porque eles estavam fazendo roçagem pra fazer loteamentos, para vender lotes.

Dessa maneira – nesta fala como em diversas outras – os indígenas afirmam procurar se afastar o máximo possível de práticas referenciadas aos ‘grandes’, consideradas como vetores de degradação como, por exemplo, o uso de agrotóxicos, como nos informou um indígena, responsável pelo cuidado de áreas cobertas pelo cultivo de cacau, habitante da aldeia Tamandaré, situada na porção central do território:

A gente, tipo assim, com químico, essas coisas, a gente não lida, com o round up a gente tem um respeito maior de lidar com estes tipos de coisa pra não ter o problema de acabar com um peixe no rio devido ao veneno, o round up ou um adubo químico, a gente não agimos dessa forma. Outra coisa, a gente não tinha a cultura do cacau, a gente vem trabalhando com o cacau, mas a gente não assoreia os rios que nem os supostos que moravam aqui antes faziam, de desmatar mais e mais pra fazer pasto e essas coisas, a gente não faz. Só faz zelar das áreas onde já tinha plantação, onde não tinha, a gente não tira aquela preservação.

Os indígenas reconhecem amplamente a possibilidade aberta pelos processos de retomadas de uma gestão mais autônoma por parte deles de seu próprio trabalho e também controle do território geográfico. É muito recorrente a formulação de que, através das retomadas, eles deixam de ter que ‘trabalhar para os outros’ para ‘trabalharem para si mesmos’, o que permite que façam escolhas sobre as formas de realização e organização do trabalho. Uma liderança jovem da aldeia Itapoã nos explicou, por exemplo, que antes das retomadas: “muitos trabalhavam mas para o fazendeiro dentro das fazendas, lidando com as roças dos fazendeiros. E hoje, graças a Deus eles mudaram de vida pela questão de estar plantando pra eles mesmos, e colher.”. Esta capacidade de organizar o próprio trabalho está alinhada à possibilidade de decidir coletivamente sobre a gestão do território, realizando escolhas em termos dos variados usos das diferentes áreas em cada retomada, a partir de seus próprios critérios.

Isto não quer dizer, contudo, que os indígenas se posicionem de maneira ingênua ou evoquem uma visão romantizada sobre si próprios. O diálogo com os agentes ambientais que aplicaram as multas que nos foi descrito pela liderança da aldeia do Mamão, que os recebeu naquela ocasião, nos traz alguns elementos interessantes para refletir sobre este ponto:

Eu falei pra ele [agente ambiental]: ‘a minha indignação com vocês são que, independente de nós sermos indígena, mas se a gente mora na terra a gente depende dela pra viver, e se vocês tá chamando isso aqui de desmatamento, eu não entendo como desmatamento não, vocês me desculpa! Mas se fosse desmatamento, se nós tivéssemos aqui desmatando pra venda, como tem muitas coisas que acontecem aí, e vocês não vão fiscalizar. Porque vai fiscalizar nós aqui? A gente não faz isso aqui não. Se tivesse desmatando a nascente de um rio, aí sim, eu estaria errada, mas o que você está vendo aqui não é isso não. E minha indignação é: nós que somos pequenos agricultores, você vem pra mim. Vocês não está trabalhando não, vocês estão perseguindo! Porque tá ali o areal ali ó, e todo mundo vê, porque não sou só eu aqui não, vocês sabem muito bem disso! E quanto que eles desmatou ali? As nascentes de rio desmatada, e vocês não fazem nada! Porque eu sei até que a venda de areia é crime! Porque desmata! E a gente que derruba meia tarefinha aqui, o mais que a gente faz aqui é uma tarefa de roça, porque a gente tem que fazer o que a gente pode cuidar. E vocês vem pra cá, querer perseguir, querer multar.

Nesta fala da liderança fica claro que a justificativa de sua frustração diante das multas não está numa concepção transcendente de que, por ser indígena, não poderia ser repreendida em caso de delito praticado. Como nos falou esta indígena, em consonância com diversos de seus ‘parentes’, caso tivessem de fato feito ‘coisa errada’ os indígenas poderiam e deveriam ser punidos. Isto é, o argumento de contraposição não é exatamente dizer que por serem indígenas, a princípio, não realizariam atividades impactantes em nenhuma hipótese – apesar de haver um reconhecimento de que como os indígenas ‘vivem da terra’ estão menos propensos a realizar atividades deste tipo do que outros grupos com uma relação menos intrínseca com o território. Seu intuito vai mais no sentido de afirmar que, especificamente, o que eles estão fazendo não é desmatamento e, por isso, não deveriam ser incomodados.

5.3.3 Solução III: Alternativas para Geração de Renda e Seminários Educativos

Como já observado, não seria correto afirmar que os indígenas são totalmente contrários à realização de atividades de fiscalização, desde que sejam penalizadas práticas às quais sejam, de fato, causas de degradação. Recorrentemente, os indígenas apontam que as proibições se, ‘realmente necessárias’, poderiam ser inclusive apoiadas por eles próprios. Neste sentido, uma das principais propostas concretas em termos de políticas públicas

voltadas para a conservação, reiterada por uma parcela significativa dos caciques e lideranças, é a contratação de brigadistas indígenas para conter o que eles reconhecem como desmatamento. O cacique de comunidade localizada na Serra das Trempes, apontou em reunião com autoridades competentes, que, na sua visão, a solução para degradação ambiental seria contratar dois ‘ambientalistas indígenas’ em cada uma das 23 comunidades tradicionais que ficariam responsáveis por parar o desmatamento. Fica implícito na fala do cacique que esta fiscalização seria realizada de acordo com os critérios indígenas acerca do que é desmatamento. Da mesma maneira, uma liderança que reside na Vila de Olivença colocou que, para ele, a melhor solução para o problema seria a “criação de guardas florestais indígenas, a criação de brigadistas para apagar incêndios, que fossem aqueles que mais entendiam e que mais conheciam as matas que eram os povos originários aqui”. Por sua vez, o cacique do Acuípe de Baixo faz uma defesa e justificativa da necessidade de contratação de ‘brigadistas indígenas’, que seriam pagos para realizar um trabalho que já fazem:

Nós sempre vivemos aqui em harmonia com o meio ambiente, tanto que o rio não é poluído, porque a gente faz a fiscalização, o rio Acuípe o principal rio de Acuípe. A gente também fiscaliza pela associação nossa de moradores e pescadores indígenas Tupinambá de Acuípe de Baixo, a gente monitora, a gente não entende o que eles acham de errado. Inclusive nós pedimos, porque eles tem um grupo de combatentes, e a gente pediu que a gente fosse incluído nesse grupo, porque a gente já faz voluntariamente. A gente queria também, já que tem um grupo, que a gente fosse, que a gente recebesse capacitação pra poder melhor estar fazendo a fiscalização e monitoramento dessas áreas já que também a gente aqui é os índios que não desmata e não faz a pesca e nem a mariscagem dos caranguejos, dos guaiamuns, do aratu excessiva. Como tem um pessoal de Minas, um pessoal de Brasília e pessoal de Goiânia que passa um mês e leva os guaiamum de todo tamanho, e os caranguejo de todo tamanho, e não tem punição pra eles porque eles vem bem armados e o ICMBio não consegue atuar com poder de polícia pra esse pessoal.

Em adição à incorporação de brigadistas indígenas, está presente na formulação indígena de soluções para o problema da degradação da biodiversidade, aproximando-se em alguma medida de parte da narrativa ambientalista, a possibilidade de realização de ‘seminários educativos’. Por exemplo, a liderança autuada da Serra do Padeiro nos disse se dispor prontamente a participar e ajudar na organização de seminários, caso houvesse uma proposta educativa por parte dos órgãos ambientais. Citando sua atividade de plantio de mudas e educação ambiental na escola da aldeia, reiterou que gostaria que os órgãos ambientais pudessem compartilhar com ela este tipo de prática:

Eu falei pra ele: ‘aqui, a gente preserva até demais, meu amigo.’ A gente trabalha na escola fazendo mudas. Daqui a uns dia mesmo a gente torna a replantar isso aqui de árvores. A gente bota árvores nativa, e se não tem as nativa, a gente bota árvore frutíferas.

No mesmo sentido, o cacique da aldeia Tamandaré aponta que:

[...] em primeiro lugar, eu acharia assim, que deveria fazer o IBAMA no caso, ou o ICMBio, uma reeducação dentro dos territórios e das comunidades. Até para ensinar uma tática nova, que existe muito processo novo, mas muitas vezes não é conhecido dentro das comunidades. A gente tá no processo antigo ainda de botar roça para tirar a sustentabilidade das pequenas roças, só pra sobreviver mesmo, mas ao invés dele multar, ele

reeducar. Fazer o processo de reeducação, assim planejando com as comunidades e assim num diálogo pra inibir isso.

Entretanto, à diferença da narrativa ambientalista, o principal objetivo de tais seminários não seria especificamente a ‘transformação do olhar’, um ‘aumento na autoestima’ das pessoas. É relativamente frequente a apresentação da ideia de que os seminários educativos seriam uma boa solução especialmente por abrir um espaço de diálogo, onde poderiam ser elaboradas estratégias alternativas conjuntas de gestão do território de modo a continuar gerando o sustento necessário das famílias, de acordo com limites ambientais estabelecidos coletivamente. É importante salientar que na visão de todos os indígenas que mencionaram a fiscalização como uma possibilidade de solução para a questão da degradação, esta só teria algum efeito se acompanhada de atividades mais compatíveis para gerar ‘sustento’. Num contexto de poucos recursos financeiros ou mesmo de ‘extrema pobreza’ a proibição não alcança seus objetivos de conservação da biodiversidade porque, inclusive, não apresenta uma alternativa para geração de renda, como aponta uma liderança da Vila de Olivença: “a nossa comunidade é muito carente, muito frágil economicamente, se você disser “não faz isso”, você precisa dar uma renda pra ela poder ajustar esse “não faz isso”.”. Em caminho similar, observa uma liderança da Serra do Padeiro, que na ocasião nos descrevia a forma como apresentou sua opinião aos agentes ambientais que vieram multá-la:

não é simplesmente vocês chegar aplicando multa que vai resolver não, porque as pessoas não vai ficar aqui passando fome por conta de vocês vir aqui e proibir deles botar a roça. Se a pessoa quer comprar uma calcinha, se a pessoa quer comprar uma cueca pro filho, depende do pezinho de mandioca, depende do pezinho de banana que plantou. Não é vocês que vem dar.

Por fim, a fala do cacique da aldeia do Mamão nos auxilia a ilustrar a solução dos seminários na perspectiva indígena, incorporando a questão da alternativa de geração de renda e de novos projetos:

Que ninguém tá aqui pra desmatar não, a gente não tá aqui pra agredir o meio ambiente não, a gente tá aqui pra trabalhar. Então se é pra estar ilegal, ajunta os três entes do governo e vamos sentar e vamos fazer um seminário, vamos dizer que é assim, vamos fazer projeto pra essas comunidade que tão fazendo as suas roça, na qual o arrancador, a capoeira fica fraca ali, cobrir ela de volta, isso aí interessa a gente.

5.3.4 Legitimações Cruzadas: Circulação de Saberes

A partir da sistematização das principais causas para o problema da degradação, bem como soluções propostas pelos Tupinambá de Olivença nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, gostaríamos de realizar alguns apontamentos finais sobre esta narrativa. Em primeiro lugar, consideramos fundamental reconhecer que à diferença da narrativa ambientalista que tem como característica central a produção de discursos baseados numa positividade próxima às Ciências, especialmente as Naturais, que se apresentam de forma congruente e baseada em formulações universalizantes, a narrativa Tupinambá de Olivença parece ser cunhada na experiência, assim como permeada pelo movimento indígena de luta pelo território. Dessa forma, está mais próxima daquilo que Ingold & Kurtilla (2000) chamam de Conhecimento Tradicional Local, ou conhecimento tradicional engendrado a partir das práticas nas localidades – LTK na sigla em inglês. Isto não quer dizer, de maneira alguma, que seja um conhecimento descolado de perspectivas mais amplas, para Ingold e Kurtilla, este tipo de conhecimento não é definido por oposição à ciência moderna, já que esta oposição é

um efeito da própria perspectiva científica, segundo a qual conhecer significa des-localizar o produtor do saber. O conhecimento tradicional local parte de outra forma de articulação, baseada na relação direta com as práticas e, portanto, embora tenha enorme capacidade de enunciar como os processos ocorrem, não se dedica especialmente a articular princípios fixos sobre as formas como as coisas são feitas. Esta diferença gera um conjunto de materiais discursivos menos homogêneo do que o ‘ambientalista’ e mais baseado nas experiências cotidianas nos territórios, na bagagem particular de cada um dos indígenas que participaram desta pesquisa e, conforme explicitado anteriormente, nos acontecimentos em voga no período de articulação dos discursos aqui apresentados. Dentre estes acontecimentos cabe destacar a presença ativa e relativamente bem estabelecida de retomadas, a continuidade da luta pela demarcação da TI e os conflitos socioambientais gerados pela atuação de indígenas por parte do ICMBio.

Quanto à heterogeneidade dos discursos, entre os Tupinambá de Olivença com os quais tivemos interlocução, é possível perceber particularidades nas formas de enunciação de indígenas que estão mais próximos a campos de discussão voltados para a questão ambiental nos termos colocados no primeiro Capítulo. Conforme discutido anteriormente, as formas de atuação dos Tupinambá de Olivença, entre outros povos indígenas no Nordeste, e seus processos de diferenciação, estão atreladas tanto às suas experiências nos territórios, quanto no contato articulado com outros âmbitos de construção de saber. Especialmente no que diz respeito à conservação da biodiversidade foi possível perceber inflexões específicas entre os indígenas que participam de arenas como fóruns de discussão sobre a temática ambiental, promovidos pelo Estado e ONGs, redes de articulação de política ambientalista e de discussão sobre temas como a agroecologia. Entre estes indígenas foi possível observar, mesmo que de maneira parcial, uma aproximação maior com as formas de enunciação da narrativa ambientalista, exemplificada na seguinte fala de uma liderança que reside na Vila de Olivença:

Os índios viviam neste *fragmento bem conservado de Mata Atlântica* ainda, e os ambientalistas, as pessoas que tinham relação com essa questão do meio ambiente, viam isso e foram se aproximando, para entender porque essa área tava mais preservada do que outras áreas aqui. Sendo que essa área é de *expansão urbana* do município de Ilhéus, sendo que as áreas de ocupação das áreas litorâneas tem uma pressão muito grande da questão especulativa, imobiliária, e tiveram conhecimento que isso se dava porque era uma comunidade indígena aqui, mesmo que sem muita visibilidade, do ponto de vista da sua luta, mas resistindo de sua forma com *o manejo tradicional* com a floresta e o meio ambiente. Nessa mesma direção existia um movimento forte dos ambientalistas nacionais que faziam esse grande debate da preservação do *bioma Mata Atlântica, um dos mais devastados do mundo*, do planeta, menos de 7% da *área tradicionalmente tida como Mata Atlântica*, e essa visão deles da conservação e dessa condição dos índios de preservarem aqui nesse *remanescente*. (grifo nosso)

Esta liderança possui uma relação bastante íntima com espaços de discussão de um partido político na Bahia, bem como circula em fóruns de debate mais amplos sobre a temática ambiental. Este indígena fundou a Associação Cultural e Ambientalista dos Tupinambá, cujas atividades centrais foram a realização de seminários com a participação tanto de membros da comunidade, quanto de pesquisadores. Podemos perceber no discurso desta liderança a utilização mais recorrente de termos típicos do debate científico sobre a conservação da biodiversidade, do que, por exemplo, no caso dos indígenas que foram atuados pelo corte e queima da capoeira. Ao mesmo tempo, esta liderança corrobora e assenta seu discurso nas

práticas destes outros indígenas já que ele próprio não realiza o ‘manejo tradicional’ da floresta.

Já o cacique da aldeia Tucum, que costuma participar de fóruns de debates sobre o tema ambiental como, por exemplo, o encontro de discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, e é membro da “Teia dos Povos”, articulação voltada para a temática da agroecologia, também apresenta um discurso articulado que entremeia formas de enunciação baseadas no conhecimento tradicional local e formas mais próximas às discussões sobre conservação da biodiversidade no âmbito global. Em suas falas ele utiliza recorrentemente termos como ‘aquecimento global’, ‘alimentação orgânica’, ‘rede de agrofloresta’, ‘plantio consorciado’, conceitos e categorias que não são amplamente utilizados pela maior parte dos outros indígenas entrevistados. O cacique apresenta de maneira explícita os preceitos da agroecologia como solução, traduzindo-os a partir da linguagem indígena:

Então a gente tá num pensamento do coletivo de uma forma que a gente mostre que temos condições aqui no Sul da Bahia de garantir a floresta, a permanência dela, de uma forma sustentável que não precise desmatar pra poder colocar. Você pode plantar várias coisas! Claro que uma roça de mandioca você vai ter que tirar uma parte, mesmo porque você vai colocar várias culturas ali naquele momento. A maniva de mandioca você pode plantar consorciada com o milho, com feijão, com a melancia, com abóbora, você vai fazer várias coisas, e varias culturas no mesmo lugar e você continua deixando o solo fértil para que você futuramente queira plantar outro tipo de coisa, você pode fazer, reutilizar a mesma área sem precisar estar fazendo vários buracos.

Embora seja possível identificar em outras áreas formas de cultivo que poderiam ser consideradas como agroecológicas por produtores de práticas e discursos ambientalistas como, por exemplo, os próprios sistemas de cabruca, mas, principalmente, o plantio de cultivares de ciclos curtos como mandioca, milho, maxixe e abóbora, consorciado com árvores frutíferas, não foi recorrente a articulação desta prática enquanto ‘agroecologia’.

Figura 16 - Roça Consorciada em Área de Restinga na Aldeia Itapoã



Fonte: Laila Sandroni

A diferença nas formas de enunciação das questões estão ligadas, inclusive, a posições diferenciadas em relação a temas específicos. A questão do uso do fogo, por exemplo, divide as opiniões dos indígenas. Aqueles que trabalham diretamente com a agricultura tendem a reconhecer a queima, logo após o corte, como alternativa mais concreta para o plantio. Já indígenas mais próximos a ambientes discursivos voltados para a agroecologia colocam que o fogo deveria ser suprimido na medida do possível, embora a supressão do uso do fogo deva vir necessariamente acompanhada do oferecimento de uma alternativa viável. Neste sentido, ao discorrer sobre as multas aplicadas na aldeia do Mamão, o cacique que participa da Teia dos Povos reconhece a proibição do uso do fogo como uma possibilidade:

aí eles [agentes ambientais] disseram a eles [indígenas da aldeia do mamão] que não podia queimar a área lá. E eu disse a eles: ‘se não pode queimar, tudo bem, mas eles não podem proibir vocês de botarem árvores frutíferas, por exemplo, já que é refúgio de animais silvestres, o animal também come fruta!’.

Já o cacique da aldeia do Mamão, cuja principal atividade econômica é a agricultura de mandioca voltada à produção de farinha para consumo e venda, coloca que:

Porque o forte nosso aqui é assim: você roçou tem que queimar. Porque a terra crua, que a gente chama fazer cambaleão, a terra crua, dá muito trabalho. [...] Então pra mim, se sapecar, tem que sapecar, porque a cinza, a agricultura sai mais bonita sai mais forte do que na terra crua. E terra crua só se tiver arado. Mas se nós não tem? Aí sapeca mesmo!

Contudo, este cacique coloca que a utilização do fogo precisa ser cautelosa, sobretudo quanto à posição do ‘aceiro’, para que o fogo não se espalhe para áreas indesejadas, ou seja, aponta, ao mesmo tempo a necessidade de seu uso e restrições a este:

Daí desde que nós cheguemo aqui [na retomada realizada em 2007], nós queimamo uma capoeirazinha, pra não queimar duas capoeira verde, porque o pessoal aqui é ensinado pra fazer esse trabalho. Porque também não é certo, você queimar uma capoeira, as vezes uma tarefa ali, e você queimar duas vezes, aí causa um prejuízo pro meio ambiente e a gente sabe disso né?

O exemplo das divergências quanto ao uso do fogo nos ajuda a esclarecer que as formas de articulação discursivas dos Tupinambá de Olivença não são homogêneas nem endógenas, embora amplamente ancoradas na experiência dos indígenas no território e que haja processos de articulação entre diferentes perspectivas em curso que tendem a se transformar ao longo do tempo. Nos últimos meses de realização de nosso trabalho de campo as lideranças relataram um arrefecimento na postura considerada mais agressiva por parte dos órgãos ambientais. As multas não foram mais aplicadas e ações no sentido da abertura de espaços de diálogo foram estabelecidas. Os indígenas, de uma maneira geral, atribuem este arrefecimento à visita realizada por uma caravana de lideranças e caciques Tupinambá de Olivença e Pataxó¹⁸⁴ a diversos órgãos em Brasília, na qual apresentaram ao ICMBio, MPF AGU, entre outros órgãos, a carta transcrita a seguir:

A comunidade indígena Tupinambá de Olivença, localizada nos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus, no Sul da Bahia a cerca de 420 km de Salvador, aqui representada por seus caciques, lideranças, presidentes de associações, professores e anciões, vem por meio desta solicitar ao Ministério Público Federal investigação sobre a postura do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, adotada em relação às comunidades indígenas no Sul da Bahia, aonde o mesmo vem autuando e sentenciando lideranças indígenas com a alegação de crimes ambientais até mesmo nas suas roças de subsistência, ao mesmo tempo em que faz vistas grossas e ignora ações de grande devastação na região como, por exemplo, dos grandes empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos na orla de Ilhéus, Una e Canavieiras (Cidadelle, Alpha Park, Brisa do Mar, Primavera Empreendimentos e Ilhéus Empreendimentos, entre outros). Sem contar a enorme devastação causada pelos areais que invadem nosso território, a grande maioria deles embargados pelo Ibama mas liberados sobre ordem judiciais.

Solicitamos também a imediata suspensão dos pagamentos das multas já expedida aos indígenas, por funcionários do ICMBio, que vem em muito prejudicando que possamos garantir nossos plantios em áreas apropriadas para plantar; como já fazemos há milhares de anos, não somos nós que destruimos a natureza, até porque temos uma outra relação com ela.

Pedimos também que a convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, seja respeitada e que as comunidades indígenas sejam consultadas e inseridas na liberação de Áreas de Proteção Ambientais – APAs para o plantio agro ecológico e sustentável. Que possamos vetar a total liberação e

¹⁸⁴ Note-se que esta carta foi também endossada por lideranças Pataxó que vivem situações parecidas em outros locais na região Sul e Extremo Sul da Bahia e cuja articulação está em íntima relação com o movimento Tupinambá de Olivença, através de esferas como a APOIMNE, MUPOIBA e o contato direto entre lideranças e parentes.

licenciamento para a construção de empreendimento e extração de minerais nas aldeias do território Tupinambá de Olivença.

Solicitamos também o apoio para a criação, contratação e capacitação de uma brigada indígena para fiscalização das áreas que ainda temos preservadas.

Certos de sermos atendidos nesta nossa solicitação, ensejamos votos de estima e consideração

Esta carta apresenta de maneira condensada uma articulação de diversas das causas e soluções centrais à narrativa indígena, conforme apresentadas e debatidas aqui.

Por fim, outro processo ocorrido durante o período final de articulação deste trabalho a ser registrado foi a rearticulação do conselho da REBIO, que passa a abarcar também o conselho do REVIS e a contar com a efetiva participação de lideranças Tupinambá de Olivença. Entretanto, a efetividade atual desta instância de participação divide opiniões entre os indígenas. O cacique do Acuípe de Baixo possui uma perspectiva crítica em relação a este espaço de participação que vem, em sua perspectiva, corroborar uma visão restritiva sobre a conservação:

E o ICMBio criou um conselho, e nesse conselho também me deixou, eu sou um dos representantes, e eles estão criando um regimento, e dentro do regimento deles tivemos um primeiro momento, mas, assim, o regimento só contempla as exigências que vai servir a eles, não respeitam nenhum direito dos povos indígenas, né? No qual a gente respeita a mata, a gente respeita a preservação, mas do jeito que eles querem é que na área só possa viver bicho.

Já o cacique da aldeia do Mamão demonstrou uma visão relativamente mais otimista em relação à instância de participação:

Aí conseguiram reformar o conselho, na região, aí convidou as comunidades indígenas vizinhas que entrasse, no círculo do que eles chama do refúgio, no caso que seja índio, que seja de reforma agrária, tudo tá dentro do refúgio, um exemplo. Fizeram uma fala com a gente e colocou as comunidades próximo, que tá dentro do refugio pra participar do conselho. Aí no caso eu tô participando do conselho, já criou o regimento fez o estatuto. [...] Aí tá indo aí. Tá melhor viu? Porque eu entendi, eu acho que seja bom, ter um conselho do meio ambiente, do refúgio ali, que a gente participa, é bom ter. A gente vai mudando os pensamento. E eles também no caso, que não é todos, mas alguns agentes do ICMBio que pega mais pesado.

Esta nova composição e cenário na região nos impulsiona a observar que os resultados da abertura deste espaço de diálogo e as possibilidades de aliança ou conflito entre os projetos para a conservação de indígenas e atores mais próximos a uma narrativa ambientalista permanecem em constante transformação e, assim, há chances de se reorganizarem ao longo dos próximos anos em novas direções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos reconhecer algumas dimensões das relações entre saber e poder que atravessam a temática da conservação da biodiversidade, especialmente questões relativas à inclusão/exclusão de populações residentes em Áreas Protegidas ou seu entorno. Partindo de um referencial foucaultiano, analisamos diferentes temas inter-relacionados procurando reconhecer as ligações entre as formas de legitimação e enunciação dos discursos e as ações praticadas pelos atores. Esperamos ter sido possível depreender que as clivagens estabelecidas na ordem do discurso por diversos atores como, por exemplo, ‘conservação’/‘degradação’; ‘ciência/conhecimento tradicional’; ‘índio’/‘não-índio’; ‘preservacionismo/socioambientalismo’; ‘lutas por terra/lutas por território’; ‘áreas de proteção integral/áreas de insterstício’; ‘desmatamento/sustento’; ‘mata/mato’, etc são parte constituinte das disputas políticas em torno da conservação da biodiversidade.

No primeiro Capítulo fizemos uma apreciação sucinta do próprio processo constituição da conservação da biodiversidade como objeto de saber e, portanto, de relações de poder. Apresentamos, neste sentido, as principais características de quatro modelos de práticas, discursos e formas de planejamento de conservação da biodiversidade, e seu enraizamento nos contextos históricos no qual se produziram e tornaram-se preponderantes. Destacamos, assim, a constituição das bases discursivas de constituição da conservação da biodiversidade no paradigma da ‘conservação-fortaleza’, fundamentado nos primeiros processos de implementação de Áreas Protegidas. Em seguida, fizemos uma análise da cientificização do debate e dos projetos de conservação a partir da noção de ‘biodiversidade’ e da entrada em cena da Biologia da Conservação. Ressaltamos, então, a reorganização das disputas acerca do tema através da emergência do ‘socioambientalismo’, que propôs um deslocamento no sentido da inclusão das populações como caminho mais adequado aos projetos de conservação da biodiversidade. Em seguida, delimitamos os preceitos gerais do paradigma biorregional, em sua relação ambígua com as críticas preconizadas pelo socioambientalismo, tendo sido reconhecido por determinados atores da arena ambiental como uma forma de compatibilizar objetivos de conservação da biodiversidade e inclusão social e cultural e, por outros, como uma forma de reiterar uma visão restritiva sobre a conservação da biodiversidade. Como fechamento deste Capítulo, reconhecemos a polarização entre ‘preservacionistas x socioambientalistas’ que se materializa na maior parte dos debates sobre a conservação da biodiversidade. Argumentamos sobre os limites desta polarização e apontamos no sentido de uma reflexão que se coloque para além da dicotomização do campo.

No segundo Capítulo fizemos um apanhado de algumas questões relativas ao movimento indígena atual no Nordeste brasileiro, em sua pungência e heterogeneidade, que contrasta com a sua invisibilidade no Brasil contemporâneo. Procuramos demonstrar aspectos do processo continuado de colonização que reconheceu estes povos como ‘extintos’ através do ‘paradigma da aculturação’, fazendo uma correlação entre as formas de interpretação sobre os indígenas no Nordeste e as relações de poder que atravessam esses povos. Em seguida, apontamos algumas características dos processos de ‘emergências étnicas’ no Nordeste, salientando a expressiva explosão demográfica de povos que são pensados e se reconhecem como indígenas nesta região do país. Nos distanciamos do ‘paradigma da aculturação’ ou da ‘extinção’ destacando o caráter dinâmico da etnicidade, como elemento historicamente

determinado, alinhado a uma reorientação do olhar sobre o passado, que só pode ser feita a partir dos processos contemporâneos. Utilizamos, assim, a noção de emergência tal qual proposta por Foucault para nos aproximarmos das especificidades da questão indígena no Nordeste. Buscamos ressaltar o papel do contato e a mistura como espaço de produção – e não aniquilamento – da diferença: o contato com as leis, a utilização de tecnologias digitais, o amplo domínio do português inclusive em sua forma escrita e formal, por exemplo, são importantes instrumentos para a disputa dos territórios indígenas hoje, sobretudo em sua dimensão discursiva. Apontamos, então, algumas das estratégias do movimento indígena atual no Nordeste, como as retomadas e as disputas pelo conhecimento legítimo sobre eles próprios.

No terceiro Capítulo procuramos reconhecer os limites e possibilidades de análise das lutas indígenas no Nordeste através do quadro teórico relativo ao deslocamento no rural latino-americano reconhecido por determinados autores como ‘virada territorial’. Ressaltamos que a emergência do conceito de território, como parte importante das mobilizações sociais hoje, está relacionada à emergência da questão ambiental, especialmente no deslocamento na direção de um socioambientalismo – apontado no Capítulo I. Explicitamos que adotamos neste trabalho uma concepção integradora em relação ao território, abarcando suas dimensões materiais e imateriais. Procuramos também constatar que as lutas por território possuem tanto continuidades, quanto descontinuidades em relação às lutas por terra. Identificamos que a clivagem baseada nos binômios terra-trabalho e território-cultura possui uma dimensão historicamente constituída, sendo a produção social e política da diferença entre as formas de luta, inclusive por parte de cientistas sociais, um fator determinante na seleção dos aspectos a serem ressaltados em cada contexto. Utilizamos, assim, estes apontamentos para tratar de algumas particularidades das lutas por território, especialmente o caso dos indígenas no Nordeste. Ressaltamos que entre estes indígenas a contraposição ao processo de homogeneização dos territórios é conjugada de maneira múltipla e abrangente à retomada da terra e da cultura, num intenso e vivo processo de rediversificação de paisagens naturais e culturais em constante transformação, inclusive em locais que seriam considerados como já ‘irreversivelmente’ abarcados pela lógica e relações determinadas por um economicismo de base desenvolvimentista. Fechamos este Capítulo procurando identificar que as situações de sobreposição entre UCs e TIs na Mata Atlântica no Nordeste colocam em voga, de maneira particular, a relação entre as lutas por território e os desafios socioambientais contemporâneos.

As elaborações de cunho mais amplo realizadas ao longo dos três primeiros Capítulos deste trabalho nos auxiliaram na análise do contexto territorial específico em foco nos dois últimos, onde as disputas em torno da conservação da biodiversidade são atravessadas pelas especificidades da questão indígena no Nordeste e da Mata Atlântica – Bioma com alto grau de fragmentação. O Capítulo sobre os debates em torno da conservação da biodiversidade ofereceu bases importantes para compreender tanto a atuação do IESB colocada no Capítulo IV, quanto a narrativa ambientalista apresentada no Capítulo V, que traz à tona, como vimos, diversos preceitos do paradigma biorregional em sua supramencionada ambiguidade quanto à inclusão das populações locais. Já a elaboração sobre a questão indígena no Nordeste, nos ofereceu subsídios fundamentais para compreendermos a constituição da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e a narrativa ambiental indígena, na medida em que esta é profundamente ancorada nas formas atuais de organização do movimento e em sua disputa pelo controle e acesso aos recursos naturais através, principalmente, das retomadas, reconhecidas como estratégia política e ontológica. Já o Capítulo III, aciona e coloca em movimento diversos dos pontos de intersecção entre os debates sobre a luta por território entre

os indígenas no Nordeste e a conservação da biodiversidade no que se refere à inclusão/exclusão das populações locais.

No quarto Capítulo apresentamos o contexto territorial no qual são cunhadas as narrativas ambientais analisadas. Partimos da base territorial geográfica conformada pela Terra Indígena Tupinambá de Olivença, a Reserva Biológica de Una e o Refúgio da Vida Silvestre de Una para realizar uma síntese dos processos de territorialização institucional delimitadas pelo Estado. Em seguida abriu-se gradualmente o escopo da perspectiva sobre o território puramente administrativo na direção dos fluxos que os atravessam ora questionando, ora corroborando as fronteiras estabelecidas administrativamente. No caso da TI, seguindo as trajetórias territoriais indígenas, identificamos algumas ações no presente e atualizações do passado que fazem parte do processo de emergência étnica Tupinambá de Olivença. Apontamos para a intensa heterogeneidade em termos ambientais, culturais e sociais que compõem a TI. Já no caso da instalação das UCs destacou-se o papel do IESB nos processos de diálogo com o Estado na implementação efetiva destas, bem como na elaboração de outras ações para a conservação da biodiversidade dentro e no entorno destas áreas protegidas, como a instalação de RPPNs e projetos fundamentados na ideia de corredor.

No Capítulo V, acompanhando propostas de análise da Ecologia Política, baseadas em um referencial foucaultiano, partiu-se das disputas em torno da conservação da biodiversidade para realizar o exercício de interlocução com duas narrativas ambientais gestadas no contexto territorial apresentado em foco. No caso da narrativa ambientalista sublinhamos o caráter cientificizado e congruente dos discursos analisados. As soluções propostas estão ancoradas na defesa do paradigma biorregional, como, por exemplo, na implementação de corredores ecológicos. Apresenta-se, assim, como fundamental ultrapassar o isolamento de áreas protegidas e realizar ações nas ‘áreas de interstício’, a fim de conter a interferência dos efeitos de borda nestas. Coloca-se a necessidade de trabalhar junto às comunidades através de projetos de inclusão produtiva alternativa, organização de fóruns de participação direta e ações de educação ambiental. Apontou-se que, nestes aspectos, sobressaem determinados atores nos âmbitos de participação e a predominância da dimensão econômica nas formas de enunciação das formas de inclusão social e produtiva. Neste sentido, o cacau plantado em cabruca é enfatizado pela narrativa ambientalista como alternativa ambiental e economicamente viável para as áreas de interstício. Em complementação sugere-se que haja uma atuação no sentido da ampliação o maior possível da rede de Unidades de Conservação como solução para a proteção da biodiversidade. As UCs de proteção integral são vistas como ‘pilares’ do sistema, idealmente o mais abrangente e restritivo possível, sendo complementadas com a implementação de RPPNs. Em todos os casos, a justificativa e a eleição das áreas para implementação de espaços protegidos, entre outras ações voltadas para a conservação da biodiversidade, são realizadas através de análises técnicas, como inventários de espécies e análises de SIG. Observa-se, assim, a centralidade de argumentos fundamentados na biota não-humana na narrativa ambientalista.

Já a narrativa Tupinambá, como vimos, está mais próxima de um conhecimento tradicional local, ou seja, apresenta-se como um conjunto de materiais discursivos menos homogêneo do que o anterior e mais baseado nas experiências cotidianas no territórios, na bagagem particular de cada um dos indígenas que participaram desta pesquisa, bem como nos acontecimentos em voga no período de articulação deste trabalho, entre os quais destacamos a presença ativa de retomadas, a não efetivação da demarcação da TI e os conflitos socioambientais gerados pela atuação de indígenas por parte do ICMBio. Neste sentido, pudemos perceber que se manifesta na narrativa indígena, de maneira bastante contundente, o sentimento de injustiça em relação às multas conferidas e a diferenciação que realizam entre

desmatamento e sustento. Na perspectiva dos indígenas os principais vetores de degradação do ‘meio ambiente’ estão baseadas em grandes empreendimentos de diversos tipos como a extração de areia, plantios em monocultura, atividade madeireira, especulação imobiliária, etc, que possuem um espaço premente de atuação no território Tupinambá, na medida em que a TI não foi efetivamente demarcada. Notamos que o sujeito das atividades de degradação ambiental pode ser nomeado de diversas formas, mas é sempre referido a um outro grupo presente na região que não os indígenas. Não realizar as mesmas práticas de ‘destruição da natureza’ se apresenta, assim, como um critério de diferenciação dos modos de vida indígenas em relação a outros, sobretudo dos ‘fazendeiros’. Neste sentido, a homologação da TI seria uma das soluções mais presentes na narrativa Tupinambá de Olivença, o que tornaria possível uma gradual retirada desses agentes e práticas do território. Por outro lado, vimos que, enquanto a demarcação efetiva não acontece, as retomadas aparecem, na visão dos Tupinambá de Olivença, como sementeiras de ações para a ‘proteção da natureza’. Ao apontar a importunância de ações como o fechamento de carvoarias, recuperação de áreas degradadas, manutenção e ampliação de áreas de mata etc, os indígenas pretendem demonstrar que as retomadas abriram espaço para que eles contivessem os processos de destruição realizados pelos ‘grandes’. Além disso, os indígenas apresentam em sua narrativa soluções como conectadas com o apoio e atuação por parte do Estado, que deveria deslocar o esforço centrado na atuação de indígenas para projetos de inclusão. Dessa maneira, os indígenas defendem a incorporação dos Tupinambá de Olivença como brigadistas e/ou guarda-parques e mesmo a realização de seminários educativos que possam se tornar espaços de elaboração de soluções coletivas para o problema da ‘destruição do meio ambiente’.

Foi possível perceber que as bases de produção de cada uma das duas narrativas são bastante diferenciadas e dialogam com formas de articulação política e discursiva contextualizadas. Levando em consideração as supramencionadas dificuldades na utilização de uma metodologia que trouxesse ao diálogo materiais discursivos substancialmente diferenciados, esperamos que o exercício proposto de sistematização das causas e soluções aqui apresentada, tanto nas narrativas ambientalista, quanto nas indígenas, tenha possibilitado a percepção de que apesar de haver possibilidades de aproximação entre as duas narrativas ambientais, há também diferenças expressivas – ao menos em termos das propostas apresentadas e das formas de legitimação discursivas acionadas. A análise das formas de enunciação naquele contexto, a nosso ver, demonstram que uma visão dicotômica sobre o ambiente de disputas sobre a conservação da biodiversidade não dá conta da complexidade das relações naquele cenário. Por um lado, a percepção *a priori* de que narrativas ambientalistas e indígenas seriam contrapostas e mutuamente excludentes, já a primeira tenderia a ser ‘preservacionista’ e, portanto, oposta aos povos tradicionais, não é capaz de apreciar questões como, por exemplo, o viés participativo que acompanha a narrativa ambientalista. Por outro lado, uma visão que procurasse reconhecer ali uma aliança automática entre o movimento indígena e uma instituição que se autodenomina ‘socioambiental’ estaria igualmente distante da complexidade das relações materiais ali postas, já que a aliança direta entre os atores jamais aconteceu. Importante observar que não foi o intuito desta pesquisa reconhecer de maneira exaustiva os empecilhos a uma relação mais intensa entre as duas narrativas apresentadas. Nosso intuito foi apresentar exemplos de que as diferenciações entre as formas de articular soluções para a questão da conservação da biodiversidade, enquanto problema compartilhado, está também atravessada por relações de poder que estão conectadas às formas de saber, às formas de compreender o problema da degradação da biodiversidade.

Conforme explicitado anteriormente, a incorporação de diferentes tipos de conhecimento, como o científico e o tradicional, figura recorrentemente nos debates científicos sobre a conservação da biodiversidade como uma solução para os impasses encontrados na implementação de projetos voltados para a temática (SANDRONI, 2012). No entanto, permanecem em aberto problemas práticos e epistemológicos sobre as dificuldades de trazer ao diálogo formas de enunciação dotadas de condições de positividade e legitimidade social diferenciadas, o que implica em lidar com estas assimetrias. Este trabalho se propôs realizar um exercício neste sentido, uma tentativa de fazer interagir, pelo menos parcialmente, narrativas ambientais enraizadas em diferentes territórios materiais e imateriais. Ao colocar de forma equivalente a narrativa ambientalista – amplamente ancorada em um discurso dotado de condições de positividade científica – e a indígena – em diálogo parcial com formulações fundamentadas nos debates nacionais e globais sobre a conservação da biodiversidade, mas profundamente ancorada em um conhecimento tradicional local – empenhamo-nos em desfiar, na medida do possível, as agências que procuram construir e manter barreiras entre o conhecimento científico e outras formas de saber (JASANOFF, 2004). Este processo ativo de construção de barreiras gera consequências em termos das práticas realizadas para a conservação da biodiversidade, especialmente, no contexto de políticas públicas, pois quando as fronteiras entre o conhecimento científico e outras formas de saber são vistas como dadas e imutáveis ocorre um estreitamento das possibilidades de articulação de soluções para a conservação da biodiversidade (BIXLER, 2013). Esta tese procurou contribuir com a desnaturalização dessas fronteiras, a partir da apresentação de diferenças e aproximações entre duas formas bastante distintas de elaborar soluções para a questão da degradação ambiental.

Holmes (2009) aponta para a necessidade de olhar para como atuam as relações locais de poder para refletir sobre políticas de conservação da biodiversidade de uma maneira mais ampla. Neste sentido, esperamos que este trabalho tenha contribuído em reconhecer que qualquer solução simples ou universal para a questão da conservação da biodiversidade possui limites postos e que, em cada contexto, os projetos para a conservação da biodiversidade, como a implementação de APs, são atravessados por diversas questões da ordem do saber-poder. Dessa forma, a capacidade das ‘populações locais’ de atuação, bem como de influenciar decisões e ações de outros atores não é a mesma em todos os casos – tampouco é a mesma de outros atores. Há uma miríade de fatores que fazem com que as populações implicadas em projetos de conservação da biodiversidade tenham maior ou menor capacidade de legitimar suas posições frente as situações consideradas por eles injustas. No caso em foco nesta pesquisa, a capacidade de organização dos Tupinambá de Olivença e valorização dos seus modos de vida abre espaços para que estes coloquem em pauta suas perspectivas, mesmo que diversas dificuldades para a legitimação e difusão destas permaneçam. Os indígenas através da organização política e da emergência do movimento alcançam maior capacidade de gestão e convencimento dos outros atores, assim como dos territórios. Ressalva-se, contudo, que isto não quer dizer que os Tupinambá de Olivença tenham uma capacidade de influência e acesso a recursos, no que toca os projetos para a conservação da biodiversidade, análoga aos atores que compõem a narrativa ambientalista. Conforme foi possível perceber ao longo dos dois últimos Capítulos grande parte das decisões, de alto impacto relativas a conservação da biodiversidade na região, foram tomadas em esferas de discussão alheias aos Tupinambá de Olivença. Foi possível perceber uma congruência da narrativa ambientalista com a legitimação de determinados atores – ONGs locais e internacionais apoiadas no discurso científico das Ciências, especialmente Naturais – como mais aptos a tomar decisões,

sobretudo diante do Estado brasileiro, no planejamento, implementação e gestão de áreas protegidas.

Por fim, esperamos que tenha permanecido visível nos ‘dizíveis’ desta tese que apesar das diferenças e disputas entre as narrativas ambientalista e indígena ambas se apresentam como ‘contra-discursos’, residindo aí, inclusive, a justificativa, bem como a vontade, em trazer especificamente estas visões à mesa. Embora tenha sido possível reconhecer uma alteridade assimétrica entre as narrativas, salientamos que ambas desafiam perspectivas dominantes e alheias à uma sensibilidade ambiental sobre a gestão da terra e dos recursos naturais mesmo que em diferentes medidas e de diferentes formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estududos Avançados**, v.24, n.68, p.103-119, 2010.
- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos Identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ADAMS, William. M. **Against Extinction: The Story of Conservation**. London: Earthscan, 2004.
- ADAMS, William. M.; HUTTON, John. People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. **Conservation and Society**, v. 5, n.2, p. 147-183, 2007.
- AINI, John; WEST, Paige. Communities Matter: Decolonizing Conservation Management. Plenary Lecture, **International Marine Conservation Congress**, 24 – 29 June, Kuching, Malaysia, 2018.
- ALARCON, Daniela Fernandes. **O Retorno da terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. 2013.
- ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: Edições Ibama, 1998.
- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (yanomami). In: ALBERT, Bruce.; RAMOS, Alcida Rita. (Org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENTEJANO, Paulo. Reforma Agrária. In SANDRONI, Laila; PALM, Juliano Luis (orgs.) **Relatório do Seminário Nacional: perspectivas para as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/OPPA, 2017.
- ALGER, Keith; CHOMITZ, Keneth M. ; VILA NOVA, Paulo; ORLANDO, Heloísa. Instrumentos econômicos e de políticas públicas para o estabelecimento do corredor central. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). **Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia**. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.
- ALMEIDA, Mauro B.; CUNHA, Manuela Carneiro da. Global Environmental Changes and Traditional Populations. In: HOGAN, Daniel J.; TOLMASQUIM, Maurício Tiomno. (Orgs.). **Human Dimension of Global Environmental Changes: Brazilian Perspectives**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciência, 2001.
- ALMUDI, Tiago.; KALIKOSKI, Daniela. Homem e “natureza” em um parque nacional do

sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 47-57, jul./dez. 2009.

ALONSO, Angela.; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. n. 53, p. 35-78, 1º semestre, 2002.

ARAÚJO, Marcelo; ALGER, Keith; ROCHA, Rui; MESQUITA, Carlos A. B. **A Mata Atlântica no Sul da Bahia**: situação atual, ações e perspectivas. Série Estados e Regiões da Bahia. São Paulo: Ed. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998.

ARAÚJO, Marcelo; FANDI, Ana Claudia; GOMES, Ana Roberta; REIS, Saulo S; SANTOS, Gabriel; SIUQIRA, Leonardo; TOSATO, Laura Ribeiro. Implementando corredores ecológicos: a estratégia da área núcleo Una-Lontras-Baixão no Corredor Central da Mata Atlântica. In: FANDI, Ana Claudia; GOMES, Ana Roberta (Org.). **Unidades de Conservação em Rede**: a diversidade de saberes no Corredor Central da Mata Atlântica. Ilhéus: IESB, 2011.

ARAÚJO, Marcos. **Avaliação Final do Projeto Corredores Ecológicos**. Brasília: PCE/MMA, 2014.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n.5, p.79-92, jul./dez, 1999.

ARRUTI, José Mauricio Andion. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 57-94, 1995.

ARRUTI, José Mauricio Andion. Agenciamentos Políticos da "Mistura": Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. **Estudos afro-asiáticos**, v.23, n.2, p. 215-254, 2001.

ASSIS, Luis Guilherme resende. Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. In: BAINES, Stephen Grant. (Org.). **Variações interétnicas**: etnicidade, conflitos e transformações. Brasília: Ibama/UnB/Ceppac/IEB, 2012.

AYRES, José Marcio; FONSECA, Gustavo A. B; RYLANDS, Anthony; QUEIROZ, Helder; PINTO, Luiz Paulo; MASTERSON, Donald; CAVALCANTI, Roberto B. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. **Cadernos de Campo**, São Paulo v.3, n.3, 1993.

BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa e intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Los pobladores del desierto: genocidio, etnocidio y etnogénesis en Argentina. In: PETRICH, Perla. (Org.). **Positionnements identitaires des groupes indiens d’Amerique latine**. Paris: ALHIM/ Université Paris 8, 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos paéis no cenário

cultural e político. **MANA**, v. 12, n.1, p.39-68, 2006.

BARRETO FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, Bertha; GARAY, Irene. **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. São Paulo: Vozes, 2006.

BENJAMIN, César. **Diálogos sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fórum de ciência e cultura da UFRJ, 1993.

BIXLER R. Patrick. The political ecology of local environmental narratives: power, knowledge, and mountain caribou conservation. **Journal of Political Ecology**, v.20, p. 273-285, 2013.

BIXLER R. Patrick; DELL'ANGELO, Jampel; MFUNE, Orleans; ROBA, Hassan. The political ecology of participatory conservation: institutions and discourse. **Journal of Political Ecology**, v.22, p. 164-182, 2015.

BRITO, Tamires Batista Andrade Veloso. O despertar pelos encantados de uma “identidade adormecida”: desconstruindo o caboclo, reconstruindo o/a Tupinambá. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

BRUNTLAND, Gro Harlem. **Our Common Future: From One Earth to One World**. Nova York: Oxford University Press, 1987.

BUSCHER, Bram.; WOLMER, William. Introduction: the politics of engagement between biodiversity conservation and the social sciences. **Conservation and Society**, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2007.

CARNEIRO, Maria José.; DANTON, Thais. Agriculture and biodiversity in the Brazilian social sciences: a possible state-of-the-art scenario. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 24, n. 3, p. 225-246, 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. O Monte Pascoal, os Índios e a Luta pelo Reconhecimento Étnico. In: **Cadernos CRH**. v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009.

CARVALHO, Maria Rosário. De Índios ‘misturados’ a Índios ‘regimados’. In: CARVALHO, Maria Rosário; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie A. (Org.). **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos e alteridades**. Natal: EDUFRN, 2011.

CASTELLI, Pierina German; WILKINSON, John. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 19, p.89-112, out. 2002.

CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. **Horizontes Antropológicos**, v.12, n.25, p.217-235, jan./jun. 2006.

CEPF. **Relatório Final do Projeto: Increasing the Network of Protected Areas in the Bahian Portion of the Central Corridor of the Atlantic Forest - Phase I**. São Paulo: CEPF –

Conservation International, 2006.

CEPF. **Relatório Final do Projeto:** Strengthening Enforcement of Environmental Laws in the Atlantic Forest of the Central Corridor, Brazil. São Paulo: CEPF – Conservation International, 2008.

CI; IESB. **Planejando Paisagens Sustentáveis:** a Mata Atlântica Brasileira. São Paulo/Ilhéus: Conservation International, 2000.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; MENDES, Ana Beatriz Vianna; FERREIRA, Lúcia da Costa; CAMPOS, Simone Vieira de. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.11, n.2, p. 255-271, 2008.

CUNHA, André A.; GUEDES, Fátima B. **Mapeamentos para conservação e recuperação da biodiversidade na Mata Atlântica:** em busca de uma estratégia espacial integradora para orientar ações aplicadas. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2013.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 69-76, jan./jun. 2003.

CUNHA, Rejane Cristine Santana. **O fogo de 51:** reminiscências Pataxó. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010.

DELABIE, Jacques H.C.; ARGOLLO, Antônio J.S.; JAHYNY, Benoit; CASSANO, Camila R.; JARED, Carlos; MARIANO, Cléa S.F.; FARIA, Deborah M.; SCHROTH, Götz; OLIVEIRA, Leonardo C.; BEDE, Lucio; MOURA, Raquel T.; LACAU, Sébastien ROCHA, Wesley D. Paisagem cacauieira no sudeste da Bahia: desafios e oportunidades para a conservação da diversidade animal no século XXI. **Agrotrópica**, v.23, n.2/3, p. 107-114, 2011

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência na conservação da natureza.** São Paulo: NUPAB, 2008.

DUMORA, Catherine. Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 14, p. 47-67, jul./dez. 2006.

DURAND, Leticia. **Naturalezas desiguales.** Discursos sobre la conservación de la biodiversidad en México. Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2017.

EHRlich, Paul. **The population bomb.** New York: Ballantine, 1968.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation and the political ecology of social movements. **Journal of Political Ecology**, V.5, n.1, p. 53-82, 1998.

ESCOBAR, Arturo. After nature: steps to an antiessentialist political ecology. **Current Anthropology**. v. 40, n.1, p. 1-30, 1999.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar movimientos, vida, redes. Bogotá: envión, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território” **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FANDI, Ana Cláudia. **Apoio de Organizações Transnacionais e os caminhos do ambientalismo brasileiro**: O Caso do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). Dissertação (mestrado) - Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2013.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.7, n.1, p.47-66, 2004.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro**. São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Iara Vasco. O dilema das Terras Indígenas no SNUC: uma nova abordagem de um velho problema. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (Org.) **A diversidade cabe na unidade?**: áreas protegidas no Brasil. Brasília, IEB, 2014.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 42, n. 1, p. 195-226, 2017.

FONSECA, Gustavo B. da; ALGER, Keith; PINTO, Luiz Paulo; ARAÚJO, Marcelo; CAVALCANTI, Roberto. Corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Org.). **Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia**. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. The subject and power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795 , 1982.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ditos & Escritos V** – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FORMO, Rannveig Knustsdatter. Power and subjection: the political ecology of Tanzania's wildlife management areas. Thesis (Masters) – Norwegian University of Life Sciences, Institute of International Environment and Development. 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História (São Paulo)** v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013.

FREITAS, Hingryd Inácio. Luta por terra e território no litoral sul da Bahia: movimentos sociais, ações políticas e políticas públicas. In: **II Simpósio Baiano de Geografia Agrária**. Salvador, 2017.

GERHARDT, Cleyton Henrique. “**Eu seria péssima para estar na sua banca**”: pesquisadores e suas controvérsias sobre conflitos em áreas protegidas. Curitiba: Appris, 2016.

GIRARD, Pierre; VARGAS, Icléia A. Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p.61-76, jul./dez. 2008.

GODOY, Larissa Cassia Ribeiro da Cruz. **Composição de conflitos entre políticas públicas no contexto das sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas**. TCC (especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Diretoria de Formação Profissional. 2016.

GOLDMAN, Marcio. Quinhentos anos de contato: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. In: **Mana**, v.21, n.3, p. 641-659, Rio de Janeiro: dez. 2015.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Cultura indígena no Nordeste em Panorama. **Ariús, Campina Grande**, v. 14, n. 1-2, p. 19-28, jan./dez. 2008.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e lutas por território nas ciências sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

GUEDES, André Dumans. Fronteiras e Limites entre Lutas por Terra e Território no Norte de Minas Gerais. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; JOCA, Priscylla Monteiro; OLIVEIRA, Assis da Costa; MILÉO, Bruno Alberto Paracampo; ARAÚJO, Eduardo Fernandes de; MOREIRA, Erika Macedo; QUINTAS, Mariana Trotta Dallalana (Org.) **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e por território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.18, n.1, p.23-39, jan./abr. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, 1968.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HIROTA, Marcia Makiko.; PONZONI, Flavio Jorge. (Org.) **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica Período 2015-2016**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE, 2017.

HOLMES, George. **Global conservation and local resistance**: Power and protected areas in the Dominican Republic. Thesis (PhD) - University of Manchester, Geography Institute. 2009.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Una**. 1997.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IESB; WWF. **Transformando Olhares: o Mato que virou Mata**. Ilhéus: IESB, 2004.

IESB. **Cartilha do conselheiro reservabiologista de Una**. Ilhéus: IESB, 2009.

INGOLD, Tim; KURTILLA, Terhi. Perceiving the environment in Finnish Lapland. **Body and Society**, v. 6, n. 3-4, p. 183-196, 2000.

JAMESON, Fredric. **The Cultural Turn**: Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998. London: Verso Books, 2009.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge**: the co-production of science and social order. London: Routledge, 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LANDAU, Elena C.; MOURA, Raquel. T.; CORDEIRO, Paulo Henrique; SILVANO, Debora leite; PIMENTA, Bruno; JARDIM, Jomar Gomes; PRADO, Paulo Inácio; PAGLIA, Adriano; FONSECA, Gustavo A. B. Definição de áreas biologicamente prioritárias para a formação do corredor cetral da Mata Atlântica no sul da Bahia, Brasil. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). **Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia**. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

LAMAS, Ivana; GUIMARÃES, Erika; PINTO, Luiz Paulo de Souza; HOROTA, Márcia Makiko. **Fundo de parceria para ecossistemas críticos – CEPF – na Mata Atlântica**. Belo Horizonte: Conservação Internacional – São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2007.

LAMAS, Ivana; CREPALDI, Maria Otávia; MESQUITA, Carlos Alberto. **Uma rede no corredor: memória da rede de gestores das unidades de conservação do corredor central da Mata Atlântica**. Belo Horizonte: Conservation International, 2015.

LARA, Amiel Ernenek Mejía. **“Estar na Cultura”**: os Tupinambá de Olivença e o desafio de uma definição de indianidade no sul da Bahia. Dissertação (mestrado) – Universidade

Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil: O Monte Roraima entre Parque Nacional e terra indígena Raposa-Serra do Sol. **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.2, p. 165-189, 2003.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LACERDA, Mariana de Oliveira. A paisagem da terra dos diamantes: Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

LI, Tania Muray. **The will to improve**: Governmentality, development, and the practice of politics. Durham: Duke University Press, 2007.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v.11, n.2, p. 237-253, 2008.

MACEDO, Raquel Fernandes; MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca; AZEVEDO, Francisco Fransualdo; ALVES, Maria Lúcia Bastos. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 9 Nº 2 págs. 437-448. 2011.

MADEIRA, João Augusto; ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; FRANCIS, Poliana de Almeida; CASTRO, Daniel de Miranda Pinto de; BARBANTI, Olympio; CAVALLINI, Marcelo Meirelles; MELO, Mônica Martins de. Interfaces e sobreposições entre Unidades de Conservação e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais: dimensionando o desafio. In: **VII Seminário brasileiro sobre áreas protegidas e inclusão social**. Santa Catarina: SAPI, 2015.

MAGALHÃES, Aline Moreira. **A luta pela terra como oração**: sociogênese, trajetórias e narrativas do movimento Tupinambá. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. 2010.

MARCIS, Teresinha. **A “hecatombe de Olivença”**: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2004.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2011.

MASSENA, Fabio dos Santos. Organizações não governamentais (ONG) e o movimento ambientalista na região cacaueira da Bahia: valores, discursos e práticas. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. 2004.

MENE, Curt; SOULÉ, Michael; NOSS, Reed F. A mission-driven discipline: the growth of conservation biology. **Conservation Biology**, v. 20, p.31-51, 2006.

MENDES, Alexandre Fabiano. **Para além da ‘Tragédia do Comum’**: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito. 2012.

MESQUITA, Carlos Alberto; LEOPOLODINO, Flávio Santos. **Incentivando e apoiando a criação manejo e integração entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)**. Ilhéus: IESB, 2002.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia das paisagens?. **Biota Neotropica**, v.1, n.1, 2001.

MILANO, Miguel Serediuk. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: **Direito ambiental das áreas protegidas**: o regime jurídico das unidades de conservação. Benjamin, Antônio Herman (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MIRAGLIA, Ana Beatriz; MURRIETA, Rui Sérgio. Preservação e desenvolvimento. Novos estudos - CEBRAP, n.73, p.223-225, nov. 2005.

MITTERMEIER, Russel A; COIMBRA-FILHO, Aldemar; CONSTABLE, Isabel; RYLANDS, Anthony; VALLE, Celio. Conservation of primates in the Atlantic Forest region of eastern Brazil. *International Zoo Yearbook*, v. 22, p. 2-17, 1982.

MITTERMEIER, Russel A; FONSECA, Gustavo A. B; RYLANDS, Anthony A; BRANDON, Katrina. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.

MMA. **Documento base para elaboração das diretrizes operacionais da fase II do Corredor Central da Mata Atlântica, Projeto Corredores Ecológicos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MMA. **O corredor central da mata atlântica**: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Conservação Internacional, 2006.

MMA. **Serie Corredores Ecológicos**: 12 anos de trabalho pela conservação da biodiversidade nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

MOURA, Raquel. T.; LANDAU, Elena C.; PAGLIA, Adriano; CORDEIRO, Paulo Henrique; SILVANO, Debora leite; PIMENTA, Bruno. Metodologia de Investários biológicos do projeto Corredor Central da Mata Atlântica. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). **Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia**. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFGM/UNICAMP. 2004.

MURA, Claudia. **“Todo mistério tem dono!”**: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

NODARI, Rubens Onofre; NODARI, Eunice Sueli; FRANCO, José Luiz de Andrade. Uso e conservação da biodiversidade: as duas faces da moeda. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.5, n.3, p. 11-16, jul.-dez. 2016.

NUNES, Michelle Cristiane de Lima; COSTA, Marcio Jorge Porangaba & LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A conservação da biodiversidade no Brasil: uma visão a partir de áreas

protegidas. **Economia Política do Desenvolvimento**. Maceió: v. 14, n.11, p. 21-42, 2011.

OFFEN, Karl H. The Territorial Turn: Making Black Territories in Pacific. **Journal of Latin American Geography**, v. 2, n. 1, p. 43-73, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Fighting for land and reframing the culture. **Vibrant**, v.15, n.2, p. 1-27, 2018.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAIOLA, Lucy Mara; TOMANIK Eduardo Augusto. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PELLIZZARO, Patricia Costa; HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; HARDT, Marlos; SEHLI, Dyala Assef. Gestão e Manejo de áreas protegidas: contexto internacional. **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n. 1, p. 21-40, jan.-mar. 2015.

PELUSO, Nancy Lee. Territorializing local struggles for resource control. In: GREENOUHG, Paul; TSING, Ana Lowenhaupt (Org.). **Nature in the global south**: environmental projects in south and southeast Asia. Durham: Duke University Press, 2003.

PÉREZ, Antonio. De la etnoescatología a la etnogénesis: notas sobre las nuevas identidades étnicas. **Revista de Antropología Experimental**, n. 1, 2001.

PINTO, Luiz Paulo, BEDÊ, Lucio, PAESE, Adriana, FONSECA, Mônica; PAGLIA, Adriano; LAMAS, Ivana. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. In: ROCHA, Carlos Frederico Duarte; BERGALLO, Helena Godoy; ALVES, Maria Alice Santos; SLUYS, Monique Van (Orgs.). **Biologia da Conservação: essências**. São Carlos: RiMa, 2006.

PORTILHO, Fátima; LIMA, G. Sociologia Ambiental: formação, dilemas e perspectivas. In: **Revista Teoria & Sociedade**, Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG. Belo Horizonte, n.7, jun. 2001.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. **Ethnos: Revista Brasileira de Etnohistoria**, v. 2, n.2, p. 21-44, 1998.

PORTO GONÇALVEZ, Carlos Valter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: **La Guerra Infinita**: Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PRADO, Rosane Manhães. Viagem pelo conceito de populações tradicionais com aspas. In: STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel (Org.) **Cultura, percepção e ambiente**. Diálogos com

Tim Ingold. São Paulo: Ed Terceiro Nome, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2006.

RICARDO, Fany; MACEDO, Valéria. Apresentação. In: RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ROBERTSON, Margaret; NICHOLS, Pam; HORWITZ, Pierre; BRADBY, Keith; MACKINTOSH, David. Environmental narratives and the need multiple perspectives to restore degraded landscapes in Australia. **Ecosystem Health**, v. 6, n. 2, 2000.

ROCHA, Cinthia Creatini. “Bora vê quem pode mais”: Uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença (Ilhéus, Bahia). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

ROOSENS, Eugene. **Creating ethnicity**. The process of ethnogenesis. San Francisco: Ed. Sage, 1989.

SANDRONI, Laila Thomaz. **Conservação da biodiversidade nas ciências sociais brasileiras**: um campo em construção. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2012.

SANDRONI, Laila Thomaz; TUPINAMBÁ, Jaborandy; TARIN, Bruno (Org.). **Percursos Cartográficos**: Movimentos Indígenas no Nordeste. Ilheus: Thydewa, 2015.

SANDRONI, Laila Thomaz; CARNEIRO, Maria José. ‘Conservação da Biodiversidade’ nas ciências sociais brasileiras: uma revisão sistemática de 1990 a 2010. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 19, p. 21-46, 2016.

SANDRONI, Laila Thomaz; CARNEIRO, Maria José. Biodiversity conservation in the Brazilian social sciences: an analysis of epistemological paths and conditions of possibility. **Innovation: the european journal of social science research**. v. 31, n. 3, 2018.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Petrópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAVE Brasil; IESB. **Complexo de Serras das Lontras e Una, Bahia**: Elementos naturais e aspectos de sua conservação. São Paulo: SAVE Brasil, 2009.

SCHROTH, Götz; FARIA, Deborah Faria; ARAÚJO, Marcelo; BEDE, Lucio; BAEL, Sunshine A. Van; CASSANO, Camila R.; OLIVEIRA, Leonardo C.; DELABIE, Jacques H. C. Conservation in tropical landscape mosaics: the case of the cacao landscape of southern Bahia, Brazil. **Biodiversity Conservation**, v. 20, p.1635–1654, 2011.

SECUNDINO, Marcondes. “Índios do Nordeste”: alguns apontamentos sobre a formação de um domínio da antropologia. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the mind**: perspectives on biodiversity and biotechnology. London: Zed Books, 1999.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultura a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009.

SNUC. Lei 9.985/2000, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2000.

SOULÉ, Michael. What is conservation biology? **BioScience** Vol. 35, No. 11, p.727-734, 1985.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STAVENHAGEM, Rodolfo. **Indigenous Peoples: An Essay on Land, Territory, Autonomy and Self-Determination**. Disponível em: <www.landaction.org/printdisplay.php?article=327> Acesso em 14/02/2017. 2005.

TALLBEAR, Kim. Standing with and speaking as faith: a feminist Indigenous Approach to Inquiry. **Journal of research practice**, v. 10, n. 2, p. 17-23 , 2014

TARIN, Bruno. **Tramas cartográficas**: maquinacões em comunicação, cultura, tecnologias e redes. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. 2017.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. **Revista brasileira Ciências Sociais**, v.20, n.59, p.51-66, out. 2005.

TIMMERS, Jean. Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. In: RICARDO, Fany (Org.) **O desafio das sobreposições**: terras Indígenas e unidades de conservação da natureza. São Paulo: Instituto SocioAmbiental, 2004.

UBINGER, Helen Catalina. **Os Tupinambá da Serra do Padeiro**: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

VACCARO, Ismael; BELTRAN, Oriol; PAQUET, Pierre Alexandre. Political ecology and conservation policies: some theoretical genealogies. **Journal of Political Ecology**. V.20, 2013.

VALLE, Sarah Maranhão. O processo de destruição das aldeias na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

VANDERGEEST, Peter; PELUSO, Nancy Lee. Empires of Forestry: Professional Forestry and State Power in Southeast Asia. **Environment and History**. v. 12, 2006.

VELAZQUES, Mario Sosa. **¿Cómo entender el territorio?**. Guatemala: Editorial Cara Parens, 2012.

VIEGAS, Suzana de Matos. **Terra Calada**: Os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

VIOLA, Eduardo J; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. (Campinas), v. 2, p. 73-95, 1995.

VIVAQCUA, Melissa; SANTOS, Cláudia Regina dos; VIEIRA, Paulo Freire. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 159-171, jan./jun. 2009.

WALDMAN, Maurício. **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo: Editora Senac. 2006.

ANEXOS

ANEXO I Questões de Pesquisa para o Grupo 1 – Ambientalistas.....	203
ANEXO II Questões de Pesquisa para o Grupo 2 – Indígenas.....	204
ANEXO III Temas para Sistematização das Narrativas Indígenas.....	205
ANEXO IV Lista de Documentos e Artigos Analisados.....	206
ANEXO V Modelo de Ficha de Leitura.....	211
ANEXO VI Árvore Constituída em Oficina sobre as Causas dos Problemas na REBIO.....	212

ANEXO I Questões de Pesquisa para o Grupo 1 – Ambientalistas

Questão geral: Eu estou fazendo uma pesquisa sobre as diferentes formas de conservação da biodiversidade aqui no território, tentando perceber as diferenças entre as formas de tratar a questão da degradação ambiental. O IESB/ICMBio é um dos agentes centrais de atuação nesta área nesta região. Você concorda com isso? Porque?

Grupo 1A – Ex-integrantes do IESB:

- Qual era a sua atuação no IESB? Em que projetos trabalhava?
- Que tipos de conhecimento embasavam as ações do Instituto?
- Como foi o processo de redelimitação da REBIO e de delimitação da REVIS? você esteve presente?
- Qual foi o papel do IESB neste processo?
- Que outros atores estavam envolvidos neste processo?
- Você teve um papel específico neste processo?
- Quais eram os objetivos em ampliar a REBIO e delimitar a REVIS?
- Qual a importância da constituição de áreas protegidas áreas protegidas Áreas Protegidas especificamente nesta região?
- Quais os tipos de conhecimento foram utilizados na redelimitação da REBIO e na delimitação da REVIS?
- O que você acha do debate sobre a inclusão dos povos e comunidades tradicionais nos processos de conservação?
- Você participou em alguma medida do projeto do corredor ecológico? Como era o projeto? Quais eram suas bases e objetivos? Porque ele foi descontinuado?
- O que aconteceu com o IESB?
- Como se deu a implementação das RPPNs que eram do IESB e como está a gestão das RPPNs agora?

Grupo 1B – Gestores das UCs

- Há quanto tempo você está como gestor da UC?
- Quais são as principais atividades exercidas por você enquanto gestor da UC?
- Quais são as principais objetivos do seu trabalho e desafios que você enfrenta na sua atuação?
- Você conhece o processo de conferimento de multas na região?
- Quais são as leis que baseiam as multas (se forem leis nacionais, porque apenas as áreas dentro da REVIS foram contempladas)?
- Como está a situação do plano de manejo? E do conselho da UC?
- Os indígenas foram chamados a dialogar? E outras populações locais?
- Como são tomadas as decisões sobre a gestão da área? (sobretudo no caso da REVIS na falta de um plano de manejo)

ANEXO II Questões de Pesquisa para o Grupo 2 – Indígenas

Questão geral: Eu estou fazendo uma pesquisa sobre as diferentes formas de proteção da natureza aqui no território, tentando perceber as diferenças entre as formas de lidar com o problema da destruição do meio ambiente, por exemplo, por parte do Estado, de vocês e outras pessoas que circulam aqui pelo território. Você acha que essa pesquisa é importante para o movimento Tupinambá? Porque?

Grupo 2A – Indígenas habitantes de aldeias chave na pesquisa

- Para que servem e como são selecionadas as áreas “para deixar a mata crescer”?
- O que se pensa em realizar nestas áreas no futuro?
- Como vocês escolhem as áreas onde vai ficar sendo mata e onde vai poder construir as casas ou plantar?
- Quais os usos que estas áreas tem? Onde ficam?
- Já era mata antes do processo de retomada?
- Há cabruca na aldeia? Parece uma boa forma de manejo? Porque?
- A retomada mudou a relação dos indígenas com a natureza?
- Com o que as pessoas trabalhavam antes da retomada, como tiravam seu sustento, e com o que trabalham agora?
- Quais são as formas de ação ligada ao meio ambiente que existem na aldeia (coletivas ou individuais)?
- Quais são as principais ameaças ao meio ambiente no território?

Grupo 2B – Indígenas habitantes de aldeias onde houveram multas ambientais

- Como está a situação das multas? Quem foi multado? Porque ? Quando?
- Quais são exatamente as acusações e argumentos utilizados (pedir os documentos de autuação e ver quais são os processos específicos dos quais eles estão sendo acusados)?
- Porque vocês acham que eles entendem que vocês estão fazendo algo errado? O que eles veem de errado no que eles estão fazendo?
- Você acha que isso é uma boa forma de preservar a mata?
- A retomada mudou a relação dos indígenas com a natureza?
- Com o que as pessoas trabalhavam antes da retomada, como tiravam seu sustento, e com o que trabalham agora?
- Quais são as formas de ação ligada ao meio ambiente que existem na aldeia (coletivas ou individuais)?
- Quais são as principais ameaças ao meio ambiente no território?

ANEXO III Temas para Sistematização das Narrativas Indígenas

CATEGORIAS INDÍGENAS SOBRE A CONSERVAÇÃO

Frases ou categorias indígenas sobre o ambiente e a paisagem que os envolve que revelem as formas que estes utilizam para nomear aquilo que é chamado pelo ambientalismo contemporâneo de conservação da biodiversidade.

VISÕES SOBRE A MATA ATLÂNTICA

Formas que os indígenas utilizam para nomear os diferentes estágios de sucessão da regeneração da Mata Atlântica, que embasam a sua concepção sobre a noção de desmatamento

CAUSAS DO “PROBLEMA”

As causas identificadas pelos indígenas para a degradação ambiental no território que reconhecem como Tupinambá.

IDENTIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

Soluções apontadas pelos indígenas como forma de frear o processo de degradação

RETOMADA E DEMARCAÇÃO

Identificação de discursos que reconheçam o papel das retomadas na relação atual dos indígenas com as áreas de mata e seu papel nas narrativas ambientais indígenas neste contexto

ANEXO IV Lista de Documentos e Artigos Analisados

Documentos Institucionais:

1. Plano de Manejo da Reserva Biológica de Una
IBAMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica de Una. 1997.
2. Livreto sobre o conceito de Corredor publicado através da parceria entre CI e IESB
CI & IESB. Planejando Paisagens Sustentáveis: a Mata Atlântica Brasileira. São Paulo/Ilhéus: Conservation International, 2000.
3. Documento oficial do MMA em co-autoria com a CI e a SOS Mata Atlântica sobre a experiência da primeira fase do Corredor Central da Mata Atlântica
BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O corredor central da mata atlântica : uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente ; Conservação Internacional, 2006.
4. Documento de avaliação final do Projeto Corredores Ecológicos do MMA escrito por consultor independente – trechos referentes ao Corredor Central da Mata Atlântica
ARAÚJO, Marcos. Avaliação Final do Projeto Corredores Ecológicos. Brasília: PCE/MMA, 2014.
5. Publicação sobre o complexo Una-Lontras publicado através da parceria entre IESB e SAVE Brasil
SAVE Brasil & IESB. Complexo de Serras das Lontras e Una, Bahia: Elementos naturais e aspectos de sua conservação. São Paulo: SAVE Brasil, 2009.
6. Publicação institucional do IESB sobre os projetos socioeducativos realizados pela instituição no entorno da Reserva Biológica de Una
IESB & WWF. Transformando Olhares: o Mato que virou Mata. Ilhéus, IESB, 2004.
7. Proposta inicial do projeto corredores encaminhada ao MMA na década de 1990 que deu base a consolidação do Projeto Corredores Ecológicos escrito por especialistas em conservação

AYRES, José Marcio; FONSECA, Gustavo A. B; RYLANDS, Anthony; QUEIROZ, Helder; PINTO, Luiz Paulo; MASTERSON, Donald; CAVALCANTI, Roberto B. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Belém, PA : Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

8. Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica relativo ao sul da Bahia escrito por ex-integrantes do IESB

ARAÚJO, Marcelo; ALGER, Keith; ROCHA, Rui; MESQUITA, Carlos A. B. A Mata Atlântica no Sul da Bahia. Situação atual, ações e perspectivas. Série Estados e Regiões da Bahia. São Paulo: Ed. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998.

9. Relatório do CEPF assinado pela Associação Flora Brasil como devolutiva de projeto dedicado a propor ampliação e delimitação de UCs na porção baiana do CCMA

CEPF. Relatório Final do Projeto: Increasing the Network of Protected Areas in the Bahian Portion of the Central Corridor of the Atlantic Forest - Phase I. São Paulo: CEPF – Conservation International, 2006.

10. Relatório Final de atuação do CEPF da CI na Mata Atlântica brasileira

CEPF. Relatório Final do Projeto: Strengthening Enforcement of Environmental Laws in the Atlantic Forest of the Central Corridor, Brazil. São Paulo: CEPF – Conservation International, 2008.

Artigos Científicos:

1. SCHROTH, Götz; FARIA, Deborah Faria; ARAÚJO, Marcelo; BEDE, Lucio; BAEL, Sunshine A. Van; CASSANO, Camila R.; OLIVEIRA, Leonardo C.; DELABIE, Jacques H. C. Conservation in tropical landscape mosaics: the case of the cacao landscape of southern Bahia, Brazil. *Biodiversity Conservation* v. 20, p.1635–1654, 2011.

Artigo publicado em periódico internacional de grande circulação da área da biologia da conservação assinado por dois ex-integrantes do IESB, entre outros autores, sobre

as possibilidades de conservação através de práticas produtivas ‘wildlife friendly’ na região cacauceira do sul da Bahia

2. DUTRA, Guilherme Fraga; TIMMERS Jean François; MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo; BEDÊ, Lúcio Cadaval; PINHEIRO, Tiago Cisalpino; PINTO, Luiz Paulo. Biodiversidade e desenvolvimento na Bahia. Bahia: análise & dados, Salvador, v. 22, n. 3, p.485-502, jul./set. 2012.

Artigo publicado em revista científica baiana de circulação local apontando soluções para a biodiversidade na Bahia assinado por acadêmicos e ex-integrantes da CI, que possuíam estreita relação com o IESB, e da Associação Flora Brasil.

3. FANDI, Ana Cláudia. Apoio de Organizações Transnacionais e os caminhos do ambientalismo brasileiro: O Caso do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2013.

Dissertação em conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável de autoria de ex-coordenadora de projetos no IESB.

4. Artigo publicado no CD organizado pelo IESB com recursos do PROBIO no processo de implementação da primeira fase do CCMA sobre os critérios para definição de áreas prioritárias para conservação no sul das Bahia.

LANDAU, Elena C.; MOURA, Raquel. T.; CORDEIRO, Paulo Henrique; SILVANO, Debora leite; PIMENTA, Bruno; JARDIM, Jomar Gomes; PRADO, Paulo Inácio; PAGLIA, Adriano; FONSECA, Gustavo A. B. Definição de áreas biologicamente prioritárias para a formação do corredor cetral da Mata Atlântica no sul da Bahia, Brasil. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

5. Artigo publicado no CD organizado pelo IESB com recursos do PROBIO no processo de implementação da primeira fase do CCMA sobre os primeiros anos de experiência no corredor.

FONSECA, Gustavo B. da; ALGER, Keith; PINTO, Luiz Paulo; ARAÚJO, Marcelo; CAVALCANTI, Roberto. Corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

6. Artigo publicado no CD organizado pelo IESB com recursos do PROBIO no processo de implementação da primeira fase do CCMA sobre a metodologia de inventários de espécies que compõem grande parte dos artigos que constam no CD.

MOURA, Raquel. T.; LANDAU, Elena C.; PAGLIA, Adriano; CORDEIRO, Paulo Henrique; SILVANO, Debora leite; PIMENTA, Bruno. Metodologia de Investários biológicos do projeto Corredor Central da Mata Atlântica. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

7. Artigo publicado no CD organizado pelo IESB com recursos do PROBIO no processo de implementação da primeira fase do CCMA sobre a formulação de uma estratégia de incorporação de elementos econômicos para tomada de decisão e políticas públicas ligadas à conservação no CCMA.

ALGER, Keith; CHOMITZ, Keneth M. ; VILA NOVA, Paulo; ORLANDO, Heloísa. Instrumentos econômicos e de políticas públicas para o estabelecimento do corredor central. In: PRADO, Paulo Inácio; LANDAU, Elena C.; MOURA Raquel. T.; PINTO, Luiz Paulo S.; FONSECA, Gustavo A. B; ALGER Keith. (Orgs.). Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2004.

8. Artigo apresentado no III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação de autoria de ex-integrantes do IESB e da CI, sobre a instalação de RPPNs como caminho para a conservação no sul da Bahia.

MESQUITA, Carlos Alberto & LEOPOLDINO, Flávio Santos. Incentivando e Apoiando a Criação, Manejo e Integração de Reservas Particulares do Patrimônio

Natural (RPPNs). In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Fortaleza, Ceará, 2002.

9. Capítulo de livro científico publicado de autoria de integrantes da CI sobre os desafios para a conservação na Mata Atlântica brasileira.

PINTO, Luiz Paulo, BEDÊ, Lucio, PAESE, Adriana, FONSECA, Mônica; PAGLIA, Adriano; LAMAS, Ivana. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. In: ROCHA, Carlos Frederico Duarte; BERGALLO, Helena Godoy; ALVES, Maria Alice Santos; SLUYS, Monique Van (Orgs.). *Biologia da Conservação: essências*. São Carlos: RiMa, 2006.

10. Artigo científico publicado em periódico científico da CEPLAC assinado por ex-integrantes do IESB, entre outras pessoas, sobre os desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na paisagem cacaueteira hoje.

DELABIE, Jacques H.C.; ARGOLLO, Antônio J.S.; JAHYNY, Benoit; CASSANO, Camila R.; JARED, Carlos; MARIANO, Cléa S.F.; FARIA, Deborah M.; SCHROTH, Götz; OLIVEIRA, Leonardo C.; BEDE, Lucio; MOURA, Raquel T.; LACAU, Sébastien ROCHA, Wesley D. Paisagem cacaueteira no sudeste da Bahia: desafios e oportunidades para a conservação da diversidade animal no século XXI. *Agrotrópica* v.23, n.2/3, p. 107-114, 2011.

ANEXO V Modelo de Ficha de Leitura

Material Número X Nome do material e referência	
Autor(a): Um breve resumo sobre o autor: formação, instituição, campo de atuação.	Autor(a): Um breve resumo sobre o segundo autor, se houver.
Instituição: Instituição de atuação do autor e grau de conexão com o IESB	
Assunto do Documento: O objetivo central do documento resumido em uma ou duas frases.	
Causas para o Problema - Degradação da Biodiversidade no Sul da Bahia: Quais são os principais elementos identificados como causa para o que se reconhece, no âmbito deste contexto, como fragmentação florestal, especificamente no sul da Bahia.	
Solução para o Problema: Quais são as principais ações identificadas como forma de solucionar o problema identificado e quais as principais formas de atuação levadas neste sentido.	
Observações: Espaço para possíveis notas e observações.	

ANEXO VI Árvore Constituída em Oficina sobre as Causas dos Problemas na REBIO

Plano de Manejo - Reserva Biológica de Una - BA (fase I)

Anexo

Anexo VIII Árvore Básica de Problemas

